

**ENAN
PUR 2023**

Belém 22 a 26 de maio

Caderno de *Resumos*



ORGANIZAÇÃO



PATROCÍNIO



APOIO



Este evento recebeu recursos de Termo de Ajustamento de Conduta tomado pelo Ministério Público do Pará do Consórcio Parque Shopping Belém.

SUMÁRIO

04	Apresentação
06	Sessões Livres
44	ST 01 - Crise e reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil
59	ST 02 - Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional
92	ST 03 - Redes de cidades e a questão metropolitana no Brasil
104	ST 04 - Convergências entre Urbanização e natureza
130	ST 05 - Direito à cidade e habitação no Brasil
162	ST 06 - Cidade, história e identidade cultural
192	ST 07 - [Socio] tecnologia para o planejamento urbano e regional
206	ST 08 - Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo
221	ST 09 - ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência
237	ST 10 - Crise sanitária e reestruturação urbana
245	ST 11 - Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional
266	ST 12 - Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade
279	ST 13 - Identidade e territórios: adaptação e resiliência
291	ST 14 - Conversões de uso da terra, conflitos fundiários e socioambientais

APRESENTAÇÃO

Os resumos dos trabalhos aprovados para compor a programação científica de sessões temáticas e sessões livres na vigésima edição do Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional compõem este caderno.

O conjunto de trabalhos produzidos vai ao encontro da diversidade que já era especificada no tema do encontro "ANPUR 40 anos: novos tempos, novos desafios em um Brasil diverso".

O problema geral do evento foi construído em torno da necessidade de esclarecer a contribuição do campo dos Estudos Urbanos e Regionais para o fomento, reconstrução, simbólica e produtiva para o país nos próximos anos. Os temas das Sessões Temáticas, Mesas Redondas e Sessões Especiais, além de abrirem espaço para reflexão crítica, fomentam um caráter propositivo para o conjunto da sociedade brasileira.

Nesta edição, espera-se que a reunião e o diálogo entre centenas de pesquisadores brasileiros, torne possível o reposicionamento do campo dos estudos urbano e regional no Brasil de modo mais compatível com a diversidade observada nas regiões e nos espaços urbanos do país, abandonando tentativas de construir sínteses gerais e homogeneizantes.

COMISSÃO ORGANIZADORA

José Júlio Ferreira Lima – PPGAU/UFPA
Raul da Silva Ventura Neto – PPGAU/UFPA
Ana Cláudia Duarte Cardoso – PPGAU/UFPA
Juliano Ximenes Ponte – PPGAU/UFPA
Mirleide Char Bahia – PPGDSTU/NAEA-UFPA
Armin Mathis – PPGDSTU/NAEA-UFPA

DIRETORIA DA ANPUR

Presidenta – Camila D'Ottaviano – PPGAU/FAU-USP
Secretário Executivo – Pedro V. Maia do Amaral – CEDEPLAR/UFMG
Everaldo Melazzo – PPGGeografia/UNESP-PP
Cristiane Mansur de Moraes Souza – PPGDR/FURB
Fabrício Leal de Oliveira – IPPUR/UFRJ
Raul da Silva Ventura Neto – PPGAU/UFPA
Sara Raquel F. de Q. Medeiros – PPUER/UFRN

EQUIPE E INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Secretaria/apoio: Alberto Lima e Kamila Diniz
Direção de arte: Karina Pamplona
Desenvolvimento do site: Karina Pamplona, Heloísa Assunção, Sâmyla Blois
Caderno de Resumos: Tuanni Borba

SESSÕES LIVRES

Comissão Científica

Camila D'Ottaviano (FAU-USP)

Márcio Valença (PPGAU-UFRN)

Ester Limonad (PosGEO-UFF)

Wrana Maria Panizzi (UFRGS)

Eduardo Nobre (FAU-USP)



SL1 - A ESTRATÉGIA AUTOGESTIONÁRIA EM LEFEBVRE: POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS EMANCIPATÓRIAS

Geraldo Magela Costa, Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMG.

Rita Velloso, NPGAU - Escola de Arquitetura/UFMG.

Roberto Luis Monte-Mór, CEDEPLAR/NPGAU/UFMG.

Heloisa Costa, Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMG.

Harley Silva, Universidade Federal de Pará.

Esta sessão livre tem como tema central a autogestão, a partir da perspectiva de Lefebvre. Segundo o autor, a autogestão ocorre quando um grupo social se recusa a aceitar passivamente suas condições de existência e se obriga a dominá-las. Essa definição ampla nos permite pensar na potência dos sujeitos relacionados a práticas e ações territoriais e urbanas para contribuir com a criação de caminhos para a apropriação social do espaço urbano e a emancipação. Existem diversas publicações sobre experiências de autogestão no Brasil, especialmente em relação à produção de habitação de interesse social e outras, ligadas à economia popular e solidária, além de reflexões sobre o potencial do orçamento participativo. Lefebvre propõe que a autogestão seja estudada como meio de luta e como meio para reorganização da sociedade, transformando-a de baixo para cima. A prática social em marcha é a base para a fundação do conhecimento teórico, que pode mostrar alternativas transformadoras em teoria e prática no campo do planejamento urbano e regional. A proposta da sessão livre é explorar a potência transformadora da autogestão, buscando sua aproximação com a teoria e desenvolvendo reflexões teóricas sobre a consciência do possível e a utopia possível. As reflexões procuram identificar práticas autônomas e/ou heterônomas já observadas no Brasil, bem como explorar outras alternativas de apropriação social, como a criação de tecnologias.

SL2 - CO-PRODUÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA CIÊNCIA: UM OLHAR SOBRE PRÁTICAS COLABORATIVAS DE LABORATÓRIOS DE PESQUISA

João Sette Whitaker Ferreira, FAUUSP.

Francisco Comaru, UFABC.

Joel Felipe, UFSB.

Rafael Gonçalves, PUC RJ.

Elise Duclos, LAVUE.

Esta sessão livre tem como tema central a co-produção urbana como prática de inclusão cidadã em projetos e planejamento participativo em territórios urbanos populares. A abordagem envolve a sociedade civil, universidades e profissionais em ações coletivas e interinstitucionais, que buscam influenciar nas decisões públicas e reduzir desigualdades socioespaciais. A sessão tem como objetivo explorar o potencial da co-produção para adaptação de intervenções urbanas a questões socioambientais emergentes e deficitárias, em busca da redução de vulnerabilidades e construção de práticas urbanas democráticas.

Serão analisados casos específicos de estudo no Brasil e na França, avaliando as contribuições das abordagens colaborativas em diferentes contextos sociais, econômicos, políticos e institucionais. Os temas a serem debatidos incluem a gênese e condições de desenvolvimento de colaboração entre a sociedade civil e agentes facilitadores, as relações entre contextos político-institucionais e configurações de práticas colaborativas organizacionais, além da organização e circulação de conhecimento no âmbito dessas colaborações. A sessão terá como resultado esperado a sistematização de configurações organizacionais e ferramentas de cooperação social para a co-produção social da cidade, assim como a difusão científica dessa reflexão.

SL3 - CONFLITOS E VIOLÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS POPULARES: MERCANTILIZAÇÃO, GESTÃO DE PRECARIIDADES E DESAFIOS PARA O ENGAJAMENTO POLÍTICO

Isadora de Andrade Guerreiro, LabCidade FAUUSP.

Gustavo Francisco T. Prieto, Grupo de Pesquisa Transborda, Instituto das Cidades - Unifesp.

Carolina Christoph Grillo, GENI UFF.

Valéria Pinheiro, LEHAB UFC.

Vera Telles, Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho - PPGS-FFLCH-USP.

A sessão livre busca analisar as dinâmicas de reestruturação territorial nos territórios populares, que incluem deslocamentos, reassentamentos e novas formas de produção e gestão. O objetivo é entender como diferentes tipos de violência atravessam esses territórios e são elementos centrais nos processos de despossessão e violação de direitos, além de serem mediadores na constituição da normatização dos assentamentos populares. A proposta destaca a importância de identificar as várias violências inter-relacionadas, incluindo as urbana, institucional/estatal, financeira, imobiliária, racial, de gênero e interseccional. Um aspecto importante dessa gestão é a mobilização do espaço construído como estratégia de controle territorial para o controle de mercados delinqüenciais, bem como uma nova fonte de extração de renda e aplicação de excedentes de capital locais. Isso implica em observar como ocorre a crescente mercantilização da terra e do imobiliário, possibilitada pela consolidação dos territórios populares nos centros e periferias urbanas. Tal mercantilização é estimulada tanto por políticas de Estado quanto pelas transformações dos mercados ilegais, gerando novos mercados políticos. A proposta destaca ainda que não apenas o acesso à moradia é permeado por essa disputa na gestão privada do território, mas a insegurança habitacional e as situações de transitoriedade permanente são mantidas e estimuladas através dessa disputa. Os processos de despossessão, como a perda da moradia, são cada vez mais operados pelos sistemas privados, como milícias e facções. Além disso, a crescente mercantilização desses territórios envolve também sua inclusão no mundo das finanças, e informalidade que estabelece vínculos com o mercado corporativo, inclusive dos mercados de capitais. O que reforça a submissão a regimes locais de monopólio da violência, gerando instabilidade e insegurança nesses territórios.

SL4 - DISCUSSÃO SOBRE CIDADES LATINO-AMERICANAS: AS EXPERIÊNCIAS DE AÇÕES SOCIOTERRITORIAIS COMO POSSIBILIDADES DE TENSIONAMENTO AO PROJETO NEOLIBERAL EM CURSO

Fabiana Felix do Amaral e Silva, Programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UNIVAP.

German Andrés Cortés Millán, Universidade de Bucaramanga- Colômbia.

Juan Sebastián Urzúa Pineda, Programa de Pós-graduação em Arquitectura y Urbanismo por la Universidad del Bío Bío.

Bianca Siqueira Martins Domingos, Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Paraíba.

Esta sessão livre visa contribuir para o debate sobre planejamento urbano e ciências sociais aplicadas na realidade latino-americana. Ela se concentra na intensificação dos fluxos de capital e processos de ocupação nas cidades latino-americanas nos séculos XX e XXI, que produziram novas espacialidades que revelam gentrificação, criminalização das lutas sociais e métodos desiguais de ocupação. A sessão tem como objetivo discutir experiências de outras territorialidades construídas por movimentos sociais e ações coletivas que articulam resistência, sobrevivência, confronto e proposta. Enquanto experiências oferecem novas possibilidades e estratégias para a produção e uso de espaços nas cidades latino-americanas, relacionadas a temas como soberania alimentar e agricultura urbana, economia solidária e tecnologias sociais, educação popular e redes de comunicação e cultura, e planejamento popular e comunitário. A sessão apresenta quatro palestras que abordam dimensões históricas, teóricas e metodológicas dos territórios em análise. A primeira palestra fornece uma visão geral da gestão neoliberal dos territórios nos três países em estudo (Brasil, Colômbia e Chile) e uma reflexão sobre as experiências dos movimentos socioterritoriais a partir da perspectiva de epistemologias decoloniais e metodologias participativas em São José dos Campos, Brasil, e na região. A segunda palestra analisa o direito à cidade a partir de uma perspectiva de consciência política das experiências socioterritoriais em Bucaramanga, Colômbia. A terceira palestra retrata e reflete sobre as tensões presentes na ocupação de espaços públicos por experiências de arte e cultura em Concepción, Chile. A quarta palestra apresenta reflexões sobre o uso de metodologias participativas para compreender intervenções de arte visual urbana no Vale do Paraíba e na Região Metropolitana do Litoral Norte, São Paulo, Brasil.

SL5 - DO ANTÍDOTO AO VENENO: ESTARIAM OS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTITUÍDOS DOS SENTIDOS PLURAIS DA LINGUAGEM, DA SOCIABILIDADE E DAS VÁRIAS DIMENSÕES DA URBANIDADE?

Fernando Pinho, Prefeitura Municipal de Belém.

Maria Stella Bresciani, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Suelen Simião, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Stephanie Assaf, IPPUR/UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Robert Pechman, IPPUR/UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta sessão livre tem como objetivo explorar as múltiplas e complexas definições da palavra "cidade", focando na sua percepção como um lugar sustentado por relacionamentos humanos. A sessão enfatiza as dimensões públicas da vida urbana, considerando a capacidade da cidade de acomodar diferentes sujeitos em suas interações e sociabilidade. A discussão se baseia no trabalho da filósofa Hannah Arendt, que examina o conceito grego antigo da polis como a entidade política mais visível e o berço da filosofia política que separava ação e fala. Na cidade-estado grega, havia uma separação decisiva entre a esfera pública, a polis, e a esfera privada, a casa. A apresentação discute os usos plurais dos espaços públicos e sua importância na vida urbana contemporânea. Também considera os efeitos negativos da dominação de agendas econômicas nos domínios público e privado da cidade, que afetam as intervenções urbanas e a arquitetura. A sessão apresentará exemplos de como os espaços públicos podem ser apropriados para a sociabilidade, a ação política e os interesses comuns, bem como exemplos dos efeitos negativos da dominação de agendas econômicas na cidade.

SL6 - EM TORNO DA PALAVRA PRÁTICAS DE PESQUISA & DIDÁTICAS EM ESTUDOS URBANOS

Elane Peixoto, Universidade de Brasília.

Ana Clara Gianecchini, Universidade de Brasília.

Leandro Cruz, Universidade de Brasília.

Mário Luis Magalhães, Universidade Santa Úrsula.

Adriana Caula de Mattos e Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta sessão livre discute práticas de pesquisa, didáticas e pedagógicas que giram em torno de palavras. Pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade de Santa Úrsula (USU) apresentam suas experiências com palavras como gatilhos para o diálogo, com uma multiplicidade de ramificações e sugerindo a imagem do rizoma de Deleuze. A sessão gira em torno de três palavras: patrimônio, glossário contemporâneo e design, todas importantes no campo dos estudos urbanos e do discurso interdisciplinar. A seleção dessas palavras é inspirada no livro "L'aventure des mots de la ville à travers le temps, les langues, les sociétés", que explora a estabilidade e a instabilidade das palavras através dos oceanos, línguas e tempo. Os proponentes têm como objetivo mostrar como cada pesquisador trabalha com palavras em suas práticas de pesquisa e sala de aula. A abordagem não se limita ao campo de trabalho, como evidenciado por estudos literários como "Les 100 mots du Moyen âge", que examina a atmosfera do período medieval através de suas palavras. A sessão espera destacar o potencial infinito de investigar os valores sociais e culturais carregados pelas palavras e como elas moldam a linguagem e o discurso.

SL7 - ESTUDOS SOBRE URBANIZAÇÃO E REDE URBANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Fania Fridman, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sarah Feldman, Universidade de São Paulo.

Tiago Cargin Gonçalves, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Eneida Maria Souza Mendonça, Universidade Federal do Espírito Santo.

Lucia Helena Pereira da Silva, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O tema central desta sessão livre é repensar a relação entre o projeto de povoamento e a ocupação do território no Brasil durante a primeira metade do século XIX, considerando as características da urbanização e das redes urbanas em diferentes províncias brasileiras. O período em questão foi marcado pelo processo de independência, por movimentos de contestação e pela invenção de um país, e a formação de uma nova sociedade e território foi realizada através de procedimentos de reorganização territorial e ampliação do quadro urbano. A sessão livre apresenta cinco estudos que utilizam dados quantitativos e qualitativos referentes a vilas, cidades, freguesias, comarcas e outros assentamentos rurais para traçar uma "cartografia em prosa" da época em que foram montadas as bases para a modernização capitalista do país. A reflexão interdisciplinar incorpora a atuação dos sujeitos sociais heterogêneos em apoio ou no confronto aos padrões de ocupação/urbanização/regionalização com seus preceitos legais e formato político. Os estudos examinam as províncias de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo e ressaltam os mecanismos de elaboração e de controle das áreas.

SL8 - FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: ESCALAS, VETORES, RITMOS, FORMAS E CONTEÚDOS

Maria Encarnação Beltrão Sposito, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Campus de Presidente Prudente.

Vitor Koiti Miyazaki, Universidade Federal de Uberlândia, UFF, Campus Pontal.

Rafael Roxo dos Santos, Universidade Federal de São João Del Rei.

Everaldo Santos Melazzo, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Campus de Presidente Prudente.

A fragmentação socioespacial é um processo que caracteriza a ruptura entre partes da cidade, em termos sociais, econômicos e políticos. Este termo começou a aparecer nos estudos urbanos no final dos anos 1980, principalmente no Brasil, em que Santos (1990) caracterizou São Paulo como uma metrópole corporativa e fragmentada. A fragmentação socioespacial é constituída a partir de polarizações socioespaciais acentuadas, que podem ocorrer quando indivíduos portadores de identidade comum se agrupam em espaços apropriados exclusivamente, como os espaços residenciais fechados e controlados por sistemas de segurança ou grandes espaços de consumo e lazer privados.

A produção desses espaços exclusivos está associada a uma relativa indiferença dos sujeitos que deles se apropriam em relação a outros espaços da cidade e a certos segmentos sociais, decorrente do distanciamento em relação à ideia de cidade como espaço de integração e globalidade. Esse processo de fragmentação socioespacial pode ser visto em três direções: pelo papel das políticas públicas e dos novos modos de governança das metrópoles continentais, pelas transformações associadas à globalização e às novas estratégias do management empresarial e pela relação, muitas vezes contraditória, entre mudança social e evoluções da estrutura urbana. A sessão livre se concentra nesta terceira direção, mas considera a indissociabilidade entre as três. A cidade fragmentada em construção resulta das novas formas de impacto da acumulação flexível e é caracterizada pela perda da hegemonia do centro, pela importância dos produtores imobiliários e pelo aparecimento de enclaves socialmente dissonantes no seio de tecidos com certa homogeneidade morfossocial, havendo contiguidade sem continuidade.

SL9 - GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL SOB A PERSPECTIVA DAS BASES DE DADOS POPULACIONAIS: DISCUTINDO LIMITAÇÕES, POSSIBILIDADES E ARTICULAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS

Rafael Chaves Vasconcelos Barreto, ENCE/IBGE.

João Gabriel Malaguti, ENCE/IBGE.

Bárbara Cobo, ENCE/IBGE.

Joice de Souza Soares, ENCE/IBGE.

Cibele Cheron, IFRS.

Esta sessão livre tem como tema central a manifestação territorial de diversidades de povos, culturas e identidades, com foco na invisibilidade de pessoas LGBTI+ e fragilidades de mulheres no espaço urbano. A sessão busca analisar a subalternização de minorias sexuais nas bases de dados populacionais e apresentar dados sobre violência de gênero e desigualdade de renda que mulheres sofrem. A primeira parte da sessão se concentra na abordagem das minorias sexuais e sua invisibilidade nas bases de dados, mostrando o panorama do uso da variável orientação sexual e identidade de gênero em pesquisas nacionais em países que já implementaram tais variáveis. A segunda parte analisa a desigualdade de gênero, com destaque para a violência de gênero e desigualdade de renda pelas quais mulheres sofrem, apresentando dados sobre o feminicídio no Brasil e um estudo de caso relacionado à precarização do trabalho de mulheres no espaço urbano. A sessão busca levar os participantes a refletir sobre a importância de incluir as diversas identidades e diversidades no espaço urbano, territorializando-o e auxiliando na reflexão sobre esse espaço enquanto local de disputa e conflitos.

SL10 - A NOÇÃO DE PSICOSFERA COMO INSTRUMENTO PARA ANÁLISE DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Luciano Duarte, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
Mait Bertollo, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
André Pasti, Universidade Federal do ABC (UFABC).
Heloísa Santos Molina Lopes, Instituto Federal de São Paulo (IFSP).
Wagner Nabarro, Universidade de São Paulo (USP).

A proposta de sessão livre é baseada em um projeto de reflexão coletiva conduzido por pesquisadores com forte ligação com o método de Milton Santos. A ideia central é contribuir para a melhor definição da noção de psicofera, integrando-a ao método geográfico. A psicofera é entendida como um sistema de ideias, crenças, emoções e valores presentes no território, constituindo uma dimensão importante da produção de sentidos históricos, políticos e econômicos. Essa dimensão é fundamental para abordar a difusão do meio técnico-científico e informacional. A sessão livre busca destacar a psicofera a partir de análises sobre as ações de planejamento e desenvolvimento territorial, tanto de espaços urbanos quanto rurais, assim como nas dinâmicas econômicas e nos embates políticos de projetos para a organização do espaço. Para isso, serão realizadas cinco discussões guiadas por pesquisadores de distintas instituições, que destacarão aspectos particulares de suas pesquisas mais recentes. As discussões abordarão os imaginários urbanos, representações socioespaciais e disputas de sentido no planejamento das cidades, a circulação de discursos corporativos dominantes nos circuitos produtivos e na economia urbana, a capilarização da informação nas cidades e no campo no Brasil, a ideologia da modernização e circuitos da economia agrária e a psicofera em contextos de conflito territorial e socioambiental. A sessão livre busca aprofundar o entendimento da psicofera e sua aplicação nas análises do planejamento urbano e do desenvolvimento territorial, bem como nas investigações geográficas e outros campos disciplinares.

SL11 - IMPASSES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

Ivo Marcos Theis, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / FURB.
Fernando César de Macedo, Instituto de Economia / Unicamp.
Cidônea M. Deponti, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / UNISC.
Carlos Antônio Brandão, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / UFRJ.

Esta sessão livre abordará a fragilização das instituições políticas brasileiras após o golpe midiático-jurídico-parlamentar, que resultou na desativação de diversas frentes de atuação do governo federal. Entre elas, destaca-se a do ordenamento do território, que teve importantes iniciativas em um ou outro momento, mas que, em geral, foi marcada pela falta de preocupação com o melhor uso dos ativos do território. A produção capitalista no espaço brasileiro conduziu a consideráveis disparidades inter-regionais, conformando-se um centro economicamente dinâmico no Sudeste, em torno do qual há áreas semiperiféricas e periféricas funcionais à reprodução geograficamente desigual do capital.

A PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional), instituída em 2007, representou uma tentativa de reorganizar o território a partir da preocupação com uma distribuição mais equitativa de pessoas e riquezas no espaço. Nos últimos quatro a seis anos, houve uma desarticulação de significativas frentes de atuação do governo federal, mas no que se refere ao ordenamento do território, o frustrante está limitado à descontinuidade de uma política de organização do espaço bastante incipiente. A hipótese é de que a política econômica teve, no período recente, efeitos mais perceptíveis, favorecendo a concentração de pessoas e riquezas em metrópoles, sobretudo, na Região Concentrada.

SL12 - INSEGURANÇA HÍDRICA URBANA: COMO ELA SE CONSTITUI E QUAL O SEU PAPEL NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Luciana Nicolau Ferrara, Universidade Federal do ABC.
Vanessa Lucena Empinotti, Universidade Federal do ABC.
Paula Alves Tomaz, UFC/UFABC.
Suya Quintslr, IPPUR/UFRJ.
Roberta Menezes Rodrigues, UFPA.

Esta sessão livre discutirá a temática da segurança hídrica, que se concentra na garantia do acesso à água em quantidade e qualidade, redução de riscos associados aos eventos hidrológicos críticos e aumento da resiliência dos sistemas de abastecimento. No entanto, essa questão pode ser discutida a partir de uma perspectiva relacional, onde a segurança hídrica urbana é resultante dos processos urbanos e dinâmicas hidrossociais que produzem experiências de segurança e insegurança hídrica em diferentes escalas. A urbanização aumenta a necessidade de abastecimento de água e gera desigualdades no acesso às infraestruturas, especialmente em áreas não atendidas pelos sistemas públicos de abastecimento. A sessão livre propõe entender os processos que produzem a insegurança hídrica em áreas de baixa renda e moradia precária em municípios e regiões metropolitanas, como Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro. A perspectiva de abordagem crítica chama a atenção para a necessidade de uma discussão que vá além da presença ou não da infraestrutura e considere a qualidade da água fornecida, a constância em seu abastecimento e o impacto do preço do serviço na capacidade orçamentária das famílias. A leitura da insegurança hídrica a partir do domicílio proporciona ao planejamento territorial a observação de dinâmicas que influenciam políticas e programas que respondam às necessidades das populações de baixa renda, assim como do entendimento da problemática do acesso à água a partir do domicílio e não da rede de abastecimento. A perspectiva aproxima a discussão de segurança hídrica para a problemática da água como um direito e a justiça ambiental, visibilizando as camadas que produzem a desigualdade no acesso à água nos espaços urbanos.

SL13 - AGRICULTURA URBANA, ASSOCIATIVISMOS E O BEM VIVER NA CIDADE

Daniela Adil Oliveira de Almeida, AUÊ! Grupo de Estudos em Agricultura Urbana/UFMG.
Fernanda Petrus, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC).
Luciana Correa do Lago, Nucleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social NIDES/UFRJ.
Heloisa Soares de Moura Costa, Instituto de Geociências/UFMG.

Esta sessão livre tem como objetivo apresentar e refletir sobre experiências urbanas de produção, distribuição e comercialização de alimentos saudáveis no Brasil orientadas por princípios da agroecologia. Tais experiências são desenvolvidas por movimentos sociais, associações e redes de produtores ou consumidores e são necessárias para a formação de sistemas agroalimentares intra e interurbanos, que integram necessidades humanas como alimentação saudável, moradia adequada, educação emancipadora e trabalho digno. A agricultura urbana é uma prática invisibilizada nas cidades e está associada ao processo de valorização da terra e luta pelo espaço, dominada pelos capitais fundiários e imobiliários. A agroecologia busca associar a pequena produção camponesa, familiar, popular, de povos e comunidades tradicionais ao universo das práticas e saberes de agricultora/es enraizados em seus territórios. A sessão também destaca a forte interface da agroecologia com os debates feministas, na medida em que as mulheres assumem um protagonismo particular na militância agroecológica, reforçando seu papel na produção de comida de verdade e na construção social de mercados em territórios urbanos, ao mesmo tempo em que lutam contra a opressão e violência sobre seus corpos e contra a injusta divisão sexual do trabalho. A agricultura urbana também pode ser considerada uma estratégia de resistência na disputa pelo acesso à terra urbana.

SL14 - LIMITES, RUPTURAS E CONTINUIDADES NA FINANCEIRIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS NO BRASIL: DESAFIOS PARA NOVAS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Maria Beatriz Cruz Rufino, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo.
Isadora Cruxên, Queen Mary University of London.
Alexandre Sabino, Departamento de Geociências - Universidade Federal da Paraíba.
Laisa Eleonora Stroher, FAU-UFRJ.
Cristina Wehba, FAU-USP.

O neoliberalismo e a privatização abriram caminho para o crescimento das infraestruturas como setor econômico de acumulação de capital global. No entanto, as estratégias de privatização são distintas e variam de acordo com as dinâmicas políticas e econômicas. As infraestruturas passaram a se articular ao mercado de capitais, levando o debate da financeirização para o centro das discussões. Até o final do século XX, a lógica de privatização estava baseada em cálculos simples, mas, nos anos 2000, o aumento da atratividade dos negócios de infraestrutura esteve relacionado à crescente securitização do pagamento de tarifas pelos usuários.

Sob essa nova racionalidade, as estratégias financeiras se tornaram mais relevantes para os ganhos das empresas quando comparados ao fornecimento dos serviços. As finanças globais controlam os processos e as métricas, sendo responsáveis pela avaliação dos ativos, cálculos de rendimentos e estimativas de riscos. A disseminação mundial das dinâmicas de financeirização das infraestruturas tende a homogeneizar regulações, instrumentos e estratégias, mas é mediada por condições específicas. No contexto latino-americano, a financeirização tem sido amplamente mobilizada na análise das dinâmicas imobiliárias, tendo menor relevância na interpretação das transformações na produção das infraestruturas.

SL15 - LOCAÇÃO SOCIAL: EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS E COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Rute Imanishi Rodrigues, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Luciana Alencar Ximenes, Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana e Regional - IPPUR - UFRJ.

Renato Balbim, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Renato Cymbalista, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU - USP.

Vanessa Gayego Bello Figueiredo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU - PUC - Campinas e Iconos.

Esta sessão livre discute a lacuna na política de habitação social no Brasil em relação aos programas de locação social. Desde a década de 1960, o país tem se concentrado na produção de habitações de interesse social para venda subsidiada, mas cerca de 30% das famílias de baixa renda têm acesso à moradia por meio de aluguel. No entanto, o ônus excessivo com aluguel é responsável por mais da metade do déficit habitacional do país, que atinge cerca de 3 milhões de domicílios. Os gastos com aluguel representam uma grande parcela da renda familiar de baixa renda e competem com outras necessidades básicas, como alimentação e transporte, o que pode levar à formação de assentamentos precários. Durante a pandemia da Covid-19, houve um aumento nos casos de novas ocupações devido à insuficiência de renda para pagar o aluguel, levando a uma legislação emergencial para impedir despejos. Embora haja programas de transferência de renda para auxiliar no pagamento de aluguel, há poucos programas de locação social gerenciados pelo governo. Algumas iniciativas da sociedade civil, como proprietários sociais, autogestão e cooperativas habitacionais, assemelham-se a programas de locação social por envolverem imóveis coletivos. Esta sessão livre busca discutir iniciativas recentes de locação social no Brasil, incluindo ações judiciais, experiências de organizações sem fins lucrativos e estudos sobre programas em outros países, a fim de incentivar políticas públicas para abordar a lacuna na política de habitação social.

SL16 - REPENSAR A HABITAÇÃO? NOVAS/VELHAS FORMAS DE MORAR

Diana Helene Ramos, UFAL.
Joana D'Arc de Oliveira, IAU-USP.
Rita de Cássia Martin Montezuma, UFF.
Matheusa Silva Nascimento, UNEB.
Bárbara Rodrigues Marinho, UFGRS.

Esta sessão livre tem como tema central a crítica à concepção racionalista e funcionalista sobre o espaço habitado e a necessidade de se considerar a interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe na análise e proposição de políticas habitacionais. A proposta parte da constatação de que a visualidade demiúrgica ancorada em concepções espaciais que suprimem o tempo, o movimento, os diferentes hábitos e habitats e o cotidiano ainda prevalece nas formulações acadêmicas e nas práticas profissionais, mesmo quando os espaços habitados resultantes de tais práticas não atendem às necessidades e demandas dos diferentes sujeitos e subjetividades que os habitam. Nesse sentido, é necessário considerar as relações entre espaços, gênero e sexualidades, especialmente em relação à masculinidade hegemônica patriarcal, heterossexual e branco-burguesa que organiza e dá forma e sentido à cidade, à rua e à casa. Além disso, esta sessão defende a importância de se levar em conta a exclusão e a resistência de corpos dissidentes em termos de gênero e sexualidade na cidade e no espaço habitado. Por fim, a proposta destaca a importância de se considerar a questão étnico-racial, especialmente a construção de espaços de acolhimento e resistência frente à opressão racista e machista nos espaços coletivos e públicos, sobretudo pelas mulheres negras.

SL17 - MORADIA EM ÁREAS CENTRAIS BRASILEIRAS: CAMINHOS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL

Beatriz Kara Jose, Bacharelado de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Senac/Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP - Grupo de Pesquisa Observatório do Direito ao Centro.
Letizia Vitale, Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista/Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP - Grupo de Pesquisa Observatório do Direito ao Centro.
Benedito Barbosa, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.
Orlando Alves dos Santos Junior, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/Observatório das Metrôpoles.
Laila Mourad, Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica de Salvador Grupo de Pesquisa Territórios em Resistência.

O objetivo desta Sessão Livre é apresentar os resultados e dar continuidade ao debate iniciado no Seminário Moradia Popular e Políticas Públicas no Centro de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, organizado pelo Labhab, UFBA e UFRJ, em 2022. O seminário avaliou os resultados de programas públicos e iniciativas de movimentos populares nas últimas décadas e construiu propostas para as autoridades públicas desenvolverem políticas urbanas justas e eficazes.

As áreas centrais tradicionais de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo têm características urbanas e funcionais específicas que oferecem importantes serviços públicos e geram grande circulação de trabalhadores e usuários, moldando centralidades populares. No entanto, muitos edifícios públicos e privados, instalações industriais e terrenos abandonados foram deixados sem uso devido a mudanças recorrentes na lógica da centralidade nas cidades. A população mais pobre geralmente tem acesso precário à moradia em edifícios coletivos ou individuais ou em assentamentos precários. As áreas centrais hoje representam novas oportunidades para investimentos imobiliários voltados para a classe média e alta, favorecidos por políticas públicas permissivas. No entanto, os investimentos levam a valores mais altos de aluguel e comércio, gerando novos conflitos de espaço e novas formas de exclusão social, efeitos perversos que foram exacerbados no contexto da pandemia. Como consequência da falta de políticas sociais e da crise trazida pela Covid-19, incluindo o aumento de despejos, o número de pessoas em situação de rua é alarmante e desumano. Por outro lado, os movimentos populares têm se mobilizado em cada uma dessas cidades há décadas, buscando promover o direito à cidade e políticas públicas eficazes que considerem as necessidades reais dos territórios e seus moradores.

SL18 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NA AMAZÔNIA

Eudes Leopoldo, PPGPAM/Unifesspa.
Marcos Castro de Lima, PPGEU/UFAM.
Isaque dos Santos Sousa, UEA.
Kelly Bessa, PPGG/UFT.
José Queiroz de Miranda Neto, PPGG/UFPA.

Esta sessão livre tem como objetivo discutir a produção do espaço urbano e regional da região amazônica, que tem chamado a atenção mundial. Pesquisadores que vivem, trabalham e sonham na região são convidados a refletir sobre os desafios e impasses de dentro para fora, considerando suas experiências empíricas. A sessão busca contribuir para a constituição da Rede de Pesquisadores em Estudos Urbanos e Regionais da Amazônia (REURBAM), consolidando trocas de ideias e debates entre pesquisadores sobre as similaridades e diferenças do urbano, metropolitano e regional no trópico úmido. As discussões consideram a complexidade da dinâmica espacial na Amazônia, incluindo modos de vida na região, onde pares dialéticos aparentemente bem definidos ganham certa indefinição devido à sua mistura e hibridização. A sessão é dividida em três momentos: questões teóricas e metodológicas, estudos da região metropolitana de Manaus e estudos de caso de cidades do leste da Amazônia. O debate tem como objetivo contribuir para a compreensão da lógica contraditória e desigual da urbanização da região amazônica.

SL19 - IMPACTOS, TÁTICAS E AGENCIAMENTO: RECONFIGURANDO AS BORDAS DA METRÓPOLE

Luciana Saboia, PPG-FAU-UnB.
Bruno Cruz, IPEA.
Guilherme Lassance, PROURB-FAU/UFRJ.
Leandro Cruz, FAU-UnB.
Arthur Trindade, ICH/UnB.

Esta sessão livre faz parte de um projeto de pesquisa multidisciplinar que aborda o tema da cidade desigual e suas periferias dispersas, buscando construir novos princípios de projeto urbano e planejamento que atendam aos desafios impostos pela urbanização contemporânea. A sessão conta com cinco trabalhos que buscam repensar e reinterpretar as teorias e práticas urbanísticas. O primeiro trabalho propõe modelos de prospecção e simulação de impactos econômicos de intervenções urbanas em cidades e periferias brasileiras. O segundo trabalho busca novas soluções de projeto urbano nas experiências cotidianas das periferias brasileiras, identificando práticas informais e subversivas que possam contribuir para uma cidade menos dependente da relação centro-periferia. O terceiro trabalho constrói uma leitura revisitada do urbanismo moderno e de algumas expressões contemporâneas, entendendo a paisagem como aspecto central da urbanização. O quarto trabalho mapeia transformações e reconfigurações da paisagem a partir do estudo de caso do eixo sudoeste de urbanização de Brasília, procurando enfrentar o problema da ausência de referenciais de projeto para lidar com o não-compacto. O quinto trabalho problematiza como o local de residência impacta o medo do crime, concluindo que este se dá em função da existência de desordens e da coesão social. A proposta busca contribuir para a construção de políticas públicas e práticas de planejamento urbano e territorial mais eficazes e flexíveis.

SL20 - METODOLOGIAS INVESTIGAÇÃO PELO PROJETO PARA UM ESPAÇO PÚBLICO MAIS DEMOCRÁTICO: PERSPETIVAS TRANSCULTURAIIS

Gonçalo Canto Moniz, Centro de Estudos sociais, Departamento de Arquitetura, Universidade de Coimbra.
Ricardo Alexandre Paiva, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design - Universidade federal do Ceará.
Luís Miguel Correia, Centro de Estudos Interdisciplinares, Departamento de Arquitetura, Universidade de Coimbra.
Mario Fundarò, Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design - Universidade Federal do Ceará.
Milena Santos Barbosa, Departamento de Arquitetura, Universidade de Coimbra.

Esta sessão livre tem como objetivo estabelecer conexões entre pesquisas que aprofundaram o estudo e implementação de metodologias de pesquisa em arquitetura e desenho urbano em uma perspectiva interdisciplinar para enfrentar contextos complexos que colocam o edifício, o espaço público, a estrutura urbana e a natureza em diálogo.

A democratização do espaço público tem sido amplamente teorizada desde os movimentos políticos da década de 1960, propondo o direito à cidade, que inclui temas como inclusão, participação, acessibilidade e a presença ativa de mulheres e grupos minoritários. A cidade contemporânea apresenta vários desafios ao espaço público, como produzir um espaço que acomode diversidade e multiculturalismo, integre a natureza na estrutura urbana, promova a biodiversidade, combata as mudanças climáticas e cria condições para uma vida urbana mais saudável. Portanto, o debate sobre transculturação e intervenção no ambiente construído constitui um espaço necessário para compartilhar conhecimentos sobre metodologias de projeto e processos inovadores que a pesquisa sobre a cidade e arquitetura vem desenvolvendo em diversos contextos culturais. A sessão visa explorar processos de pesquisa que promovam a restauração de edifícios e a regeneração urbana, tendo como tema âncora o espaço público, e a integração de comunidades locais, como municípios, associações e cidadãos, no processo de design. Os cinco projetos de pesquisa que serão discutidos focam em edifícios construídos na segunda metade do século XX e buscam investigar seus processos de transformação (restauração, conservação, reabilitação, regeneração) que impactam a cidade, especialmente o espaço público.

SL21 - MODERNIZAÇÃO E PLANEJAMENTO NA AMAZÔNIA: O CASO DA REGIÃO DE CARAJÁS

Maurílio Monteiro, Unifesspa - PPGPAM.
José Júlio Lima Lima, UFPA - PPGAU.
Humberto Miranda, Unicamp.
Fernando Arthur de Freitas Neves, UFPA - IFCH.
Marcelo Sampaio Carneiro, UFMA.

A produção mercantil na Amazônia cresceu significativamente no início do século XXI, impulsionada pela mercantilização de recursos naturais em meio ao planejamento urbano e regional pretéritos. Tal produção envolve diferentes atores e setores, que interagem de várias maneiras, e os impactos sociais, econômicos e ambientais da aceleração da produção mercantil também são regionalmente diferentes. A região de Carajás no Pará, localizada nas regiões intermediárias de Redenção e Marabá, é uma das regiões amazônicas mais impactadas pelas tentativas de modernização e transformação promovidas por diferentes tentativas de planejamento urbano e regional. A busca por uma transformação via modernização e o planejamento urbano e regional em uma região como a de Carajás fundamenta as transformações promovidas pelo ideário desenvolvimentista, fortemente atreladas à intervenção do Estado. A crescente integração submete essa porção do espaço amazônico à ordem espacial nova e muito mais ampla.

De tal sorte que o espaço amazônico se regionaliza, fragmenta-se, em decorrência da apropriação diferenciada do espaço por grupos sociais com poderes econômicos e políticos diversos. A configuração territorial da região de Carajás é fortemente marcada por impulsos derivados do planejamento regional que fomentou o estabelecimento de uma economia fundamentada, precipuamente, na mineração e na pecuária bovina.

SL22 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS E FUNDIÁRIAS: ESTADO DA ARTE E DESAFIOS

Everaldo Melazzo, Programa de Pós-Graduação em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp - Presidente Prudente.

Maria Beatriz Rufino, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - FAU-USP.

Daniel Sanfelici, Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal Fluminense - Niterói.

Lucia Shimbo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - IAU-USP.

Paulo Roberto Soares, Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRGS.

A Sessão Livre apresenta a proposta de uma Rede de Investigações sobre dinâmicas imobiliárias e fundiárias que conduzem os processos de produção e consumo das cidades brasileiras, intitulada “Observatório de monitoramento e avaliação de dinâmicas imobiliárias e fundiárias”. Busca aproximar e articular conhecimentos que vêm sendo produzidos isoladamente sobre os seguintes subtemas: agentes e produção imobiliária (fluxos e estoques); ofertas imobiliárias (preços, quantidades, tipologias, localizações); controle e gestão de propriedades imobiliárias; políticas habitacionais: volumes, condições e direcionamento do crédito e financiamento imobiliário; processos de financeirização do imobiliário: fundos de investimentos distintos e instrumentos de avaliação financeirizada de imóveis e da cidade. Serão discutidos os marcos teóricos e metodológicos necessários à compreensão das transformações contemporâneas das cidades brasileiras, na escala nacional, em diversas formações socioespaciais e diferentes estratos da rede urbana, nas distintas macrorregiões brasileiras. A proposta se estrutura em torno da identificação, seleção, sistematização e disponibilização de dados gráficos e cartográficos, bem como sua produção de maneira articulada e coerente, suprimindo lacunas existentes, além de análises capazes de gerar agendas de políticas públicas para a gestão das cidades brasileiras.

SL23 - TRABALHO SOCIAL NA HABITAÇÃO: TRAJETÓRIA, RESISTÊNCIAS E AFIRMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Rosângela Dias Oliveira da Paz, Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (NEMOS/PPGSS/PUCSP).

Isabel Cristina da Costa Cardoso, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Grupo de Estudos Sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social (UrbanoSS /FSS/UERJ).

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, Universidade Federal de São Paulo/ Baixada Santista - Grupo de Estudos e Pesquisas Metropolitanas em Política Social e Serviço Social (MEPSS/UNIFESP-Baixada Santista).

Joana Valente Santana, Faculdade e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará/UFPA. Coordenadora do Grupo de Estudos Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA).

Esta sessão livre tem como objetivo discutir a importância do trabalho social como componente da política habitacional, dentro do contexto de transformações urbanas e os impactos que ela tem na produção e reprodução da vida social. O contexto histórico e espacial das relações sociais que mediam as condições de existência do trabalho social na política habitacional é caracterizado pelo aprofundamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero expressas através da pobreza, fome, desemprego, trabalho precário e informal, condições precárias de habitação, deslocamento, baixo acesso a serviços públicos, racismo estrutural, opressão de gênero, destruição ambiental, expulsão de trabalhadores rurais e povos indígenas de suas terras e criminalização de movimentos sociais que lutam por seus direitos. A crise da COVID-19, o desmantelamento das políticas públicas, a crise e ameaças à democracia brasileira têm intensificado as condições precárias de vida e o desfinanciamento das políticas sociais e urbanas, em proporção à brutal desigualdade social no Brasil. Os resultados das políticas urbanas e habitacionais implementadas no Brasil criaram cidades marcadas pela expansão das taxas de urbanização que transformam as formas de uso e ocupação da terra, avançando sobre a biodiversidade dos biomas brasileiros e transformando áreas naturais em formações urbanizadas precárias e desiguais, notadamente sobre o Cerrado e a Mata Atlântica, de acordo com dados do Mapbiomas entre 1985-2021. Nesse sentido, o trabalho social em políticas urbanas e habitacionais precisa ser compreendido na constituição das cidades brasileiras e em suas dinâmicas locais e regionais, na intersecção dos espaços urbanos, periurbanos e rurais, onde a disputa pela terra, a produção social do espaço e a impossibilidade de inclusão e acesso à cidade são centrais para o avanço do capital.

SL24 - MULHERES, ARQUITETURAS E (OUTRAS) ESPACIALIDADES

Mariana Moura, Universidade Federal de Minas Gerais.

Giselle Mascarenhas, Universidade Federal de Ouro Preto.

Natália Alves da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro / IPPUR- UFRJ.

Taynara do Vale Gomes Pinho, Universidade Federal do Pará / PPGAU.

Thaís Matos Moreno, Universidade Federal de Minas Gerais / NPGAU.

Esta sessão livre tem como objetivo proporcionar um espaço para acadêmicas feministas discutirem as pautas feministas e a produção do espaço em diferentes contextos empíricos, enquadramentos conceituais e realidades materiais. A sessão será dividida em três blocos: o primeiro aborda a relação entre mulheres e moradia, analisando como o protagonismo feminino é condicionado em contextos de urbanização capitalista e patriarcal; o segundo discute as dimensões teórico-metodológicas da sessão, enfatizando a importância do conceito de interseccionalidade e sua inclusão do pensamento feminista negro no centro dos debates contemporâneos em nosso campo; e o terceiro bloco aborda o protagonismo feminino em contextos de outras espacialidades, por meio de abordagens feministas decoloniais e ecofeministas, examinando como outros modos de pensar e agir no espaço podem subverter as próprias premissas feministas que seguimos mobilizando como pesquisadoras. A perspectiva feminista reelaborada a partir de outras espacialidades permite também continuar a crítica teórico-metodológica, questionando as bases coloniais e patriarcais da nossa própria formação acadêmica e profissional.

SL25 - NATUREZA, ESPIRITUALIDADE E ALTERNATIVAS SUBALTERNAS: POR CONEXÕES ENTRE ÍNDIA E BRASIL

Roberto Luís Monte-Mór, Cedeplar/NPGAU/Universidade Federal de Minas Gerais.
Ana Claudia Duarte Cardoso, Universidade Federal do Pará.
Pedro Henrique Azalim Cunha, NPGAU/UFMG.
Wesley Antonio Tadeu Monteiro Cantelmo, Cedeplar/UFMG.
Luiz Felype Gomes de Almeida, INCT- INPuT.

Esta sessão livre discute a busca por alternativas ao modelo hegemônico de organização e produção do espaço, considerando temas como natureza, povos tradicionais, outras cosmologias, outras economias e outros modos de viver. A sessão visa conectar experiências de populações tradicionais e originárias brasileiras com práticas similares na Índia, que podem contribuir para pensar alternativas. A natureza é interpretada nas narrativas e práticas alternativas como sujeita tanto detentora de direitos quanto de ação ativa na conformação do espaço e das rotinas de (re)produção. A espiritualidade manifesta nos espaços de vida indianos pela profusão de templos e símbolos que integram o território indiano apresenta-se como a segunda ideia orientadora da sessão. O terceiro termo que baliza as exposições é o comum, que aponta para a possibilidade de construção de bens e serviços que possam ser socializados. A sessão busca, assim, uma primeira leitura e uma aproximação e eventual aprendizado a partir da Índia e suas formas de expressão e produção do espaço, em suas possíveis conexões com experiências de populações tradicionais e originárias brasileiras, até recentemente invisibilizadas. A escolha da Índia se justifica pelo interesse crescente na relação entre os dois países, nas dimensões geopolíticas, econômicas, culturais e espirituais.

SL26 - NEOEXTRATIVISMO EM TERRITÓRIOS MINERADOS

Junia Ferrari, UFMG.
Renato Fontes, UFMG.
Karine Carneiro, UFOP.
Fernando Michelotti, UNIFESSPA.
Giliad de Souza Silva, UNIFESSPA.

Esta sessão livre debaterá a exploração mineral no Brasil, que vem ocorrendo desde o período colonial e se tornou um problema acentuado após o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana/MG, em 2015, e a repetição do desastre em Brumadinho, em 2019. A exploração mineral é um tipo de acumulação que se beneficia de uma relação assimétrica centro-periferia, na qual o centro do capitalismo viabiliza a acumulação por meio da exploração da periferia, fornecedora de recursos naturais. O extrativismo é um modelo que se reconfigura em cada ciclo histórico, e o neoextrativismo é a forma mais recente da prática extrativista, caracterizada pelo papel do Estado como facilitador, escala dos bens naturais extraídos, novas fontes de legitimação social e política e inserção subordinada desses países na nova divisão internacional do trabalho. O contexto recente do boom das commodities na primeira década do século XXI intensificou a exploração mineral no Brasil. O modelo de mineração só é possível porque o Estado atua como fiador por meio da legislação e organização da submissão atrelada à força do capital minerário e sua exigência por acumulação. A sessão enfatiza a necessidade de uma leitura mais aprofundada do neoextrativismo para entender as crises que afetam as sociedades contemporâneas, como a crise de democracia, soberania e direitos humanos.

SL27 - NEOEXTRATIVISMO E AUTORITARISMO: ECONOMIA, ECOLOGIA E POLÍTICA

Henri Acselrad, IPPUR/ UFRJ.
Fabrina Furtado, CPDA/UFRRJ.
Juliana Neves Barros, CECULT - UFRB.
Wendell Ficher Teixeira Assis, ICS/UFAL.
Edwin Muñoz Gaviria, IPPUR/UFRRJ.

A partir do golpe parlamentar de 2016, a discussão sobre a crise da forma democrática brasileira recolocou em pauta o papel político das elites empresariais no país. Multiplicaram-se perguntas sobre o jogo de conveniências que teria feito os poderosos empurrarem o país nas mãos de agentes empenhados em desmontar as dimensões públicas do Estado. O trato desta questão não se deveria descolar do debate mais geral sobre as transformações do capitalismo brasileiro que foram observadas desde que os processos de neoliberalização foram desencadeados. É nesta trama histórica que se deveria tentar entender o entrelaçamento entre fenômenos como reprimarização e financeirização da economia, expansão violenta da fronteira dos interesses agrominerais sobre terras públicas, territórios indígenas e quilombolas e a disseminação de um habitus autoritário.

A presente Sessão Livre pretende discutir os mecanismos pelos quais se veio configurando uma espécie de afinidade eletiva entre o neoextrativismo e o autoritarismo. A noção de afinidade eletiva permite estabelecer uma distância crítica em relação aos cânones da separação corrente entre as esferas de análise, observando, em particular, a articulação de um conjunto de fenômenos nos quais a identificação de traços em comum permite fazer entrar no campo de investigação fatos que não haviam, até então, sido devidamente considerados.

SL28 - TECNOPOLÍTICAS URBANAS

Aldenilson Costa, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Deborah Werner, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Igor dalla Vecchia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rodrigo José Firmino, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Flávio Carvalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A incorporação da pauta tecnológica na política urbana está orientada por interesses nem sempre transparentes. Trata-se, pois, de tecnopolíticas, formadas por interesses conflitantes e de um ideal de tecnologia que, na aparência é neutra e desprovida de interesses, mas que na prática, reproduz tensionamentos, disputas e desigualdades socioterritoriais urbanas. De um lado, empresas de tecnologia constroem gestores públicos oferecendo soluções aos problemas urbanos. De outro, a adesão ao solucionismo tecnológico ocorre de forma acrítica, submetendo as cidades aos ditames do novo urbanismo neoliberal. O processo ganha novas e complexas dimensões com a legitimação da narrativa tecnológica a partir de órgãos supranacionais que orientam a política urbana global, resultando na agenda de cidades inteligentes. Do lado contra-hegemônico, grupos sociais estão desenvolvendo estratégias para utilizar as tecnologias contrapondo-se ao projeto tecnológico solucionista, reconhecendo seu caráter político e seus efeitos e possibilidades. Dito isso, nossa proposta reconhece a configuração sociotécnica dos arranjos e dispositivos tecnológicos, incluindo os processos de produção do espaço urbano que são por eles desencadeados. Trata-se de compreender a tecnologia associada à dimensão política e urbana e os desdobramentos produzidos, inclusive por movimentos que se opõem à racionalidade técnica dominante, criando arranjos tecnopolíticos a partir da e para a sociedade.

SL29 - CIDADE(S), JUSTIÇA(S) E CULTURA(S) EXPERIÊNCIAS, EXPRESSÕES E ARTIVISMOS

Leandro Gorsdorf, Universidade Federal do Paraná/UFPR.

Giovanna Bonilha Milano, Universidade Federal de São Paulo /UNIFESP.

Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino, Universidade Federal do Paraná/UFPR.

Mariana Galacini Bonadio, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/IPPUR.

Julia Avila Franzoni, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

Esta sessão livre abordará a cidade como um espaço conflituoso que abriga encontros, festas, (re)produção social e sensibilidades. A arte e a cultura têm o potencial de ser veículos para a conquista do direito à cidade em múltiplas dimensões e de exercer formas de justiça social. Movimentos, coletivos e artistas provocam e tensionam novos espaços urbanos, explorando fissuras e heterotopias em oposição às normatividades da cidade neoliberal, racista, misógina, cisheteronormativa e colonial. A cultura e a arte agenciam rupturas e dismantelamentos dos sistemas jurídico-políticos e das instituições detentoras e produtoras do discurso oficial e oficioso sobre a história, a memória e os usos das cidades. Defende-se a aproximação entre vida, luta e arte, rompendo as dicotomias e demarcações canônicas entre artistas e não artistas. Propõe-se uma cartografia de intervenções que abrange manifestações, protestos, mobilizações comunitárias, projetos artísticos e até ocupações de prédios abandonados. A discussão se concentra em ocupações urbanas e suas configurações culturais, comunidades populares e seus saberes-fazeres e performances de artistas que questionam a cidade cisheteronormativa e outros dispositivos. O objetivo é identificar a insurgência de um modus operandi que dialoga com o direito à cidade, as reivindicações e organizações políticas e com a noção de justiça. As maneiras de falar dos espaços-tempos e de fazê-los falar se apresentam em regime de experimentação, em que a teoria e a linguagem são colocadas à prova para constituir espaços para viver, se apropriar e questionar os enquadramentos tradicionais sobre o urbano e a própria normatividade do vocabulário político acadêmico.

SL30 - PESQUISA DE CAMPO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS CLASSIFICÁVEIS COMO NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS: DESAFIOS, ACHADOS E RECOMENDAÇÕES

Cleandro Krause, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Rosana Denaldi, Universidade Federal do ABC.

Cátia Wanderley Lubambo, Fundação Joaquim Nabuco.

Heleniza Avila Campos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Raquel de Mattos Viana, Fundação João Pinheiro.

Esta sessão livre tem como objetivo ampliar as contribuições metodológicas gerais produzidas pelo projeto "Pesquisa sobre Núcleos Urbanos Informais no Brasil", desenvolvido entre 2019 e 2021.

A falta de levantamentos locais adequados devido à ausência de recursos e/ou capacidade técnica limitada dos municípios destaca a importância de esforços incrementais para desenvolver novas metodologias para identificar, classificar e coletar informações sobre assentamentos informais. As informações coletadas pelo Censo Demográfico, apresentam limitações, incluindo a subestimação da presença de tais assentamentos e qualidade variável dependendo da região. Além disso, sua delimitação ocorre antes da própria operação do censo e inclui critérios que não estarão presentes nas variáveis a serem investigadas posteriormente. Um novo problema surgiu com a definição de "núcleos urbanos informais", introduzida pela Lei Federal nº 13.465/2017, que atualizou as definições e procedimentos para a regularização fundiária urbana. De acordo com a Lei, um núcleo urbano informal é "clandestino, irregular ou em que não foi possível realizar, de qualquer forma, a titulação de seus ocupantes, mesmo que tenha sido atendida a legislação em vigor à época de sua implantação ou regularização". A definição legal de NUI é vaga e imprecisa, não fazendo nenhuma referência aos limites de densidade populacional, características do traçado das vias ou à existência de infraestrutura urbana, o que definiria o grau de consolidação desses assentamentos de acordo com o quadro legal anterior, a Lei Federal nº 11.977/2009. Esta sessão livre pretende contribuir para o debate sobre o conceito de NUIs e os desafios de sua identificação, delimitação e caracterização, propondo uma abordagem metodológica inovadora baseada na combinação de técnicas de sensoriamento remoto e algoritmos de aprendizado de máquina, com foco na região metropolitana de São Paulo.

SL31 - PLANEJAMENTO, ASSESSORIA POPULAR E CONFLITOS TERRITORIAIS: CRÍTICA DA PRÁTICA PARA UMA PRÁTICA CRÍTICA

Jose Ricardo Vargas de Faria, Universidade Federal do Paraná.
Clarissa F. Sampaio Freitas, Universidade Federal do Ceará.
Renato Emerson dos Santos, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Simone Aparecida Polli, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Fabricio Leal de Oliveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta sessão livre trata das práticas de planejamento popular e assessoria técnica em conflitos territoriais, que vêm interferindo nos processos de produção social do espaço urbano e rural. Tais práticas são realizadas por comunidades, assessores técnicos e planejadores, que constroem alianças e se constituem como novos sujeitos sociais de planejamento e formulação de estudos, planos populares, cartografias sociais, formas coletivas de organização territorial, tecnologias sociais de moradia, de saneamento ambiental, de mobilidade e de trabalho, produção e renda. Tais iniciativas contestam, informam e/ou são incorporadas em ações de Estado, produzindo legislações, programas e projetos que reagem ou se apropriam dos conhecimentos técnicos e tecnológicos e saberes populares produzidos naqueles contextos.

A análise das experiências confere possibilidades de alargamento do campo do planejamento territorial a partir da premissa de que o planejamento não é atividade exclusiva do Estado, reconhecendo como legítimas as alianças populares em torno de reivindicações, protestos, propostas e planificações diversas que, ao mesmo tempo, denunciam potenciais violências de Estado, mas também reivindicam uma maior institucionalidade capaz de prover a universalidade a direitos muitas vezes já garantidos em nossos marcos institucionais e legais. A sessão destaca ainda que, no Brasil, o campo do planejamento urbano e regional vem sendo tensionado por pressões da sociedade organizada desde os anos 1980, resultando em avanços institucionais expressos em marcos legais, arranjos e estruturas administrativas, além de processos de planejamento participativo desenvolvidos em múltiplos âmbitos públicos. No entanto, críticas a esse paradigma revelam os limites de sua efetividade, uma vez que as condições de vida urbana pouco se alteraram, permanecendo vigentes situações precárias de moradia, insegurança na posse, dificuldades de acesso às infraestruturas e serviços urbanos, como transporte e saneamento, e intensificação de processos de degradação ambiental.

SL32 - PLATAFORMA REDE MORADIA-ASSESSORIA REFLEXÕES SOBRE A ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR

Marcela Silviano Brandão Lopes, Professora Adjunta- Escola de Arquitetura da UFMG.
Lara Isa Costa Ferreira, doutoranda Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Lívia Miranda, professora na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

Thais Oliveira Ponte, assessora técnica na Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade (CE) e doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Karina Oliveira Leitão (FAUUSP, Rede Moradia-Assessoria).

Esta sessão livre tem como objetivo discutir a assistência técnica popular em Arquitetura e Urbanismo para direitos habitacionais por meio da plataforma virtual da Rede Moradia-Assessoria. A Rede Moradia-Assessoria é uma Rede de Articulação Política, Acadêmica e Profissional para pesquisa e ação em condições habitacionais e iniciativas de Assistência Técnica Popular. Ela opera por meio de grupos interdisciplinares de pesquisadores, professores e consultores trabalhando juntos por abordagens teórico-práticas para avançar a habitação popular e assistência técnica. A rede propõe um diálogo entre diferentes campos do conhecimento para abordar a complexidade das questões habitacionais e de assistência técnica e trazer visibilidade a informações sub-representadas sobre as condições habitacionais do país. Uma comissão da rede desenvolveu uma plataforma virtual para mostrar os desafios e reflexões da rede e reafirmar a importância da assistência técnica e pesquisa-ação por meio de um diálogo entre territórios populares, universidades e organizações profissionais. A plataforma apresenta os nós da rede e suas práticas territoriais, que são diversas, mas sempre envolvem diálogo, presença, relação e ação no território.

A plataforma foi objeto de discussão em um evento virtual público e uma mesa-redonda, onde representantes dos grupos da rede apresentaram suas práticas territoriais e reflexões sobre o uso da plataforma. Algumas críticas surgiram das discussões, como o formato da plataforma não representando a complexidade das práticas da rede, mas a plataforma permanece uma ferramenta valiosa para a comunicação e reflexão sobre assistência técnica popular em direitos habitacionais.

SL33 - RACISMO E CIDADES AFRICANAS E AFRO-DIASPÓRICAS / SESSÃO 2 - REDE DE PESQUISA AFROARQ

Fabio Macedo Velame, Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Joana D'Arc de Oliveira, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo IAU-USP.

Maria Estela Rocha Ramos Penha, UNIME.

Selma Passos Cardoso, Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

Maurício Wilson Camilo da Silva, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Gabinete da Pesquisa em História de África Ocidental Rua 14 de Novembro Ajuda I.

A presente proposta está conectada à sessão 1, apresentada pela Rede de Pesquisa AFROARQ que conecta vários/as docentes e investigadores/as brasileiros/as e africanos/as. O objetivo de nossa proposta é visibilizar as questões étnico-raciais nos os estudos africanos e afro-brasileiros nos campos da Arquitetura e do Urbanismo, destacando o legado civilizatório dos africanos e africanas no Brasil, ainda lacunar, na formação de arquitetos/as e urbanistas, na historiografia e teoria da arquitetura, no planejamento de cidades e projetos arquitetônicos. Busca tecer a relação da negritude com a edificação de arquiteturas, territórios e cidades no país, destacando os processos de segregação étnico-raciais na produção contemporânea das cidades africanas e brasileiras e a faceta racial do urbanismo na África e no Brasil. A sessão busca, ainda, dar visibilidade para outras abordagens epistemológicas para a compreensão as cidades latino americanas e destacar as formas de apropriação espaciais empreendidas pelos povos negros no continente africano e na diáspora.

SL34 - PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DAS TENDÊNCIAS DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES BRASILEIRAS

Eda Maria Góes, Professora da Universidade Estadual Paulista.

Nécio Turra Neto, Professor da Universidade Estadual Paulista.

Patricia Maria Jesus, Professora da Universidade Federal do ABC.

Antonio Bernardes, Professor da Universidade Federal Fluminense.

O Projeto Temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos” parte do pressuposto de que a diferenciação socioespacial em cidades brasileiras vem se aprofundando e aponta para a constituição do processo de fragmentação socioespacial.

A partir dele, nos propusemos a compreender, no plano da cidade e do urbano, como a lógica socioespacial fragmentária altera o conteúdo da diferenciação e das desigualdades, redefinindo os sentidos do direito à cidade. As cidades selecionadas para análise contemplam realidades regionais distintas, vinculadas a diferentes formações socioespaciais, além de diferentes portes populacionais: Chapecó/SC, Dourados/MS, Ituiutaba/MG, Marabá/PA, Maringá/PR, Mossoró/RN, Presidente Prudente/SP, Ribeirão Preto/SP e São Paulo/SP. Partindo do pressuposto de que é necessário dar maior ênfase às práticas espaciais e às dimensões sociais e políticas do processo pesquisado, nessa Sessão Livre, apresentaremos os procedimentos qualitativos desenvolvidos em quatro frentes metodológicas, 1. Grupos focais, 2. Entrevistas (com cidadãos e agentes bem informados), 3. Percursos acompanhados (casa – trabalho – casa), 4. Netnografia, acompanhados de propostas analíticas e de alguns dos resultados obtidos em cada uma delas.

SL35 - A QUESTÃO URBANA NOS PROJETOS EM DISPUTA PARA UMA BIOECONOMIA DA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA: (RE)CONFIGURAÇÕES DOS TERRITÓRIOS DE VIDA E PRODUÇÃO NA FLORESTA VIVA

Antonio Miguel Vieira Monteiro, INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Ana Cláudia Duarte Cardoso, UFPA - Universidade Federal do Pará.

Harley Silva, UFPA - Universidade Federal do Pará.

Estavan Bartoli, UEA Parintins - Universidade Estadual do Amazonas.

Esta sessão livre tem como objetivo conectar o tópico emergente da bioeconomia na Amazônia contemporânea com o debate sobre especificidades urbanas na região. Bertha Becker cunhou o termo "floresta urbanizada" na década de 1990, destacando a necessidade de desenvolver uma agenda urbana para abordar políticas socioambientais inclusivas e conservação para a região. No entanto, três décadas depois, uma agenda para o fenômeno permanece insuficientemente desenvolvida, com discussões fragmentadas de fóruns e agências nacionais e internacionais, prejudicando o planejamento territorial e estratégias de desenvolvimento econômico e social. A comunidade acadêmica enfrenta desafios em lidar com processos sociais e naturais nos trópicos úmidos, incluindo lutas para entender as interações abaixo do dossel da floresta e a diversidade de assentamentos humanos e arranjos socioterritoriais na Amazônia. A sessão proposta tem como objetivo explorar as possibilidades de um projeto de desenvolvimento regional utilizando a mediação urbana além das limitações das cidades, incorporando os conhecimentos e modos de produção das economias locais. Com a discussão atual da bioeconomia, esta sessão visa discutir as reais possibilidades de incorporação de conexões urbanas e regionais para um novo ciclo de desenvolvimento regional.

SL36 - CULTURA, TURISMO E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ASSOCIAÇÕES ENTRE CULTURA, TURISMO E ESPORTE/LAZER

Silvio José de Lima Figueiredo, Universidade Federal do Pará.
Elis de Araújo Miranda, Universidade Federal Fluminense.
Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo, Universidade Federal do Maranhão.
Ludmila Gonçalves da Matta, Universidade Candido Mendes.
Mirleide Char Bahia, Universidade Federal do Pará.

A Sessão "Cultura, Turismo e Planejamento Urbano e Regional" realizada nos encontros da ANPUR em Belém (2007); Florianópolis (2009), Rio de Janeiro (2011), Recife (2013) e Natal (2019), teve por objetivo discutir a relação das práticas turísticas e culturais com as estratégias de planejamento e gestão ligadas às políticas públicas e ao desenvolvimento urbano e regional. Propõe-se políticas públicas em áreas que se encontram associadas em espaços com gestão estadual ou municipal, para além das políticas nacionais. Os campos do turismo, do lazer e da cultura se inter-relacionam, com viés de planejamento e políticas públicas mais ligados ao mercado pelo turismo e lazer e mais ligados à prática social na cultura. A inclusão da cultura como projeto político enfrenta os desafios da pluralidade de um país que se formou com base na diversidade. A Carta Magna promulgada em 1988 tornou-se marco de políticas públicas setoriais na abertura política. Na Constituição, a liberdade torna-se um preceito sobre o qual se assegura ao indivíduo seu desenvolvimento, tendo uma concepção descritiva de cultura, em sua interpretação simbólica de singularidade dos grupos sociais que interagem com elementos essenciais para a pluralidade das manifestações e o reconhecimento de diferentes identidades. Os proponentes de sessão debaterão sobre políticas públicas que orientam suas pesquisas, bem como as especificidades de cada uma das áreas associadas e por fim, buscará uma proposição de integração desses três campos a fim de orientar gestores municipais e estaduais em seus contextos geográficos de atuação profissional e de ensino-pesquisa-extensão.

SL37 - RACISMO E CIDADES AFRICANAS E AFRO-DIASPÓRICAS / SESSÃO 1 - REDE DE PESQUISA AFROARQ

Ana Cláudia Castilho Barone, FAUUSP/Labdias.
Carlos Henrique Magalhães de Lima, PPG-FAU UnB.
Murad Jorge Mussi Vaz, DEAAU/UTFPR, MALOCA/UNILA, DALE/UFBA.
Andreia Moassab, MALOCA/UNILA.

A presente proposta está conectada à sessão 2 Racismo e Cidades Africanas e Afro-diaspóricas, apresentada pela Rede de Pesquisa AFROARQ que conecta vários/as docentes e investigadores/as brasileiros/as e africanos/as.

O objetivo de nossa proposta é visibilizar as questões étnico-raciais nos os estudos africanos e afro-brasileiros nos campos da Arquitetura e do Urbanismo, destacando o legado civilizatório dos africanos e africanas no Brasil, ainda lacunar, na formação de arquitetos/as e urbanistas, na historiografia e teoria da arquitetura, no planejamento de cidades e projetos arquitetônicos. Busca tecer a relação da negritude com a edificação de arquiteturas, territórios e cidades no país, destacando os processos de segregação étnico-raciais na produção contemporânea das cidades africanas e brasileiras e a faceta racial do urbanismo na África e no Brasil. A sessão busca, ainda, dar visibilidade para outras abordagens epistemológicas para a compreensão as cidades latino americanas e destacar as formas de apropriação espaciais empreendidas pelos povos negros no continente africano e na diáspora.

SL38 - REFORMA URBANA E O DIREITO À CIDADE NA QUARTA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL. DIÁLOGOS SOBRE A SOCIEDADE URBANA NO FUTURO E O FUTURO DA SOCIEDADE URBANA. QUE AGENDA?

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, IPPUR/ UFRJ.

Marcio Pochmann, UNICAMP.

Luciano Fedozzi, UFRGS.

A Sessão Livre tem como objetivo central suscitar a reflexão e o debate sobre o futuro da sociedade urbana brasileira diante da crise disruptiva que atravessamos e das mudanças estruturais em curso acelerado na civilização capitalista. Trata-se de um tema relevante do ponto de vista acadêmico e político, tendo em vista que observamos em uma espécie de cancelamentos da discussão sobre os caminhos que possam orientar o debate na sociedade sobre o futuro do nosso país. Quando o futuro é discutido, as questões são apresentadas como se conformam apenas um cenário negativo se comparadas às do presente. Há 40 anos o debate sobre o futuro era muito comum no Brasil. As universidades se posicionavam, havia visões ideológicas de direita ou esquerda, publicavam-se relatórios, livros, missões governamentais, e organizações não governamentais eram consultadas. Enfim, o debate sobre o futuro era muito presente. A Sessão Livre tem como fundamento a mobilização das reflexões e os produtos de pesquisa (livros e artigos de dois grupos de pesquisa, do INCT Observatório das Metrôpoles, sob a coordenação de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, e do grupo coordenado por Marcio Pochmann). Foram produzidos os livros “Metrópole e pandemia: presente e futuro” (Letra Capital, 2022) e “Reforma urbana e direito à cidade: questões, desafios e caminhos” (Letra Capital, 2022), ambos de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, e os livros “Novos Horizontes do Brasil na 4ª transformação estrutural” (Editora da Unicamp, 2022), e “O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira” (Sesc, 2022), ambos de Marcio Pochmann.

SL39 - MEMÓRIA, DESMEMÓRIA E LUGARES AMAZÔNICOS

Cybelle Salvador Miranda, Universidade Federal do Pará - PPGAU.
Cibelly Figueiredo, Universidade Federal do Pará.
Livia Gaby Costa, Universidade de São Paulo - USP.
Dinah Reiko Tutyia, Universidade Federal do Amapá- UNIFAP.

Esta sessão livre irá discutir o papel da arquitetura na formação de memórias nas cidades da Amazônia brasileira e a ausência da arquitetura como uma perda de memória. Através de métodos etnográficos, os pesquisadores analisam as camadas de experiência nos espaços urbanos e como elas moldam memórias coletivas e individuais. A materialidade da arquitetura é fundamental para a maneira como as pessoas se lembram de eventos e experiências, pois as molda de uma maneira específica. O desaparecimento da arquitetura, portanto, pode levar à perda de memória e tornar difícil evocar experiências passadas. A sessão explorará a relação entre as memórias individuais e a memória coletiva, e as maneiras pelas quais as narrativas e histórias são transmitidas de geração em geração. O poder das imagens na memória também será discutido, pois elas podem evocar respostas emocionais fortes e estimular a memória. Reconstruções virtuais da arquitetura perdida podem ajudar a reconectar as pessoas com sua história e facilitar a memória, mas isso é uma questão em aberto. As dimensões éticas da memória e a obrigação de lembrar também serão discutidas. O uso da etnografia, autoetnografia e etnografia de rua será explorado como estratégias para aproximar os pesquisadores das pessoas e lugares que estudam. A sessão tem como objetivo fornecer insights sobre a importância da arquitetura na formação de memórias e incentivar discussões sobre o papel da memória na formação de nossas identidades e culturas.

SL40 - REPENSAR O DIREITO À CIDADE? EM BUSCA DE OUTRAS DIMENSÕES

Leo Name, PPG-AU/FAUFBA.
João Soares Pena, Ministério Público da Bahia.
Rossana Brandão Tavares, UFF.
Mayara Mychella Sena Araújo, FAUFBA.
Lysie dos Reis Oliveira, UNEB.

Esta sessão livre discute a reforma urbana no Brasil, originada em um movimento da década de 1960 e consolidada pela Constituição Federal de 1988, exigindo que cidades com mais de 20.000 habitantes elaborassem Planos Diretores. Esses planos deveriam combinar conhecimentos técnicos com a participação popular, porém, muitos críticos consideram que eles não foram efetivos em fornecer um direito à cidade mais inclusivo e igualitário. Defende-se que um direito à cidade efetivamente inclusivo deve levar em conta a dimensão do espaço vivido, incluindo a raça, gênero, sexualidade e memória.

Além disso, o direito à cidade não deve ser reduzido a equipamentos, habitação e infraestrutura, mas deve ser visto como uma transformação radical na forma como a sociedade produz o espaço urbano, que por sua vez levará à mudança social. A sessão livre será conduzida por pesquisadores de cinco grupos de pesquisa e quatro instituições diferentes, que explorarão como o direito à cidade pode ser alcançado de maneira mais efetiva e inclusiva no Brasil.

SL41 - SANEAMENTO NO OLHAR DOS DIREITOS HUMANOS: A FALSA NARRATIVA DA PRIVATIZAÇÃO

Renata de Faria Rocha Furigo, Coordenadora Geral do ONDAS - Observatório Nacional dos Direitos Humanos a Água e ao Saneamento.

Ricardo de Sousa Moretti, Professor da UFABC - Universidade Federal do ABC.

Patrícia Finamore Araujo, Aluna de Pós Graduação em Urbanismo da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Juliano Pamplona Ximenes Ponte, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA - Universidade Federal do Pará.

Ana Lucía Britto, Professora Programa de Pós Graduação em Urbanismo da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta sessão livre discutirá os princípios normativos que regem os direitos humanos à água e ao saneamento, de acordo com os Artigos 11 e 12 do Comentário Geral nº 15 dos Órgãos de Tratados de Direitos Humanos. Os princípios incluem disponibilidade, qualidade e segurança, aceitabilidade social e cultural, acessibilidade física e acessibilidade econômica. A proposta argumenta que a ênfase na acessibilidade econômica é especialmente importante no Brasil, onde os serviços de água e esgoto são valorizados com base em um modelo empresarial que busca financiar atividades inteiramente por meio de tarifas, gerando lucros para investidores. No entanto, esse modelo não garante a plena realização dos direitos humanos e dificulta a universalização dos serviços, contribuindo para riscos à saúde pública e degradação ambiental. A proposta tem como objetivo analisar o discurso de privatização desses serviços e alguns de seus resultados conhecidos no Brasil e em todo o mundo, além de discutir o caráter da acessibilidade econômica diante do atual déficit nacional de abastecimento de água e saneamento. A legislação brasileira revisada em 2020 reestruturou o marco legal do saneamento, promoveu a privatização do setor, favorecendo a criação de um modelo semelhante ao do setor elétrico, com grandes blocos de concessão, contratos de longo prazo, lucros sólidos e valores abusivos de tarifas. Esse modelo tem como objetivo atrair investidores no mercado financeiro, padronizar as regras tarifárias e estabelecer a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para supervisionar os serviços, mas que tem sido criticada por priorizar os interesses das empresas sobre os interesses públicos.

SL42 - SOBREVIVENDO NO INFERNO DA VIOLÊNCIA DA URBANIZAÇÃO: CRIME, COLAPSO E AS NOVAS FRONTEIRAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONTEMPORÂNEO

Gustavo Francisco Teixeira Prieto, Universidade Federal de São Paulo.
Thiago Canettieri, Universidade Federal de Minas Gerais.
Priscila Coli Rocha, University of California, Berkeley.
Juliana Nazaré Luquez Viana, Universidade Federal de Minas Gerais.
Taís Freire de Andrade Clark, Observatório das Metrôpoles - Núcleo Belo Horizonte.

Esta sessão livre propõe uma reflexão sobre as relações entre a violência da urbanização, crime e as novas fronteiras da produção do espaço em colapso. O objetivo é analisar a espacialidade violenta como prática da urbanização capitalista e o colapso contemporâneo do urbano frente aos processos de militarização, milicianização e expansão das facções criminosas na produção e gestão das metrôpoles. Os pesquisadores buscam contribuir para o questionamento de um certo consenso sobre as formas de violência no processo de urbanização, que muitas vezes é atribuído à ausência ou ineficácia da segurança pública. As pesquisas mostram a existência de uma profunda relação entre as lógicas ilícitas da criminalidade e da sociabilidade violenta e o funcionamento da segurança pública e sobretudo da presença do Estado. A dinâmica dialética da presença-ausência do Estado em suas margens é analisada, é onde as práticas socioespaciais da violência e da segurança se manifestam de maneira mais evidente. As diferentes pesquisas que serão apresentadas nessa sessão livre apontam para a convergência de lógicas violentas na produção do espaço urbano e metropolitano contemporâneo, que reproduzem barreiras socioeconômicas e segregação espacial. O objetivo é analisar a nova gramática da sobrevivência em favelas e periferias que estão submetidas a arregos, extorsões, burocracia miliciana e criminal, enredando tais práticas com a circulação de dinheiro, nova morfologia do trabalho e a desigual geometria do poder na sociedade.

SL43 - TECNOLOGIA NO TERRITÓRIO: ATORES, AGENDAS E ESTRATÉGIAS

Lalita Kraus, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Adalberto Antonio da Mota Correia, Universidade Federal de Pernambuco.
Aldenilson Vitorino dos Santos Costa, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Ana Cristina Fernandes, Universidade Federal de Pernambuco.
Fabio Costa Peixoto, Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Esta sessão livre trata da relação entre as tecnologias de informação e comunicação e o território, e como essa relação se manifesta a partir das ações de diferentes agentes com suas próprias agendas e estratégias. O território é composto por informações que são potencializadas pelo uso de tecnologias informáticas, o que tem levado a uma grande troca de informações e produção de dados. Isso tem resultado em uma exploração mercadológica cada vez maior de informações extraídas de plataformas digitais. A cidade torna-se um local privilegiado de controle espacial por parte dos agentes privados e do governo.

A adesão ao mainstream tecnológico é a-crítica e inspirada em experiências em que a tecnologia, ao ser aplicada à gestão, supostamente traria benefícios aos cidadãos e à oferta de serviços públicos. A implementação de dispositivos tecnológicos, estratégias de digitalização dos serviços públicos, e serviços urbanos tecnologicamente mediados, como mobilidade compartilhada e carros autônomos, está moldando as políticas e transformando a lógica da gestão pública. A cidade, cada vez mais tecnologicamente mediada, produz, integra e analisa um grande volume de dados, transformando a lógica da gestão pública e a produção do espaço urbano.

SL44 - INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: ENTRE A TRADIÇÃO E NOVOS CONCEITOS

Rodrigo Portugal, SUDAM / IPEA.
Sergio Felipe Melo da Silva, SUDAM / UFPA.
Antonio Fernando Ramos, SUDAM.

Esta sessão livre aborda as políticas de desenvolvimento regional voltadas para a Amazônia Legal, desde a fundação do Banco de Crédito da Borracha, em 1942, até a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, e o desenvolvimento institucional exibido na região pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Instituto Federal de Obras contra as Secas (IFOCS). As instituições ganharam relevância pela discussão acadêmica sobre desenvolvimento da Amazônia, mas também pelo planejamento e financiamento de projetos. As políticas voltadas para a Amazônia Legal se consolidaram enquanto um funding interregional do planejamento, apesar da pouca governança sobre os impactos, em especial sobre o meio ambiente e a população de menor renda. Os governadores tinham lócus de decisão no Conselho Deliberativo da SUDAM e decidiam vultosos investimentos na região a partir de uma instância federal, com olhar regional. Entre os anos 1980 e 2000, as instituições entraram em crise, mas resistiram. A SUDAM foi recriada em 2007, perante o advento de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que buscou revigorar o planejamento, alinhar os recursos financeiros ao planejamento e trazer novos modos de governança. A SUFRAMA manteve o padrão de incentivos fiscais sobre a indústria de transformação em Manaus e ampliou sua atuação para as Áreas de Livre Comércio (ALCs) nos anos 1990. O BASA foi a instituição que se sobressaiu no período, por ser responsável pela gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), hoje o principal financiador de política explicitamente regionais na região norte, contudo, também sofre críticas sobre o ponto de vista contábil-fiscal.

SL45 - TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDOS TRANSVERSAIS

Juliana Bacelar de Araújo, UFRN.

Beatriz Tamaso Miotto, UFABC.

Cassiano José Bezerra Marques Trovão, UFRN.

Maria Losangela Martins de Sousa, PLANDITES-UERN.

Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira, UFRN.

Esta sessão livre tem como objetivo analisar o desenvolvimento regional no Brasil no século XXI por meio de estudos transversais e multiescalares dos processos que influenciam o desenvolvimento econômico nacional, a fim de entender algumas tendências recentes importantes nessa área. A hipótese da proposta é que os processos de financeirização, desindustrialização, desconcentração produtiva regional e a recente pandemia de COVID-19 reforçaram o movimento de fragmentação econômica e territorial. A sessão analisará problemas de desenvolvimento regional e urbano, utilizando uma abordagem transversal que analisa serviços intensivos em conhecimento na Região Metropolitana de São Paulo, turismo sustentável na região do Araripe, no Ceará, a desconcentração industrial brasileira usando o caso de Pernambuco e o avanço da energia eólica, com foco no Rio Grande do Norte. A sessão é teoricamente baseada no conceito de "inflexão ultraliberal", que é suportado pela tríade da financeirização, desindustrialização e austeridade fiscal, e as ampliando as contradições criadas pela corrosão das infraestruturas econômicas e sociais e do sistema de solidariedade territorial. O cenário pós-2015 apresenta sérios desafios para a articulação complexa do espaço com o campo da governança política, econômica e socioambiental, onde problemas decorrentes do aumento da precariedade das condições de vida, falta de infraestrutura urbana e acesso a serviços básicos de saúde, segurança, educação, etc. somam-se à necessidade de pensar em formas de crescimento econômico sustentável, inclusivo e ambientalmente sustentável ancorado na utilização do potencial local e investimento produtivo, e na redução das desigualdades sociais.

SL46 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PLANEJAMENTO URBANO: CENÁRIOS E DESAFIOS

Tatiana Tucunduva Philippi Cortese, Universidade Nove de Julho - UNINOVE e Instituto de Estudos Avançados da USP.

Juarês José Aumond, Fundação Universidade Regional de Blumenau.

Débora Sotto, Instituto de Estudos Avançados da USP.

Marcos Antonio Mattedi, Universidade Regional de Blumenau.

Em 2022, o Sumário Técnico do 6º Relatório do IPCC sobre Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade aponta que as cidades e os assentamentos humanos crescem a taxas altas em todo o mundo e não só constituem locais concentrados de maior vulnerabilidade e exposição a riscos climáticos como também se apresentam como locais estratégicos para a ação climática.

O êxodo rural como processo de migração do campo para as cidades, vem sendo registrado com maior ou menor intensidade, nas últimas décadas em escala mundial. A precariedade da gestão ambiental no planejamento urbano para acolhida dos emigrantes, concentra parte considerável dos problemas socioambientais da sociedade, diante da singularidade climática e meteorológica atual. A suscetibilidade das condições naturais agrava a vulnerabilidade socioambiental, como consequência da interação do homem com o meio. Neste contexto, esta Sessão Livre visa promover o debate sobre como as estratégias, técnicas e instrumentos do planejamento territorial e urbano pode dar suporte à estruturação e implementação de ações climáticas em âmbito local, de modo a habilitar as cidades a ampliar sua capacidade adaptativa e acelerar seus esforços de descarbonização no horizonte temporal de 2050.

SL47 - TRANSVERSALIDADES E ARTICULAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁXIS: GESTÃO DE RISCOS E JUSTIÇA TERRITORIAL NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS TERRITÓRIOS

Francisco de Assis Comaru, Universidade Federal do ABC / CECS / PPG PGT.

Renata Ferraz Toledo, Universidade São Judas Tadeu - Programa de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Samia Nascimento Sulaiman, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Fernando Rocha Nogueira, Universidade Federal do ABC / CECS / PPPGT.

Esta sessão livre tem por objetivo refletir sobre a cooperação, coprodução de conhecimento e trabalho compartilhado entre a academia, atores da política e sociedade no planejamento urbano e territorial, especialmente relacionados à justiça territorial e gestão de riscos e desastres socioambientais. A sessão destaca a necessidade de pesquisar com os atores sociais, em vez de pesquisar sobre eles, para lidar com a complexidade desses campos de conhecimento e aborda o contexto atual de erosão dos direitos humanos, ataques à democracia e ciência, crises climática, sanitária e ambiental, bem como o desmonte das políticas sociais e a acirrada violência e conflitos territoriais. A mesa discutirá como os pesquisadores, acadêmicos e extensionistas podem superar os limites da ciência clássica por meio da combinação de métodos como extensão, pesquisa-ação, pesquisa-participante e educação popular. Além disso, a sessão explorará como combinar as lutas territoriais com a re significação de abordagens metodológicas em projetos de pesquisa, coprodução de conhecimento, sistematização, análise de dados e contexto, comunicação cívica e popularização da ciência e tecnologias. Por fim, a sessão buscará viabilizar uma reflexão sobre os métodos convencionais e emergentes de ações colaborativas e engajadas, a partir da interação entre a universidade e as comunidades vulneráveis, gestão de riscos, pesquisa e extensão, educação popular e ciência pós-normal.

SL48 - ZONAS CINZENTAS ENTRE MERCADO, ESTADO E TERCEIRO SETOR NA AGENDA URBANA E HABITACIONAL PARTICIPATIVA: CASOS RECENTES NO BRASIL E PORTUGAL

Caio Santo Amore, FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP / Peabiru.

Cibele Rizek, IAUUSP - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Nuno André Vasconcelos Figueiredo Patricio, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade Ciências Sociais e Humanas.

Ana Maria Ferreira Haddad, FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Esta sessão livre tem como objetivo discutir a cooptação de agendas participativas urbanas e habitacionais, que posicionam a sociedade civil como protagonista nos processos de transformação urbana, como uma oportunidade de diálogo entre a pesquisa no Brasil e em Portugal. A agenda progressista surgiu nos anos 60/70, no contexto do Direito à Cidade, em que os movimentos sociais urbanos foram os protagonistas. A implementação do Orçamento Participativo (OP) foi o instrumento mais amplamente disseminado dessa agenda. A trajetória dos OPs revelou uma mudança em seu sentido político, de processos de organização coletiva para uma dimensão mais liberal. A trajetória exemplifica uma disputa mais ampla dentro da dinâmica da sociedade civil, na qual a presença de ONGs, posicionando-se como o "terceiro setor" entre o Estado e o Mercado, começa a erodir seus significados políticos e transformadores. No início dos anos 2000, no contexto do debate sobre a despolíticação das entidades do terceiro setor, o termo "sociedade civil" se afastou dos movimentos sociais para se restringir às ONGs em suas várias formas institucionais. Em Portugal, a mesma tendência se materializou no campo das lutas pelo direito à cidade, moradia e participação nos processos de transformação urbana. O debate proposto concentra-se em políticas urbanas, particularmente iniciativas e práticas no campo da habitação popular, que são originalmente guiadas por consultoria técnica e onde o Brasil é uma referência no cenário internacional.

SL49 - AMAZÔNIA, TERRITÓRIOS PRODUZIDOS E PAISAGENS REVELADAS UM DIÁLOGO ENTRE AS CIDADES DE MANAUS, MACAPÁ E BELÉM

Taís Furtado Pontes, Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Louise Barbalho Pontes, professora na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Thales Barroso Miranda, Diretor do Departamento de Projetos e Paisagismo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém.

Rodrigo Capelato, Universidade Federal do Amazonas (UFAM) / GPIT UFRGS.

Gonzalo Renato Núñez Melgar, Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Esta proposta de sessão livre busca discutir as relações entre sociedade e natureza nas cidades da Amazônia brasileira, que são marcadas por uma diversidade de tempos sociais, populações e culturas. A região amazônica enfrenta vetores de poder externos que buscam explorar seus recursos naturais em nome do desenvolvimento capitalista, em detrimento do equilíbrio ecológico e da manutenção das tradições culturais e dos direitos dos povos originários.

As grandes cidades da Amazônia se desenvolvem sobrepostas à matriz natural do bioma amazônico e às preexistências ancestrais, produzindo espaços que internalizam a miscigenação de diferentes povos e tempos, ora de forma agressiva, ora assumindo as condições da natureza. Essas paisagens trazem marcas de resistência social e cultural e de movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, revelando contrastes e injustiças culturais e ambientais. A sessão livre propõe debater, à luz das diversas escalas temporais, espaciais e de valores, as paisagens das cidades de Manaus, Macapá e Belém, com o objetivo de articular distintas pesquisas e olhares sobre as cidades, que têm em comum o bioma amazônico, suas particularidades socioculturais e naturais. Serão discutidos processos de degradação ambiental e exclusão social, bem como possibilidades e territórios de resistência, como estratégias de morar e de conviver coletivamente. A reflexão sobre as relações sociedade-natureza e a subjetividade do observador frente ao território serão abordadas na perspectiva de entender as relações entre o objeto e a ação, a intencionalidade e as horizontalidades.

SL50 - CARTOGRAFIAS E CONTRA-CARTOGRAFIAS DO ANTROPOCENO: (RE)POSICIONAMENTOS FRENTE AO NOVO REGIME CLIMÁTICO

Eliana Rosa de Queiroz Barbosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro - FAU/ DPUR.

Yara Cristina Labronici Baiardi, DAU-UFPE.

Patrícia Capanema Álvares Fernandes, Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará - PPGPAM.

Mariana Galacini Bonadio, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (UFRJ).

Bruno Amadei Machado, Universidade Federal do Rio de Janeiro - FAU/ DPUR.

O início do século XXI foi marcado por discordâncias em relação à emergência climática cada vez mais arrebatadora. Carvalho e Matos (2021) afirmam que a política ontológica do Antropoceno é heterogênea porque mobiliza diferentes tecnologias e sociopolíticas. No entanto, as dissensões contemporâneas não se relacionam apenas com a crise climática, mas também com diferentes graus de radicalização política, religiosa e econômica, o que reitera e exacerbam as questões climáticas. O Antropoceno mobiliza diferentes temporalidades - passado, presente e diferentes visões de futuro - e produz um novo vocabulário, como Urbanoceno, Capitaloceno, Chthuluceno, tecnosfera e civilização termo fóssil. Essa teoria crítica do Antropoceno é aplicável à Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional Brasileiros, que apresentam soluções técnicas complicadas para problemas complexos e se baseiam em um aparato sofisticado de legislação e regulamentação, muitas vezes desconsiderando dinâmicas econômicas neoliberais e resistências socioculturais existentes nos territórios onde são aplicados. Em ambos os casos, os avanços pontuais resultantes da criação de soluções técnicas e propostas regulatórias são "atropelados pela avalanche material do movimento expansivo da sociedade capitalista" (SÁ BARRETO, 2020, p. 80).

A COP 27, realizada no Egito em 2022, financiada por grandes indústrias poluidoras e com o país sede restringindo a liberdade de manifestação de sua população há décadas, mostrou os limites da mobilização técnica e política em relação ao novo regime climático. A indústria da construção civil é responsável pela produção e uso de materiais e pelo consumo de cerca de 50% de todos os recursos disponíveis no planeta. Além disso, é responsável por 25% de todo o lixo depositado e acumulado sobre a terra (CANÇADO, 2017). Apesar disso, continuamos planejando e projetando cidades que desconsideram os principais efeitos do novo regime climático, como ondas de calor extremo, estresse hídrico, elevação do nível do mar, insegurança alimentar global, degradação do habitat, entre outros.

SL51 - OUTRAS ECONOMIAS NO ESPAÇO: METODOLOGIAS DE MAPEAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR NOS TERRITÓRIOS

Sibelle Diniz, Professora no Cedeplar-Face/UFG, coordenadora do Colmeia - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária da FACE/UFG.

Bruno Siqueira Fernandes, Doutorando em Geografia (IGC/UFG), cocoordenador do Colmeia - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária da FACE/UFG.

Luciana Lago, Professora no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (UFRJ).

Luísa Melgaço, Pesquisadora e extensionista no AUÊ! UFG - Grupo de Estudos em Agricultura Urbana.

Luz Marina Lopes de Almeida, Doutoranda em Economia no CEDEPLAR-UFG; técnica em gestão pública na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas/Pará).

A vasta literatura latino-americana produzida desde a década de 1970 sobre a economia informal mostra que essa atividade não é resultado de uma dinâmica incompleta de modernização ou de um processo de desenvolvimento mal sucedido, mas sim parte fundamental da dinâmica capitalista na periferia e no Sul Global. Autores como Milton Santos, Luis Razeto e José Luis Coraggio identificaram a presença de dois circuitos da economia urbana na América Latina: o circuito superior, onde predominam atividades intensivas em capital e alta tecnologia, e o circuito inferior, onde estão as práticas populares e informais intensivas em trabalho e tecnologias populares. O circuito inferior, que é onde se localizam as práticas econômicas populares e informais, tem papel central nessas economias, garantindo a reprodução social de grande parte da população periférica e possuindo várias formas de complementaridade com o circuito superior. Atualmente, diferentes tipos de organização expressam essa multiplicidade de atividades populares, como bancos comunitários, práticas de agroecologia e agricultura familiar, empreendimentos econômicos solidários e associações e cooperativas de trabalhadores, entre outros. A socióloga Verónica Gago utiliza a categoria de economia popular para descrever as diversas formas que o trabalho assume hoje fora da fábrica, em um contexto de desestruturação dos Estados de Bem-Estar Social, crise do fordismo, entrada em um regime de acumulação flexível, financeirização e endividamento, desindustrialização e desemprego estrutural.

Gago dá o nome de "economias barrocas" à forma como as expressões da racionalidade neoliberal são constantemente assimiladas, pluralizadas e contestadas pelas classes populares. Essas novas formas de trabalho mostram que a sobrevivência em meio ao novo cenário capitalista neoliberal e financeirizado depende da multiplicação de estratégias que articulem o mercado e as dinâmicas capitalistas, mas que reorientam os frutos das atividades para a reprodução ampliada.

SL52 - CIDADES EX-CÊNTRICAS

Ana Fernandes, Universidade Federal da Bahia.

Heloisa Costa, Universidade Federal de Minas Gerais.

Adriana Lima, Universidade Estadual de Feira de Santana.

Gloria Cecília Figueiredo, Universidade Federal da Bahia.

Taynara Gomes, Universidade Federal do Pará.

Esta sessão livre busca respostas para as adversidades e incertezas globais que desafiam atualmente a vida coletiva em cidades e territórios. Reconhece a necessidade de atualizar os modos ontoepistêmicos de operação dos estudos urbanos e regionais, trazendo a pluralidade de bordas, interfaces e zonas como categorias decisivas para essa construção. O termo "ex-cêntrico" refere-se a algo localizado fora do centro, mas que ainda é uma parte constituinte e ativa dele. A proposta concentra-se em territórios frequentemente negligenciados nos estudos urbanos convencionais. É um chamado para uma metodologia experimental multi-inter-transdisciplinar e inter-regional que identifica e aborda as injustiças socio-territoriais-ambientais e gera repertórios inventivos de recusa, criação e reconfiguração da existência urbana. A sessão tem como objetivo reposicionar diálogos e trocas, reconstruir legitimidade, ampliar e redistribuir práticas investigativas e colaborativas tanto geograficamente quanto ontoepistemologicamente. As ações da proposta são organizadas em torno de três tensões principais: a sistematização do pensamento crítico dissidente sobre a questão urbana, a exploração da pluralidade de realidades urbanas e territoriais e a construção de práticas transformadoras para a vida urbana. Aborda tanto a construção científica do conhecimento quanto a formulação de políticas públicas e sua implicação e conflito recíprocos com os modos de conhecimento, exercício de poder e sua derivação em ação social hierárquica.

SL00 - O ENDEREÇO MUDA, O RISCO PERSISTE: A NARRATIVA DO RISCO COMO FORMA DE JUSTIFICAR REMOÇÕES FORÇADAS EM SÃO PAULO/SP E NATAL/RN

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/PPEUR).


Ana Luiza Vieira Gonçalves, Mestranda em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC (PGT UFABC).

Eduardo Abramowicz Santos, Advogado no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Mestre em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC (PGT UFABC).

Caroline Barros de Sales, Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC (PGT UFABC).

Tereza Djane Arrais, Articulação Vila Andrade

A presente Sessão Livre tem por objetivo debater como a narrativa do risco vem sendo mobilizada pelo Poder Público para justificar processos de remoção forçada sem o atendimento habitacional adequado dos moradores. Argumenta-se que esses processos de remoção não resolvem as condições de risco, mas, pelo contrário, apenas mudam de lugar, uma vez que, sem atendimento, os moradores se deslocam para outras ocupações, cortiços ou mesmo para a rua, muitas vezes em lugares mais afastados, precários e/ou violentos, a remoção por risco, nessa perspectiva, é causa e consequência de sua própria condição. A partir de uma discussão teórica e empírica, a sessão busca trazer casos de São Paulo/SP e Natal/RN para amparar o debate proposto, a partir de casos concretos, trazidos por atores inseridos de formas distintas nesses territórios.



ST 1 – CRISE E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NO BRASIL

Comissão Científica Raul Ventura Neto (PPGAU/UFPA)
Harley Silva (PPGPAM/UFPA)
Helena Tourinho (PPDMU/UNAMA)
Beatriz Miotto (PPG-PGT/UFABC)

Ementa

O persistente quadro de crise social, econômica, política e, nos últimos dois anos, crise sanitária, reforçou fenômenos de especialização regressiva e desindustrialização da economia brasileira e a heterogeneidade dos efeitos territoriais adjacentes. Pensando a partir de múltiplas escalas, esta seção busca refletir sobre as seguintes questões: Como as transformações produtivas desencadeadas na última década se relacionam às transformações territoriais? Como a rede urbana brasileira se transforma nesse cenário? Como as desigualdades socioespaciais impactam e são impactadas por esse conjunto de mudanças?

Palavras-chave

Demografia, fluxos econômicos, logística, rede urbana.

AGRONEGÓCIO, TERRITÓRIO E REGIONALIZAÇÃO: UMA LEITURA ESPACIAL DO “AGRO” E DA PRODUÇÃO DE CELULOSE NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Tauann Domis, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

O agronegócio se apresenta, hoje, como um pacto de economia política e um importante elemento da produção brasileira que prioriza o comércio internacional. A congruência entre a objetivação técnica pelo setor privado e a (des)regulação normativa pelo setor público influencia diretamente o espaço brasileiro, numa imbricação urbano-agrícola que segue uma lógica de rede e de divisão territorial do trabalho. Este artigo objetivou interpretar o fenômeno do agronegócio paralelamente aos desdobramentos que sua consolidação territorial e político-econômica trouxe à regionalização brasileira, tangenciando aspectos materiais e normativos em prol da competitividade, com enfoque na produção de celulose de madeira. Baseando-se em dados coletados de fontes públicas e na discussão de literatura acadêmica e de outras naturezas, percebeu-se que a partir do início do século XXI, vem havendo um fortalecimento de agentes do agronegócio através de uma sucessão de apoios creditícios e financeiros, juntamente a uma nova forma de atuação política na década de 2010. Assim, a expansão produtiva da celulose observada nesse período, capitaneada pela ação da corporação Suzano S.A, tende à potencialização dos conflitos territoriais historicamente observados em regiões produtivas desta commodity e do agronegócio, o que demanda acompanhamentos e esforços investigativos constantes pelas diversas áreas do conhecimento.

CIDADE DO AGRONEGÓCIO: A URBANIZAÇÃO FUNCIONAL DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO NO CERRADO

Matheus Dezidério Busca, Mestrando na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A globalização das etapas da produção agrícola, atualmente no paradigma da agricultura científica globalizada, intensificou a materialização de partes importantes do circuito espacial produtivo de commodities, como a soja, nas regiões produtivas do Cerrado brasileiro. A exacerbada especialização produtiva derivada desse processo é a chave para entendermos o surgimento de uma forma particular de região: a região produtiva do agronegócio (RPA). Os centros de controle das RPA são, sobretudo, as pequenas e médias cidades, que têm as suas economias urbanas reestruturas a fim de suprirem as demandas do campo modernizado. As cidades do agronegócio surgem da profunda especialização funcional tanto da economia urbana – agora, integrada à economia agrária – como da sua própria urbanização, que passa a ser orientada pelas atividades produtivas do agronegócio globalizado. Tendo isso em vista, nosso objetivo é apresentar uma primeira discussão sobre a urbanização funcional da cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA, localizada no Cerrado baiano, e estabelecer alguns paralelos entre a sua urbanização e a da cidade de Sinop/MT, no que se refere às implicações do agronegócio globalizado nas cidades.

FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO E LOTEAMENTOS: NOVAS FRONTEIRAS DA FINANCEIRIZAÇÃO NAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO

Giselle Mendonça Abreu, University of California, Berkeley.

Nos últimos cinco anos, os Fundos de Investimento de Imobiliário (FIIs) e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) cresceram exponencialmente. Além da expansão, houve também uma diversificação dos segmentos investidos, com destaque para os loteamentos como novo foco dos investimentos, realizados sobretudo através da securitização da dívida a ser paga por um lote. Tal processo permitiu, ao mesmo tempo, a extensão da financeirização da produção do espaço urbano para além das grandes metrópoles. Neste artigo, apresento uma breve trajetória dos FIIs e CRIs no Brasil, introduzo reflexões acerca das especificidades dos loteamentos como “tese de investimento” e apresento, como estudo de caso, uma análise sobre os investimentos de FIIs em loteamentos situados em duas “cidades do agronegócio” no Mato Grosso. A análise baseia-se em pesquisa documental e entrevistas com profissionais de fundos imobiliários, securitizadoras e representantes de empreendedores imobiliários, e é apoiada por trabalho de campo nas cidades de Nova Mutum e Sorriso – MT.

INSERÇÃO EXTERNA E REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO: O PAPEL SUBORDINADO DO BRASIL NO MERCADO EXTERNO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Rafael Pastre, Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia. Fernando César de Macedo, Professor livre-docente do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico - CEDE e coordenado do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais - GETETE.

A economia brasileira explorou neste século uma estratégia de desenvolvimento assentada no segmento ‘primário-exportador’. As Regiões Norte e Centro-Oeste viram redefinidas sua inserção na geografia econômica pela expansão do agronegócio e indústria extrativa internacionalizadas, com consequente redefinição do uso e ocupação do solo rural e urbano. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é investigar qual tem sido a contribuição do crescimento das exportações agroindustriais para o desenvolvimento econômico e social do país. A partir da releitura crítica do papel do Brasil no comércio internacional de produtos agropecuários, realizando comparações com os principais players globais, concluiu-se que o Brasil cumpre papel reflexo e subordinado no comércio internacional desses produtos, relegado ao papel de importador de tecnologia e fornecedor de produtos pouco atrativos aos demais concorrentes, com baixo ou nenhum grau de processamento, nos quais praticamente inexistem encadeamentos produtivos, conformando verdadeiras economias de enclave, concentrando renda e resultando em impactos pouco relevantes para o desenvolvimento econômico, social e regional do país.

INFRAESTRUTURA NO BRASIL: DA MERCADEJAÇÃO À EMANCIPAÇÃO

Deborah Werner, IPPUR/UFRJ. Fábio Lucas Pimentel de Oliveira, IPPUR/UFRJ.

As políticas podem desempenhar um papel central na transição energética ao promover as fontes renováveis. Em muitos países, governos e empresas estão tomando medidas para avançar em direção às energias limpas, e evidenciam o papel central dos formuladores de políticas nesse processo. Neste artigo, analisamos as políticas e estratégias brasileiras a favor das energias renováveis, com foco na energia eólica e solar e na geração distribuída. Com base na regulamentação brasileira e no banco de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, discutimos as políticas públicas que viabilizam as fontes renováveis e a configuração setorial que emergiu das políticas energéticas. No Brasil, a capacidade instalada de eletricidade é majoritariamente renovável, devido à energia hidrelétrica. No entanto, considerando as questões territoriais da hidreletricidade, especialmente devido ao potencial hídrico localizado na Amazônia, a transição energética impõe ao planejamento setorial o desafio de sua promoção, com ênfase em energias alternativas renováveis, sem reiterar os processos de espoliação vigentes no setor elétrico. O sucesso da estratégia deve considerar, de um lado, as decisões e interesses privados de empresas que adotam o território brasileiro como espaço de diversificação para seus investimentos e, de outro, o planejamento territorial voltado para transição energética em bases justas.

CIDADES, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E NEOLIBERALISMO: A REEMERGÊNCIA DOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento, Universidade Estadual de Campinas. William Eufrásio Nunes Pereira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução dos estudos urbanos e regionais e sua secundarização no contexto neoliberal. A natureza metodológica é bibliográfica. O recorte temporal analisado não abarca os desdobramentos dos anos 2000/10, em que a posição do Estado é retomada pelas crises financeiras e o neodesenvolvimentismo ganhou força no Brasil. Diante disso, observou-se que o capital se sobrepôs as questões sociais, econômicas, urbanas, regionais, políticas, culturais e de desenvolvimento, incitando localismos e regionalismos na lógica do neoliberalismo e do capital financeiro, buscando maior reprodução, acumulação e circulação do capital. Portanto, é factível entender que as práticas locais não se apresentam como panaceia para o desenvolvimento. No Brasil, o planejamento urbano e regional continua minguido conceitual e empiricamente, evidenciando as tentativas de criar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional e suas atualizações (PNDR I e II). Deve-se pensar políticas que abordem conjuntamente as cidades, as regiões e o desenvolvimento, que permitam integrar nacionalmente o país, mas que não deixe de destacar as especificidades regionais e suas potencialidades de desenvolvimento regional.

DISPARIDADES REGIONAIS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PNDR NA REGIÃO DIFERENCIADA DO GUARAQUEÇABA E VALE DO RIBEIRA NO PARANÁ-BRASIL

Yogo Kubiak Canquerino, UNIOESTE. Zelimar Soares Bidarra, UNIOESTE. Lucir Reinaldo Alves, UNIOESTE.

Este estudo analisa as disparidades regionais relacionadas a distribuição das atividades produtivas na área de abrangência da PNDR na região diferenciada de Guaraqueçaba e Vale do Ribeira no Paraná nos anos de 2010 e 2019. O percurso metodológico das disparidades regionais consistiu na estimativa da especialização das atividades produtivas a partir do Quociente Locacional, a concentração pelo coeficiente de localização, a mudança da distribuição dos setores no tempo por meio do coeficiente de redistribuição e a mudança na estrutura produtiva por meio do coeficiente de reestruturação. A coleta dos dados se deu através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e IPARDES. Os resultados do estudo refletem que na área de abrangência da PNDR na região diferenciada de Guaraqueçaba e Vale do Ribeira no Paraná não mostrou padrão de concentração, mudanças no padrão espacial dos empregos no período, e que não ocorreram transformações na estrutura produtiva no período em questão. Vale ressaltar que diante aos resultados percebe-se ainda que, existe uma grande disparidade intrarregional, apresentando discrepância em seus processos de crescimento, como é o caso de Doutor Ulysses, Tunas do Paraná, Guaraqueçaba que apresentam as menores rendas per capita e números de empregos formais.

ÍNDICE DE INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA MULTIDIMENSIONAL: UM OLHAR PARA AS MACRORREGIÕES BRASILEIRA DE 2016 A 2019

Cassiano José Bezerra Marques Trovão, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Juliana Bacelar de Araújo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Antonio Hermes Marques da Silva Junior, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Hortência Ingreddys Fernandes do Nascimento, Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O objetivo do presente artigo é fazer uma análise da evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), metodologia desenvolvida por Trovão et al. (2022), para as grandes regiões brasileiras nos anos de 2016 a 2019. Com base nessa metodologia, procura-se explorar as desigualdades regionais em termos de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) a partir de suas seis dimensões: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Os resultados apontam para a existência de uma significativa desigualdade regional especialmente nas dimensões de acesso a bens de consumo e, principalmente, a bens e serviços de uso coletivo. Além disso, nota-se que esse é um quadro que sofre poucas alterações ao longo do período analisado, indicando a necessidade de se avançar no campo das políticas públicas de distribuição de renda, mas principalmente, naqueles que garantem a expansão da infraestrutura social.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO MATO GROSSO DO SUL - 1980/2010

Vilmar Nogueira Duarte, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Alexandre de Souza Corrêa, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Lucir Reinaldo Alves, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Este artigo visou compreender e analisar o processo de reestruturação produtiva no estado do Mato Grosso do Sul de 1980 a 2010. Utilizou-se a regionalização de Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) para que fosse possível fazer comparações espaciais intertemporais no período. A análise foi realizada por meio da estimação do Coeficiente de Reestruturação (CRT), do Coeficiente de Redistribuição (CRD) e do Coeficiente de Localização (CL). A variável utilizada foi a mão de obra ocupada por subsetor de atividade econômica, com dados extraídos dos censos demográficos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010. Os resultados mostram ter havido reestruturação produtiva na economia sul-mato-grossense, principalmente na agropecuária, assim como mudanças significativas no padrão espacial e locacional das atividades produtivas vinculadas à indústria de transformação em todo o período analisado.

TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS A PARTIR DAS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DA INDÚSTRIA: UMA LEITURA BASEADA NAS AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS RELEVANTES

Danilo Severian da Silva, Unicamp.

O comportamento locacional da indústria nas regiões brasileiras tem nas grandes linhas se orientado pela especialização regressiva, entendida como uma maior especialização em atividades intensivas em trabalho e recursos naturais, sendo este um dos sintomas do processo de desindustrialização precoce. Nesse sentido, este artigo faz uma imersão nas taxonomias de perfil tecnológico da indústria, tangenciando a mudança e regressão estrutural do setor no país. O conceito de Aglomerações Industriais Relevantes (AIRs) é utilizado para identificar a nível microrregional o comportamento do setor industrial e os territórios de interesse para uma melhor avaliação qualitativa das transformações ensejadas pelo processo de desindustrialização e especialização regressiva.

A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO ATRAVÉS DA CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL EM TEMPOS DE CRISE: O CASO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA

Vinicius Nakama, FAU-USP

A crise sanitária global desencadeada no início de 2020 causou um grande choque na demanda e oferta por bens e serviços em todo o mundo, bem como alterou profundamente a dinâmica das cidades. Em um planeta gradativamente mais urbanizado, as crises se reverberam cada vez mais sobre o espaço social urbano. A presente pesquisa objetiva discutir como os momentos de crise delineiam processos de centralização de capital através do espaço urbano que, por sua vez, se constitui como uma via expressiva de manutenção das condições de produção e reprodução do capital. A metodologia, de natureza quali-quantitativa, trata das contramedidas ao risco econômico provocado pelo novo coronavírus no Brasil e no mundo, e discute a reestruturação do espaço a partir do processo de centralização de capitais na indústria de Fundos de Investimento Imobiliário.

CRISE E MUDANÇA NA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA: A ATUAÇÃO DA CYRELA EM UM NOVO CICLO DE REESTRUTURAÇÃO DA RMSP

Amanda Vargas das Virgens, Graduando.

Pretendeu-se neste artigo analisar as estratégias de produção imobiliária da grande incorporadora Cyrela, na Região Metropolitana de São Paulo, no pós 2014, discutindo o momento de crise e as especificidades de um novo ciclo de expansão. A partir disso, buscou-se discutir as mudanças em termos de concepção dos empreendimentos e a forma como a incorporadora apropriou-se e influencia o processo de reconfiguração metropolitana nas áreas onde atua. Para fins de análise crítica, considera-se que haveria três periodizações do processo de reestruturação do imobiliário, aplicado na transformação da RMSP (RUFINO; ALVES; PASCHOA; LIMA, 2021): a modernização e profissionalização do setor (2000-2006), a consolidação de incorporadoras nacionais (2007-2013) e a retração e crise do setor (2014-2016). A partir da análise dos relatórios para investidores disponibilizados pela empresa e dos dados da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (EMBRAESP), verifica-se uma mudança no cenário atual (2017-2020), observando-se a partir do caso da grande incorporadora Cyrela a tendência de ampliação dos negócios em São Paulo-SP por meio de modalidades de empreendimentos principalmente voltadas para uma nova concepção do segmento econômico.

DINÂMICAS URBANAS SOB A TRÍADE INDÚSTRIA, HABITAÇÃO E MOBILIDADE NO GRANDE ABC, 1950-2022

Gisele Yamauchi, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. Vitória Álvés Sampaio, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. Leticia Moreira Sígolo, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. Andréa de Oliveira Tourinho, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu.

O objetivo desse artigo é refletir sobre a falta de uma visão estratégica econômico-territorial, que tem gerado a miopia, ou mesmo cegueira, observada nas ações e políticas públicas voltadas para as áreas industriais ociosas - sem uso ou subutilizadas -, em um dos territórios industriais mais importantes do Brasil, a Região do Grande ABC na metrópole paulista. As áreas industriais ociosas retratam a falta de políticas públicas, em suas diversas escalas, voltadas para a indústria. Nas últimas décadas, a Região vem enfrentando os problemas referentes à desindustrialização e à reestruturação produtiva, agudizando os problemas socioeconômicos, urbanos e ambientais já acumulados desde a década de 1960. Embora essa Região, ao longo da década de 1990, tenha discutido intensamente as soluções sobre as grandes áreas industriais ociosas, o artigo aponta para a cilada da adoção de respostas de alcance mais imediatistas. Além da falta de visão estratégica por parte das gestões dos sete municípios e das instituições regionais, os seus planos diretores não abordam essa realidade. Como resultado, as políticas públicas atuais não correspondem às necessidades dos municípios e dos cidadãos, aprofundando a crise regional e colocando em dúvida o futuro industrial da Região.

EXPANSÃO URBANA EM ARAÇATUBA (SP): RELAÇÕES ENTRE O CAPITAL INCORPORADOR E AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO

Augusto Marques da Silva, Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista. Ana Paula Cabral Sader, Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista.

Este artigo tem como proposta analisar o perfil das empresas incorporadoras que atuam no mercado imobiliário de Araçatuba (SP), mais especificamente, as responsáveis pela implantação dos espaços residenciais fechados. Além disso, propõe-se investigar as relações estabelecidas entre o capital incorporador e o poder público municipal. As empresas que fornecem esse tipo de produto imobiliário em Araçatuba são predominantemente locais, estando sediadas na própria cidade e estabelecem parcerias com outros agentes produtores do espaço urbano, como os proprietários fundiários. A partir da investigação efetuada, constata-se que os interesses por trás das ações do capital incorporador são, em grande medida, atendidos pelo poder público local e desta forma, acabam por desempenhar grande influência na produção do espaço urbano de Araçatuba.

UMA NOVA ETAPA DO PLANEJAMENTO URBANO? OS DILEMAS QUE NORTEIAM OS PIUS EM SÃO PAULO

Giulia Farran Matteo, PGT - UFABC.

O presente artigo busca explorar os diversos interesses que permeiam os Projetos de Intervenção Urbana (PIUs), bem como seus possíveis efeitos no processo de redesenvolvimento urbano, tendo como contexto a atual configuração do planejamento urbano na cidade de São Paulo e a disputa pelo controle e direcionamento da política urbana. Será analisada a emergência dos PIUs como uma nova etapa na trajetória do planejamento urbano no município de São Paulo, que aprofunda e proporciona maior discricionariedade e flexibilidade no financiamento, na intervenção física e na regulação do ambiente construído por meio do projeto urbano. Será explorada a própria epistemologia dos PIUs – seus significados, limites e as novas oportunidades – à luz de seus objetivos formais, investigando a trajetória do novo instrumento, com o intuito de contribuir para a reflexão crítica sobre as novas agendas da política urbana, bem como a transformação da própria prática nas cidades brasileiras.

O PAPEL DAS CIDADES AMAZÔNICAS EM FACE DAS POLÍTICAS NEODESENVOLVIMENTISTAS: CENTRALIDADE E REESTRUTURAÇÃO URBANA DE ITAITUBA (PA)

ELIANA SOUZA MACHADO SCHUBER, ifpa campus belem.

O projeto político-econômico neodesenvolvimentista impôs novas lógicas espaciais a região amazônica a partir da retomada do modelo intervencionista e o direcionamento de grandes investimentos em infraestrutura. A sub-região do Tapajós, sudoeste do Estado do Pará, foi impactada com a instalação de grandes objetos de infraestrutura em seu território através de ações governamentais de concessões ao capital privado. Esse artigo tem como objetivo analisar, à luz do materialismo histórico e dialético, as novas lógicas que vem demarcando a centralidade exercida pela cidade de Itaituba na sub-região do Tapajós e a sua consequente reestruturação intraurbana. Parte-se dos resultados da tese de doutorado, que analisou o papel que as cidades intermediárias assumiram no consequente processo de reestruturação urbana ocorrido na região amazônica. A estrutura desse artigo inicia-se com a identificação dos aspectos gerais das políticas neodesenvolvimentistas brasileiras direcionadas à Amazônia, a partir do início do século XXI. Em seguida, caracteriza-se as ações e os objetos técnicos instalados na sub-região do Tapajós. Por fim, analisa-se a centralidade urbano regional da cidade de Itaituba, nosso referencial empírico, com uma contextualização de sua reestruturação urbana e seus processos econômicos.

RECONFIGURAÇÃO NAS CENTRALIDADES EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS: REVERBERAÇÃO DO SETOR SUPERMERCADISTA EM MARABÁ (PA)

Magno Ricardo Silva de Carvalho, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Iara Rafaela Gomes, Universidade Federal do Ceará (UFC).

A desconcentração espacial de corporações do setor terciário proporcionou a chegada de grandes superfícies comerciais em espaços urbanos não-metropolitanos. Esta dinâmica favoreceu o estabelecimento de novos espaços privados de consumo em Marabá, cidade média paraense. Fruto de pesquisa, este artigo visa contribuir para uma interpretação das práticas existentes nesta cidade, no que tange às centralidades do seu intraurbano diante da implantação, especialmente, dos supermercados. O percurso metodológico, de maneira geral, consistiu em revisão de literatura sobre temas e processos selecionados para investigação relacionados diretamente com o fenômeno urbano-espacial estudado, bem como de levantamento e análise de dados primários obtidos por meio de entrevistas e formulários aplicados nas saídas dos estabelecimentos supermercadistas. A nosso ver, houve mudanças significativas nas centralidades e, conseqüentemente, na estruturação da cidade de Marabá. Em linhas gerais, os novos espaços de consumo não apenas efetivaram-se, individualmente, enquanto expressões de centralidade, como suas respectivas presença e atuação, em muito contribuíram para a formação e consolidação de uma nova área central na cidade, localizada ao longo de parte considerável do trecho urbano da Rodovia Transamazônica.

REESTRUTURAÇÃO METROPOLITANA E PARTICULARIDADES REGIONAIS: TENDÊNCIAS RECENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Érica Mayara Ramos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Rafaelle Albuquerque, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Tiago Santos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

No contexto recente de produção do espaço na Região Metropolitana de Belém (RMB), analisa-se tendências de reestruturação que acompanham a consolidação da metrópole em uma configuração ampliada, na qual identifica-se duas variáveis potencialmente associadas a esse movimento. Em primeiro, a de um conjunto de unidades de conservação no espaço metropolitano de Belém que por meio de um conjunto de políticas e práticas viabilizam uma nova espacialidade urbana operando em escala metropolitana, utilizando da temática ambiental para reestruturar o espaço em torno de um tipo de urbanismo verde. Em segundo, a emergência de novas atividades econômicas associadas a indução do papel logístico que a RMB passa a ter nas décadas recentes. Essas duas variáveis distintas, mas associadas no tempo e espaço, aparentam dar novos sentidos à metrópole em escala regional, ampliando seu raio de influência por meio da intensificação de seu papel de centralidade na rede urbana regional.

PERSPECTIVAS SOBRE A DINÂMICA INDUSTRIAL PRODUTIVA NO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

Michelle do Carmo Vieira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Marcio Silva Borges, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Juliana da Silva Virgínio, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

No início do século XXI, a economia fluminense foi alvo de um grande volume de investimentos produtivos voltados para a recuperação econômica do estado, após décadas de crise e decadência. Em particular, o Leste Metropolitano do Rio de Janeiro veio a se destacar nesse cenário, através dos recursos direcionados pelo governo federal para a cadeia do petróleo, os quais levaram o município de Itaboraí a abrigar o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, entendido como um vetor de base estruturante para o desenvolvimento regional. A partir de uma abordagem teórica e documental, o artigo discute as transformações territoriais desencadeadas a partir desse empreendimento, em meio à reestruturação produtiva, evidenciando os limites e as potencialidades atuais para o desenvolvimento no Leste Metropolitano. Por fim, aponta o desafio que emerge ao se buscar consolidar uma economia petrolífera estruturando e adensando o tecido produtivo.

PORTOS E CIDADES NO VALE DO RIO TAPAJÓS

Andre Paiva Rodrigues, PUC de Campinas. Vera Luz, PUC de Campinas.

Projetos agrologísticos instalam-se aceleradamente na Amazônia. São resultado do reforço daquilo que poderíamos classificar como um modelo de desenvolvimento “neoextrativista”, com forte poder de especialização produtiva e incorporação territorial. Este setor, em sua procura por assegurar uma oferta permanente e com baixos custos de bens agropastoris e minerais aos mercados externos, busca soluções no incremento de corredores de exportação nas regiões Norte e Nordeste (Arco Norte), com enormes consequências socioespaciais. Iniciativas recentes em infraestrutura para o transporte de grãos promovem a construção e ampliação de portos nas cidades de Itaituba e Santarém, no vale do rio Tapajós, com notáveis modificações em suas bases técnicas e demográficas, bem como aumento de conflitos referentes a apropriação e uso das terras e dos rios, eventos os quais procuramos discutir neste texto.

ÁREAS URBANAS CENTRAIS E SUAS DINÂMICAS ESPACIAIS: CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DO CENTRO DE CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Matheus Batista Simões, Universidade Federal de Pernambuco. Leticia Barbosa Bomfim, Universidade Federal da Paraíba. Kainara Lira dos Anjos, Universidade Federal de Campina Grande.

A produção do espaço citadino mostra-se complexa diante do atual contexto capitalista, em que a concentração de equipamentos, serviços e infraestrutura pública atrai mais investimentos do capital e a manutenção da Divisão Econômica e Social do Espaço (DESE). O presente artigo busca evidenciar a relação entre habitabilidade e a produção do espaço urbano, uma vez que os conflitos dessa produção imobiliária acentuam as desigualdades socioespaciais, tendo como objeto empírico a área central de Campina Grande, cidade média localizada no interior paraibano. Sendo assim, tem-se como objetivo analisar as desigualdades socioespaciais nesta área a partir da avaliação das condições de habitabilidade por meio de um índice, construído a partir de variáveis de grandezas populacionais e domiciliares. Por meio das análises, percebe-se medidas que vêm viabilizando as transformações nessa área central, a qual fortalecem a ação dos agentes atuantes, contribuem para a concentração dos novos produtos imobiliários e para a diferenciação dessa espacialidade em relação a outras do espaço intraurbano.

COMO SE DIVIDEM AS CIDADES? A INVENÇÃO DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS. NOTAS E CONCLUSÕES INICIAIS SOBRE UMA AGENDA DE PESQUISA

Renato Balbim, IPEA. Cristine Santiago, IPEA.

A pesquisa na qual insere-se este artigo tem revelado os caminhos do termo informal settlements até sua ampla difusão no meio técnico e acadêmico. Busca-se, aqui, apresentar elementos de uma geopolítica global encerrada na adoção e difusão desta terminologia, além de apontar políticas relacionadas ao uso desse termo. O termo informal surge no mundo do trabalho na década de 1970, mas apenas na década de 1990 começa a ser utilizado no contexto urbano, o que se intensifica notadamente após a Habitat III. No Brasil, o termo ocorre no contexto das políticas públicas a partir de uma parceria com o Cities Alliance, em 2006. A produção acadêmica global sobre informal settlements revela o uso funcional deste termo, sem maiores preocupações com sua conceituação, fundamentando e corroborando formas “colonialistas” de desenvolvimento, o que não é inédito, pois reiteradamente surgem novas modas acadêmicas que constroem uma narrativa oriunda de uma produção do Sul, mas organizada e financiada pelo Norte. É papel da pesquisa trazer à luz questões como essa, complexas, que relacionam geopolítica, simbolismos e subjetividades com o objetivo maior de, gradativamente, difundir entendimentos efetivamente oriundos do Sul Global e não reproduzir conceitos esvaziados que reforçam percepções do Norte Global.

DIFERENCIAÇÕES SÓCIO ESPACIAIS E RACIAIS NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO ENTRE OS ANOS 2000 E 2010

Júlia Fernandes Guimarães Pereira, UFABC - Universidade Federal do ABC.

A diferenciação sócio espacial é um fenômeno vivenciado em grande parte das cidades do mundo e o seu adequado entendimento possibilita o direcionamento e planejamento de políticas públicas e planejamento territorial. Uma das possibilidades de análise dessa diferenciação é por meio da utilização de métricas de segregação, de distribuição de renda e também da espacialização da cor e raça e de que forma se materializam nos espaços urbanos. A cidade de Ribeirão Preto tem sua origem relacionada a formação de núcleos coloniais no estado de São Paulo bem como pela chegada da ferrovia para o escoamento da produção de café entre fins do século XIX e meados do século XX e, ao longo dos anos apresenta uma forma de crescimento urbano com uma separação muito clara de grupos sociais entre a zona sul e norte do perímetro urbano. Com objetivo de entender melhor o fenômeno, o presente artigo apresenta uma análise comparada do índice espacial de segregação global e local de diferentes grupos de população, da renda a partir de dados censitários dos anos de 2000 e 2010 e, da distribuição espacial de grupos populacionais por raça e cor no ano de 2010 na cidade de Ribeirão Preto.

FRATURAS PERIFÉRICAS: DINÂMICAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CRÍTICA EM UMA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE (MG) EM UM CONTEXTO DE CRISE

Thiago Canettieri, UFMG. Catarina Ferolla Vasconcelos, UFMG. Luisa Cristina Silva Alves, Luisa Cristina Silva Alves. Camilla Reis, UFMG.

A dinâmica de reprodução social na periferia enfrenta uma série de adversidades. Os sujeitos periféricos, portanto, devem se organizar — a partir de diferentes expedientes — para garantir sua sobrevivência. Essa forma de reprodução cotidiana foi amplamente estudada e debatida no campo dos Estudos Urbanos brasileiros ao longo do século XX. Entretanto, o atual momento da urbanização brasileira, atravessada por uma profunda crise, parece atualizar essas estratégias de reprodução. A partir dos resultados obtidos por uma pesquisa em andamento em uma periferia de Belo Horizonte, este trabalho objetiva analisar as transformações nas estratégias de sobrevivência da população periférica e apresentar a noção de “reprodução social crítica” como um conceito pertinente para compreender o atual momento da urbanização brasileira.



ST 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO MULTIESCALAR DO TERRITÓRIO URBANO E REGIONAL

Comissão Científica Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior (PPGDSTU-NAEA/UFPA)
Nilton Marques de Oliveira (PPDR-UFT)
Fábio Pimentel Oliveira (IPPUR/UFRJ)
Thales Ravena (PPGDSTU-NAEA/UFPA)
Demóstenes Moraes (UFCG)
José Júlio Lima (PPGAU/UFPA)
Olga Lúcia Castreghini de Freitas (PPGEO/UFPR)

Ementa

Nas últimas três décadas, as políticas públicas e a gestão do território urbano e regional, no Brasil, têm sido condicionadas pela neoliberalização. Combinam-se medidas regulatórias e de disciplinamento associadas à acumulação financeirizada com as especificidades de uma territorialidade subalternizada, sujeita a instrumentações espoliativas, truncadas e rentistas-patrimonialistas, apartadas de quaisquer prerrogativas emancipatórias. Nesse sentido, esta sessão se presta a avaliar as capacidades estatais para exercer, em novas bases, ações estratégicas e coesas no território. Colocam-se as seguintes questões: em que medida se vislumbram mudanças nas políticas públicas e na gestão multiescalar do território urbano e regional no Brasil? Como privilegiar uma efetiva participação política da cidadania no desenho, na execução e no usufruto dos resultados de políticas públicas urbanas e regionais? Que dimensões devem ser incorporadas ao debate das políticas públicas urbanas e regionais para melhorar as condições de vida nos territórios?

Palavras-chave

Demografia, fluxos econômicos, logística, rede urbana.

ÁGUA E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO (1970), EXPANSÃO URBANA E TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ, BRASÍLIA DF

Cátia dos Santos Conserva, Universidade de Brasília. Maria Fernanda Derntl, Universidade de Brasília,

Neste trabalho, partimos da hipótese de que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá em Brasília foi fundamental para orientar o planejamento urbano e regional no Distrito Federal. O objetivo específico é analisar como se buscou controlar a expansão urbana na capital a partir de uma fonte emblemática: o PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal de 1970, responsável por definir um conjunto de medidas no âmbito de um zoneamento sanitário. A intenção é indagar sobre concepções e pressupostos subjacentes a esse Plano e situá-lo em um conjunto mais amplo de políticas para organização do território. Mais além da ênfase usual dada ao Lago Paranoá como elemento que norteou a implantação do traçado do Plano Piloto, a análise põe em evidência o papel atribuído ao planejamento no sentido de preservação dos recursos hídricos do DF, ao mesmo tempo impondo restrições à ocupação do território que viriam a modelar a expansão urbana e as transformações socioambientais balizadas pela Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

ALIANÇAS PARA TRANSFORMAÇÃO URBANA: POSSIBILIDADES PARA REVERSÃO DE DESIGUALDADES E DE INJUSTIÇA CLIMÁTICA NO RECIFE E EM TERESINA POR MEIO DE NOVOS MODELOS DE GOVERNANÇA

Simone Gatti, Escola da Cidade, WRI Brasil. Lucas Turmena, United Nations University - Institute for Environment and Human Security (UNU-EHS). Henrique Evers, WRI Brasil. Paula Manoela Santos, WRI Brasil. Ariadne Amanda Barbosa Samios, WRI Brasil.

O presente artigo realiza uma reflexão crítica sobre a abordagem e implementação do projeto Alianças para a Transformação Urbana. Partindo da fundamentação teórica do projeto e proposta de intervenção do projeto, com destaque à centralidade da noção de justiça climática e de arranjos inovadores de governança, os autores apresentam os processos de transformação em curso nas cidades de Teresina e do Recife. Os estudos de caso servem como evidência para demonstrar o potencial e limitações do uso de Laboratórios Urbanos para transformar territórios por meio da ação climática justa.

ÁGUA E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO (1970), EXPANSÃO URBANA E TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO PARANOÁ, BRASÍLIA DF

Cátia dos Santos Conserva, Universidade de Brasília. Maria Fernanda Derntl, Universidade de Brasília,

Neste trabalho, partimos da hipótese de que a Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá em Brasília foi fundamental para orientar o planejamento urbano e regional no Distrito Federal. O objetivo específico é analisar como se buscou controlar a expansão urbana na capital a partir de uma fonte emblemática: o PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal de 1970, responsável por definir um conjunto de medidas no âmbito de um zoneamento sanitário. A intenção é indagar sobre concepções e pressupostos subjacentes a esse Plano e situá-lo em um conjunto mais amplo de políticas para organização do território. Mais além da ênfase usual dada ao Lago Paranoá como elemento que norteou a implantação do traçado do Plano Piloto, a análise põe em evidência o papel atribuído ao planejamento no sentido de preservação dos recursos hídricos do DF, ao mesmo tempo impondo restrições à ocupação do território que viriam a modelar a expansão urbana e as transformações socioambientais balizadas pela Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá.

ALIANÇAS PARA TRANSFORMAÇÃO URBANA: POSSIBILIDADES PARA REVERSÃO DE DESIGUALDADES E DE INJUSTIÇA CLIMÁTICA NO RECIFE E EM TERESINA POR MEIO DE NOVOS MODELOS DE GOVERNANÇA

Simone Gatti, Escola da Cidade, WRI Brasil. Lucas Turmena, United Nations University - Institute for Environment and Human Security (UNU-EHS). Henrique Evers, WRI Brasil. Paula Manoela Santos, WRI Brasil. Ariadne Amanda Barbosa Samios, WRI Brasil.

O presente artigo realiza uma reflexão crítica sobre a abordagem e implementação do projeto Alianças para a Transformação Urbana. Partindo da fundamentação teórica do projeto e proposta de intervenção do projeto, com destaque à centralidade da noção de justiça climática e de arranjos inovadores de governança, os autores apresentam os processos de transformação em curso nas cidades de Teresina e do Recife. Os estudos de caso servem como evidência para demonstrar o potencial e limitações do uso de Laboratórios Urbanos para transformar territórios por meio da ação climática justa.

GOVERNANÇA NEOLIBERAL E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE RISCOS E DIFUSÃO NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Orlando Alves dos Santos Junior, IPPUR/UFRJ. Patrícia Ramos Novaes, IPPUR/UFRJ. Thaís Nassif, UFMG.

Embora o conceito de parcerias público-privadas seja controverso, é bastante consensual, na literatura que trata sobre o tema, que houve, a partir dos anos de 1990, uma tendência global de reconfiguração das relações entre o setor público e a iniciativa privada impactando a gestão e o planejamento urbano. Partindo da teoria urbana crítica, este artigo tem como objetivo conceituar as parcerias público-privadas – PPPs como modalidades de relação público-privada fundadas na transferência de atribuições do setor público para a iniciativa privada com a redução ou eliminação de riscos para viabilizar o interesse e o envolvimento desta. Com base nesta definição, o segundo objetivo do artigo foi realizar um panorama nacional da difusão das PPPs nas políticas urbanas. Tendo como foco as capitais dos estados e do Distrito Federal, foi realizado um levantamento nacional da difusão de quatro modalidades de PPPs no Brasil – as Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) e as Concessões Administrativas, Patrocinadas e Comuns. Difundidas de forma heterogênea em todo país, observa-se que as PPPs foram mais adotadas nas áreas de transporte, lazer/eventos, saneamento e por meio das OUCs.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEGURANÇA HÍDRICA: CENÁRIOS DE CRISE E VIOLAÇÃO DE DIREITOS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Eric Mateus Soares Dias, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. ZORAIDE SOUZA PESSOA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. JONATHAN MOTA DA SILVA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. JOSE GOMES FERREIRA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

O artigo pretende discutir sobre os novos desafios à governança da água no semiárido diante das mudanças climáticas, apontando para emergência da incorporação dos riscos das mudanças climáticas e mudanças nas estratégias para superar as insuficiências do modus operandi da gestão, que revelam a insegurança hídrica e a violação do direito ao acesso à água. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura e os resultados demonstram que se não houver a adoção de novas estratégias de gestão imediatamente, que operem respostas mais efetivas diante das mudanças climáticas, os cenários futuros são de uma profunda crise hídrica, que aumentará o número de pessoas sem acesso à água em quantidade e qualidade suficiente para garantia à sadia qualidade de vida, infringindo assim, direitos constitucionais garantidos para o estabelecimento da dignidade humana.

REDES MUNICIPALES Y COOPERATIVISMO: UNA ARTICULACIÓN DESDE LA ESCALA LOCAL (ARGENTINA Y BRASIL, A PRINCIPIOS DE SIGLO XXI)

Ariel García, Centro de Estudios Urbanos y Regionales (CEUR/CONICET). Javier W. Ghibaudi, Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFF). Adalton Mendonça, Prefeitura Municipal de Maricá (RJ).

Este artigo tem como objeto de estudo o processo de construção de políticas estatais voltadas para os sujeitos subalternos, observando, em perspectiva comparada, experiências na Argentina e no Brasil na última década. Por um lado, a construção da Rede de Municípios Cooperativos na Argentina, e seu desdobramento no município de San Martín, na Região Metropolitana de Buenos Aires. Por outro lado, as ações do Banco Comunitário de Maricá, o Mumbuca, relacionadas à Rede Brasileira de Bancos Comunitários e às políticas estaduais do município. Especificamente, nos interessa observar as ações que se apresentam no debate público como parte do campo da economia social e solidária -ESS- e analisar o campo das relações -de afinidade e conflito- construídas com organizações sociais e políticas e outras instituições estatais e privadas. Buscamos também observar como nesse processo se desenvolvem as relações com e a partir do território.

AÇÃO COLETIVA INSTITUCIONAL E CONSÓRCIO PÚBLICOS: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL PARA MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Lucas Leão, UFJF. Fernando Salgueiro Perobelli, UFJF. Hilton Manoel Dias Ribeiro, UFJF/GV.

O estudo objetivou analisar a relação entre o tamanho e a diversidade das redes intermunicipais com os níveis do indicador de desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Minas Gerais. A estrutura de rede intermunicipal foi representada pela participação das cidades em consórcios públicos, instrumento que conecta diferentes gestores locais para a provisão cooperada de serviços e políticas sociais. A desigualdade regional e o relativo protagonismo nacional dos municípios mineiros (sobretudo os pequenos e médios) na formação de redes cooperadas, além de uma observada convergência de renda nas últimas décadas, justificam a escolha do Estado para a avaliação. A aplicação da Análise de Regressão Logística Ordenada levou a resultados que indicam que o tamanho da rede de municípios impacta positivamente a probabilidade de as cidades mineiras atingirem níveis mais elevados de desenvolvimento socioeconômico, medido pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CONTROLE SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ

Priscila Ribeiro Lima, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. DINÁ ANDRADE LIMA RAMOS, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO.

O artigo busca analisar qualitativamente a força e a efetividade da participação social no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/Itaguaí-RJ), exercendo o controle social, no processo de direcionamento da política de assistência social local. Parte-se do pressuposto que o CMAS/Itaguaí-RJ é arranjo institucional de controle social com prerrogativas de planejar, deliberar e fiscalizar a política pública. Este objetivo se insere no contexto do desenvolvimento territorial, uma vez que a territorialidade é um conceito estratégico na assistência social, tanto pela perspectiva de valorização da participação social quanto pelo reconhecimento das diversidades territoriais como elemento chave no processo de planejamento, deliberação e execução de políticas públicas. Os resultados preliminares da pesquisa sugerem: i) forte centralização das pautas e decisões no poder público e ii) um papel proforma do conselho, relegando a participação social a segundo plano e iii) que a ineficiência do conselho para cuidar das carestias sociais, pode advir da pouca força das lideranças sociais no processo decisório.

O CICLO DE EXPANSÃO DO ENSINO FEDERAL E OS IMPACTOS URBANOS EM CIDADES CEARENSES NÃO-METROPOLITANAS

Rérisson Máximo, FAUUSP.

O ciclo de expansão do ensino federal que caracteriza as políticas educacionais implementadas em nível nacional a partir da virada do século XXI é caracterizado por um duplo processo de democratização e de interiorização. Essa expansão possibilitou ao setor público recuperar certo protagonismo no atendimento da demanda por aquelas modalidades de ensino. Ao mesmo tempo, ela também gerou impactos significativos, principalmente, para municípios de pequeno e médio portes, devido a implantação de complexos educacionais que interferiram na dinâmica e na estrutura intraurbana dessas cidades. Este texto busca analisar aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal em cidades cearenses não metropolitanas. Como recursos metodológicos foram adotados a revisão de literatura sobre o processo de expansão do ensino federal, a análise de documentos oficiais, a realização de trabalhos de campo e de estudos exploratórios em municípios selecionados como estudos de caso. Dentre os impactos urbanos observados, destacamos as alterações na legislação urbanística, os conflitos fundiários e o incremento da demanda por mobilidade urbana decorrentes da implantação periférica dos novos campi; e o incremento ou a dinamização do setor imobiliário local por meio da procura por terrenos em loteamentos ou condomínios e por imóveis residenciais para locação.

ANÁLISE EXPLORATÓRIA ESPACIAL DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DA PARAÍBA

ALEXSANDRO MORAIS DE AZEVEDO, Universidade Estadual da Paraíba. MATEUS SANTOS PEIXOTO, Universidade Federal de Lavras. GABRIEL MESSIAS SANTANA PEIXOTO, Universidade Estadual da Paraíba. RICARDO ALVES DE OLINDA, Universidade Estadual da Paraíba. TIAGO ALMEIDA DE OLIVEIRA, Universidade Estadual da Paraíba.

O objetivo do presente estudo é analisar a distribuição espacial da Razão de dependência, Porcentagem de ocupados, Renda per capita, Porcentagem de pobres, IDHM, Índice de Gini, Porcentagem de vulneráveis nos municípios da Paraíba com base no último censo e projeções. A metodologia utilizada foi análise exploratória de dados, com técnicas da estatística espacial, com enfoque no I de Moran Global (para verificar a autocorrelação espacial dentre os municípios estudados) e o I de Moran Local (Para verificar a autocorrelação de determinado município com sua vizinhança), Lisa Map (para avaliar o nível de significância desses clusters) e gráfico de espalhamento de Moran. Pelos resultados, foi possível observar que existe autocorrelação espacial positiva dentre 3 das 7 variáveis analisadas. O coeficiente I de Moran Global mostrou que há autocorrelação espacial positiva nas variáveis IDHM, Índice de Gini e razão de dependência. Foi possível observar que os municípios com elevada concentração de renda estavam cercados por vizinhos na mesma situação e as unidades com baixa concentração de renda com mesma característica. Com o I de Moran Local, foi possível ver os agrupamentos espaciais com elevada desigualdade de renda, formando aglomerações com alta concentração de renda estão estão predominantemente no interior do Estado.

PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA URBANA: O CASO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO AGRESTE POTIGUAR, RN

Emanuel Ramos Cavalcanti, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ezequiel Fraga Felix Bezerra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rian Liedson Duarte Pereira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ivan Oliveira dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O Brasil é um país de população urbana composto por pequenos municípios. Prevaecem, hoje, no contexto da rede urbana nacional processos que comprometem as políticas públicas destes pequenos municípios como a prevalência das questões em escala metropolitana, a dependência dos municípios das transferências federais, a debilidade arrecadatória local, a ineficiência e recorrente ausência dos planos diretores nas realidades locais e o encolhimento democrático com a perda de espaços participativos como os conselhos. O presente artigo desenvolveu uma caracterização para os pequenos municípios potiguares da mesorregião Agreste Potiguar como teste metodológico da pesquisa que o fundamenta, construindo um quadro específico de dados que iluminaram os supracitados processos e os verificaram (ou não) para o recorte espacial escolhido. Os dados agrupados buscaram o conhecimento a cerca da existência (ou não) de planos diretores e da performance das finanças locais, suas receitas e despesas, sempre com o intuito de entender a capacidade de investimento dos pequenos municípios na execução de suas políticas públicas. Os resultados tanto confirmaram aspectos da realidade nacional no espaço regional recortado, como a expressividade territorial e populacional dos pequenos municípios e sua debilidade arrecadatória, como relativizaram o debate sobre o Brasil urbano, a partir da constatação de pequenos municípios de grande expressão populacional rural, bem como de atividades preponderantes do setor primário.

INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS EM POLÍTICA URBANA: APONTAMENTOS SOBRE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EFICÁCIA

Carlos Henrique Carvalho Ferreira Junior, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Este trabalho aborda questões levantadas a partir dos resultados obtidos pelo mapeamento de instâncias participativas (IP) em política urbana. O texto discute os critérios de avaliação de efetividade das IP, sua distribuição atual no Brasil e problemas na obtenção de dados sobre sua existência. Seu funcionamento e desafios para atuação e aperfeiçoamento são introduzidos a partir de dois casos – o ConCidades e a experiência do Município de Conde – PB. As conclusões apontam que a política nacional de desenvolvimento urbano pode adotar medidas nos entido de aperfeiçoar o monitoramento e efetivar a atuação das IP.

PARTICIPAÇÃO SOCIETAL NO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL COMO ANTÍDOTO À VULNERABILIDADE AO RISCO DE DESASTRES: ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ

Rafael Lechinhoski Calsavara, Universidade Tecnológica Federal Do Paraná (UTFPR). Antonio Gonçalves De Oliveira, Universidade Tecnológica Federal Do Paraná (UTFPR).

Mesmo diante da incerteza da ocorrência de um desastre, existem ferramentas aptas a amenizar os eventos adversos, reduzindo a severidade dos impactos nas comunidades atingidas. Dentre tais iniciativas, destacam-se os instrumentos de planejamento urbano e regional. Correlacionado às correntes de planejamento que abordam a questão ambiental, o estudo da variável “risco de desastres” permite compreender como construir mecanismos para edificação da resiliência e diminuição da vulnerabilidade. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como as políticas públicas relacionadas à temática são abordadas no âmbito do planejamento regional, a partir da experiência do Estado do Paraná. A premissa utilizada é que instrumentos de planejamento regional estão aquém em comparação com os de planejamento urbano na abordagem sobre desastres. O levantamento bibliográfico proposto ilustra a sistematização burocrática da Defesa Civil e trabalha de maneira holística com os conceitos de resiliência e vulnerabilidade, enfatizando a todo o momento a participação societal. A investigação ocorreu por meio de fontes legais e documentais expedidas pelo Poder Público e que tratam do planejamento em espectro regional. Conclui-se que há significativa desarticulação regional sobre políticas públicas relacionadas a desastres, principalmente aquelas mais relevantes como os 10 passos para a construção da resiliência elaborado pelas Nações Unidas.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO ESTADO BRASILEIRO: O DESAFIO DE UMA ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA

Luis Carlos Freitas Rodrigues, Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA.

A participação social no Estado Brasileiro ganhou novo impulso a partir de 1988 com a promulgação da atual Constituição Federal. Ela institucionalizou a participação como premissa para a execução de diversas políticas públicas no país, que depois foram aprimoradas com leis direcionadas aos diversos segmentos e setores da sociedade. Porém, apesar dos avanços, esse movimento não foi suficiente para consolidar uma participação ampliada, e mais qualificada, muito menos formar e ampliar uma esfera pública deliberativa, ampla e plural. Continuou refratária a uma cogestão com a sociedade civil organizada, perpetuando um cenário de distanciamento da esfera pública que a cerca.

POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS NO BRASIL: UMA RETOMADA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO SOB O OLHAR DA JUSTIÇA TERRITORIAL

Rodrigo Sartori Bogo, Universidade Estadual Paulista (FCT/Presidente Prudente). Eduardo Araújo da Silva, Universidade Estadual Paulista (FCT/Presidente Prudente).

A temática da difusão do orçamento participativo (OP) pelo Brasil e mundo, assim como suas transformações, são objetos de estudo de diversos pesquisadores. Debater a possibilidade de compreensão dessa ferramenta como política pública urbana passa por compreender sua disseminação. Ademais, vê-se a necessidade de ampliar os estudos acerca do OP, assim como relacioná-lo a outros temas que são pauta na Geografia, como a justiça espacial e territorial. Assim, o objetivo central deste trabalho é realizar aproximações entre tais temas, a fim de fomentar a compreensão do OP e suas potencialidades na busca por uma justiça territorial nas cidades brasileiras. Para isto, utilizou-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica acerca dos temas: orçamento participativo, justiça espacial e territorial. Vale ressaltar que não há pretensão de esgotar os temas abordados, tendo em vista a vasta literatura (interdisciplinar e internacional) dos mesmos. Apontamos que o OP deve ser interpretado, em sua aplicação como política pública, enquanto um instrumento que pode potencializar a busca por uma justiça territorial nas cidades brasileiras, a partir de uma matriz material – a inversão de prioridade nos investimentos públicos – e social-simbólica – com a intensificação e a descentralização da tomada de decisão democrática sobre as cidades.

A ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO: INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA VALE S.A. EM MUNICÍPIOS MINERAIS DO PARÁ A PARTIR DE MILTON SANTOS

Antônia Larissa, UNICAMP. Daniel Silva, UNIFESSPA.

A parte oriental da região Amazônica abriga atualmente alguns dos principais projetos de mineração do Brasil. Em contrapartida, municípios onde ocorrem a extração de recursos minerais têm recebido volumes significativos de royalties. É o caso de Parauapebas (PA), o maior arrecadador de CFEM do país. Neste sentido, este artigo teve como objetivo avaliar para quais áreas do orçamento público a CFEM está sendo direcionada no município de Parauapebas. Os resultados do trabalho mostram, sobretudo, a falta de transparência na disponibilização das despesas vinculados às suas fontes de recursos, dificultando o acompanhamento e controle social do orçamento. Superado esse empecilho, observa-se que a maior parte da CFEM é destinada para a manutenção da máquina pública, especialmente na área administrativa, não tendo como prioridade políticas públicas efetivas que desenvolvam o município, especialmente na criação de alternativas econômicas frente à dependência mineral.

A ANÁLISE DAS POLÍTICAS URBANAS E HABITACIONAIS E DA ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO FISCAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Giuseppe Filocomo, Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Universidade de São Paulo. Luciana de Oliveira Royer, Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Universidade de São Paulo.

Este artigo busca analisar a produção do conhecimento pelos estudos do planejamento urbano e regional e pelos estudos e análises de políticas públicas. Argumenta-se que a categoria provisão incorpora bom rendimento analítico em diferentes desenhos de pesquisa, ainda que com sentidos e significados específicos. De qualquer modo, a interdisciplinaridade intrínseca à análise da provisão de infraestruturas e serviços urbanos, especificamente, pode permitir diálogos e fertilizações entre diferentes esforços científicos. Em termos empíricos, o banco de dados e as análises sobre o sistema de orçamentos públicos sugerem a existência de uma rede de provisão associada às políticas urbanas e habitacionais brasileiras, fenômeno complexo, multiescalar e multideterminado que também incentiva a construção de pesquisas objetivas e especializadas pelas diversas comunidades epistêmicas. Este artigo compõe esforços mais amplos de pesquisa doutoral em desenvolvimento. Essa pesquisa visa, dentre outros, compreender, analisar e problematizar criticamente a relação entre finanças públicas, território nacional e a moradia a partir dos efeitos dessa relação sobre a produção e o acesso à habitação de interesse social pelos mais pobres, inclusive de modo a iluminar as decorrências da implementação da Emenda Constitucional 95 no ano de 2016 e possibilidades à vida nas cidades do país.

A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (FUNDURB) NA PERIFERIA DA CIDADE DE SÃO PAULO: ANÁLISE DAS DESPESAS DO FUNDO NO DISTRITO DE CIDADE TIRADENTES

Jefferson Arruda, Estudante de Pós Graduação - Mestrado/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

No âmbito das estratégias em escala municipal para o financiamento da urbanização através de instrumentos urbanos presentes no Plano Diretor Estratégico (PDE) do município de São Paulo, esse artigo analisa as despesas do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano no distrito de Cidade Tiradentes, periferia da cidade de São Paulo, entre 2014 e 2021. O objetivo da análise é investigar em que medida os recursos do fundo público impactaram o desenvolvimento de um bairro cuja construção é demarcada pela ação do Estado na periferia e que possui profundas marcas da segregação socioespacial e da desigualdade social. O artigo organiza-se de uma forma onde há uma contextualização do território, seguido da apresentação da regulamentação do Fundurb conforme o PDE do município. São apresentados também os conceitos sobre Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), instrumento urbanístico cujo raciocínio é a captura e redistribuição da valorização fundiária através da venda de potencial construtivo, cuja arrecadação representa a principal receita para o Fundurb. Em sequência são apresentados os projetos viabilizados com recursos do fundo no distrito de Cidade Tiradentes, com a análise dos resultados encontrados.

A INFLUÊNCIA DO PERFIL MUNICIPAL E DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS NA ARRECADAÇÃO DO ICMS

Victor Oliveira, Cedeplar UFMG.

O objetivo deste presente trabalho é avaliar como perfil dos municípios mineiros e as suas vizinhanças estão conectados com seus níveis de arrecadação de ICMS per capita. Para tanto, foi utilizado instrumentos de econometria espacial, além de uma análise exploratória para verificar a relação entre o espaço e a arrecadação de ICMS. O modelo econométrico foi especificado, a partir de testes estatísticos, como de lag espacial, utilizando-se variáveis a fim de capturar o perfil municipal quanto fatores como: escolaridade dos trabalhadores, nível de formalidade do emprego, qualidade institucional, consumo de bens com alíquota especial de ICMS (no modelo, a gasolina), além da característica setorial dos municípios, em especial a indústria. A análise exploratória identificou conglomerados espaciais de alta arrecadação na Região Metropolitana e no Triângulo Mineiro, ao passo que as regiões Norte, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha concentram os principais conglomerados de baixo ICMS per capita. No modelo econométrico, todas as variáveis foram significativas ao nível de confiança de 5%, incluindo a variável relacionada à defasagem espacial, cujo resultado indica dependência espacial positiva.

ASPECTOS ESPACIAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: O RGPS E A ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS

Fernanda Pernasetti, IPPUR UFRJ.

O presente artigo resulta de pesquisa em andamento acerca do caráter espacial da dimensão redistributiva da previdência social brasileira. Nele busca-se investigar o que a análise espacial e multiescalar dos benefícios pagos pelo RGPS pode aportar à discussão sobre a importância da previdência social para os âmbitos local e regional. Metodologicamente a análise compara dois fluxos de rendimentos: os ingressos totais do RGPS em cada município brasileiro sob a forma de benefícios pagos, e o valor dos respectivos PIBs municipais. Em seguida, a partir da agregação desses dados segundo a localização desses municípios, são discutidas inferências preliminares de âmbito nacional e regional. Os resultados apresentados qualificam o caráter redistributivo da previdência social brasileira, especialmente no que se refere ao seu impacto sobre a economia dos pequenos e médios municípios do país, sobretudo na região Nordeste, e pretendem servir de base para a continuidade da pesquisa.

POLÍTICAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (SC) NO PERÍODO RECENTE

Leandro Schimitk, UNIDAVI. Daniel Rodrigo Strelow, UNIDAVI. Anielle Gonçalves de Oliveira, UNIDAVI.

Fala-se em crescimento econômico quando se tem um aumento contínuo do produto, em termos gerais ou per capita ao longo de um determinado período de tempo. Esse crescimento pode ser estimulado pelo poder público através de ações que formam o que chamamos de políticas públicas. Este artigo tem como objetivo analisar o impacto econômico das políticas públicas municipais de crescimento econômico implementadas pelo município de Rio do Sul - SC de 2010 a 2019. Consiste em uma pesquisa exploratória que faz uso do método hipotético-dedutivo. Também é bibliográfica e se utiliza de técnicas quantitativa e qualitativa para análise dos dados. A Lei de Incentivo às Empresas, encontrada na pesquisa, atingiu no período 90 empresas do município, concedendo 108 benefícios que variam entre incentivos fiscais e outros. É possível concluir ao final, que o município de Rio do Sul no período de 2010 a 2019 registrou um crescimento econômico médio inferior ao do estado de Santa Catarina e do Brasil, que podem ser explicados por um processo de perda de participação da indústria na economia e de perda do poder aquisitivo dos trabalhadores. Nesse sentido, percebe-se que as ações e políticas públicas adotadas no âmbito municipal surtiram pouco reflexo no movimento econômico.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONDIÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA NA FAIXA DE FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE ENTRE BRASIL E PARAGUAI

Alexandre de Souza Corrêa, UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados. Zelimar Soares Bidarra, UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Vilmar Nogueira Duarte, UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

O presente artigo consiste em compreender a estrutura econômica dos municípios Sul-mato-grossenses que estão inseridos na faixa de fronteira com o Paraguai e são considerados prioritários para ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de seus programas na promoção do crescimento e desenvolvimento econômico. O subdesenvolvimento constatado nos municípios fronteiriços e a intenção de políticas públicas para resolvê-lo, foi estudada desde o período inicial da PNDR em 2007 até o ano de 2016, observando a evolução da geração do emprego e da renda com base nos dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Verificou-se que mesmo sendo um dos objetivos da PNDR de fortalecer as estruturas produtivas dos municípios para geração de emprego e renda, a base produtiva dos municípios pouco evoluiu e a geração de emprego e renda se agravou a partir de 2012.

RENDA MINERAL E SUA APROPRIAÇÃO: UMA ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA VINCULADO A CFEM NO MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS (PA)

Antônia Larissa, UNICAMP. Giliad Silva, PGPAM/UNIFESSPA.

A parte oriental da região Amazônica abriga atualmente alguns dos principais projetos de mineração do Brasil. Em contrapartida, municípios onde ocorrem a extração de recursos minerais têm recebido volumes significativos de royalties. É o caso de Parauapebas (PA), o maior arrecadador de CFEM do país. Neste sentido, este artigo teve como objetivo avaliar para quais áreas do orçamento público a CFEM está sendo direcionada no município de Parauapebas. Os resultados do trabalho mostram, sobretudo, a falta de transparência na disponibilização das despesas vinculados às suas fontes de recursos, dificultando o acompanhamento e controle social do orçamento. Superado esse empecilho, observa-se que a maior parte da CFEM é destinada para a manutenção da máquina pública, especialmente na área administrativa, não tendo como prioridade políticas públicas efetivas que desenvolvam o município, especialmente na criação de alternativas econômicas frente à dependência mineral.

RESPOSTAS LOCAIS À AUSTERIDADE FISCAL NO BRASIL UM ESTUDO SOBRE AS DESPESAS DOS ESTADOS BRASILEIROS ENTRE 2014 E 2019

Renan Pereira Almeida, Professor Adjunto - Departamento de Ciências Econômicas e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPlaT). João Victor Santana Andrade, Universidade Federal de São João del Rei.

A agenda da austeridade fiscal penetrou no Brasil a partir de 2015 via ajuste recessivo, e mais claramente em 2016, pela EC 95/16 (“Teto de Gastos”). Uma das principais medidas dessa agenda são cortes em despesas sociais. Embora a austeridade seja uma narrativa global, os estudos urbanos e regionais vêm trazendo evidências de como ela penetra desigualmente pelo território, com respostas variando entre um “urbanismo da austeridade” e um “municipalismo pragmático”. Este artigo investiga qual foi o comportamento das contas de cunho social dos estados brasileiros entre 2014 e 2019, a partir de técnicas estatísticas e de análise espacial. Os resultados mais gerais mostram uma queda no nível total das despesas. Entretanto, há relevantes disparidades regionais: estados do centro-sul (RJ, MG, ES e RS) tiveram notável queda nas despesas, enquanto estados ligados à expansão da fronteira agrícola (MT, MS e TO) as expandiram. Esses resultados sugerem variações pragmáticas nas respostas locais à austeridade no território brasileiro.

TERRITORIALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA NA AMAZÔNIA: CADEIA PRODUTIVA DE CASTANHA-DO-PARÁ NA BÀ-Y COOPERATIVA KAYAPÓ SUL DO PARÁ

Marla Barbosa, UNIFESSPA.

Neste trabalho foram apresentados três planos de ordenamento territorial para a Amazônia correspondentes ao estudo denominado Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal, o Plano da Amazônia Sustentável (PAS), o Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal (PRV). Nestes planos e estudo foram destacados obstáculos que impediram a sua implementação nos territórios na Amazônia. Em contrapartida, é posicionado o Fundo Amazônia como um importante instrumento que colaborou para a implementação de dinâmicas territoriais concernentes a bioeconomia praticada pela Cooperativa Coobâ-Y implementada pela Associação Floresta Protegida para o fortalecimento das práticas econômicas na TI Kayapó. O objeto deste trabalho é análise da associação de extração de castanhas fomentada na Bà-y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã (Coobâ-Y) buscando cotejar a metodologia de ordenamento territorial, no qual conciliou as especificidades territoriais da comunidade indígena com a atividade produtiva balizada pela conservação e extração da floresta amazônica.

EMPRESAS DE CONSULTORIA E TENDÊNCIAS DO PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DA MCKINSEY & COMPANY

Thais Hayashi Vaz de Arruda, Unicamp. Adriana Maria Bernardes da Silva, Unicamp.

O presente artigo investiga as relações entre empresas globais de consultoria e o Estado brasileiro no que se refere ao planejamento urbano-regional do território. Para isso, focamos na análise da McKinsey & Company, uma das maiores consultorias do mundo. A McKinsey tem sido contratada por grandes corporações transnacionais e também desenvolveu nas últimas décadas uma estreita relação com o setor público de diversos países. No Brasil, a McKinsey participou da privatização do sistema de telecomunicações, durante os anos 1990, e do setor aeroviário, que ocorre desde 2011, e também elaborou planos estratégicos para as cidades do Rio de Janeiro/RJ e de Salvador-/BA. Assim, buscamos analisar os usos que a McKinsey tem feito no território brasileiro a partir da identificação de seus vínculos com o Estado, o que permite à consultoria uma atuação direta no ordenamento do território. Além disso, procuramos entender a topologia de seus escritórios no país, pois esta reforça o papel da metrópole de São Paulo como o centro de produção e gestão da informação no território nacional.

NOVOS PLANOS DIRETORES: REFERÊNCIAS, PROCESSOS E CONTEÚDOS EM CAPITAIS BRASILEIRAS

Fabricio Leal de Oliveira, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fábio Custódio Costa, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Elisa Escosteguy Utzig, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ana Aguirre Silveira da Rosa, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O artigo discute os novos planos diretores brasileiros, tendo como estudos de caso os processos nos municípios de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, em diálogo com a experiência de outras capitais brasileiras. Aventamos como hipótese que os planos diretores revistos ou em revisão entre 2014 e 2022 podem ser lidos como um novo momento do planejamento normativo no Brasil. Neste período, novas referências e discursos de justificação se relacionam de forma contraditória com parâmetros estabelecidos nos próprios planos e com as práticas de gestão municipal, eventualmente potencializando formas de mercantilização e apropriação privada do espaço urbano em novos patamares. Ao final, são apontadas indicações preliminares para a análise dos planos produzidos neste período, com destaque para (i) as insuficiências da Nova Agenda Urbana como referência para o planejamento e a política urbana; (ii) o impacto da pandemia de COVID-19 nos processos de participação popular; (iii) as contradições internas aos planos e entre planos e práticas do Executivo municipal; e (iv) a regulamentação de instrumentos de indução do desenvolvimento urbano.

PLANO DIRETOR COMO UMA FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO URBANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Matheus Gustavo Schadlick, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

O objetivo desse artigo é discutir a possibilidade de uso do instrumento Plano Diretor como ferramenta de planejamento urbano para a promoção do desenvolvimento sustentável. Metodologicamente, utiliza-se a pesquisa qualitativa, de método exploratório e revisão bibliográfica. A partir do debate sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, no que tange suas variadas dimensões; e do papel dos municípios na agenda da sustentabilidade por meio da análise documental e revisão teórica, cria-se uma base conceitual para posterior, analisar brevemente o processo de urbanização no Brasil. Nesse trabalho, propõe-se o uso do Plano Diretor como ferramenta para o planejamento sustentável com base na funcionalidade dessa ferramenta e de casos concretos no contexto brasileiro. Ainda na discussão conceitual, debate-se a formulação de políticas públicas, entendendo seu processo e o papel das instituições; além da aplicação dos ODS como parâmetro para avaliar o Plano Diretor como ferramenta de planejamento urbano para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os resultados mostram que é necessário que os Planos Diretores contemplarem as demais dimensões do desenvolvimento sustentável apresentadas por Silva (2005), além das ambiental e social; como também a necessidade de elaborar programas e políticas públicas que complementem as diretrizes do Plano Diretor, possibilitando sua implementação.

EL “MODELO PADRE MUGICA”: URBANISMO SOCIAL EN LA REURBANIZACIÓN DE VILLAS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES

Melina Ons, Conicet - Universidad de Buenos Aires. María Cristina Cravino, Conicet - Universidad Nacional de Tierra del Fuego.

Desde 2015, o Governo da Cidade de Buenos Aires promove políticas públicas integrais de reurbanização em quatro de os 50 assentamentos informais do distrito. Os escolhidos estão espacialmente vinculados a outros projetos urbanos de grande porte, voltados à requalificação e revalorização de áreas degradadas. O presente trabalho trata do maior e mais populoso dos quatro bairros intervencionados: o Padre Carlos Mugica (ex-Villa 31 e 31 bis), a vila mais emblemática do país, com uma longa história de luta pelo seu povoamento e reurbanização. É também o projeto para bairros informais que registra o maior investimento de recursos da história do distrito. No entanto, a administração local priorizou grandes obras com impacto no exterior, em detrimento da melhoria da qualidade do habitat autoconstruído. A entrega de títulos de propriedade das casas, por sua vez, avançou pouco em imóveis de baixa qualidade e condições de acesso mercantilizadas e financeirizadas. Este trabalho buscará demonstrar como um caso emblemático da luta da população pelo assentamento e pela melhoria de suas condições sócio-habitacionais, foi transformado em um grande projeto urbanístico, comandado pelo poder público local e associado ao urbanismo neoliberal.

AS REGIONAIS DE BELO HORIZONTE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR: ANÁLISE A PARTIR DA VISÃO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Fernanda Meniconi Barbabela, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Raquel Garcia Gonçalves, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

O artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre as contribuições das Regionais de Belo Horizonte para o planejamento e gestão participativos da cidade, a partir da visão de lideranças comunitárias que lidam com tais instituições diariamente. Tratam-se de instituições que existem no âmbito da microescala, tendo portanto grande potencial para a promoção de processos participativos. Adota-se como objeto de estudo a Regional Oeste da cidade, tendo sido entrevistadas lideranças de seis associações comunitárias da região. Em um primeiro momento, é feita uma contextualização histórica de como o planejamento e gestão urbanos participativos passam a ser adotados no Brasil. Em seguida, apresenta-se um breve histórico das Regionais de Belo Horizonte, seguido pela apresentação da Regional Oeste e, finalmente, dos relatos das lideranças entrevistadas.

A INEXISTÊNCIA DE UMA VISÃO ESTRATÉGICA SOBRE A INDÚSTRIA: ÁREAS INDUSTRIAIS OCIOSAS E PLANO DIRETOR NO GRANDE ABC PAULISTA

Gisele Yamauchi, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU. Andréa de Oliveira Tourinho, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU.

O objetivo desse artigo é refletir sobre a falta de uma visão estratégica econômico-territorial, que tem gerado a miopia, ou mesmo cegueira, observada nas ações e políticas públicas voltadas para as áreas industriais ociosas - sem uso ou subutilizadas -, em um dos territórios industriais mais importantes do Brasil, a Região do Grande ABC na metrópole paulista. As áreas industriais ociosas retratam a falta de políticas públicas, em suas diversas escalas, voltadas para a indústria. Nas últimas décadas, a Região vem enfrentando os problemas referentes à desindustrialização e à reestruturação produtiva, agudizando os problemas socioeconômicos, urbanos e ambientais já acumulados desde a década de 1960. Embora essa Região, ao longo da década de 1990, tenha discutido intensamente as soluções sobre as grandes áreas industriais ociosas, o artigo aponta para a cilada da adoção de respostas de alcance mais imediatistas. Além da falta de visão estratégica por parte das gestões dos sete municípios e das instituições regionais, os seus planos diretores não abordam essa realidade. Como resultado, as políticas públicas atuais não correspondem às necessidades dos municípios e dos cidadãos, aprofundando a crise regional e colocando em dúvida o futuro industrial da Região.

GESTÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O CASO DO MUNICÍPIO DE BENEVIDES-PA

Marcus Vinicius Albuquerque Franco de Sá, Universidade Federal do estado do Pará. José Júlio Ferreira Lima, Universidade Federal do estado do Pará.

Este trabalho parte de uma análise da gestão territorial do município de Benevides no estado do Pará, para discutir efeitos territoriais em prol de um suposto “desenvolvimento” econômico na Região Metropolitana de Belém (RMB). A aplicação de políticas públicas de desenvolvimento econômico pelas esferas municipais e estaduais vem contribuindo para a inserção de grandes empreendimentos industriais e logísticos no município de Benevides, o que tem levado a mudanças em sua dinâmica territorial. Tomando como referência teórica os efeitos espaciais de mudanças causadas no sistema produtivo, este trabalho articula dados quantitativos secundários sobre mudanças na movimentação da economia local, em confronto com zoneamentos previstos no Plano Diretor Urbano. O artigo visa explicar, a partir de leituras sobre a reestruturação produtiva e a flexibilização do capital financeiro, como o território urbano vem sendo utilizado cada vez mais para a reprodução capitalista. Os “respingos” da nova dinâmica de acumulação de capital associado aos interesses dos gestores no desenvolvimento econômico da RMB resultam em um afastamento cada vez maior das possibilidades de um território equilibrado nos âmbitos social, econômico e ambiental.

AS CONCESSÕES DAS LINHAS DO METRÔ DE SÃO PAULO E ALGUMAS IMPLICAÇÕES

Marcos Kiyoto Tani Isoda, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP.

A Companhia do Metrô de São Paulo vem paulatinamente adotando a concessão via Parceria Público Privada (PPP) na operação dos seus serviços de transportes de passageiros sobre trilhos. Com a primeira experiência em 2004, hoje já realizou a concessão de 2 das suas 6 linhas em operação e pretende ampliar para 5 do total de 8, considerando as linhas em obras. A adoção deste modelo de operação tem implicações diversas para o planejamento da rede de transportes e para o custeio da operação, principalmente por conta dos mecanismos de mitigação de riscos financeiros à concessionária, que são amortizados pelo Estado. Parte destes problemas se agravou com a queda de demanda sem precedentes decorrente da deflagração da pandemia do COVID 19 e a necessidade de isolamento social. Assim, este artigo pretende contribuir para as pesquisas acerca dos modelos de privatização e financeirização de infraestruturas urbanas. Tomando a rede do Metrô de São Paulo como objeto, são analisadas as linhas concedidas dentro do planejamento da rede estrutural metropolitana de transportes, os principais mecanismos de remuneração dos contratos de concessão e dados operacionais dos últimos anos.

ATIVAÇÃO DE CAPACIDADES ESTATAIS NA GESTÃO DAS OPERAÇÕES URBANAS NA CIDADE DE SÃO PAULO - 2013-2016

Simone Gueresi, doutoranda FAUUSP / servidora pública federal (EPPGG). Joyce Reis Ferreira da Silva, doutoranda FAUUSP / Bolsista Insper Arq.Futuro de Cidades / Diretora de políticas públicas IABsp (2023-2025).

Este trabalho discute o arranjo institucional de implementação das operações urbanas na cidade de São Paulo, que têm o maior tempo de experiência entre os instrumentos de reestruturação urbana. Apesar de vultosos recursos, existência de conselho gestor e legislação com previsão de obras públicas, a transformação urbana não se realizou conforme projetado, principalmente na execução das intervenções voltadas à redução de desigualdades sociais – motivação cada vez mais presente para justificar novas modalidades de projetos urbanos. A partir de literatura sobre implementação de políticas públicas, pretende-se expor como arranjos de implementação podem ativar capacidades estatais que potencializam a execução das políticas públicas. O objeto de análise é a experiência de gestão das operações urbanas paulistanas, no período de 2013-2016, a partir da qual é possível avaliar como as mudanças institucionais relatadas contribuíram para ativar capacidades técnico-administrativas e políticas, e lograram melhorar a implementação da política. Evidencia-se que a gestão pública também se constitui como espaço de disputa das relações conflituosas que caracterizam o urbano e que os arranjos de implementação e a ativação (ou não) de capacidades estatais podem reforçar a manutenção das desigualdades e assimetria entre ganhadores e prejudicados por instrumentos de reestruturação urbana.

A CONTEMPORANEIDADE DO PLANEJAMENTO PORTUÁRIO BRASILEIRO: ESTADO, CORPORAÇÕES E A PRIVATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Douglas de Paula Flora, IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas/Prefeitura de Poços de Caldas.

O seguinte artigo debruça-se na intenção de investigar os novos procedimentos de usos do planejamento e gestão do território brasileiro mediante a desestatização do sistema portuário nacional. A incumbência de gerir o sistema nacional de portos vem sendo paulatinamente transferida dos agentes estatais para os entes corporativos desde o início da década de 1990, o que nos leva a indagar sobre as consequências dessas mudanças no que tange ao planejamento territorial brasileiro e a sua relevância na manutenção ou na mitigação das disparidades regionais. As reestruturações direcionadas aos portos brasileiros desde a reabertura econômica culminou na fragmentação e na desregulamentação do setor, resultado dos interesses das corporações transnacionais e das investidas neoliberais aplicadas ao território brasileiro. Desta forma, se faz necessário compreender os mecanismos de articulação entre Estado e empresas com o intuito de averiguar as novas dinâmicas desse uso corporativo do território a partir da desestatização do sistema portuário nacional, contemplando e analisando a transferência do controle dessas materialidades técnicas acopladas ao espaço geográfico e das suas redes e fluxos provenientes da movimentação de pessoas, mercadorias e capital.

O DESEMPENHO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA RURAL (MCMVR) NOS TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Emanoel Márcio Nunes, UERN. RENATA KATIELE DA COSTA SANTIAGO, UERN. CARLA CAMILA GOMES FREITAS, UECE.

O objetivo é analisar o desempenho do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PNHR) nos territórios Rurais e da Cidadania do Rio Grande do Norte, considerando o caráter social no planejamento e execução de políticas territoriais voltadas para o desenvolvimento rural. Como metodologia foi definida a análise descritiva quanto aos fins e comparativa quanto aos meios, e como unidade de análise temos o território rural e da cidadania a partir do alcance da construção de unidades de moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (MCMVR) no período de 2011 a 2016. Quanto à coleta dos dados, foi realizada uma pesquisa por ocasião da coordenação da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, onde de um conjunto de oito ações o MCMVR era definido como da assessoria territorial de gestão social. Reconhece-se que políticas territoriais específicas para o meio rural têm possibilitado melhorias de condições de vida para agricultores familiares, fomentado iniciativas de agroindústria de pequeno porte, trazendo a uma estratégia promissora no âmbito da agricultura familiar. Como resultado, a pesquisa constatou um desempenho oscilante nos territórios do Rio Grande do Norte e um movimento que sinaliza para ruptura ou descontinuidade do PMCMVR na construção de moradias para a agricultura familiar.

PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS E TERRITORIAIS EM JUAZEIRO DO NORTE: UM LEVANTAMENTO PÓS-ESTATUTO DAS CIDADES

Cirlany Sousa Matos, Universidade Federal do Cariri (UFCA). Diego Coelho do Nascimento, Universidade Federal do Cariri (UFCA).

O estudo visa identificar e analisar as políticas urbanas e territoriais implementadas no município de Juazeiro do Norte/CE nos últimos 20 anos. O presente estudo possui abordagem qualitativa com objetivos exploratórios e explicativos, utilizando-se da análise bibliográfica e documental, apoiado pela literatura clássica e contemporânea relacionados aos conceitos de planejamento e políticas públicas. Os resultados preliminares apontam que as políticas implementadas nos últimos 20 anos possuem pontos de convergência em relação à falta do Estudos de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança, instrumentos essenciais para desenvolvimento territorial justo e sustentável, conforme preconiza o estatuto da cidade. Assim como, o fato das políticas públicas se desenharem, a partir do modelo top down, em que há pouca ou não há participação social, e a tomada de decisão ocorre de forma hierárquica. Nesse sentido, é preciso a inserção do planejamento ao ciclo de políticas públicas, afinal, não basta implementar a política, é imprescindível o monitoramento e avaliação para então se obter resultados fidedignos e mudanças no status quo.

PEUC E CONDICIONANTES DE IMPLEMENTAÇÃO

Dânia Brajato, Universidade Federal do ABC.

A aprovação do Estatuto da Cidade materializou a perspectiva de um novo modelo de planejamento e gestão urbanos, a partir da regulamentação de instrumentos voltados ao cumprimento da função social da propriedade, na direção das finalidades da Reforma Urbana de democratização do acesso à terra urbanizada e à moradia, com destaque para o ‘Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC)’. Considerando que há poucos registros de utilização do instrumento, buscou-se identificar, a partir da análise transversal das experiências que mais avançaram, as condicionantes territoriais, políticas e institucionais que possibilitaram que o PEUC fosse aplicado e que moldaram a implementação do instrumento. Conclui-se que além das condicionantes relacionadas à dimensão e às especificidades do ‘estoque ocioso’ e das finalidades de aplicação, há também outras condicionantes que são ‘herdadas’ pelos municípios e que acabam ganhando relevância para a efetividade do PEUC na direção do ideário reformista, como a trajetória política e institucional que molda e influencia os contextos locais.

TAMANHO É DOCUMENTO? A REGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA NA ISENÇÃO DO IPTU PARA IMÓVEIS TOMBADOS EM BELO HORIZONTE

Getúlio Alves de Souza Matos, Departamento de Gestão Pública - Universidade Federal de Ouro Preto. Maria Cristina Rocha Simão, Curso Superior de Tecnologia em Conservação e Restauro - Instituto Federal de Minas Gerais.

O artigo conduz uma reflexão acerca da regressividade tributária instituída pela isenção do IPTU sobre imóveis tombados. Utilizando-se de um estudo de caso da cidade de Belo Horizonte-MG, a benesse fiscal concedida aos bens nesta condição foi analisada sob a perspectiva da extrafiscalidade, uma vez que esta prática visa incentivar a adequada conservação das edificações sobre as quais incide. Os dados foram fornecidos, a pedido, pela Prefeitura de Belo Horizonte, e compreendem todos os imóveis registrados e regularizados junto ao município. Após tratamento, a análise de dados compreendeu a descrição dos imóveis em função de sua área construída e seus valores absoluto e por metro quadrado, para o conjunto e comparações em percentis arbitrados. Os resultados apontam o efeito distorcivo da política de isenção implementada, uma vez que os bens tombados são superiores aos seus equivalentes não tombados, e essa discrepância se intensifica nos percentis superiores. Conclui-se que a isenção do imposto sobre os imóveis tombados proporciona uma distorção alocativa, isentando do imposto o perfil de propriedade mais capaz de contribuir com o erário e de suportar o ônus das obrigações referentes à manutenção dos imóveis, distribuindo o fardo fiscal sobre contribuintes menos favorecidos.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO: FUNDAMENTOS E IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

Gisele Barbosa de Paiva, UFT. Juliana Aguiar de Melo, UFT.

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é um instrumento da política nacional do meio ambiente (PNMA) caracterizado como instrumento técnico e político de orientação à tomada de decisão pública e privada, e que tem como objetivos o ordenamento territorial e a preservação ambiental. Desde a década de 1990 vem sendo executado no Brasil, todavia, as tentativas de implementação e os resultados obtidos não fornecem indícios de sua efetividade. Neste sentido, esse artigo busca analisar o processo de implementação do ZEE no Brasil partindo de uma revisão dos conceitos e definições do termo e de alguns trabalhos empíricos, buscando-se compreender as especificidades, complementariedades e as razões para seu baixo desempenho. Por fim, esse artigo relaciona o ZEE com os demais instrumentos de política ambiental brasileira e sugere combinações que aumentem sua efetividade. Como resultados, observou-se que, na prática, os ZEEs manifestam-se apenas na etapa técnica de classificação das zonas, descartando-se do processo político-administrativo. Grande parte dos ZEEs encontram-se sem normatização, cujo prazo médio é de 10,5 anos. Os trabalhos consultados consideram o ZEE ineficaz, devido, predominantemente, a questões institucionais, como pouca vontade política e ausência de mecanismos legais. Percebeu-se ainda a baixa articulação do ZEE com os demais instrumentos ambientais do país.

DA INTEGRAÇÃO MODERNA À (DES)INTEGRAÇÃO NEOLIBERAL: ESTADO E TERRITÓRIO NO BRASIL POR MEIO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (2003-2019)

Carla Hirt, IFRJ e PPGDT/UFRRJ. Javier Walter Ghibaudi, Departamento de Economia/UFF.

O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças e permanências na ação estatal sobre a acumulação de capital no Brasil e sua articulação territorial, tomando como caso de estudo o BNDES nos períodos de 2003-2014 e 2016-2019. O método de investigação envolveu a análise de bibliografia e estatísticas, documentos e entrevistas com funcionários do BNDES. Observou-se que, apesar de ter um corpo técnico e burocrático qualificado e prestigioso, e mesmo tendo duplicado sua capacidade financeira, os recursos do Banco de 2003 a 2014 seguiram a especialização regressiva da década de 1990. Houve significativas mudanças, entretanto, em setores específicos: um crescimento dos investimentos públicos em infraestrutura, uma maior participação de micro, pequenas e médias empresas via Cartão BNDES e uma mudança no perfil das exportações em favor da América do Sul e da África lusófona. Com as mudanças de governo no ano de 2016, várias medidas do BNDES foram revertidas, destacando-se sua descapitalização e a perda de poder de financiamento em mais de 50%, bem como a intenção de redirecionar a atuação do BNDES ao papel de estruturador de propostas de desestatização de empresas da administração pública indireta e como principal fonte de financiamento público para uma nova rodada de privatizações.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM FINANCIAMENTO-BIRD: APONTAMENTOS SOBRE O PROGRAMA ÁGUA LEGAL- SABESP, AS RELAÇÕES ENTRE OS AGENTES EXECUTORES E A POPULAÇÃO NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA ATRAVÉS DA REGULARIZAÇÃO PARA OS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS EM SÃO PAULO.

Ana Claudia Lopes Chagas Oliveira, Faculdade Estácio de Belém.

O desvendamento da realidade que permeia a implementação das Políticas Públicas no Brasil, através da execução padronizada que vem se estabelecendo com o financiamento a partir de organismos financiadores como o BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, será demonstrada através do estudo realizado no Programa de Saneamento Sustentável- Água Legal, executado na cidade de São Paulo, considerando as principais estratégias utilizadas pelo Capital para a manutenção da ordem social. Pretende-se levantar a reflexão sobre a priorização de ações que se voltem a proteção do meio-ambiente, na busca pela efetivação da Agenda 2030, abordando questões como a mercantilização da natureza, o perfil populacional que se busca alcançar, as ações desenvolvidas que requerem intervenções do Assistente Social e as estratégias utilizadas nos processos de comunicação e adesão para com a população residente nas áreas consideradas de alta vulnerabilidade social.

O PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL COMO MODELO DE TRANSFERÊNCIA, DIFUSÃO E MOBILIDADE DE POLÍTICAS “PÚBLICAS” URBANAS NEOLIBERAIS DO BID E A NARRATIVA DAS CIDADES SUSTENTÁVEIS

Alexandre Sabino do Nascimento, Universidade Federal da Paraíba. Maria Julia Laurentino Silva, Universidade Federal da Paraíba. Heloisa Gomes da Silva, Universidade Federal da Paraíba. Jose Viturino dos Santos Neto, Universidade Federal da Paraíba.

Cresce a pressão para que países dependentes e periféricos do Sul global como o Brasil adentrem na competição territorial global. Liga-se a isso o processo de urbanização planetária e neoliberal associado a aceleração da integração geoeconômica, a financeirização intensificada do capital, a neoliberalização das formas de Estado ainda em curso e a crise ecológica planetária ligada ao fenômeno das mudanças climáticas próprias do Capitaloceno. Esse artigo de análise tem por objetivo analisar a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - ICES, criada e executada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e seu papel na transferência, difusão e mobilidade de políticas públicas urbanas neoliberais - e (in)sustentáveis - na América Latina e no Brasil ligadas a narrativa das “boas práticas” (best practices) da governança urbana neoliberal. A pesquisa que fundamenta o texto possui um caráter exploratório/analítico e é do tipo qualitativa, bibliográfica e documental. Conclui-se que existe, atualmente, um processo de transferência, difusão e mobilidade de políticas públicas urbanas neoliberais na América Latina e no mundo, com o discurso da sustentabilidade acoplado, que por sua vez vincula-se às narrativas das mudanças climáticas e da sociedade do risco global. Aponta-se que a ICES é um exemplo paradigmático de tal política no Brasil.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL: TEMPORALIDADE DAS POLÍTICAS REGIONAIS

Juliana Melo, IPPUR/UFT. Gisele Paiva, UFT. Abimael Souza, Unicamp.

O objetivo deste artigo é apresentar um histórico das políticas de planejamento regional no Brasil e apontar questões centrais para discussão da problemática do desenvolvimento e do planejamento regional. É fato evidente e já consolidado, que as desigualdades no Brasil são um problema complexo, que tem sua origem no processo de colonização e ocupação, desde o século XVI. As regiões brasileiras passaram por distintos processos gerando uma fragmentação regional que se prolongou ao longo dos séculos, fazendo-se presente até a hoje. A existência (e persistência) das desigualdades inter-regionais e intrarregionais, vigoram por todo o século XX, e a tendência é que persistam por todo século XXI se nada for feito. Realizando uma revisão bibliográfica e consultando documentos oficiais, apresenta-se com o uso de linhas do tempo, como o planejamento regional se situa diante de vários contextos, configurando-se momentos de “imersão e emersão da questão regional brasileira”.

DO ABANDONO À GENTRIFICAÇÃO: O CASO DO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS

German Gregório Monterrosa Ayala Filho, Universidade Federal de Santa Catarina. Luciana de Mello Battini, Universidade Federal de Santa Catarina.

Este estudo objetivou analisar processos socioespaciais viabilizados pelo Estado que ocorreram no bairro centro em Florianópolis. Identificamos que houve contribuição significativa do Estado em (re)produzir quadros de segregação espacial. Discutimos que as noções perpetuadas pela mídia e alguns setores da sociedade acerca do “abandono” e “revitalização” do centro histórico do município estão relacionadas com os investimentos destinados a esse espaço urbano, assim como, pela alteração das camadas sociais capazes de acessá-lo. Ademais, concluímos que a espetacularização do centro histórico reforça o modelo de cidade-mercadoria e higienizam esse espaço, beneficiando principalmente as camadas de alta renda.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO NO ESTADO DO AMAPÁ: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA LEGISLAÇÃO SIMBÓLICA

JOSE PAULO GUEDES BRITO, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

Este trabalho se dedica ao estudo das políticas públicas de fomento no estado do Amapá referentes às duas últimas legislaturas (2015-2018; 2019-2022), e toma como parâmetro de análise o conceito de legislação simbólica, segundo o qual a hipertrofia da dimensão simbólica da Lei apequena a dimensão normativa, e isso se faz por pelo menos três motivos: confirmar valores sociais, demonstrar a capacidade de ação do Estado, e adiar a solução de conflitos sociais através de compromissos dilatórios. Questiona-se: as leis de fomento no estado do Amapá têm um caráter simbólico? A abordagem é qualitativa, utiliza pesquisa bibliográfica e documental. A hipótese é de que as leis simbólicas estruturam narrativas e promessas de desenvolvimento para o estado, adiando compromissos sem tomar decisões mais efetivas.

APRENDENDO COM O RIO DE JANEIRO: CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E A EXPRESSÃO OBSCENA DA PAISAGEM CARIOCA NA PÓS-MODERNIDADE

Izabela Caroline Schaus Abreu, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“Aprendendo com o Rio de Janeiro” propõe uma crítica à produção arquitetônica realizada no escopo da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha – as torres corporativas – relacionando-a à ideia de “paisagem obscena” formulada a partir da obra “O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos” da filósofa Otília Arantes. As formulações traçadas ao longo deste trabalho são decorrentes de um processo de investigação crítica sobre a reprodução do mito da cidade global (FERREIRA, 2004) nas cidades da periferia do capitalismo e no contexto das dinâmicas de abstração na produção cultural pós-moderna (JAMESON, 2001). A reflexão proposta é conduzida através de uma análise qualitativa da paisagem impulsionada e gerada pela operação, tendo em vista que a aparência de uma cidade e “[...] o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais” (HARVEY, 1992, p. 69). Evidencia-se, portanto, de que maneira esse sintoma é capaz de indicar uma realidade complexa sobre a qual incidem dinâmicas de transformação do espaço que incorporam a manipulação imagética do gosto e da opinião e a formação da cidade desigual amparada pela promessa de construção de um novo/outro lugar.

PROGRAMA ADOTE UM CASARÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS

Daniel Borges Sombra, Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Eduardo Paim Longhi, Mestrando em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - UEMA. Andressa Silva Fariás, Pós-Graduanda em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

Diversas políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís foram executadas ao longo das últimas décadas em todas as esferas públicas, apresentando-se, no geral, de forma descontínua, fragmentada e sem articulação entre os entes federativos. Dentro das diretrizes do Programa Nosso Centro, iniciado em 2019, foi sancionada a lei do Adote um Casarão, com foco na ocupação de imóveis do Governo do Estado que estivessem desocupados ou em estado de degradação. Junto às ações multidisciplinares e intersetoriais do programa, foram elaboradas estratégias de diversidade de uso dos imóveis pela iniciativa privada, que considera os seus impactos sociais e econômicos. Apesar de reconhecido pela UNESCO desde 1997 como Patrimônio Mundial, o Centro Histórico de São Luís continua sendo objeto de políticas públicas que não passam por processos de monitoramento e avaliação. Com o objetivo de fornecer elementos e ferramentas interpretativas que possam subsidiar a análise da política pública de preservação como um aspecto importante na compreensão das dinâmicas sociais, econômicas, demográficas, etc., do Centro Histórico, este artigo ilumina o processo de execução e as dificuldades de implementação do projeto Adote um Casarão, indicando as contribuições resultantes da flexibilidade e multisetorialidade de uma política pública complexa.

PROJETOS URBANOS E APROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CENTROS HISTÓRICOS: OBSERVAÇÕES A PARTIR DE SALVADOR E RIO DE JANEIRO

Mariana Albinati, IPPUR-UFRJ. Thaís Rebouças, Câmara Municipal de Salvador. Priscila Cabral Almeida, IHAC-UFBA.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as diferentes formas de apropriação do patrimônio cultural que se colocam em disputa nos grandes projetos informados pelo empreendedorismo urbano e pelo ideário das cidades criativas na atualidade. Diante da emergência de lutas por reconhecimento dos grupos culturalmente subordinados, analisamos os processos de patrimonialização e de apropriação do patrimônio que emergem no bojo dos projetos urbanos em curso na região portuária do Rio de Janeiro e no Centro Antigo de Salvador, que produzem disputas de narrativas, assim como práticas e memórias que constituem esses territórios, que dialogam com as noções contemporâneas de políticas culturais e de direito à cidade.

A EFETIVIDADE DA FORMA JURÍDICA DO PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DA FAZENDA DO ARADO EM PORTO ALEGRE/RS

William Mog, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lívia Salomão Piccinini, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Maria Soares de Almeida, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este artigo problematiza a relação entre a forma jurídica que fundamenta o planejamento urbano e a efetividade concreta deste arcabouço institucional na atualidade marcada pela consolidação do neoliberalismo como uma racionalidade que permeia as relações sociais. Para tanto, utiliza-se como suporte teórico a contribuição da crítica marxista à forma jurídica do direito e ao Estado como forma política no neoliberalismo em associação com os efeitos práticos no planejamento urbano e na materialidade das cidades. Como análise material, discute-se o caso brasileiro a partir da Constituição Federal de (1988) e do Estatuto da Cidade (2001) entendidos como um suporte institucional que dá as bases e as diretrizes legais para a formulação de uma série de planos diretores. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) instituído em Porto Alegre/RS em 1999 e revisado em 2010 está inserido neste contexto político e é marcado pela flexibilização dos padrões urbanísticos e ambientais, existentes em um período regulatório anterior, o que resulta em experiências concretas como a proposta de urbanização da Fazenda do Arado, analisada como um efeito da forma jurídica do planejamento urbano local.

PLANEJAMENTO URBANO SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ, NA AMAZÔNIA PARAENSE

Pedro Israel Mota Pinto, Universidade do Estado do Pará. Roberta Carolina Maués do Nascimento, Universidade do Estado do Pará.

Acerca da violência urbana, se faz pertinente compreender como o planejamento urbano da cidade se faz mediante a ótica da segurança pública, visto a relação intensa entre infraestrutura precarizada e a intensidade de crimes violentos em bairros periféricos, estudando os aparelhos instalados pelo Estado para a contenção da violência, as “Usinas da Paz”, do bairro da Terra Firme, na cidade de Belém, e o bairro do Curuçambá, na cidade de Ananindeua. O objetivo da pesquisa é analisar como o Estado pensa o urbano sob a ótica da segurança pública e compreender a materialidade desse planejamento no espaço. A partir do procedimento metodológico de análise quantitativa e qualitativa e estudo de caso. Como resultados, observa-se o território planejado para a contenção da violência de forma social e espacial uma promissora proposta de planejamento urbano, de acordo com as necessidades da comunidade residente nesses bairros. Além disso, o Estado poderá dirimir os malefícios da sua presença precária, através da sua presença qualificativa, promovendo qualidade de vida em espaços ditos periféricos de maneira espacial e social.

PERSPECTIVAS MULTIESCALARES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS E METODOLOGIAS DE PLANEJAMENTO EM TERRITÓRIOS COM CONFLITOS URBANO-REGIONAIS

JEFERSON TAVARES, IAU-USP. Gabrielle Gomes, IAU-USP. Janaina Matoso Santos, IFMT Campus Várzea Grande/IAU-USP. Naiara Nunes Ribeiro, IAU-USP.

Este artigo tem como objetivo contribuir com a pesquisa aplicada em políticas públicas pela apresentação de uma experiência urbanística e metodologia de planejamento em territórios com conflitos urbano-ambientais. A experiência partiu do reconhecimento da intensa regionalização de diretrizes de desenvolvimento que incidem sobre os municípios brasileiros e buscou formular um procedimento de mapeamento e ação. Os resultados estão apoiados no caso do município de Juquitiba, integrante da Região Metropolitana de São Paulo e lugar de sobreposição de planos, ações, leis, restrições e diretrizes de diferentes escalas. Por meio de uma análise multinível nos âmbitos estadual, regional, sub-regional, metropolitano e local foram realizadas leituras transversais com foco nas questões ambiental, urbana, econômica, hídrica e de saneamento. Como principais desdobramentos foram identificados conflitos existentes entre as diversas escalas de planejamento; apontadas oportunidades de ação e estabelecidos recortes territoriais para o desenvolvimento sustentável a serem aplicados na esfera local de planejamento. Desta forma, este estudo contribui para o avanço da incorporação da perspectiva multiescalar no planejamento urbano, por meio de um experimento metodológico que considera as particularidades regionais abrangentes e os conflitos incidentes sobre o território. E busca contribuir com uma discussão científica sobre o processo atual de urbanização que se encontra metropolizado.

AQUÉM E ALÉM DOS ESTEREÓTIPOS: O FENÔMENO DA POBREZA SEGUNDO A VISÃO DE GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO SUL DO BRASIL

Airton Adelar Mueller, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Fabiana Zanardi, Prefeitura municipal de Palmitinho - RS.

O estudo busca compreender as percepções de gestores públicos municipais acerca da pobreza e de suas implicações no desenvolvimento socioeconômico de seu entorno. Uma localidade, região, ou nação somente pode ser considerada desenvolvida, ou em desenvolvimento, se preza pelos aspectos social, econômico e ambiental. A pesquisa teve como lócus empírico, a região do Médio Alto Uruguai, RS, região essa marcada por índices de pobreza relativamente altos. A coleta de dados se deu mediante pesquisa de campo, a partir de entrevistas semiestruturadas, apoiada em sete dimensões de análise. Já a interpretação apoiou-se no método da hermenêutica de profundidade. Observou-se determinados traços característicos dos gestores, representados por pensamentos que podem interferir diretamente no enfrentamento à pobreza e, portanto, na promoção do desenvolvimento socioeconômico local. Sobressaem-se compreensões conservadoras, quando não reacionárias, e de senso comum, compatíveis com interpretações liberais, enfatizando a responsabilidade individual, a mudança de atitude e a falta de iniciativa dos pobres como principal causa da pobreza na região.

PROJETOS SOCIAIS-EMPRESARIAIS NA PERIFERIA DE SÃO PAULO: NOTAS SOBRE NEOLIBERALISMO, ESTADO E GESTÃO TERRITORIAL

Magaly Marques Pulhez, Universidade Federal de São Paulo. Patrícia Laczynski, Universidade Federal de São Paulo.

Esse trabalho busca o nexo que entrelaça, em perspectiva multiescalar, o processo de neoliberalização do Estado e a privatização da gestão social dos territórios, através da análise de projetos sociais convertidos à lógica empresarial, multiplicados nas periferias contemporâneas. Como objeto de estudo, destacamos um projeto em especial – um viveiro comunitário na periferia da metrópole de São Paulo, organizado e gerido por mulheres migrantes nordestinas. Nascido na esteira de um programa integrado de urbanização implementado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) no início dos anos 2000, o projeto segue em curso desde então, expressando-se como forma vital de empresarialidade popular ao mesmo tempo em que se caracteriza como um tentáculo enfraquecido do Estado no território, desafiando os conteúdos da política pública ali realizada de modo ainda fragmentado e insuficiente. A presença-ausência do Estado é um conceito desenvolvido nesse trabalho que procura contribuir para o entendimento de como atuam as políticas públicas voltadas para a gestão da pobreza no capitalismo neoliberal dos dias atuais, à luz dos conteúdos políticos, sociais e culturais que caracterizam o neoliberalismo como doutrina, com impactos importantes sobre os modos de se produzir espaço e reproduzir a vida.



ST 3 - REDES DE CIDADES E A QUESTÃO METROPOLITANA NO BRASIL

Comissão Científica Laila Mourad (PPTAS/UCSal)
Felipe Nunes Coelho Magalhães (PPG/UFMG)
Tiago Veloso dos Santos (PPGEPT/IFPA)

Ementa

Nas últimas duas décadas as metrópoles brasileiras passaram a conviver com espaços regionais cada vez mais fragmentados e vinculados a dinâmicas de expansão da fronteira agrícola e de extração mineral, ao passo que a metrópole tradicional vem perdendo espaço como centro industrial das suas antigas hinterlândias. Os efeitos da crise econômica, social e política se fazem presentes de múltiplas formas nas redes urbanas, alteram relações entre cidades e regiões, e acentuam os desafios trazidos pela dinâmica de desenvolvimento desigual no território, em escalas diversas. Ademais, a continuidade da introdução de novas ondas de inovação tecnológica também trazem consequências importantes para a produção do espaço e das relações entre localidades. Considerando estas tendências estruturais da urbanização do território brasileiro desde o fim do ciclo de industrialização na década de 1980, a proposta desta sessão temática é ampliar o entendimento sobre questões como: quais novos desafios estão postos para avançar na agenda da reforma urbana, tanto em espaços metropolitanos, quanto em cidades de menor porte? Qual o papel das metrópoles no atual contexto de desindustrialização e financeirização do ambiente construído? Quais características definem as cidades médias ou os novos espaço metropolitanos surgidos após os anos 2010? Como as redes urbanas vêm sendo reconfiguradas em relação a este quadro ampliado?

Palavras-chave

Gestão Metropolitana, Polarização, Centralidade, Sistemas Urbanos, Centro e Periferia.

A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN: RECONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA, CIDADES DE PEQUENO PORTE E AS ARTICULAÇÕES TERRITORIAIS NO ESPAÇO METROPOLITANO

Claudio Machado Maia, UFRN. Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros, UFRN. Analúcia de Azevedo Silva, UFRN. Jane Roberta de Assis Barbosa, UFRN.

Este estudo analisa a região metropolitana de Natal/RN, sua reconfiguração de rede urbana, cidades de pequeno porte e as articulações territoriais no espaço metropolitano. O movimento populacional pendular de cidades influentes que compõem a Região Metropolitana de Natal/RN, Arranjo Populacional de Natal/RN. Foi amparado e conduzido em dados e informações oficiais e na literatura sobre o tema. Utilizou-se conceitos de Redes Geográficas e as articulações territoriais. A oferta de postos de trabalho, prestação de serviços nas áreas da educação, turismo e da saúde além da busca pela sobrevivência humana, exigem diariamente pessoas se movimentando de um município para outro buscando atender suas necessidades. O movimento pendular humano entre municípios, justifica-se, pois, muitos trabalhadores possuem relações familiares, residências ou casa própria em seus municípios de origem. Conclui-se que alguns municípios e principalmente cidades influentes, detêm centros de especialidades na área saúde, educação profissional e formação superior, e postos de trabalho, sobretudo no turismo, além de serem referência em iniciativas de ciência, tecnologia e inovação centradas na implementação de parques tecnológicos. Assim, na reconfiguração da rede urbana constitui-se centros de gestão do território, polos de atração que se fortalecem com maior dinamismo socioeconômico regional.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM) E A SUA REDE DE INFLUÊNCIA URBANA REGIONAL

Joseli Andrades Maia, UFRGS. Tânia Marques Strohaecker, UFRGS.

Com o objetivo de analisar a contribuição da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na organização espacial da rede urbana regional a partir da mobilidade de seus discentes, propomos como trabalho de campo a aplicação de um questionário online, com a obtenção de 379 respostas de estudantes de graduação e pós-graduação da referida Instituição de Ensino Superior (IES), no qual foi possível analisar espacialmente a mobilidade geográfica e a hierarquização dos municípios envolvidos. Analisamos a atuação de uma IES enquanto agente de produção espacial que contribui para a formação de centralidades em sua região de inserção, enquanto estimula a especialização e a dinamização dos lugares. Analisamos a relevância da UFSM e o seu impacto regional, através do estudo da mobilidade geográfica distinta de seus estudantes, o que amplia, cada vez mais, a centralidade da instituição sobre hierarquias de menor abrangência, como é o caso dos centros sub-regionais, centros de zona e centros locais, cuja oferta de certos tipos de serviços e atividades econômicas é reduzida, ou até mesmo nula, o que justifica a origem da mobilidade geográfica dos discentes incluídos na amostra desse estudo.

AS MUDANÇAS NA REDE URBANA E AS CIDADES PEQUENAS DA REGIÃO DOS VALES-RS

Carolina Rezende Faccin, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Luana Pavan Detoni, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rogério Leandro Lima da Silveira, Universidade de Santa Cruz do Sul.

Objetiva-se analisar as mudanças da rede urbana da Região do Vales, no Estado do Rio Grande do Sul, entre 1966 e 2018, a partir dos estudos Região de Influência das Cidades - REGIC, elaborados pelo IBGE. Entende-se a rede urbana como o conjunto articulado de centros urbanos, integrados por meio de fluxos materiais e imateriais. Observa-se, na Região dos Vales, uma rede urbana razoavelmente estável, com uma dinâmica de funcionamento simples refletindo a baixa complexidade da divisão territorial do trabalho que prepondera na maior parte do território regional, mas com modificações ocorridas por conta de um intenso processo de emancipações municipais, ao longo do período analisado. As cidades pequenas além de desempenharem funções de imediato atendimento à população local tem seus processos de urbanização condicionados pela dinâmica de desenvolvimento regional das atividades agroindustriais do tabaco e da produção de carne suína e de frango, e também apresentam importante papel na estruturação da rede urbana regional. Destaca-se as capitais regionais de Santa Cruz do Sul e Lajeado, por exercerem intermediação de fluxos entre a metrópole de Porto Alegre para com os centros locais e pela posição central no espaço geográfico.

RELAÇÃO ENTRE CONSÓRCIOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TAMANHO E DIVERSIDADE DAS REDES INTERMUNICIPAIS EM MINAS GERAIS

Lucas Leão, UFJF. Suzana Quinet de Agrade Bastos, UFJF. Hilton Manoel Dias Ribeiro, UFJF/GV.

O estudo objetivou analisar a relação entre o tamanho e a diversidade das redes intermunicipais com os níveis do indicador de desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Minas Gerais. A estrutura de rede intermunicipal foi representada pela participação das cidades em consórcios públicos, instrumento que conecta diferentes gestores locais para a provisão cooperada de serviços e políticas sociais. A desigualdade regional e o relativo protagonismo nacional dos municípios mineiros (sobretudo os pequenos e médios) na formação de redes cooperadas, além de uma observada convergência de renda nas últimas décadas, justificam a escolha do Estado para a avaliação. A aplicação da Análise de Regressão Logística Ordenada levou a resultados que indicam que o tamanho da rede de municípios impacta positivamente a probabilidade de as cidades mineiras atingirem níveis mais elevados de desenvolvimento socioeconômico, medido pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

DINÂMICA ESPACIAL DO SETOR DE SERVIÇOS NO CEARÁ: TENDÊNCIAS A PARTIR DA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS (AEDE)

Christiane Luci Bezerra Alves, Universidade Regional do Cariri. Sebastião Renan Duarte Pereira, Universidade Regional do Cariri. Maria Larissa Bezerra Batista, Universidade Regional do Cariri. Maria Jennefer Pereira da Silva, Universidade Regional do Cariri.

O setor de serviços, no Ceará, apresentou-se bastante atrelado ao desenvolvimento local da indústria, sendo considerado como um segmento “acessório” à atividade industrial, limitando sua contribuição para o desenvolvimento local. Por outro lado, nas últimas duas décadas, o estado também experiencia um crescimento sistemático de um complexo de cidades médias, além da consolidação de áreas de influência regional, no processo de criação de novas regiões metropolitanas, a exemplo da Região Metropolitana do Cariri e de Sobral. Esses movimentos contribuem para maior dinamização dos serviços nestas regiões, a partir de ramos que demandam melhores padrões de qualidade, a exemplo da expansão de uma rede de serviços educacionais e de saúde. Este trabalho se propõe à compreensão da dinâmica e evolução espacial do setor de serviços no Ceará, a partir da investigação do caminho e do sentido da dependência espacial, com dados Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) dos anos de 2010 e 2020. Propõe-se um conjunto de indicadores de distribuição espacial; a criação de índices de emprego; e utilização da metodologia de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). Os resultados apontaram evidências da existência de autocorrelação espacial positiva para todos os indicadores nos anos analisados.

CIDADES MÉDIAS, INTERAÇÕES ESPACIAIS E REDES URBANAS REGIONAIS: IDENTIFICANDO ÁREAS URBANAS FUNCIONAIS EM REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL-BRASIL

Rogério Leandro Lima da Silveira, UNISC. Carolina Rezende Faccin, UFRGS. Brenda Eckel Machado, UNISC. Cheila Seibert, UNISC.

As cidades médias centralizam, articulam e intermediam diferentes fluxos nos espaços regionais. A ideia de regiões policêntricas, mais equilibradas e coesas tem ganhado importância tanto nos debates acadêmicos no campo das ciências sociais, quanto na esfera governamental, sobretudo em países europeus, ao ser incorporada nas políticas públicas de ordenamento territorial e de desenvolvimento regional. A partir de uma análise crítica dos estudos sobre o policentrismo e de sua necessária adaptação à realidade brasileira, utilizou-se metodologicamente a abordagem das áreas urbanas funcionais no estudo da centralidade das cidades médias e das suas interações espaciais, através dos fluxos pendulares para trabalho e estudo, nas suas regiões de influência, no território do Rio Grande do Sul. Com base nos microdados do IBGE (2010) analisou-se a dinâmica de interações no interior das áreas urbanas funcionais, e quais são as relações que as respectivas cidades médias centralizam e estabelecem com as demais cidades que polarizam, em regiões funcionais de planejamento selecionadas do Rio Grande do Sul. Igualmente buscou-se compreender como se apresenta nessas regiões a divisão territorial do trabalho e seus condicionantes e reflexos na dinâmica de urbanização das cidades médias e de funcionamento da rede urbana regional.

CIDADES, ESPAÇO URBANO E DISPARIDADES EM SAÚDE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS SEIS CAPITAIS MAIS POPULOSAS DO BRASIL

Hisrael Passarelli-Araujo, Universidade Federal de Minas Gerais - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG).

A cidade é um modo de viver, pensar e sentir. O modo de vida urbano é capaz de produzir ideias, comportamentos, valores e conhecimentos, mas também é capaz de acirrar disparidades socioeconômicas e de saúde da população que ali reside. Este artigo analisa as disparidades em saúde das seis capitais mais populosas do Brasil e suas articulações com os determinantes socioeconômicos de saúde. Para tanto, utilizam-se os dados do Censo Demográfico de 2010 para a aplicação do Índice de Saúde Urbana (ISU), uma métrica que sintetiza oito diferentes variáveis socioeconômicas e de saneamento desagregadas por setores censitários. Os resultados são discutidos à luz de três vertentes teóricas: a diferenciação centro-periferia, abordagem econômica da saúde e epidemiologia social. Os principais achados desse trabalho indicam que a saúde da população permanece distribuída de forma desigual no território. Há indícios de melhores indicadores de saúde urbana para o Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro lado, há também uma clara desvantagem de saúde urbana atribuída à cidade de Manaus, especialmente nas áreas situadas nas franjas da cidade, cuja população apresenta menores níveis de renda. Internamente, as divisões espaciais bem conhecidas ainda são persistentes nesses territórios e existem acentuadas desigualdades intraurbanas nesses espaços.

COMPORTAMENTO DO FLUXO MIGRATÓRIO NAS CIDADES MÉDIAS DE PERNAMBUCO NO PERÍODO 2005/2010

Flávia Nelo Vieira, Universidade Regional do Cariri (URCA). Silvana Nunes de Queiroz, Universidade Regional do Cariri (URCA).

Com a crise econômica em que se encontrava o Brasil na década de 1980, se desenhava mudanças no padrão migratório nacional e em especial no nordestino. Assim, o objetivo principal desse estudo é analisar as migrações da e para as cidades médias da RMR vis-à-vis as interioranas de Pernambuco, a partir do fluxo inter-regional, intrarregional e intraestadual, durante o quinquênio de 2005/2010. Para tanto, os microdados do Censo Demográfico 2010 é a principal fonte de informações. Os principais resultados apontam que o fluxo inter-regional possui menor expressividade, indicando que o migrante emigra menos para além das fronteiras regionais. Ressalta-se que a interiorização da indústria e do ensino superior a partir de 2004, atrelada aos programas de transferência de renda e incentivos governamentais para a criação de novos postos de trabalho, intensificaram as migrações em âmbito regional e local. Assim, Petrolina e Caruaru, cidades médias do interior de Pernambuco, tem expressiva atração de migrantes, enquanto outras localizadas na RMR não são tão atrativas. Portanto, definir quantitativamente uma cidade como média, não significa que esta disponha de atributos suficientes para a manutenção de sua população residente e/ou atração/fixação de migrantes.

PLANEJAMENTO NA CONTEMPORANEIDADE: A EMERGÊNCIA DOS CONCEITOS DE SOFT SPACES E SOFT PLANNING

Lucas dos Santos Rocha, UFABC. Igor Matheus Santana-Chaves, UFABC. Sandra Momm, UFABC. Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco, Faculdade de Arquitetura de Lisboa. Marcio Jose Verissimo Catelan, UNESP.

No debate sobre o planejamento contemporâneo, o conceito de Soft space é utilizado para descrever a emergência de novos espaços de planejamento à margem dos sistemas estatutários. Esses espaços são considerados funcionais e fluídos, tanto institucionalmente quanto geograficamente, ao serem criados em paralelo aos sistemas estatutários ou formais de governo. Embora sua origem esteja associada à experiência de planejamento no Reino Unido, sob transição no governo New Labour (1997-2010), os Soft spaces parecem ser um fenômeno global ao serem vistos como parte de uma mudança mais ampla do papel do Estado e do planejamento. Desse modo, o artigo busca compreender os fundamentos teóricos do conceito e sua relação com as mudanças mais recentes do campo do planejamento e da governança metropolitana, a partir do caso português. Para isso, a metodologia proposta se desenvolve por uma revisão bibliográfica revisional qualitativa da teoria acerca dos conceitos. E para o caso português, se utiliza de análise documental e dos conhecimentos adquiridos do projeto [omitido para não identificar autoria], Lisboa-Portugal. A partir da revisão da literatura e do caso, o artigo contribui para uma aproximação das abordagens e seu potencial na agenda de pesquisa do planejamento e governança metropolitana brasileira.

A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NA RMBH: PADRÕES DE REGULAMENTAÇÃO, NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO E DINÂMICA IMOBILIÁRIA METROPOLITANA

Mariana Ventura, UFMG. Rogério Palhares, UFMG.

O presente trabalho apresenta o panorama da regulamentação da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), revelando a diversidade de estágios e instrumentos de regulamentação existentes nos 34 municípios que a integram. Parte de abrangente referencial teórico, abordando temas como teoria da renda da terra, regulação, planejamento e gestão do uso do solo e dinâmica imobiliária, com o objetivo de resgatar a lógica de funcionamento do instrumento. Apresenta o levantamento do uso da OODC na Região e reflexões acerca dos novos resultados obtidos com a continuidade de pesquisa de mestrado sobre o tema. Busca correlacionar estágios de regulamentação da OODC e distintos níveis de integração municipal com a dinâmica metropolitana, de forma a identificar possíveis padrões, considerando os diferentes perfis da dinâmica imobiliária no contexto da metrópole. Considerado importante instrumento de financiamento do desenvolvimento urbano, a presença da OODC como instrumento redistributivo dos custos e benefícios da urbanização aponta, no caso da RMBH, uma maior regulamentação em áreas de expansão imobiliária menos verticalizada e de baixa densidade, mantendo áreas de maior verticalização e maior valorização imobiliária sem adoção de contrapartidas financeiras pelo uso da OODC, contrariando, portanto, seus objetivos e comprometendo a efetividade de sua utilização.

CONNECTIVIDADE, PLANEJAMENTO E AS DIMENSÕES DO IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO TERRITÓRIO: APROXIMAÇÕES SOBRE O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE-SP, BRASIL

Rosa Maria Scaquetti Pinto, UFABC. Lidiane Maciel, UNIVAP.

O presente artigo estuda as dimensões do impacto da pandemia da COVID-19 no território discutindo como estas se correlacionam no contexto neoliberal de produção social do espaço sob o ponto de vista da homogeneização, fragmentação e hierarquização do mesmo. Para isso, realiza um estudo de caso utilizado a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), no Estado de São Paulo, Brasil como exemplar. Por meio da perspectiva dedutivo-indutivo busca-se sistematizar dados do perfil socioeconômico, do sistema de saúde e da conectividade dos municípios, número de casos, as medidas de prevenção e terapêuticas tomadas pelos governantes. Como resultados e conclusões mostra a relação direta entre planejamento urbano e disseminação do vírus da COVID-19.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA LETALIDADE POLICIAL NOS TERRITÓRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO DE 2006 A 2016.

Aparecido Batista de Almeida, Coordenadora de Serviços de Saúde/SES/SP. Alessandra Cristina Guedes Pellini, UNINOVE. Cristiano Capellani Quaresma, UNINOVE.

A violência policial é um importante problema social no Brasil. As intervenções legais representaram, em 2020, 3% de todas as mortes por causas externas no país. Objetivos: Descrever o padrão espacial da mortalidade por homicídios devido à intervenção legal na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), de 2006 a 2016. Métodos: Foi realizado um estudo ecológico, descritivo, a partir da análise espacial e espaço-temporal da mortalidade por intervenção legal, entre os residentes com 15 anos de idade e mais da RMSP, segundo áreas de ponderação, municípios e distritos policiais, estes últimos da capital paulista, no período de 2006 a 2016, por meio de análises estatísticas de varredura dos endereços de residência georreferenciados dos óbitos. Resultados: Foram geocodificados 1.818 óbitos por intervenção legal, e detectados cinco aglomerados puramente espaciais e cinco aglomerados espaço-temporais de alto risco, distribuídos, principalmente, nas periferias da capital paulista e em diversos municípios da RMSP do entorno. Conclusão: As mortes por intervenções legais ocorreram de forma desigual no espaço urbano da RMSP, e na capital paulista, foram localizadas principalmente nas periferias da capital e em municípios do entorno, ou seja, em regiões periféricas e carentes, onde a população é mais vulnerável e suscetível à vitimização.

MIGRAÇÕES DA E PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE FEIRA DE SANTANA (RMFS)

Ricardo Monteiro de Carvalho, Universidade Regional do Cariri - URCA. Silvana Nunes de Queiroz, Universidade Regional do Cariri - URCA.

Esse trabalho tem como objetivo analisar as migrações inter-regionais (longa distância), intrarregionais (média distância) e intraestaduais (curta distância) da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), instituída em 2011. Estudos sobre a Bahia e a Região Metropolitana de Salvador sobre essa temática existem, mas pouco ou nada se conhece sobre a RMFS. Os principais resultados, a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010, apontam que entre 2005/2010, o fluxo de curta distância se destaca, ao apresentar maior migração bruta (volume de entrada e saída), bem como maior saldo migratório positivo na RMFS. Por sua vez, os deslocamentos de média distância são os menos praticados, mas mostram saldo migratório positivo, enquanto o fluxo inter-regional, possui saldo negativo, mostrando que a RMFS ainda tipifica como área de perda populacional na migração de longa distância. No tocante aos municípios que compõem a RMFS, Feira de Santana é o mais atrativo.

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: UMA INTRODUÇÃO À ANÁLISE DAS PRÁTICAS COTIDIANAS DE MOBILIDADE E CONSUMO EM CIDADE TIRADENTES (SÃO PAULO) E PIMENTAS (GUARULHOS)

Gustavo Nagib, Pós-doutorando.

Este artigo apresenta uma introdução à análise das práticas cotidianas de mobilidade e consumo em dois contextos específicos da periferia da Região Metropolitana de São Paulo: Cidade Tiradentes, na capital paulista, e Pimentas, em Guarulhos. Fruto de uma pesquisa em andamento, este trabalho preliminar recorreu especialmente a um conjunto de entrevistas com cidadãos para compreender, dos discursos e experiências destes últimos, os indicativos do processo de fragmentação socioespacial. Em decorrência das precárias condições de mobilidade urbana e da lógica dual centro-periférica, que dirigiu a produção do espaço metropolitano, o apartamento material e simbólico das periferias tornou-se, dialeticamente, propulsor de gradativas alterações e complexificações socioespaciais. Neste sentido, constata-se a redefinição do então padrão monofuncional de cidades-dormitório a partir, por exemplo, da (re)produção de shopping centers, da segmentação do consumo e do estabelecimento progressivo de grandes redes de fast-food, supermercados, farmácias etc. também nas periferias. Consequentemente, os lugares e os tipos de consumo, em maior proximidade com o local de moradia dos cidadãos, ganham um progressivo protagonismo na transformação dos espaços de circulação e frequência nos bairros e distritos periféricos, tais como Cidade Tiradentes e Pimentas.

MOVIMENTOS PENDULARES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO EM 2000 E 2010: UMA ANÁLISE DOS ESTRATOS SOCIAIS

Ulisses Carlos Silva Ferreira, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Paulo de Martino Jannuzzi, Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Letícia de Carvalho Giannella, Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Os movimentos pendulares se constituem um importante fenômeno para compreender a dinâmica dos espaços metropolitanos. Mas as pessoas que necessitam trabalhar num município diferente de que reside não realizam esses movimentos sob as mesmas condições. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro houve uma intensificação desses movimentos entre 2000 e 2010. Para entender essa intensificação, discute-se o conceito de classe em diferentes tradições do pensamento sociológico e uma proposta de estratificação social. Por isso, utilizou-se um modelo de estratificação social utilizado em pesquisas do Observatório das Metrôpoles baseado em três classes: a popular, a média e a dominante. Como resultados verificou-se que foi na classe dominante que esse tipo de deslocamento mais cresceu, indicando que esta classe tem mais possibilidades de trabalho por toda RMRJ.

PANORAMA DA APROVAÇÃO DE LOTES URBANOS NAS NOVAS REGIÕES METROPOLITANAS DO INTERIOR PAULISTA

Cristian Roberto Nazareth Lisbôa, Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana / UFSCar. Luciani Maria Vieira Rocha, Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana / UFSCar. Carolina Maria Pozzi de Castro, Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana / UFSCar.

Ao longo dos últimos anos, as cidades médias têm atraído intensa atividade imobiliária, em especial o parcelamento do solo, promovendo muitas vezes uma expansão urbana dispersa, vazios urbanos e segregação socioespacial. São apontadas como razões o estoque de terras maiores, em comparação às grandes cidades, preços mais acessíveis, boas rodovias e infraestrutura, menores custos de vida e de produção. Neste artigo apresentamos um panorama da produção de lotes urbanos no estado de São Paulo, a partir de dados publicados pelo GRAPROHAB, incorporados em SIG, entre 2010 e 2021, tendo como recorte territorial a nova regionalização do estado. Foi possível identificar que o interior do estado concentra a maior produção. A campeã no ranking é São José do Rio Preto, município sede da recente Região Metropolitana, seguida por Ribeirão Preto, município-sede da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Estas duas novas regiões metropolitanas, cujos PDUIs estão em elaboração, totalizam 71 municípios, concentram 5,8% da população e cerca de 19% da aprovação de lotes no estado. A pesquisa aponta semelhanças e contrastes na produção do espaço urbano, considerando a aprovação de lotes nos municípios dessas duas regiões metropolitanas do interior paulista.

PROJETOS DE BRT NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: EXECUÇÃO E DIFICULDADES DE INTEGRAÇÃO

Lúcio Ribeiro, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA). Sandy Monteiro, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA).

O presente artigo faz uma breve análise das dificuldades de integração entre os sistemas BRT Belém e BRT Metropolitano, em processo de implementação na Região Metropolitana de Belém por entes federativos distintos e que substituirão o atual modelo radioconcêntrico por um sistema tronco-alimentador. De metodologia descritiva e abordagem qualitativa, o estudo se utiliza de dados secundários como documentos oficiais e notícias veiculadas por instituições públicas e pela imprensa local, que abordam sobre o assunto pesquisado. Foi possível identificar considerável desarticulação entre os dois projetos, sobretudo no que diz respeito às integrações física, operacional e tarifária, comprometidas devido a impasses entre seus agentes responsáveis e que tem entre suas causas a ausência de uma governança interfederativa das funções públicas de interesse comum, mesmo que amparada por legislação federal.

REDES, RENDA E METRÓPOLE: ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL MÉDIO EM CURITIBA/PR E FLORIANÓPOLIS/SC

Lucas Ponte Mesquita, Mestrando no Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal do Paraná. Juliana de Godoy, Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal do Paraná.

O artigo trata da metropolização no contexto das redes urbanas, como forma espacial que, dentre outros aspectos, privilegia o papel dos fluxos, das conexões e das divisões territoriais do trabalho, cada vez mais globais. Traz como fator de análise, a distribuição dos rendimentos médios nos setores censitários dos aglomerados urbanos de Curitiba e Florianópolis, segundo os Censos de 2000 e 2010. O recorte é analisado a partir da leitura das classificações das duas Cidades pelo REGIC, sendo escolhido, dentre outros aspectos, por se tratar de dois casos diferentes relacionados aos processos de metropolização, um mais consolidado, e outro bem recente.

SUBURBANIZAÇÃO E NOVAS CENTRALIDADES DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA: O PROJETO CENTRALIDADE SUL (CSUL) NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Fernanda Lima Bandeira de Mello, Estudante de mestrado do NPGAU da Escola de Arquitetura da UFMG. João Tonucci, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/FACE/UFMG).

Este artigo objetiva investigar processos de suburbanização por meio da realização de Grandes Projetos Urbanos (GPU), tendo como objeto de análise o projeto CSul, centralidade de grande porte a se instalar em Nova Lima, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O processo de formação do “tecido urbano” através da implosão e explosão das cidades, a partir da Revolução Industrial, levou à formação, nas bordas das cidades, de fragmentos disjuntos e subúrbios. Posteriormente, os processos de reestruturação econômica em curso desde meados da década de 1980 provocaram profundas transformações no campo do urbano. Na RMBH, a recente implantação de GPUs vem impulsionando vetores de expansão da metrópole, ao passo que há uma retomada do planejamento metropolitano com a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e do Macrozoneamento. No Vetor Sul, a Csul surge como uma proposta inédita de subúrbio que se apresenta como resposta a uma demanda metropolitana. No entanto, a percepção de gestores públicos envolvidos com a aprovação de seu licenciamento ambiental levanta questionamentos acerca da efetividade dos instrumentos metropolitanos de planejamento frente a GPUs privados. Analisar o processo urbano sob o capitalismo, por meio da CSul, permite compreender como se dá a produção do espaço urbano na contemporaneidade.



ST 4 – CONVERGÊNCIAS ENTRE URBANIZAÇÃO E NATUREZA

Comissão Científica Ana Cláudia Duarte Cardoso
(PPGAU/UFPA)
Ricardo Ojima (PPGDEM/UFRN)
Luciana Ferrara (PPG-PGT/UFABC)
Sandra Momm (PPG-PGT/UFABC)

Ementa

Em um contexto inequívoco de mudanças climáticas, de perda de biodiversidade, de tendência de homogeneização de paisagens, como construir alternativas? Como aproximar gestão urbanística, ambiental e territorial? Como reconstruir o relacionamento entre sociedade e natureza? O quê podemos aprender com os povos tradicionais e a relação que mantêm entre comunidade e natureza? Quais os benefícios de se articular soluções de saneamento (infraestrutura cinza) à infraestrutura verde (soluções baseadas na natureza)? Quais valores deverão permear a expansão das cidades e a reciclagem dos espaços já consolidados, considerando a regeneração da natureza? Como o planejamento urbano e regional com enfoque ecológico têm sido retomado na pesquisa e extensão para integrar as dimensões plurais que atravessam o campo dos estudos urbanos e regionais?

Palavras-chave

Injustiça socioambiental, Mudanças climáticas, Adaptação, Resiliência, Risco, Soluções Baseadas na Natureza, Saneamento. Paisagem.

A AGENDA DO VOLUME MÍNIMO DE ÁGUA PARA SOBREVIVÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO

Suyá QuintsIr, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Laiana Carla Ferreira, PROURB (UFRJ).

Atualmente, 2 bilhões de pessoas não têm acesso à água segura no mundo, sendo o déficit concentrado, espacialmente, nas áreas rurais e periferias urbanas, e, socialmente, nas famílias em situação de vulnerabilidade econômica. A reversão deste quadro de desigualdade ambiental requer que sejam pensadas políticas públicas para a população mais vulnerável que respeitem os Direitos à Água e ao Esgotamento Sanitário. É neste contexto que se inserem as experiências de isenção de pagamento por volumes de água considerados fundamentais à sobrevivência e higiene (mínimo vital de água potável). Este trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa em andamento sobre o tema e incentivar o debate a partir de revisão de literatura não sistemática que incluiu, além de textos acadêmicos, documentos de políticas públicas. Foram identificadas experiências de isenção de pagamento realizadas por governos nacionais e subnacionais em diferentes continentes. Nos diferentes contextos analisados, as políticas variam principalmente em relação: (1) ao nível de regulamentação – leis nacionais, regionais ou locais ou, ainda, jurisprudência das cortes nacionais ou regionais; (2) à definição dos beneficiários, variando desde políticas focalizadas de enfrentamento à pobreza até políticas universais; (3) aos volumes de água isentos de pagamento; e (4) à inclusão dos serviços de esgotamento sanitário.

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NA MESORREGIÃO DO BAIXO AMAZONAS (PA)

Bruno Jandir Mello, FURB. Cristiane Mansur de Moraes Souza, FURB. Roberta Maria Moura, FURB. Odacira Nunes, FURB. Stella Maris Martins Cruz Castelo de Souza Nemetz, FURB.

No Norte brasileiro identificam-se diversos problemas, provocados pela fragmentação da governança dos recursos hídricos, dentre os quais este artigo focaliza a baixa cobertura de serviços de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto e de drenagem. Estes problemas relacionados ao saneamento básico, por sua vez potencializam doenças e desastres naturais. O objetivo deste artigo é analisar os indicadores de saneamento básico, por meio da avaliação, classificação e mapeamento através de um índice de carência de saneamento básico (ICSB), com vistas a uma aproximação da gestão urbanística, ambiental e territorial. A metodologia contempla etapas descritiva, explicativa e avaliativa a partir de duas escalas territoriais. A primeira escala contempla a mesorregião Baixo Amazonas (PA) e a segunda o perímetro urbano do município de Santarém (PA). Os resultados apontam para uma alta carência de saneamento básico dos municípios da mesorregião e também na área urbana de Santarém. Constatou-se que a falta de abastecimento de água é um problema constante, e isto se deve às questões relacionados à infraestrutura e operação. Diante dos resultados obtidos, conclui-se que os serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de coleta de resíduos e de drenagem não são satisfatórios e não são ofertados com equidade e isto, compromete a qualidade de vida e bem-estar da população.

CIDADES RESILIENTES A INUNDAÇÕES: UM PROCESSO ANALÍTICO DA PAISAGEM – O CASO DE GUARATIBA

Mylenna Linares Merlo, UFRJ. Aline Pires Veról, UFRJ. Osvaldo Moura Rezende, UFRJ.

Os rios são considerados força motriz do crescimento urbano, contudo, a paisagem acumulou transformações advindas de ações antrópicas, que, desencadearam processos de degradação que modificam a qualidade dos ambientes. Os impactos causados pela urbanização sobre a paisagem são intensificados em áreas onde o desenvolvimento é desacompanhado de infraestrutura de saneamento e onde há um déficit dos serviços públicos. As inundações são consideradas eventos passíveis de manejo e, por isso, torna-se viável gerenciar os riscos das cheias. A cidade resiliente é considerada um sistema integrado capaz de enfrentar as consequências negativas de uma inundação. Existe um crescente consenso científico que reconhece a natureza como meio para auxiliar na redução do risco de desastres. O trabalho tem como objetivos realizar um diagnóstico a partir de uma visão sistêmica e integrada da paisagem a fim de auxiliar o planejamento territorial e reduzir o risco a inundações. O diagnóstico é dividido em 2 fases, do território (Análise Cartográfica; Análise dos processos urbanos; Identificação das Demandas dos Agentes do Território) e do planejamento. O trabalho se propõe a analisar a bacia do Rio Piraquê-Cabuçu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que possui inúmeros eventos de inundações e vem apresentando um aumento na expansão urbana.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: O CASO DA COMUNIDADE MARROCOS, EM FORTALEZA-CEARÁ

Mariana Quezado C. Lima, Unichristus. Marcela Monteiro dos Santos, UFC. Naggila Frota, Unifor. Carolina Jorge T. Guimarães, UFC. Luísa Fernandes V. da Ponte, UFC.

O saneamento básico é o conjunto de serviços públicos e infraestruturas relativos às suas quatro dimensões: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Apesar da existência de uma estrutura legislativa nacional e de orientações internacionais para assegurar o acesso ao saneamento básico, a universalização desse serviço urbano ainda é um desafio nas cidades brasileiras, sobretudo nos assentamentos precários. Mesmo quando recebem projetos de urbanização, esses espaços usualmente têm suas particularidades desconsideradas, gerando muitas vezes outras problemáticas. Diante desse contexto, o artigo analisa o processo de implementação de saneamento básico em assentamentos precários, a partir do caso de um projeto de urbanização em andamento na comunidade Marrocos, localizado no Grande Bom Jardim (GBJ), na periferia sudoeste de Fortaleza, no estado do Ceará. Ao longo do artigo, foram utilizadas metodologicamente "quatro questões" abordadas por Renata Furigo (2020): questão ambiental; questão urbana; questão tecnológica; e questão tarifária. As reflexões sobre as intervenções no Marrocos procuram contribuir com o que a autora tem desenvolvido ao considerar cada questão, ampliando a discussão com outros autores e com a experiência adquirida nas práticas em campo.

PARA UMA ANÁLISE CRÍTICO DISCURSIVA FOUCAULTIANA DE GOVERNOS NEOLIBERAIS DA ÁGUA

Marcelo Aversa, UFABC.

Este artigo tem o objetivo de apontar a análise crítico discursiva como uma metodologia possível para a crítica de governos neoliberais da água. Como uma sistematização e problematização de pesquisa de doutoramento em progresso, representa um produto que percorre as revisões bibliográficas das abordagens foucaultianas produzidas por Diaz-Bone et al (2007), relativa à análise crítico discursiva, por Connor Cavanagh (2018), relativa à Ecologia Política em âmbito geral e a de Paola Rattu e René Veron (2016), relativa à Ecologia Política Urbana da Água. Para ir além destas revisões, em cada uma delas destacou-se algumas pesquisas para aprofundar as formas de composição entre teórico e empírico, dentro de temas político-ecológicas e urbanísticas, para debater em que medida se aproximam ou se afastam da obra de Michel Foucault. Conclui-se que conceitos e estratégias são definidos na própria rede de relações de poder em que estão inseridos, como por exemplo a estratégia de busca de mananciais cada vez mais distantes como uma regularidade discursiva que permite compreender a crise hídrica paulista de 2013 a 2015 como uma história do presente.

A NARRATIVA DO RISCO SOCIOAMBIENTAL NAS INTERVENÇÕES DO PAC DRENAGEM ARICANDUVA

Júlia do Nascimento de Sá, Universidade Federal do ABC (UFABC).

O artigo visa discutir de que maneira a dimensão do risco socioambiental se revela em determinadas intervenções urbanas contempladas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, na Zona Leste de São Paulo, também denominado como PAC Drenagem Aricanduva. Para isso, a pesquisa adotou múltiplos métodos, como levantamento bibliográfico e documental e entrevistas semiestruturadas — usadas como fonte secundária de dados. Os resultados permitiram aferir que, para a implementação de parte dessas intervenções com recursos do programa, o poder público municipal executou inúmeras remoções de famílias na região, no ano de 2019, fundamentadas em uma sobreposição de justificativas, mas o argumento principal foi a existência de áreas consideradas de risco nos territórios. Embora a dimensão do risco tenha sido a motivação fundamental para remover famílias de suas moradias, essas intervenções provocaram diversos impactos, gerando novos riscos para a vida cotidiana da população impactada no espaço urbano. A discussão conduzida expõe, assim, as intervenções do PAC Drenagem Aricanduva à luz da dimensão do risco construído socialmente, isto é, não mais simplesmente como uma condição engendrada pela natureza.

AÇÕES INTEGRADAS NA URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS A PARTIR DA DRENAGEM SUSTENTÁVEL: ESTUDOS SOBRE A BACIA DA RAMADINHA

Camila Silva dos Santos, Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Universidade Federal de Campina Grande. Demóstenes Andrade de Moraes, Professor Adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Universidade Federal de Campina Grande.

A precariedade de habitação e os riscos socioambientais são realidades de muitos brasileiros que vivem em vulnerabilidade social nos assentamentos precários do país. A melhoria das condições desses espaços pode ser realizada por meio da sua urbanização. Em Campina Grande, cidade onde está localizado o objeto deste estudo, ocorreram ações pelo Programa de Aceleração do Crescimento na modalidade urbanização de assentamentos precários (PAC UAP), maior programa de urbanização realizado no país, sendo em uma delas, a Urbanização da Região do Bodocongó, realizadas obras macrodrenagem em um corpo d'água e o reassentamentos de famílias que ocupavam suas margens. Porém suas ações foram básicas, convencionais e não integradas, apresentando problemas remanescentes, sobretudo quanto à continuação de alagamentos, vias ainda sem pavimentação e deficiências de equipamentos. Com isso, faz se necessário estudar alternativas e complementares de drenagem urbana, que consigam melhorias ambientais e integrar os elementos de urbanização. As abordagens defendidas nesse trabalho são o Desenho Urbano Sensível à Água (WSUD) e os Sistemas Urbanos de Drenagem Sustentável (SUDS) para gestão integrada das águas.

DESAFIOS À ADOÇÃO DE SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA NO COMBATE ÀS INUNDAÇÕES URBANAS NA CIDADE DE SÃO PAULO, SP, BRASIL

Maria Santiellas Costa Rodrigues, UNINOVE. Cristiano Capellani Quaresma, UNINOVE. Rodrigo Kuester, UNINOVE.

A urbanização brasileira, caracterizada por ser tardia, acelerada e sem o devido planejamento, contribuiu para o desenvolvimento de cidades marcadas por problemas socioeconômicos e ambientais. Como exemplo, citam-se as inundações urbanas, que afetam principalmente a população mais vulnerável das cidades, respondendo por perdas de vidas humanas e por grandes prejuízos econômicos. A cidade de São Paulo se destaca negativamente na ocorrência desse fenômeno. Existem diversas ações voltadas ao controle das inundações urbanas, em especial, as Soluções Baseadas na Natureza (SbN's), que se apresentam como medidas mais sustentáveis do que as soluções tradicionais cinzas. Contudo, ainda há carência de estudos nacionais sobre o tema. Além disso, é quase nula a atenção dada à aplicação das SbN's no combate às inundações nos planos diretores municipais. Assim, este trabalho objetivou apontar principais desafios à adoção das SbN's no combate às inundações urbanas na cidade de São Paulo. Para tanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas junto à stakeholders responsáveis pela gestão das inundações na capital paulista. Os resultados permitiram apontar sete desafios principais para a implementação das SbN's na cidade. Espera-se que os resultados contribuam para futuras políticas públicas voltadas à maior inserção das soluções não cinzas no combate das inundações na cidade de São Paulo.

O TERRITÓRIO POPULAR NOS LIMITES DA DISCUSSÃO AMBIENTAL: CONTRADIÇÕES ENCONTRADAS EM CAMPO NA VILA NOVA ESPERANÇA, PRIMEIRA “FAVELA VERDE” DE SÃO PAULO.

Luís Augusto Gendler Jacon, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. Babette Fernandes Martins da Costa, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP.

O presente artigo tem como intuito discorrer acerca das contradições encontradas em pesquisa de campo no território Vila Nova Esperança, comunidade localizada na Zona Oeste de São Paulo-SP, que através de projetos que mobilizam o conceito de sustentabilidade, tem como objetivo tornar-se a primeira “favela verde” da cidade. Procura-se analisar a pauta ambiental como um instrumento de gestão do território, em um contexto de luta pela moradia que gerou visibilidade e apoio de grandes veículos midiáticos, movimentando desde representantes e partidos políticos de São Paulo, Organizações não governamentais latino-americanas à fundações e empresas multinacionais. Discute-se no trabalho a justiça ambiental como um conceito interessante para interpretar as disputas que permeiam o território popular denominado Vila Nova Esperança em um cenário de crescentes desigualdades socioambientais na cidade de São Paulo, onde a criminalização de ocupações e o déficit habitacional têm tornado-se pautas cada vez mais urgentes.

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA (SbN) NO GERENCIAMENTO DE INUNDAÇÕES E O PAPEL DA PESQUISA CIENTÍFICA NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Andréa Luiza Kleis, Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Sandra Momm, Universidade Federal do ABC (UFABC).

Este artigo visa analisar, a partir dos Indicadores de Impacto das Produções Científicas, casos que abordem as SbNs e a gestão de risco de inundações. A metodologia parte de uma análise quantitativa selecionando-se artigos com os maiores fatores de impacto, CiteScore (CS) 2021, seguindo para uma análise qualitativa, valendo-se da revisão bibliográfica por pares definindo os artigos de estudos de caso que serão discutidos. A análise quantitativa mostra o aumento das pesquisas relacionadas à SbN, sendo que a primeira publicação em 2015, subindo para 66 em 2020, 139 em 2021 e 56 até 2022. O critério de seleção dos resultados parciais (41 artigos) baseado nos maiores fatores de impacto (CS entre 10.0 e 14.4), revela o interesse da temática de SbN pelos pesquisadores que publicam em periódicos internacionais com alto fator de impacto. Na análise qualitativa, verifica-se a aplicação de questionários às partes interessadas para diagnosticar os desafios potenciais visando orientar os gestores na concepção de estratégias adequadas. Como contribuição para a área das ciências sociais e ambientais, o artigo pretende mostrar o papel da pesquisa científica sobre SbN e suas implicações na estrutura do capital científico, considerando as condições desfavoráveis deste no Sul Global.

CIDADES MINERADAS E CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RISCO: CONEXÕES TERRITORIAIS ENTRE O URBANO E O RURAL

Julia Azevedo Moretti, PUC/SP (COGEAE). Luís Fernando Massonetto, USP-FD / PPG-CIS Uninove. Virginia Junqueira Rugani Brandão, USP-FD. Karen Daniele de Araújo Pimentel, USP-FD.

Os efeitos da atividade minerária expõem a necessidade urgente de problematizar a forma como compreendemos o risco e como são construídas respostas a ele, gerindo-o sem descuidar das conexões urbano-rurais e incorporando tecnologias sociais, práticas comunitárias que além de envolver aqueles diretamente sujeitos ao risco como parte da solução, reconhece a potência de ações aderentes à realidade local sem ignorar as múltiplas dimensões envolvidas e (novas) formas de conexão urbano-rurais. O presente artigo apresenta dois casos de cidades mineradas, um em Minas Gerais e outro em Alagoas e, a partir deles, explora a própria noção de risco e sua construção social, substituindo uma leitura probabilística e reconhecendo a necessidade de abordar o território a partir de múltiplas escalas. O olhar sobre os casos concretos indica que a emergência do risco é uma decorrência da aceleração das interações sociais e seu enfrentamento, a partir de uma ótica centrada na vulnerabilidade e superação de profundas injustiças ambientais, passa pela construção de novas sociabilidades e por uma política de escalas que inscreva no desenvolvimento sustentável a preservação de modos de vida avessos à reprodução do capital em escala global.

DESASTRES AMBIENTAIS E A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS MEDIANTE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO SÉCULO XXI

Érica Tavares, UFF. Antenora Siqueira, UFF.

Os desastres ambientais relacionados à água cada vez mais se tornam frequentes no território brasileiro, revelando a urgência de pensar os efeitos das mudanças climáticas no país e as formas de lidar com o fenômeno. O objetivo deste artigo é analisar as possibilidades de acesso a informações sobre as ocorrências de desastres ambientais no Brasil, problematizando tanto as concepções em torno do processo social quanto os registros por parte dos órgãos competentes. A metodologia utilizada considera uma base de documentos disponíveis no Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres (S2ID), tomando como recorte a região Sudeste, a partir dos quais foi feita análise documental, construção de um banco de informações e análise quantitativa de dados. Os resultados mostram a complexidade do registro das informações sobre os desastres no Brasil, os desafios para acesso, tratamento e análise dos dados, além de indicar a necessária abordagem interdisciplinar e intersetorial no que tange à ocorrência desses impactos.

INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DE JOÃO PESSOA – PB

Renato Régis Pinheiro Medeiros de Araújo, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE.

O conceito de vulnerabilidade permanece em constante debate e tem incorporado outras dimensões (ex.: socioeconômica e ambiental), alinhando-se também a discussões contemporâneas, como os impactos e repercussões práticas das mudanças climáticas. No Brasil, esses impactos estão associados a perturbações do ciclo hidrológico, aumentando a imprevisibilidade da ocorrência de ondas de calor, secas e, principalmente, chuvas extremas, principais responsáveis por desastres no país. É sabido que as condições do ambiente social, construído e natural contribuem para o aumento da vulnerabilidade a esses eventos, fazendo das áreas urbanas lócus recorrente de catástrofes, sobretudo em assentamentos precários. Estima-se que apenas em João Pessoa, capital da Paraíba, cerca de 23 mil habitantes vivem em áreas de risco ambiental. Nem todos os impactos causados por desastres são sentidos por igual, podendo uma mesma situação gerar repercussões locais diferentes a depender das condições das zonas atingidas e a capacidade de resiliência de sua população. Assim, o presente trabalho tem por objetivo discutir a vulnerabilidade socioambiental de assentamentos precários do município a partir da elaboração de indicadores representativos das dimensões físicas, sociodemográficas e ambientais. As análises demonstram a concentração dessa vulnerabilidade na zona leste, sobretudo no bairro São José, maior assentamento precário da cidade.

O PANORAMA DAS ÁREAS DE RISCO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Patrícia Marra Sepe, PMSP - SMUL - GEOINFO. Luciana Chakarjian Kuada, PMSP - SMUL - GEOINFO. Lara Cavalcanti Ribeiro de Figueiredo, PMSP - SMUL - GEOINFO. Ana Julia Domingues das Neves Brandão, PMSP - SMUL - GEOINFO. Fabio da Costa Bonfim, PMSP - SMUL - GEOINFO.

Este artigo apresenta dados e análises sobre o panorama atual das áreas de risco no município de São Paulo. Conforme informações de março de 2022, atualmente as áreas de risco geológico representam 1,2% (1.725,34 hectares) da área total da cidade, correspondendo a aproximadamente 1.600 campos de futebol ou quase 12 Parques do Ibirapuera. São pouco mais de 175.600 moradias. Utilizamos como parametro principal o Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050). Inserido neste contexto, elencamos os instrumentos ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental), macrozonas e macroáreas. A metodologia empregou ferramentas de geoprocessamento, mapeamentos e planilhas para cruzamento e análise de dados. Percebemos que este campo de pesquisa e de atuação de políticas públicas é premente, por interferir diretamente na vida do munícipe. Da mesma forma, a demanda sobre gestão de risco e mitigação de danos está definitivamente vinculada as dinâmicas urbanas e aos impactos da mudança do clima. Pretendemos com o artigo ampliar o debate e colaborar com o campo de redução de riscos.

RISCO, DESASTRE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA BACIA DO RIO DOCE: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO ROMPIMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS

Fernanda Pinheiro Silva, UFABC.

A partir do rompimento da barragem de Fundão, operada pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton no município de Mariana, Minas Gerais, o artigo problematiza os vínculos entre ocorrências de desastre e a produção social de riscos e ameaças. Sob a perspectiva da produção capitalista do espaço, o texto que segue explora contradições de um caso concreto e, com base nelas delas, procura tensionar de modo preliminar alguns conceitos e interpretações de ordem geral. Para isso, o texto apresenta características gerais do desastre que assola a bacia do rio Doce a fim de expor de forma sintética a magnitude de seus desdobramentos; explora alguns antecedentes do rompimento, em busca de processos e conflitos que estão na origem do colapso da barragem; e, por fim, apresenta e discute de modo preliminar o conceito de desastre, bem como a busca por uma crítica categorial à noção de progresso.

A PERFORMANCE SOCIAL DA NATUREZA

Camilo Vladimir de Lima Amaral, Politecnico di Torino / UFG.

O presente trabalho visa investigar a natureza como um produto social, destrinchando as diferentes performances sociais da natureza em diferentes momentos da história. Isto fundamenta o direito à natureza nos mesmos termos que para Lefebvre o direito à cidade significa o direito a produzir a cidade como uma obra de arte. Para isso, uma história regressivo-progressiva da relação da cidade de Goiás com o Rio Vermelho estavelece uma base concreta para avaliar a dialética entre as metamorfoses da natureza e da sociedade. Isto permite interpretar as técnicas de criação dos fenômenos e sistemas (sociais) da natureza, e permitindo conceber uma abordagem da natureza enquanto design.

DIMENSÃO INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE PARA AS REGIÕES IMEDIATAS DO CEARÁ

Nayara de Sousa Rodrigues, Universidade Regional do Cariri. Christiane Luci Bezerra Alves, Universidade Regional do Cariri. Anderson da Silva Rodrigues, Universidade Regional do Cariri.

Neste trabalho abordaremos uma dimensão pouco conhecida do Desenvolvimento Sustentável, a Dimensão Institucional. Considerando o desenvolvimento sustentável sob uma ótica multidisciplinar. Neste contexto, essa pesquisa tem o objetivo mensurar o padrão de desenvolvimento institucional levando em conta a perspectiva da vulnerabilidade, de onde será possível inferir se as regiões imediatas do Ceará se encontram mais ou menos vulneráveis no aspecto institucional do desenvolvimento. Para isso, é proposta a construção do Índice Sintético de Vulnerabilidade Institucional do Desenvolvimento Sustentável das regiões imediatas do Ceará, que é composto por quatro índices que representam as dimensões institucionais. Os dados apresentados nesta pesquisa foram extraídos da MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais), referente ao ano de 2020. O Índice Sintético de Vulnerabilidade Institucional (ISVI) é composto pela média aritmética do Índice Sintético de Vulnerabilidade Habitacional, Índice Sintético de Vulnerabilidade de Transporte, Índice Sintético de Vulnerabilidade Ambiental questões Institucionais e Índice Sintético de Vulnerabilidade Ambiental questões legislativas. Classificando as regiões imediatas do Ceará de acordo com ISVI, observa-se que todas as regiões imediatas se encontram na classificação de alta vulnerabilidade institucional.

ECOLOGIA DE PAISAGENS COMO ALTERNATIVA PARA ALCANÇAR A RESILIÊNCIA NAS CIDADES

Rafaela Santana Balbi, Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Na arquitetura e urbanismo, por vezes é possível se deparar com estudos que relacionam a paisagem natural e a paisagem construída, passando aí pela relação entre elementos construtivos e o meio, assim como as relações que dizem respeito à sustentabilidade e resiliência. Este artigo tem como objetivo realizar uma discussão a respeito da paisagem da cidade e seu planejamento e sua relação com o tema Ecologia das Paisagens no planejamento das cidades frente às mudanças climáticas, de modo a alcançar a Resiliência Urbana. Espera-se trazer à tona temas de relevância para o desenvolvimento de estudos relacionados ao planejamento e projeto urbano, especificamente neste momento em que estão sendo valorizadas e incentivadas ações que tragam para as cidades uma abordagem para o planejamento urbano e regional que tenham foco ecológico e que perpassem o campo dos estudos urbanos e regionais.

UM LUGAR AO SOL: PAISAGENS EM DISPUTA NA APA DE MARICÁ/RJ

Ana Claudia Nunes Alves, Universidade Federal Fluminense.

Maricá é um município situado na porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a aproximadamente 60km da capital, guardando relação identitária histórica com os municípios da Região da Baixada Litorânea. Sua urbanização dispersa, de baixa densidade e polinucleada é impulsionada pela melhoria nos acessos rodoviários às praias do município por pessoas que buscavam lotes mais baratos que os encontrados em Saquarema ou Cabo Frio. Apesar de ainda hoje apresentar grande estoque de lotes vazios, mesmo após o loteamento de grandes glebas a partir da década de 1940, empreendimentos voltados ao turismo de segunda residência vem, desde a década de 1970, tentando ocupar uma área de grande relevância ambiental, a APA de Maricá, onde a paisagem é objeto de desejo. A área é composta de restinga remanescente da Fazenda São Bento da Lagoa, onde vivem e resistem comunidades tradicionais de pescadores e indígenas da etnia guarani-mbyá. Aqui damos voz aos diferentes atores para compreender as paisagens dessa disputa.

VULNERABILIDADE COSTEIRA E SEUS EFEITOS SOBRE OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Thayse Cerqueira de Almeida, Engenharia Ambiental e Sanitária pela Universidade Salvador (UNIFACS), Grupo de Pesquisa em Serviços Ecosistêmicos e Sistemas Socioecológicos (GP-SESS), Universidade Salvador. Gabriel Barros Gonçalves de Souza, Grupo de Pesquisa em Serviços Ecosistêmicos e Sistemas Socioecológicos (GP-SESS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador.

A Baía de Todos os Santos (BTS) é um dos mais importantes complexos econômicos e ecológicos da região Nordeste do Brasil. Entretanto, encontra-se suscetível aos efeitos adversos oriundos das variadas atividades antrópicas exercidas no seu entorno (urbanização), as quais influenciam de maneira significativa as vulnerabilidades dos sistemas socioecológicos da baía, impactando diretamente os serviços ecosistêmicos (SE) da região. Por este motivo, o intuito principal desta pesquisa foi identificar quais os efeitos da urbanização costeira das praias da Boa Viagem, Ribeira, Mar Grande e Ponta de Areia sobre os SE providos por cada local. Foi observado que, mesmo possuindo status de vulnerabilidade e urbanização distintos, as qualificações dos SE das praias na costa leste e oeste da BTS foram semelhantes.

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA FERRAMENTA QUOTA AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

NICOLE CHACON DOS SANTOS, USP. EDUARDA SOUZA WATANABE, USP. Amarilis Lucia Casteli Figueiredo Gallardo, USP/Uninove. Ana Paula Zubiaurre Brites, USP. Hélia Maria Santa Bárbara Pereira, SVMÁ/PMSP.

A Quota Ambiental (QA) é um instrumento urbanístico contido na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), cujas diretrizes estão contidas no Plano Diretor de São Paulo, de 2014. O instrumento foi proposto para contribuir na qualificação ambiental dos empreendimentos em que fosse aplicado. Neste estudo, que analisa a aplicação da QA, considerou-se os empreendimentos com alvarás aprovados e as características das zonas em que se encontram, e analisou-se, no âmbito da drenagem urbana, os empreendimentos localizados na bacia do Aricanduva. Como resultado constatou-se que a distribuição dos empreendimentos que utilizaram a QA segue a lógica do objetivo do zoneamento em que se insere; e que os parâmetros utilizados para pontuação da QA, na prática, foram de fato em maior quantidade para aqueles que pontuavam mais e que apresentavam menor dificuldade de implementação. Na análise da bacia do Aricanduva, constatou-se, a partir de um projeto proposto no Caderno da Bacia do Aricanduva, que 100% dos lotes com área igual ou superior a 500 m², poderiam contribuir em 58% no controle de cheias da região.

APESAR DO RIO? O ESTADO E A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO FRENTE AO CENÁRIO NEOLIBERAL E GLOBAL

Paula Burgarelli Corrente, Doutoranda - Planejamento e Gestão do Território - Universidade Federal do ABC.

O artigo discute o processo de reestruturação imobiliária em São Paulo, entendendo como a alteração das formas e modelos de planejamento sob pautas neoliberais e financeiras influenciam na forma que o Estado entrega seus serviços e infraestruturas no contexto da produção do espaço urbano. O Estado se associa ao setor privado, com novas modelagens de parcerias e interesses recíprocos, envolvendo a natureza enquanto palco de valorização e desenvolvimento na cidade. É o caso da região da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Pinheiros, objeto de requalificação ambiental e urbana em seu curso, com o Programa Novo Rio Pinheiros, indicando melhorar a atmosfera ambiental e urbana, atraindo investimentos públicos e privados captados pelo mercado financeiro e imobiliário. A partir do banco de dados do IPTU, sob uma leitura para avaliações das transformações urbanas dos dados disponíveis, foi possível acompanhar dados relacionados a reestruturação imobiliária dentro das Operações Urbanas Consorciadas Água Espraiada e Faria Lima, instrumentos onde o Programa faz interlocução, além de demais fragmentos da cidade a título de comparação. A dinâmica de produção da cidade nestes recortes conduz à recorrência de políticas e agentes privados associados à provisão destes serviços, promovendo espaços diferenciados que sempre são capturados pelo mercado financeiro e imobiliário.

AS INTERFACES ENTRE PAISAGEM E DENSIDADE NA ZONA COSTEIRA: UM OLHAR SOBRE AS ALTERAÇÕES DAS LEIS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA ORLA CENTRAL DE NATAL/RN

Rodrigo Silva, PPGAU/UFRN. Ruth Maria da Costa Ataíde, PPGAU/UFRN. Danilo Gustavo Viana Santos, DARQ/UFRN.

Os instrumentos de gestão urbana e territorial nas leis de uso e da ocupação do solo constituem algumas das estratégias do Estado enquanto mediador dos interesses dos demais agentes sociais produtores do espaço urbano. Em Natal, o seu novo Plano Diretor introduziu diversas alterações nas leis de uso e ocupação do solo do município, entre elas o aumento do adensamento construtivo e a flexibilização de instrumentos de controle de gabarito em áreas ambientalmente frágeis e emblemáticas. Isto posto, este artigo discute a relação entre densidade e paisagem a partir do regramento urbanístico e ambiental incidente na orla central do município de Natal – a Zona Especial de Interesse Turístico 3 (ZET-3), envolvendo frações dos bairros de Areia Preta, Praia do Meio e Santos Reis – com destaque para as alterações no controle do uso e ocupação do solo no novo plano, a lei 208/2022. Para tanto, recorre-se ao sistema SIG e a parametrização como instrumentos integrados à gestão e ao planejamento urbano a partir da visualização 3D. Verifica-se, por fim, os impactos dos novos padrões de adensamento construtivo nos territórios estudados, destacando suas interferências na apreensão da paisagem.

ENTRE LÓGICAS DE PRODUÇÃO DA CIDADE E DE REPRODUÇÃO DA VIDA E DO CAPITAL: INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS EM MARABÁ-PA

CAMILA CRUZ, Universidade de Brasília. Cristina Rêgo, Universidade Feral do Pará.

O presente trabalho busca avaliar os impactos do padrão de urbanização implantado na cidade de Marabá-PA, bem como das atividades econômicas predominantes na região frente às dinâmicas socioambientais locais. Partese do questionamento acerca da equidade nas formas de distribuição dos ônus e benefícios desse modelo – historicamente associado a um discurso desenvolvimentista – entre os diferentes grupos sociais. Para tanto, recorreuse ao traçado de um panorama geral sobre os fatos históricos associados aos diferentes ciclos econômicos implantados na região, que impulsionaram o crescimento populacional e a expansão urbana. Procedeu-se, em seguida, a uma coleta e avaliação de dados capazes de caracterizar os efeitos resultantes do modelo de desenvolvimento em questão, sob os aspectos urbano-ambiental socioeconômico. A partir dos resultados, observou-se que a região tem sofrido danos ambientais extremamente severos e que, apesar do grande volume de investimentos que o município tem recebido, especialmente nas últimas quatro décadas, as desigualdades sociais e a reprodução da miséria têm se intensificado, bem como os modos de vida das comunidades tradicionais têm sido ameaçados, revelando as injustiças socioambientais presentes nos modelos de exploração e urbanização vigente em Marabá, que também possui reflexos em outras cidades da região, vinculadas à atividade mineradora.

TRAPICHES E PORTOS: VIDA URBANA E ACESSIBILIDADE ESPACIAL NA ORLA SUL DE BELÉM DO PARÁ

Érica Corrêa Monteiro, Universidade Federal do Pará.

A pesquisa tem como objetivo analisar a forma que os sujeitos ribeirinhos vivenciam a acessibilidade espacial nos portos e trapiches localizados na orla sul da cidade de Belém, no Pará. Busca-se analisar a [re]produção das formas de intervenção urbana impostas em realidades com fortes vínculos ribeirinhos, assim como a importância assumida pelos valores da floresta, dos rios e de outras formas de viver que se fazem presentes nas práticas sociais e nas sociabilidades que são compartilhadas pelos sujeitos que vivenciam o cotidiano desses portos e trapiches. Para essa discussão, a análise se utiliza de uma investigação de natureza qualitativa. Mobiliza, para isso, técnicas de levantamento bibliográfico, observação participante e entrevistas semiestruturadas a fim de conhecer melhor esses espaços ribeirinhos. Espera-se, assim, contribuir e ampliar conhecimentos sobre acessibilidade na Amazônia urbana ribeirinha, de forma a ajudar na compreensão de um olhar mais sensível com foco na diversidade humana, formas, funções e relações para a contínua construção de cidadania em contextos urbanos diferenciados.

“VIVA EM UM PARQUE”: DA NEGAÇÃO DA APROPRIAÇÃO COLETIVA DA NATUREZA À SUA PRODUÇÃO PRIVADA EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EM SÃO PAULO

Bruno Avellar Alves de Lima, Pesquisador associado ao LEPUR-UFABC..

A partir de exemplos empíricos no município de São Paulo, o ensaio tem como objetivo debater como as lógicas contemporâneas de produção imobiliária criam, por um lado, espaços de apropriação privada da natureza, interiores aos condomínios e, por outro, como estes mesmos condomínios implicam em perda de espaços vegetados antes apropriados de forma coletiva e democrática. Desenvolvemos a hipótese de que a apropriação da natureza, material e simbólica, encontra-se cada vez mais mediada por relações de mercado. Além da introdução e das considerações finais, o texto se estrutura em quatro sessões. Na primeira, exploramos as relações entre produção do espaço e da natureza, tendo como foco a incorporação da natureza como parte do imobiliário. Na segunda, tratamos da produção do espaço metropolitano em São Paulo e as subsequentes desigualdades socioambientais. Na terceira e quarta sessões exploramos, respectivamente, os empreendimentos Residencial Espanha e Jardim das Perdizes, exemplos empíricos da análise.

MOSAICO DE COBERTURA VEGETAL SOBRE DUNAS: ESTRUTURA DA PAISAGEM NATURAL NA ZPA DE MÃE LUÍZA, NATAL/RN

Emmanuelle Séfora Cabral Silva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ruth Maria da Costa Ataíde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A expansão das cidades e a vida urbana resultam em alterações dos espaços naturais. Estes, inicialmente cobertos por vegetação nativa vão sendo modificados pela ocupação do solo e gradual impermeabilização. As paisagens e as dinâmicas dos ambientes naturais transformam-se, tendendo a apresentar uma estrutura restrita e fragmentada em mosaicos de diferentes escalas, distribuição e usos. A cobertura vegetal influencia as composições paisagísticas, as condições de conforto ambiental e as funções ecológicas do lugar, afetando a vida de todos os organismos. Na zona costeira de Natal, a perspectiva dessas mudanças impactam paisagens de relevante valor histórico, cultural e ambiental, as quais refletem sobre indicações de uso e ocupação do solo dos espaços livres, delimitados pelo regramento urbanístico do município como Zonas de Proteção Ambiental - ZPAs. O objetivo desta investigação foi compreender a estrutura da paisagem da unidade ambiental costeira, identificada por ZPA do Farol de Mãe Luiza e seu entorno. Entre os procedimentos metodológicos, foi realizado o mapeamento da extensão da cobertura vegetal a partir de imagens de satélite, reconhecidas as unidades de paisagem a partir dos atributos da cobertura vegetal, registrados os aspectos definidores da paisagem com utilização da fotografia e interpretados os dados através da produção de mapas.

PARQUES URBANOS E (IN)JUSTIÇAS SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DO RECIFE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS PARQUES DA JAQUEIRA E DA MACAXEIRA

Maria Aline Lopes da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE. Anselmo Cesar Vasconcelos Bezerra, IFPE Campus Recife. Carlos Eduardo Menezes da Silva, IFPE Campus Recife.

O objetivo desta pesquisa foi analisar a distribuição e acesso aos parques urbanos do Recife à luz das ideias de justiça socioespacial. Para tanto, foi necessário compreender a formação dos parques urbanos, investigar a distribuição e as condições de acesso dos usuários aos parques urbanos do Recife e comparar dois parques com características socioambientais internas e externas distintas. Foram feitas visitas de campo aos parques selecionados para este estudo. Foram ainda utilizados dados a partir de questionários sobre a percepção dos usuários e as características socioambientais. Para caracterização do entorno dos parques utilizou-se o software livre QGIS 3.10.12 e dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Prefeitura do Recife. Verificou-se que a cidade conta com onze parques distribuídos de maneira desigual no território. A má distribuição dos parques urbanos acentua as diferenças sociais vivenciadas na cidade do Recife. Paralelo a isso, observaram-se deficiências maiores no parque da Macaxeira, quando comparado ao parque da Jaqueira. Assim, constata-se que, de maneira geral, os parques urbanos do Recife apresentam uma configuração espacial desigual em relação ao território municipal e conseqüentemente, de acesso, o que impossibilita o seu potencial redutor de injustiças e promotor do bem-estar no espaço urbano.

SUBTRAÇÃO E CERCEAMENTO DA PAISAGEM, DA MEMÓRIA E DO ACESSO AOS BENS PÚBLICOS LAGUNARES NO MUNICÍPIO DE OSÓRIO/RS

Vítor André da Silveira Duarte, PROPUR/UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional UFRGS.

As paisagens nas cidades se modificam com o passar dos anos, pela produção do espaço e a urbanização de ambientes rurais. No caso do município de Osório, recorte deste trabalho, a produção capitalista do espaço tem excluído a comunidade do acesso aos bens públicos lagunares, modificando e restringindo paisagens e o acesso. Através da comparação de imagens de satélite do entorno de lagoas localizadas em Osório, é possível identificar o aumento da urbanização dessas áreas, com explosão de condomínios, loteamentos e residenciais. Pela imagem capturada, tenta-se compreender um relato da cidade: como cresceu, para onde, em qual velocidade. Além disso, quais são as restrições que esse movimento tem produzido no direito à cidade, em uma perspectiva lefebvriana, e como o poder público tem contribuído com esse cerceamento de direitos e acessos? Para quem viveu a cidade de 20 anos atrás, é flagrante o conflito entre o crescimento da urbanização no entorno das lagoas e a redução do acesso aos recursos naturais, patrimônios públicos, que estão, inclusive, prescritos em leis federais e municipais como direitos coletivos. O poder público tem colaborado para que as lagoas se tornem um recurso explorado pelo capital, elitizando acessos e afastando a comunidade destes lugares.

TERRITÓRIOS PARA AGROFLORESTA URBANA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DOS MARCOS LEGAIS BRASILEIROS

Victoria Pansani Silveira Maia, UNICAMP. Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina, UNICAMP. Gisela Cunha Viana Leonelli, UNICAMP.

A crise sanitária, econômica, política e social instaurada pela pandemia do Covid-19 agravou a questão da fome e da insegurança alimentar que vinha se delineando pela ênfase neoliberal no planejamento das cidades. Agora se faz ainda mais necessário ressignificar ações no território a fim de construir táticas e estratégias para mitigar tais problemáticas, além de construir ações que contemplem as ODS da Agenda 2030 e as diretrizes da Nova Agenda Urbana da ONU. A tendência do desenvolvimento humano cada vez mais urbano associada à necessidade de respostas a ODS 2: fome zero e agricultura sustentável convoca um planejamento das cidades mais próximo da agricultura e dos vínculos rurais. Assim, a agrofloresta, enquanto metodologia de agricultura agroecológica pode ser um instrumento de promoção da soberania alimentar, educação e recuperação ambiental. O objetivo desse trabalho é identificar quais territórios a legislação brasileira delimita para a agrofloresta enquanto prática agroecológica de agricultura urbana sustentável. A partir de levantamento e revisão bibliográfica se verificou as possibilidades de implementar agroflorestas segundo o regime jurídico brasileiro. Embora a legislação federal reconheça e incentive a agrofloresta, o resultado aponta a necessidade de ampliar a articulação entre as políticas públicas locais para o êxito das iniciativas agroecológicas.

INFRAESTRUTURA VERDE COMO DEMANDA DE PRÁTICAS INSURGENTES

Maria Eduarda Pinto Cândido, Universidade Federal do Ceará / Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD). José Almir Farias Filho, Universidade Federal do Ceará / Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD).

O artigo argumenta que os movimentos sociais que atuam em áreas ambientalmente degradadas e que reivindicam esforços de políticas públicas redistributivas são potenciais aliados na ampliação do uso de projetos de Infraestrutura Verde no espaço urbano e no convencimento social para a aplicação dessas técnicas. A hipótese levantada é que a vivência e reflexão coletiva de comunidades expostas à vulnerabilidade socioambiental evidenciam a agregação positiva do valor de uso dos serviços ecossistêmicos. Reconhece-se, portanto, o fato de que as técnicas convencionais de melhorias de infraestrutura urbana utilizadas na maioria dos programas públicos são direcionadas pela lógica mercantilista fundiária, de valor de troca do solo urbano. A metodologia utiliza os instrumentos de revisão bibliográfica e estudo de caso. Neste contexto, observa-se a conjuntura global de degradação ambiental das cidades com foco na infraestrutura urbana, destacando-se os conceitos de Planejamento Insurgente e Infraestrutura Verde. Discute-se, também, a atuação dos movimentos sociais que demandam saneamento básico e qualidade ambiental, tendo como cenário de análise o caso do Grande Bom Jardim, território onde se encontram 5 bairros considerados entre os mais vulneráveis da cidade de Fortaleza/Ce.

INFRAESTRUTURA VERDE EM DUQUE DE CAXIAS E OS IMPASSES NA PRESERVAÇÃO DO CAMPO DO BOMBA

Jorge Nassar Fleury, PROURB/UFRJ. Ana Lucia Britto, PROURB/UFRJ.

O crescimento populacional e a crescente demanda por espaços para ocupação urbana tem se mostrado cada vez mais uma preocupação no planejamento das cidades. O objetivo deste artigo é justamente discutir a relação entre planejamento urbano, infraestrutura verde, espaços de proteção ambiental no município de Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde toda essa atenção às áreas de expansão, proteção ambiental e infraestrutura verde parece não fazer parte das tomadas de decisões e do planejamento urbano. Sob o olhar das mudanças climáticas, a infraestrutura verde vem sendo usada em determinadas cidades para aumentar a resiliência da comunidade, em um contexto de planejamento e adaptação aos impactos emergentes dessas mudanças. O artigo evidencia como a prefeitura municipal de Duque de Caxias vem atuando no sentido oposto de integrar e proteger as áreas e infraestruturas verdes, privilegiando interesses de setores econômicos em detrimento das reivindicações da população.

INVESTIGAÇÃO DE POTENCIAIS DE CONSTITUIÇÃO DE PAISAGENS FUNCIONAIS NA ÁREA DE EXPANSÃO DE BELÉM

Sâmyla Alves, Universidade Federal do Pará. Ana Cláudia Cardoso, Universidade Federal do Pará. Tainah Carvalho, Universidade Federal do Ceará. Giuliana Lima, Universidade Federal do Pará. Victor da Costa, Universidade Federal do Ceará.

A estruturação do espaço da cidade capitalista negligencia a condição das cidades de ecossistemas complexos. Esta foi a lógica seguida na formação da Região Metropolitana de Belém sempre que o investimento em infraestrutura omitiu os processos ambientais, aspectos climáticos e a diversidade social da Amazônia, priorizando o adensamento construtivo e a redução da cobertura vegetal no centro e na área de expansão da cidade. Esta pesquisa propôs-se identificar os potenciais para criação de uma paisagem funcional na área de expansão de Belém, tomando a Bacia hidrográfica do Mata-Fome como um piloto para a realidade da periferia metropolitana (RMB). Geoprocessamento, cálculos matemáticos e modelagem 3D foram os recursos usados para demonstrar a viabilidade de associação de soluções baseadas na natureza (infraestrutura verde) à infraestrutura convencional, de modo a preservar usos e características culturais da paisagem, já adaptada aos alagamentos sazonais, e reduzir custos e impactos ecológicos. Conclui-se que é possível manter áreas vegetadas e permeáveis, com potencial socioambiental, paisagístico e econômico, e também contribuir para o enfrentamento das mudanças climáticas nas cidades amazônicas.

PADRÕES URBANO-AMBIENTAIS DO EIXO MORUMBI-PARAISÓPOLIS E SEU POTENCIAL DE TRANSFORMAÇÃO FRENTE ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

Renata Priore Lima, Universidade Paulista/ Universidade Presbiteriana Mackenzie. Renato Luiz Sobral Anelli, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Marlon Rubió Longo, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Loyde Vieira de Abreu Harbich, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Este artigo discute os padrões urbano-ambientais e seu potencial de transformação frente às mudanças do clima e tem como objetivos discutir conceitualmente o tema das mudanças climáticas e da formação de ilhas de calor em relação aos padrões de ocupação urbana, bem como da aplicação de soluções baseadas na natureza (SbN) em ambientes urbanos consolidados, a partir do estudo do eixo Morumbi – Paraisópolis, localizado na Zona Sudoeste da cidade de São Paulo. A metodologia adotada inclui a revisão da literatura sobre mudanças climáticas, formação de ilhas de calor em relação aos padrões de ocupação urbana e SbNs; produção e análise de mapas e fotos aéreas georreferenciadas quanto aos padrões de uso e ocupação do solo, temperaturas superficiais, vegetação, topografia, vulnerabilidade sociais e densidade entre outros; visitação in loco com registros fotográficos e conversas com as lideranças comunitárias; e análise qualitativa dos dados. Os resultados apontam para a existência de um nítido contraste socioambiental presente no eixo estudado, bem como para algumas soluções que podem ser experimentadas no âmbito do planejamento e do projeto e urbano a fim de adaptar a área para os impactos dos eventos extremos da mudança climática.

PLANEJAMENTO REGIONAL E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ESTUDO DE CASO DO 2º PLANO PLURIANUAL DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Gabriel Pires de Araújo, Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo. Sylmara Lopes F. Gonçalves Dias, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. Pedro Henrique Torres, Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo.

O presente texto tem como objetivo debater a importância da temática da adaptação às mudanças climáticas ser abordada no planejamento regional considerando que muitos dos efeitos negativos da mudança do clima não se restringe aos limites municipais. Para isso, se recorreu à uma análise do 2º Plano Plurianual da Região do Grande ABC Paulista para se verificar se a temática da adaptação foi tratada nesse instrumento de planejamento regional que direciona as ações conjuntas tomadas pelos municípios. A metodologia utilizada para atingir o objetivo foi a análise temática, aplicada no documento com o intuito de se conseguir o máximo de informação relevante para o estudo. Como resultado, a análise revelou que o plano apresenta ações importantes que podem vir a contribuir para a adaptação às mudanças climáticas, principalmente as ações relacionadas aos grupos de trabalho drenagem urbana, gestão de riscos, habitação, meio ambiente e planejamento urbano. Também é possível verificar que a participação social realizada na produção do plano contribuiu para inserir questões relacionadas à adaptação, o que demonstra a importância do estímulo à participação da sociedade no planejamento urbano.

ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA E EMISSÕES DE CO₂ PARA AS REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS DE MINAS GERAIS: EVIDÊNCIAS PARA POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL EM CONTEXTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Thais Oliveira de Oliveira, Universidade Federal de Minas Gerais. Juliana Moreira Gagliardi, Universidade Federal de Minas Gerais. Aline Souza Magalhães, Universidade federal de Minas Gerais.

Este trabalho analisou a distribuição setorial e regional das emissões de gases de efeito estufa (GEE) para as Regiões Geográficas Intermediárias de Minas Gerais, a fim de compreender suas heterogeneidades econômicas e ambientais. Para tanto, utilizou-se os dados de emissão de GEE provenientes do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa - SEEG e as matrizes Insumo-Produto para as 13 regiões intermediárias, com ambos os dados para o ano de 2016. Foi aplicado um modelo de Insumo-Produto com especificidade ambiental, que permitiu obter coeficientes de emissões por setores econômicos. Os principais resultados encontrados apontam que a região mais emissora é a de Belo Horizonte, seguida das RGInt que compõem o Triângulo Mineiro. Os coeficientes de emissões indicam que, setorialmente, Agropecuária, Transportes, Fabricação de Alimentos, Fabricação de Minerais Não-Metálicos e Água, Esgoto e Resíduos são os setores que mais intensificam as emissões dado um aumento em suas respectivas demandas finais.

ATRIBUTOS ESPACIAIS E A ATIVIDADE AGRÍCOLA: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO DE SAFS EM TOMÉ-AÇU, PARÁ

Felipe Costa de Almeida, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA. José Júlio Ferreira Lima, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA.

O artigo analisa a articulação existente entre a produção do espaço e a inserção dos SAFs como elementos que compõem a estrutura espacial, principalmente periurbana, em Tomé-Açu. Inicialmente, apresenta-se quatro categorias de padrão de ocupação espacial existentes na organização socioespacial do município. Busca-se caracterizar cada categoria e esclarecer quais padrões de ocupação podem apresentar relações estruturais com a produção de SAFs. Em seguida, a investigação tem como foco a estrutura fundiária municipal. Compara-se as cartografias antigas que registram os primeiros loteamentos no município e o cadastro dos imóveis rurais na atualidade. Por fim, por meio da pesquisa de campo, da análise de imagens aéreas e dados georreferenciados, apresenta-se o estudo sobre a morfologia e a produção de SAFs de duas comunidades, Anoerazinho e Vai quem quer, que correspondem a aglomerados rurais onde há famílias que trabalham com agricultura familiar. Em comparação as outras formas de ocupação, acredita-se que os aglomerados rurais interferem menos no funcionamento dos ecossistemas por apresentarem características que não acarretam intensa transformação da paisagem natural.

ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA E EMISSÕES DE CO₂ PARA AS REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS DE MINAS GERAIS: EVIDÊNCIAS PARA POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL EM CONTEXTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Thais Oliveira de Oliveira, Universidade Federal de Minas Gerais. Juliana Moreira Gagliardi, Universidade Federal de Minas Gerais. Aline Souza Magalhães, Universidade federal de Minas Gerais.

Este trabalho analisou a distribuição setorial e regional das emissões de gases de efeito estufa (GEE) para as Regiões Geográficas Intermediárias de Minas Gerais, a fim de compreender suas heterogeneidades econômicas e ambientais. Para tanto, utilizou-se os dados de emissão de GEE provenientes do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa - SEEG e as matrizes Insumo-Produto para as 13 regiões intermediárias, com ambos os dados para o ano de 2016. Foi aplicado um modelo de Insumo-Produto com especificidade ambiental, que permitiu obter coeficientes de emissões por setores econômicos. Os principais resultados encontrados apontam que a região mais emissora é a de Belo Horizonte, seguida das RGInt que compõem o Triângulo Mineiro. Os coeficientes de emissões indicam que, setorialmente, Agropecuária, Transportes, Fabricação de Alimentos, Fabricação de Minerais Não-Metálicos e Água, Esgoto e Resíduos são os setores que mais intensificam as emissões dado um aumento em suas respectivas demandas finais.

ATRIBUTOS ESPACIAIS E A ATIVIDADE AGRÍCOLA: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO DE SAFS EM TOMÉ-AÇU, PARÁ

Felipe Costa de Almeida, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA. José Júlio Ferreira Lima, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA.

O artigo analisa a articulação existente entre a produção do espaço e a inserção dos SAFs como elementos que compõem a estrutura espacial, principalmente periurbana, em Tomé-Açu. Inicialmente, apresenta-se quatro categorias de padrão de ocupação espacial existentes na organização socioespacial do município. Busca-se caracterizar cada categoria e esclarecer quais padrões de ocupação podem apresentar relações estruturais com a produção de SAFs. Em seguida, a investigação tem como foco a estrutura fundiária municipal. Compara-se as cartografias antigas que registram os primeiros loteamentos no município e o cadastro dos imóveis rurais na atualidade. Por fim, por meio da pesquisa de campo, da análise de imagens aéreas e dados georreferenciados, apresenta-se o estudo sobre a morfologia e a produção de SAFs de duas comunidades, Anoerazinho e Vai quem quer, que correspondem a aglomerados rurais onde há famílias que trabalham com agricultura familiar. Em comparação as outras formas de ocupação, acredita-se que os aglomerados rurais interferem menos no funcionamento dos ecossistemas por apresentarem características que não acarretam intensa transformação da paisagem natural.

POR UMA EMERGÊNCIA DE ENTENDIMENTO SOBRE OS SUBSTRATOS NATURAIS ATRAVÉS DO USO DE SIG E SR NA CIDADE DE MACAPÁ- AP, AMAZONIA ORIENTAL

Patrícia Helena Turola Takamatsu, UNIFAP. Fabiano Luís Belém, UNIFAP.

A presente pesquisa tem como questão central avaliar a relação do substrato natural dentro da realidade da área urbanizada de Macapá-AP, como exemplo de análise do contexto amazônico. Objetiva elencar a necessidade de caracterizar o substrato natural enquanto realidade física complexa para as análises urbanas, buscando novas formas de observar os diferentes processos de produção, além de destacar revisões críticas aos padrões técnicos ainda adotados que, marcadamente, ainda tendem a descaracterizar as áreas como desprovidas de pré-existências ambientais. Adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica e pesquisa documental conjugada à aplicação de análise cartográfica baseada na morfologia e geomorfologia urbanas. Para a caracterização da conformação do substrato natural adotou-se o geoprocessamento com SIG e SR. Como resultados obtidos, consolidou-se análises cartográficas e Modelos Digitais de Elevação, que destacaram dados geomorfológicos da retomada do relevo natural ocultado pela malha urbana, ainda atualizou outras características topográficas e geomorfométricas, como as conformações hidrográficas de fundo de rios. Como conclusões, tem-se que para além do resgate de dados pré-existent sobre a temática, os acervo de dados computacionais amplia as possibilidades de interpretação dos analistas, não relegando os sistemas conceituais ou técnicos, além de buscar novas formas de apreender o espaço.

PRÁTICAS DE ECONOMIA CIRCULAR NO SETOR TÊXTIL DO BRASIL: DESAFIOS PARA AS CIDADES CIRCULARES

Cecilia Matsumura, UNINOVE. Heidy Rodriguez Ramos, UNINOVE. Cláudia Echevengúá Teixeira, IPT Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

As cidades são ecossistemas urbanos onde as diferentes interações entre fornecedores de produtos e seus consumidores se dá principalmente no âmbito dos centros urbanos. O aumento populacional, as mudanças climáticas e as demandas crescentes de recursos naturais vêm aumentando a discussão e necessidade de mudança da lógica, extrair, usar e dispor, para uma abordagem sistêmica, impulsionada pelo conceito da economia circular. Este olhar no contexto de cidades permite impulsionar oportunidades de mercado, estimular a demanda por novos produtos e serviços, criar conexões inusitadas entre diferentes cadeias produtivas e promover a aproximação de diversos setores. A cadeia têxtil brasileira produziu em 2020 aproximadamente R\$ 161 bilhões tendo grande valor socioeconômico, porém, é o terceiro setor mais poluente do mundo. A partir deste contexto, este estudo objetivou analisar os principais impactos socioambientais da indústria têxtil e confecções, no Brasil, apresentando uma visão geral do setor e alguns exemplos de práticas de Economia Circular adotadas, para então compreender os desafios e contribuir para a evolução no campo de estudos em Economia Circular para implementação do desenvolvimento urbano circular nas cidades.

USO DA ABORDAGEM MAPES PARA O MONITORAMENTO DAS PERDAS DE SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS HÍDRICOS NA GESTÃO URBANA: AVALIAÇÃO DE SUB BACIA NO PLANO PILOTO NO DISTRITO FEDERAL

Aline da Nóbrega Oliveira, Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan. Bruno Rodrigues de Oliveira, Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT. Maria do Carmo de Lima Bezerra, Universidade de Brasília - UnB.

Metodologias no campo dos Serviços Ecosistêmicos estão em processo de difusão. No entanto, ainda são escassas as publicações no âmbito brasileiro que articulem a problemática urbana com as áreas verdes e a manutenção dos serviços ecosistêmicos. Apesar de serem destaque no âmbito da teoria, os estudos quantitativos são poucos. Dessa forma, compreender as correlações entre as perdas de serviços ecosistêmicos e as formas de ocupação do solo se mostram essenciais para instrumentalizar o monitoramento e as decisões no âmbito da gestão pública de ordenamento territorial. Nesse sentido, esta pesquisa busca avaliar a abordagem Mapping Ecosystem Services- MapES, como ferramenta de monitoramento para as perdas e ganhos de cinco serviços ecosistêmicos hídricos no Território Urbano: Controle de escoamento (CES), Controle de Erosão (CER), Abastecimento de Água (AAG), Manutenção da Qualidade da água (MQA), Manutenção da Qualidade do solo (MQS). Para isso, foi selecionada uma sub bacia inserida em integralidade no Distrito Federal localizada em área urbana para aplicação da abordagem MapES com o desenvolvimento de uma ferramenta Python. Como conclusão pode ser verificado que a ferramenta se mostra capaz de medir as perdas e ganhos dos serviços e que a cobertura vegetal é um forte indicador para essa medição, especialmente em matriz urbana.



ST 5 – DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO NO BRASIL

Comissão Científica Ana Kláudia Perdigão
(PPGAU/UFPA)
Sara Medeiros (PPEUR/UFRN)
Everaldo Melazzo (PPG/UNESP
Presidente Prudente)
James Miyamoto (PROURB/UFRJ)

Ementa

Ações concretas de reconhecimento do direito à cidade no Brasil estão submetidas ao entendimento dos processos de provisão do habitat em seu sentido mais amplo. Considerando mais limitações que avanços, as reflexões acerca da habitação nas cidades brasileiras demandam considerações sobre distintos campos de atuação estatal em confronto com o setor privado, seja na promoção do acesso à moradia, à mobilidade. Diante do desmonte de estruturas do Estado, diminuição de aportes orçamentários para garantir acesso, questiona-se em que medida os avanços que foram alcançados ainda podem ser indicadores de políticas públicas articuladoras da inserção da moradia na cidade? Quais são as bases para novas políticas territoriais que consigam fazer frente ao recrudescimento da negação de direitos? Como contrapor a lógica da acumulação financeira que gera remoções, despossessões, conflitos e insegurança para moradores?

Palavras-chave

Habitação, Remoções, Ação Imobiliária, Mobilidade e inserção urbana.

A BASE FUNDIÁRIA DA MORADIA ECONÔMICA NO CENTRO DE SÃO PAULO NOS ANOS 2000

Ana Gabriela Akaishi, Pesquisadora de Pós-Doutorado, FAUUSP. Letícia Moreira Sígolo, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, USJT. Carolina Maria Pozzi de Castro, Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana, UFSCar.

Em contexto de retração imobiliária na Região Metropolitana de São Paulo, a Subprefeitura Sé, na área central da capital, apresentou oferta crescente de empreendimentos residenciais do segmento econômico, a partir de 2013. Diante deste quadro, este artigo se propõe a analisar as estratégias de viabilidade dos empreendimentos econômicos relacionadas ao acesso à base fundiária e compreender em que medida a legislação urbanística incidente interferiu na dinamização recente das atividades do setor na região. A análise fundamentou-se em dados extraídos das bases da EMBRAESP, e dos cadastros territoriais e fiscais disponibilizados pela Prefeitura do Município de São Paulo, bem como em entrevistas com agentes intervenientes na produção imobiliária da região central. Constatou-se que a oferta residencial de produtos econômicos no centro foi viabilizada pela conciliação de larga escala da produção dos empreendimentos e de larga concentração de unidades, marcada pela diversificação de padrões. Essas estratégias apoiaram-se em uma base fundiária heterogênea, na permissividade da legislação urbanística e na ausência de parâmetros mínimos para acesso ao financiamento. Compreendeu-se, ainda, que as “travas” ao acesso fundiário presentes nos discursos proferidos pelos agentes promotores não se configuraram, de forma generalizada, como restritoras da atuação do setor no centro.

A DESTINAÇÃO DOS IMÓVEIS DA UNIÃO NO CONTEXTO DA LEI Nº 13.465/2017

Janaina Valeska Raposo de Lima, PPGAU/UFF. Regina Bienenstein, PPGAU/UFF.

Este artigo trata da regularização fundiária urbana e pretende avaliar como a destinação de imóveis da União tem sido impactada pela Lei nº 13.465/2017. A referida lei tem como foco o reconhecimento da propriedade através da titulação em massa, inclusive sobre imóveis públicos, sem a necessária vinculação com a política urbana constitucional e com o interesse público ou social. Por isso, representa a ruptura com o paradigma da regularização fundiária plena, proposto na Lei nº 11.977/2009 e fundamentado na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). A partir da identificação, sistematização e análise das ações de destinação de imóveis conduzidas pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, foi possível concluir que, no contexto atual, a regularização fundiária urbana em imóveis da União vem se estabelecendo como um mecanismo de transferência da propriedade pública para o domínio privado, que, dissociada dos preceitos constitucionais e do planejamento urbano, acaba por contribuir com a (re)produção de cidades desiguais e segregadas.

DESPEJOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 E O DIREITO À MORADIA, A ATUAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL DESPEJO ZERO

Lucas Cerejo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Laura Machado de Mello Bueno, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Camila Pernambuco Costa, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Patrícia Rodrigues Samora, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Em meio a um cenário pandêmico, de incertezas e aumento da vulnerabilidade social, foi observado o aumento vertiginoso do número de despejos e remoções forçadas no Brasil em relação aos anos anteriores, em um país cuja questão habitacional sempre foi um ponto crítico, as orientações das autoridades de saúde se resumiam a “Ficar em casa”, independente da condição da moradia, aumento do desemprego, preços dos aluguéis, ordens de despejo administrativas e falta de políticas públicas de auxílio a população em situação de risco. Desta forma, foi construída uma resposta da sociedade na forma de diferentes organizações, redes de apoio e solidariedade, culminando na criação da Campanha Nacional Despejo Zero que uniu diferentes movimentos, instituições e ONGs com uma única pauta, a suspensão dos despejos durante a pandemia da COVID-19, nas áreas rurais e urbanas, buscando através de articulações em todas as escalas da sociedade mapear, informar, denunciar e combater os despejos. Por fim, o artigo busca documentar esse importante processo sobre a luta pelo direito à moradia e os atores que participam desta articulação.

REGISTRO DE IMÓVEIS E CARTOGRAFIA: PRÁTICA DE ABERTURAS DE MATRÍCULAS DA ANTIGA FAZENDA VAL-DE-CÃES

PATRÍCIA GOMES DA SILVA, Universidade Nove de Julho - UNINOVE. JÚLIO ANDERSON ARAUJO PEREIRA, Universidade Federal do Estado do Pará - UFPA. JANNICE AMÓRAS MONTEIRO, UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO - UNINOVE. WILSON LEVY BRAGA DA SILVA NETO, Universidade Nove de Julho - UNINOVE.

A partir da experiência em cartório de registro de imóveis na cidade de Belém/PA, realizou-se o presente estudo com o intuito demonstrar a necessidade da análise jurídica em conjunto com a análise cartográfica dos títulos apresentados aos cartórios de registro de imóveis, tendo como base o caso da antiga Fazenda Val-de-Cães, situada em Belém, estado do Pará. Para tanto, buscou-se compreender as normas que regem o princípio da territorialidade registral e a abertura de matrícula em novas circunscrições, identificar a geolocalização da antiga fazenda Val-de-Cães e sua repercussão na atual divisão das circunscrições registrais de Belém, e, por fim, analisar como a análise cartográfica traz segurança e possibilita a qualificação registral, a partir da prática de abertura de matrículas. Ao final, concluiu-se que o registro de imóveis deve incorporar a análise cartográfica de seu acervo registral, a fim de proporcionar uma melhor gestão deste e contribuir para políticas públicas de gestão do território.

FINANCEIRIZAÇÃO E MORADIA MÍNIMA: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE MERCADO POPULAR EM SÃO PAULO

Cintia Marino, Universidade Nove de Julho.

O artigo busca analisar a lógica de produção de Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular em São Paulo. Nesse contexto, ganham escala formas de moradia de área mínima, intituladas como studios, permitidas e incentivadas como por meio de programas habitacionais federais promotores de crédito imobiliário e incentivos urbanísticos municipais. O estudo procura uma reflexão crítica sobre a relação entre a financeirização e a produção do espaço construído em São Paulo. Se desenvolverá a pesquisa empírica com base documental formada por documentos e relatórios oficiais da gestão pública e dos setor imobiliário. Articular os dados mais recente, entre os anos de 2021 e 2022, com reflexões teóricas, noções e conceitos adquiridos e aportados em pesquisas consolidadas sobre o tema será uma parte essencial do processo de investigação.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS E O DIREITO À CIDADE EM ERECHIM-RS

Marvin Davi Rojeski, Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Juçara Spinelli, Universidade Federal da Fronteira Sul. Érico Jonatan Oliveira de Lima, Universidade Federal da Fronteira Sul.

O artigo discute conflitos fundiários urbanos e o direito à moradia e à cidade, violados pela dinâmica imobiliária que promove forte incremento dos preços das ofertas dos imóveis. O mercado imobiliário, por ser um setor produtor do espaço urbano, promove forte desigualdade socioespacial que se caracteriza, de um lado, por centralidades ou enclaves e, de outro, por espaços segregados habitados por pessoas de extrema pobreza, muitos deles informais e denominados aglomerados subnormais. Esta comunicação aborda os aglomerados subnormais que se estabeleceram em Erechim-RS, cidade polo regional do norte do Rio Grande do Sul. Como metodologia, buscou-se reunir dados das ofertas e precificações imobiliárias (2005-2020) e a identificação dos aglomerados subnormais, focalizando a luta pela moradia em dois deles, Floestinha e Vila União, localizados em beira-trilhos. Os resultados apontam as áreas de maior e menor precificação e as habitações informais, bem como, o estudo de um processo judicial pela regularização fundiária, tecendo apontamentos com intuito de dar voz e visibilidade à luta pela moradia em um transcurso que já dura mais de 20 anos.

JUSTIÇA NA MOBILIDADE, DIREITO À CIDADE E EQUIDADE: IMPACTOS DA PANDEMIA E POLÍTICAS DE RECUPERAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO DE PORTO ALEGRE/RS

Diego Buss de Oliveira, UFRGS. Giovanni Longo Rosa, UFRGS. Júlio Celso Borello Vargas, UFRGS.

O transporte coletivo desempenha um papel fundamental para garantir o acesso à cidade em muitos aspectos. O planejamento do serviço está relacionado com os conceitos de justiça, equidade e direito à cidade ao oferecer mobilidade acessível, conectar o cidadão, com empregos, escolas, cuidados com a saúde, lazer e oportunidades. As políticas públicas no Brasil nas últimas décadas foram insuficientes para oferecer amplo acesso à cidade para todos os estratos sociais. Com a redução drástica da demanda por deslocamentos na Pandemia, o colapso do setor se tornou eminente, mas por outro lado, a Pandemia da Covid-19 mostrou a relevância do transporte coletivo e fez as agências refletirem sobre o modelo de serviços baseados exclusivamente na demanda ou se concentrariam em questões mais fundamentais, como garantir um sistema de mobilidade para todos, incluindo comunidades carentes. O artigo tem como foco explorar os conceitos de justiça, equidade e inclusão no transporte, tomando como exemplo o programa mais transporte implantado na cidade com o intuito de melhorar o serviço. O objetivo é discutir sobre o impacto da Pandemia no transporte público de Porto Alegre, identificar as regiões mais afetadas pela redução do serviço e se os esforços da prefeitura contribuíram para uma melhor equidade.

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS POLÍTICAS URBANAS: A APROXIMAÇÃO TEÓRICA COM A QUESTÃO URBANA, O DIREITO À CIDADE E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Francine Helfreich, UFF. Mariana Leite, UFF. Julia Carvalho, UFF. Luzia Roberta Marques, UFF. Carolina Ventura, UFF.

Este artigo apresenta dados iniciais da pesquisa em curso intitulada: “Questão urbana e Regularização Fundiária: as possibilidades de atuação do Serviço Social em equipes de assessoria técnica de interesse social”, onde se apresentará como que assistentes sociais vem se apropriando das categorias teóricas questão urbana, direito à cidade e regularização fundiária, nos estudos que se debruçam sobre a reflexão e problematização do trabalho profissional nas políticas urbanas. O artigo é impulsionado pela experiência extensionista que considera a participação de assistentes sociais em equipes de assessoria técnica de interesse social voltada para o espaço urbano, em especial, no que tange à regularização fundiária balizado pelo Projeto Ético-Político profissional. O artigo parte de estudos bibliográficos realizados individual e conjuntamente através do grupo de estudos e apresenta os dados quantitativos da pesquisa realizada através do levantamento dos Anais dos Congressos Brasileiro de Serviço Social (CBAS), entre 2013-2022. Destaca-se que este é considerado o mais importante congresso da profissão já que é um espaço de interlocução, trocas de saberes e organização coletiva de assistentes sociais.

OBSTÁCULOS AO DIREITO À CIDADE E À HABITAÇÃO: REVISITANDO A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Madianita Nunes da Silva, Universidade Federal do Paraná. Giovanna Kapasi Tramuja, Universidade Federal do Paraná. Fabiana Moro Martins, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Constança Lacerda Camargo, Universidade Federal do Paraná e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná. Ana Gabriela Texeira, Universidade Federal do Paraná.

O trabalho reflete acerca dos obstáculos para a promoção do direito à moradia digna, tomando como referência Curitiba. Para tanto, são explorados e relacionados indicadores de déficit e precariedade habitacional, a dinâmica imobiliária recente e a trajetória da política municipal de habitação. Tal análise justifica-se porque neste município observa-se a formulação equivocada da questão da moradia, que tem sido tratada, no âmbito político-institucional, como um problema alheio à política urbana. O artigo apoia-se em investigações desenvolvidas pelas autoras, para as quais foram utilizadas técnicas de pesquisa documental e bibliográfica e métodos de procedimento voltados a análises sócio espaciais. Demonstrou-se a ineficácia da atuação estatal frente à dificuldade do acesso à moradia digna por parte da população mais empobrecida, denotando a insuficiência do caráter social das políticas urbana e habitacional no município. Explicitou-se também a responsabilidade dos agentes que participam do mercado imobiliário nesse processo, cuja atuação tem elitizado o acesso à cidade. Ao iluminar processos e contradições ligados à (im)possibilidade de acesso à moradia digna para as classes empobrecidas, reforça-se a necessidade de transformar o paradigma que conduz a atuação estatal para enfrentar as desigualdades estruturais que caracterizam as cidades brasileiras.

OS DIREITOS À MORADIA E À CIDADE NA REURB: REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA E DA CDRU NAS COMUNIDADES ÁFRICA E PASSO DA PÁTRIA, EM NATAL/RN

FERNANDA MARIA DA MATA DA MATA DIAS, UFRN. ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA, UFRN.

No período entre 2001 e 2016 prevaleceu, no Brasil, uma concepção de regularização fundiária e urbana baseada na associação entre projetos de melhoria urbanística, titulação registrária e melhorias habitacionais. Esforços locais e programas nacionais objetivaram inserir, como prática, a formulação de mudanças tanto legais quanto físicas aos assentamentos precários. A partir de 2016, os novos rumos políticos brasileiros ensejaram a publicação da Lei Federal nº 13.465-2017, que alterou o paradigma da regularização fundiária no Brasil, agora com foco na titulação registrária, sem condicionamentos urbanísticos ou sociais. Partimos deste contexto e buscamos compreender como a utilização dos instrumentos de Reurb, legitimação fundiária e CDRU, podem impactar a concretização dos direitos à moradia e à cidade dos beneficiários dessa política. Para tanto, observamos as áreas de interesse social África e Passo da Pátria, em Natal-RN; trata-se de dois estudos de caso, com a utilização de pesquisa documental, bibliográfica, observação direta e entrevistas. Ao final, conclui-se que tais instrumentos de Reurb estão protegendo de maneira deficiente os direitos à moradia e à cidade dos moradores.

A MUNICIPALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO: QUANDO O PEQUENO SE TORNA GRANDE

Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros, UFRN. Jane Roberta de Assis Barbosa, UFRN. Flávia Duarte de Oliveira Cruz, UFRN. Mariana Fernandes Freitas, UFRN.

O presente artigo discute a municipalização da política de habitação de interesse social no estado do Rio Grande do Norte (RN), mais especificamente analisando as condições administrativas apresentadas pelos municípios do estado que compõem a região do Semiárido para implementar e gerir as estratégias direcionadas ao setor habitacional. Serão consideradas a estrutura administrativa municipal montada para o setor habitacional, as formas alternativas de provisão habitacional, bem como a capacidade financeira dos municípios analisados. A pesquisa envolveu um levantamento de dados e informações a partir das seguintes fontes: MUNIC (2020), o SICONFI (2020) e a Plataforma Meu Município (2020). Este artigo possibilitou ampliar uma abordagem crítica sobre a política habitacional no RN, ancorada no levantamento sistemático da política habitacional norte-rio-grandense numa escala analítica pouco explorada: o semiárido brasileiro, considerando-se suas particularidades e fragilidades, fundamentais para o desenho e execução da política habitacional. A análise da política habitacional no semiárido potiguar demonstrou que há um esforço considerável das gestões locais para responder à institucionalização da política. No entanto, a ausência de capacidade financeira e o insuficiente acúmulo de experiência de experiência coloca em xeque ações estratégicas de participação, planejamento e de implementação das ações habitacionais.

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA HABITACIONAL COMO UMA MODELAGEM FINANCEIRA, JURÍDICA E TERRITORIAL: O CASO DO CÓRREGO DO BISPO

Amanda Ribeiro, UFABC.

O presente artigo busca contribuir para a discussão sobre as transformações no campo habitacional na cidade de São Paulo, especificamente aquelas baseadas em estratégias que articulam o Estado facilitador/regulador dos mecanismos de mercado e os projetos protagonizados pelos interesses e métricas do setor privado. Essas transformações são analisadas por meio da modelagem financeira, jurídica e territorial da Parceria Público-Privada (PPP) habitacional, conforme Edital apresentado pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP) nos anos de 2018 e 2020. Para alcançarmos a compreensão da modelagem, aprofundaremos no caso do Lote 12 — localizado na Zona Norte que prevê a implantação de 3000 unidades habitacionais e do parque Linear Córrego do Bispo, com o objetivo de problematizar a dimensão flexível da PPP habitacional como um instrumento que estabelece, mobiliza e manipula a formulação de lógicas para a produção do espaço. O argumento central aqui apresentado é que o formato desse Edital, que tem por princípio a promoção de unidades habitacionais para diversas faixas de renda, carrega no mesmo escopo uma série de outras intervenções do município, estabelecendo assim uma composição de investimentos voltados ao desenvolvimento urbano para atrair o setor privado em uma concessão que perdura por vinte anos.

DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO CASO DA COHAB/PA

Anna Carolina Gomes Holanda, Universidade Federal do Pará. Leonardo Costa Miranda, Universidade Federal do Pará. Marcília Negrão, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Jessyca Cunha Carvalho, Universidade Federal do Pará. Joana Valente Santana, Universidade Federal do Pará.

O objetivo do artigo é apresentar a atuação da Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab/PA) nos últimos 20 anos, especialmente no que se refere ao processo de descentralização da política habitacional. Esta produção compõe um dos resultados do Plano de Trabalho intitulado “Política habitacional no Pará: 50 anos de história da Companhia Estadual de Habitação”, que faz parte de um convênio firmado entre a Universidade Federal do Pará/UFPA e a Cohab/PA. Para sua elaboração foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, através de uma parceria entre pesquisadores da UFPA e profissionais que integram o corpo técnico da referida Companhia. Os dados revelaram que, nos últimos 20 anos, a Cohab/PA sofreu os rebatimentos das transformações verificadas na política habitacional a nível nacional, indicando pouco avanço na descentralização da gestão, ao mesmo tempo em que pela ótica dos/as profissionais que atuaram no período de recorte da pesquisa é possível identificar experiências consideradas exitosas, sendo um dos maiores exemplos a Ação PLHIS.

FUNDO NACIONAL: DA MORADIA POPULAR À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Fernanda Simon Cardoso, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. João Marcos de Almeida Lopes, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Propomos discutir o papel do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, criado no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). O fundo, que foi fruto da articulação de movimentos de luta por moradia desde os anos 1980, tornou-se a primeira lei proposta por iniciativa popular aprovada no Brasil, tendo como objetivo a descentralização dos recursos e das políticas públicas de habitação social, contando com controle e participação da sociedade civil em sua gestão. No entanto, em poucos anos o FNHIS foi relegado a um papel secundário e rapidamente esvaziado de recursos. Para compreender essas questões, demonstraremos seu breve período operativo, levantando hipóteses dos motivos pelos quais as políticas financiadas por esse sistema rapidamente se consolidaram e se desestruturaram, de forma a contribuir com reflexões acerca da política habitacional no Brasil. Para tanto, analisaremos a estrutura do fundo, a partir do cruzamento de informações referentes a normativas legais, estrutura de programas e orçamento público, assim como do contexto sócio-político no qual se insere dentro das políticas de habitação de interesse social no país.

MAPEANDO A RELAÇÃO ENTRE A MORADIA E A SAÚDE NOS PROGRAMAS DE MELHORIAS HABITACIONAIS

Joice Gomes, Universidade de São Paulo.

Esse trabalho propõe uma metodologia para a identificação de moradias a serem priorizadas pelos programas de melhorias habitacionais que atuam em favelas urbanizadas e loteamentos populares, utilizando para estudo de caso a cidade de Salvador. Embora esses programas visem responder às demandas específicas das moradias e dos moradores, a escolha das áreas a serem atendidas não pode prescindir de planejamento. Compreende-se que esse planejamento requer ferramentas próprias para nortear as ações em campo, mapeando, a partir de critérios previamente definidos, as urgências prioritárias com necessidade de atendimento imediato. Propõe-se que essas urgências estejam amparadas em dados que revelem a condição de saúde dos residentes, uma vez que esta, em última análise e perpassando fatores genéticos, deriva principalmente do ambiente construído. Para tanto, foram propostos dois indicadores: i) o Indicador de Privação Habitacional, construído a partir de dados censitários e de imagens de satélite de alta resolução espacial; e ii) o Indicador de Condição de Saúde, com o uso de dados de mortalidade e de morbidade por quatro doenças, espacializados por endereço de residência. A sobreposição desses dois indicadores resultou no Índice de Privação Habitacional Associado à Saúde e possibilitou a visualização de 16 gradações de privação habitacional combinadas à saúde.

A PRODUÇÃO DAS INCORPORADORAS NA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA (2009-2020): EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS DE LARGA ESCALA E O CASO DE RIBEIRÃO PRETO (SP)

Maiara Oliveira Silva de Aguiar, IAU-USP. Tatiane Boisa Garcia, IAU-USP. Débora Prado Zamboni, IAU-USP.

Nas últimas décadas, observou-se que a expansão dos territórios urbanizados no Brasil deu passos largos. A produção habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), iniciado em 2009, teve papel de destaque para orientar e viabilizar essa expansão em diversas cidades brasileiras, como em Ribeirão Preto (SP), onde se encontra um dos maiores conjuntos habitacionais do país. Nesse contexto, o artigo busca analisar o que viabilizou essa produção habitacional em larga escala. Os resultados desta pesquisa qualitativa indicam que sete estratégias adotadas pelas incorporadoras em diferentes dimensões - regulatória, fundiária e tecnológica - e decorrentes das relações entre os agentes para viabilização da produção de um mega empreendimento: dispor de financiamento público; acessar uma demanda garantida; influenciar as legislações municipais; estabelecer parcerias financeiras para aquisição de grandes glebas; priorizar a preferência da demanda pelo produto “casa”; estabelecer uma padronização arquitetônica e da produção; garantir uma hiper-gestão na incorporação.

A PROVISÃO DE NOVOS LOTES URBANIZADOS EXPANDINDO O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

Victoria Scussel, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Lucia Shimbo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP).

Nos últimos dez anos, Ribeirão Preto foi um dos municípios recordistas em aprovação de novos lotes urbanizados no estado de São Paulo. Esse fato, comparado à gradativa redução das taxas geométricas anuais de crescimento da população, mostra que essa forma de provisão de habitação não corresponde ao crescimento demográfico. Mesmo com uma grande quantidade de terrenos vazios, edifícios desocupados e a diminuição do crescimento populacional, o mercado imobiliário continua produzindo novos lotes urbanos e os municípios continuam sua expansão físico-territorial. Diante desse problema, este artigo busca analisar a produção imobiliária recente dessa cidade e como ela se relaciona com o seu processo de urbanização, enfatizando-se as relações que se estabelecem entre os agentes loteadores e os reflexos dessa intensa atividade imobiliária nas dimensões territorial, econômica e demográfica. Compila dados de uma pesquisa que utilizou três métodos, sendo eles: a análise de base de dados secundários, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Os seus resultados contribuem para o aprofundamento da compreensão sobre os agentes da produção do espaço e as dinâmicas urbanas no interior do estado de São Paulo.

ASCENÇÃO E CRISE DA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: O REVÊS DO CAPITAL

Noemia De Sousa Jacob, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da Amazônia - UNAMA. Helena Lucia Zagury Tourinho, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da Amazônia - UNAMA.

O artigo analisa as estratégias de lucro e acumulação de capital por meio da produção imobiliária na Região Metropolitana de Belém (RMB) nos últimos 40 anos. Para isso, baseado em levantamentos bibliográficos, em dados secundários e entrevistas com incorporadores e gestores da política habitacional no Estado do Pará, traça um paralelo temporal entre os modelos adotados na RMB e no Brasil e analisa a importância do crédito para a produção e aquisição da habitação e a mudança de funding no mercado imobiliário. Mostra a intensificação da financeirização e as estratégias adotadas pelas grandes incorporadoras nacionais no circuito imobiliário da RMB, apontando seus equívocos e consequências para estruturação intraurbana e para o mercado imobiliário metropolitano.

CENÁRIO DE PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA EMPRESARIAL POR INCORPORADORAS: O ALCANCE DOS EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS NO ARRANJO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/ BRASIL

Huda Andrade Silva de Lima, UNI-RN e Observatório das Metrôpoles Núcleo Natal. Alexandro Ferreira Cardoso da Silva, UFRN e Observatório das Metrôpoles Núcleo Natal.

A promoção imobiliária por meio da incorporação desempenha um papel definitivo na formação e na diferenciação territorial da Região Metropolitana de Natal (RMN), com difusão de novos padrões de moradia e de apropriação de novas áreas, tornando-se mecanismo de ampliação de ganhos no setor consagrado, sobretudo, pelo fator de localização. Busca-se, portanto, compreender a inserção dos empreendimentos imobiliários por incorporações no arranjo socioespacial da mancha urbana integrada da RMN, com destaque para efeitos de segregação, integração, fragmentação, dispersão. A partir da coleta de informações disponibilizadas em Registros de Incorporações – do período de 2011 a 2016 – sobre promotor/incorporador, tipologia do empreendimento, quantitativo de unidades habitacionais e de empreendimentos, o artigo discorre sobre a atuação das incorporações na RMN que se consolida por padrões de expansão da periferia imediata de Natal; amplia o estoque de novas ocupações abertas pela e para dispersão territorial, com oferta de imóveis no entorno de projetos urbanos e territoriais de forte impacto sobre a configuração socioespacial; reflete as condições particulares da localidade que são produtos de mediações com conjunturas econômicas e políticas locais, nacionais e internacionais; e, se sobressai pela crescente heterogeneidade e mescla de produtos imobiliários decorrentes de intensos contrastes econômicos e sociais dos diferentes municípios.

DINÂMICA IMOBILIÁRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS: EXPANSÃO DA PRODUÇÃO RESIDENCIAL, PERMANÊNCIA DAS DESIGUALDADES E ACIRRAMENTO DOS CONFLITOS

Samuel Thomas Jaenisch, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O setor imobiliário brasileiro passou por uma importante reestruturação nas primeiras décadas do século XXI, resultando em um aumento expressivo da produção residencial, em especial nas grandes cidades. Esse fenômeno teve impactos importantes (e ainda pouco estudados) sobre a consolidação de novas frentes de valorização imobiliária nas áreas suburbanas e periurbanas, que passaram a concentrar os empreendimentos direcionados para o “Segmento Econômico”, complexificando a estrutura das metrópoles do país. Esta apresentação pretende discutir esse fenômeno para o caso da cidade do Rio de Janeiro, mostrando como nas duas últimas décadas a expansão desse segmento transformou a geografia da cidade, incorporando novas áreas periféricas à dinâmica imobiliária, mas mantendo um quadro histórico de desigualdades urbanas.

A CONTEXTUALIZAÇÃO EM PROJETOS DE EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

Bruno Luis de Carvalho da Costa, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O objetivo desse artigo é estabelecer um panorama da produção de Edificações Residenciais Multifamiliares (ERM) e, concomitantemente, analisar se há uma preocupação com a contextualização no projeto dessas edificações, partindo da premissa de que as ERM, atualmente, se multiplicam nas cidades brasileiras sem se relacionarem fisicamente com o ambiente construído existente no seu entorno imediato. É desenvolvido o conceito de Urbanismo Contextualizado (UC) e Projeto Arquitetônico Contextualizado e a cidade do Rio de Janeiro é utilizada como caso referência. Foi empregada uma abordagem racional-adaptativa, ou seja, qualitativa, baseada no julgamento do autor, para analisar se os 36 projetos de edificações selecionados atendem aos princípios do UC, de acordo com os sete critérios de análise criados pelo autor (Experiência, Posição, Volume, Tipo, Integração, Densidade, Adequação). Evidencia-se nesses projetos a simples busca pela conformação à legislação vigente, repetindo lógicas projetuais previamente aprovadas pelos órgãos fiscalizadores, bem como pela maximização do lucro imobiliário através do aproveitamento do máximo potencial construtivo dos lotes, os quais são tratados isoladamente do seu contexto, contribuindo para a desqualificação dos espaços públicos da cidade e prejuízo da qualidade habitacional.

OS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS OCIOSOS NO CENTRO DE SÃO PAULO

Ana Gabriela Akaishi, Pesquisadora de pós-doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Em contexto de retração imobiliária na Região Metropolitana de São Paulo, a Subprefeitura Sé, na área central da capital, apresentou oferta crescente de empreendimentos residenciais do segmento econômico, a partir de 2013. Diante deste quadro, este artigo se propõe a analisar as estratégias de viabilidade dos empreendimentos econômicos relacionadas ao acesso à base fundiária e compreender em que medida a legislação urbanística incidente interferiu na dinamização recente das atividades do setor na região. A análise fundamentou-se em dados extraídos das bases da EMBRAESP, e dos cadastros territoriais e fiscais disponibilizados pela Prefeitura do Município de São Paulo, bem como em entrevistas com agentes intervenientes na produção imobiliária da região central. Constatou-se que a oferta residencial de produtos econômicos no centro foi viabilizada pela conciliação de larga escala da produção dos empreendimentos e de larga concentração de unidades, marcada pela diversificação de padrões. Essas estratégias apoiaram-se em uma base fundiária heterogênea, na permissividade da legislação urbanística e na ausência de parâmetros mínimos para acesso ao financiamento. Compreendeu-se, ainda, que as “travas” ao acesso fundiário presentes nos discursos proferidos pelos agentes promotores não se configuraram, de forma generalizada, como restritoras da atuação do setor no centro.

ARQUITETURA DO CUIDADO: MORADIA PRIMEIRO COMO FERRAMENTA DE REINCLUSÃO SOCIAL NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

Júlia de Queiroz Pereira Luiz Alves, PUC-Rio.

O objetivo deste trabalho é a proposição de um plano, a partir de um projeto piloto, para implementação do modelo Moradia Primeiro (Housing First), de reinclusão social de pessoas em situação de rua, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, tomando como princípio os objetivos do programa Reviver Centro, plano municipal de retomada da função de moradia e re-adensamento habitacional na região central. Percebe-se que o público alvo do trabalho encontra-se nas lacunas do programa de governo, que hoje possui um aluguel médio equivalente a 90,5% do salário mínimo nacional - tornando-o inacessível às camadas de 1 a 2 SMN. Com baixíssima densidade populacional, o Centro conta com um estoque imobiliário vazio público e privado significativo, passível de ser usado na entrega de moradia às inúmeras pessoas em situação de rua que ocupam as sombras das construções desocupadas na zona central. O modelo Moradia Primeiro sugerido valoriza a autonomia e privacidade do indivíduo e consiste na entrega imediata de moradia, ao contrário da política atual, de caráter tutelado e civilizatório. A metodologia usada neste trabalho baseia-se no artigo *Caring Architecture*, pela teórica Joan Tronto, originando o título do artigo.

CARTOGRAFIAS DA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA NA ÁREA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA SETOR CENTRAL EM SÃO PAULO

Henrique Giovani Canan, FAUUSP. Paula Victória Santos Gonçalves de Souza, FAUUSP. Paula Freire Santoro, FAUUSP, LabCidade. Laís Eleonora Maróstica Stroher, FAU/UFRJ.

Este artigo argumenta que há um projeto urbano para o Centro de São Paulo, o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central (PIU-SCE), que articula incentivos para a continuidade de uma frente imobiliária que vem adentrando o Centro de São Paulo, das bordas em direção ao seu centro. Aprovado sem que se fizesse uma boa leitura das dinâmicas urbanas e do quadro de necessidades habitacionais do Centro, agravado com pandemia, teve debates que fizeram emergir uma leitura do Centro como território popular negro, LGBTQIA+, que exige leituras interseccionais. A cartografia da produção imobiliária mostrou um Centro com dinâmica imobiliária que produz unidades residenciais, em sua grande maioria pequenas, com elevado preço/m² que não parecem acessíveis aos que vivem e moram na região. Como o PIU-SCE trouxe uma série de incentivos urbanísticos para fomentar esse tipo de produção imobiliária, como isenções, descontos e bônus de direitos adicionais de construção, defende-se que sua proposta de produzir moradia para quem precisa é uma falácia, e que este foi desenhado para estimular a produção habitacional de mercado.

ESCALAS E APROPRIAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO EM TRÊS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO BNH NO RIO GRANDE DO NORTE

Cícero França, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Sara Medeiros, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Este artigo contribui para a expansão da interiorização do debate sobre a habitação, tendo como ênfase os conjuntos habitacionais do Banco Nacional de Habitação (BNH). A pesquisa analisa a produção espacial da COHAB em diferentes escalas espaciais do Rio Grande do Norte (RN), mais especificamente nos municípios de Natal, Mossoró e Currais Novos, considerando as diferenciações intra e extra-conjunto de cada cidade. Além de uma revisão de literatura com ênfase na atuação do BNH enquanto agente produtor habitacional, essa pesquisa também envolveu a compreensão acerca dos conceitos de escala e apropriações. Para tal, realizou-se um levantamento documental dos partidos urbanísticos dos conjuntos analisados, os quais foram cedidos pela Companhia de Processamento do Rio Grande do Norte – Datanorte, pela Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CEHAB) e acervo do grupo de pesquisa Estúdio Conceito – UFRN. Além disso, também consultou-se os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a construção de tabelas e mapas temáticos. Esses dados foram sistematizados em mapas temáticos através de ferramentas dos Sistemas de Informações Geográficas – SIG. Esse estudo possibilitou inferir que conjuntos de mesma escala, inseridos em municípios de diferentes portes, apresentam diferentes representatividades (quantitativas) e apropriações distintas.

O (RE)AQUECIMENTO DA DINÂMICA IMOBILIÁRIA HABITACIONAL NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: QUAL A DESTINAÇÃO DOS PRODUTOS APROVADOS COMO SOCIAIS?

Larissa Werneck Capasso, Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

O artigo, expondo a urgência das necessidades habitacionais, destaca a relevância do protagonismo municipal e justifica a escolha da cidade de São Paulo como objeto de estudo. Em seguida, descreve as principais características do território que motivaram pensar na política habitacional focada na inclusão socioterritorial. Partindo destas leituras, enfoca-se na produção social e/ou popular na área central do município, região caracterizada pela ampla oferta de empregos e de infraestrutura e, portanto, território que deveria concentrar a moradia inclusiva na cidade. Além disso, o reaquecimento imobiliário ocorrendo nesta área suscita questionamentos quanto a sua relação com a regulação urbana. Por meio do método da análise de dados do licenciamento de projetos de habitação social de 2014 a 2021, o artigo verificou que tal produção está – teoricamente – acontecendo. Observando os dados analiticamente, o estudo também buscou compreender se tal produção está, de fato, promovendo a inclusão das classes sociais mais baixas no centro urbano municipal, conforme preconizado no planejamento. Quatro estudos de casos são apresentados para aprofundar as análises realizadas, permitindo o fechamento do artigo com conclusões mais embasadas.

RELAÇÕES ESPACIAIS DE USO DA MORADIA TRADICIONAL AMAZÔNICA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA DISCUSSÃO SOBRE O DIREITO À MORADIA NO BRASIL

Izabel Cristina Melo de Oliveira Nascimento, Universidade Federal do Pará. Ana Kláudia de Almeida Viana Perdigão, Universidade Federal do Pará.

A realidade plural e diversa da Amazônia faz emergir a necessidade de políticas territoriais que considerem suas especificidades no cumprimento do direito à moradia, considerando o papel social da propriedade previsto em lei. Todavia, o cenário atual de provisão de habitação tem se mostrado alheio aos conteúdos simbólicos e culturais que integram um contexto amazônico mais humano. Dentre eles, destaca-se o papel da água como agente condicionador dos modos de vida da população amazônida. Apresenta-se como um caminho de reestruturação e ações anteriormente pautadas em pensamento hegemônico, a valorização do saber tradicional ribeirinho como um dos recursos que podem alimentar práticas coerentes com a vida amazônica na implementação desses programas. São apresentados aqui resultados de pesquisa por meio da sistematização de conteúdos do uso cotidiano da moradia tradicional especialmente sobre as relações cotidianas estabelecidas pelos moradores da comunidade Santa Rosa do Furo do Nazário, localizada na Ilha das Onças, em Barcarena (PA).

ALUGUEL SOCIAL NO RIO GRANDE DO NORTE: IMPACTOS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Mateus Cavalcante de França, Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Giovanna Lima Gurgel, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A situação de rua é um caso de extrema vulnerabilidade social e violação de direitos que tem afetado muitos brasileiros. Entre as possíveis políticas públicas que visam conduzir pessoas à superação dessa situação, há o benefício eventual do aluguel social, que garante, ainda que temporariamente, o acesso direto de indivíduos e famílias à habitação. Apesar de essa política ser implementada em diversos municípios no Brasil, são poucas as investigações que buscaram encontrar evidências sobre eventuais melhorias na qualidade de vida dos beneficiários. Nesse contexto, este trabalho parte da pergunta: “Quais os impactos da política de aluguel social na qualidade de vida das pessoas em situação de rua?”. Para responder essa pergunta, foram feitos testes estatísticos com dados coletados no Censo Estadual da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte, a fim de investigar se há diferenças entre as pessoas em situação de rua beneficiárias do aluguel social e as demais no que diz respeito ao acesso à assistência social, à saúde, ao trabalho e à alimentação.

CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE MANAUS: DA NEGAÇÃO DA HABITAÇÃO À PRODUÇÃO DA(S) PERIFERIA(S)

MATHEUS VIEIRA AREB, Universidade Federal do Paraná - UFPR.

A dinâmica urbana de (re)estruturação do espaço na cidade de Manaus é marcada por novos e antigos processos que tem na sua centralidade a questão habitacional. As formas de negação da moradia criam processos de segregação periférica tendo palafitas e ocupações informais como soluções habitacionais. O objetivo do trabalho é analisar a configuração espacial da área urbana de Manaus, focando na produção de áreas segregadas além de compreender a história da produção do espaço, analisando através da necessidade da habitação como surgiram os processos de segregação na cidade e sua configuração urbana atual. Os caminhos metodológicos basearam-se em análise de dois trabalhos (BARTOLI, 2011; BARBOSA, 2017) para compreender como se estrutura a configuração urbana da cidade e a produção do espaço. Utilizou-se de experiências de pesquisas realizadas em duas áreas de ocupações informais com observações e registro de entrevistas. Conclui-se que o processo de exclusão territorial pela falta de moradia cria uma relação de oposição não mais entre centro-periferia, mas através de uma reestruturação urbana com contrastes entre Zona Oeste e Zona Leste, pela valorização imobiliária e concentração de renda mais alta ao longo de áreas na zona Oeste e Centro-Sul, com expansão urbana de camadas populares para Zona Leste.

INVISIBILIDADE DA HABITAÇÃO PRECÁRIA EM CIDADES DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO. OS DESAFIOS PARA O CAMPO DE ATUAÇÃO EM ATHIS.

Mariana Cicuto Barros, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. FAUUSP | Universidade Federal do Mato Grosso. UFMT.

Este trabalho parte de investigações realizadas no âmbito de pesquisa de Pós-Doutorado em andamento junto a FAU USP e apresenta chaves de leitura que relacionam a precariedade habitacional em cidades do interior do Estado de São Paulo e a urgência em debater as práticas do campo da Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) nesses territórios. A partir da análise de duas experiências voltadas para a constituição de uma rede de atuação no campo da ATHIS, promovidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo/SP em seis ocupações localizadas em cidades do interior do Estado de São Paulo, o artigo aponta para a invisibilidade da precariedade habitacional nas políticas urbanas e ações locais e também evidenciam a pouca interação da população com o campo da ATHIS e poder público, em que pese a existência de instrumentos jurídicos que asseguram o direito à moradia.

OCUPAÇÕES PRECÁRIAS, DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA ESPACIAL: UMA ANÁLISE SOBRE MOSQUEIRO E SANTA BÁRBARA DO PARÁ, NA CIDADE-REGIÃO DE BELÉM

Leandro Maciel Sarrazin da Rosa, Universidade do Estado do Pará. Natália Souza Pinheiro, Universidade do Estado do Pará. Willame de Oliveira Ribeiro, Universidade do Estado do Pará.

A cidade de Belém vivencia um processo de urbanização regional policêntrica que amplia sua escala de dispersão e implica no surgimento de novos espaços precários. Na busca de compreendê-los, este artigo objetiva analisar a natureza das novas ocupações nas bordas de seu espaço metropolitano, sua inserção no processo de urbanização regional e seus rebatimentos em termos do direito à cidade e da justiça espacial. Para tanto, utilizou-se como metodologia uma abordagem qualitativa e estudo de caso em Mosqueiro e Santa Bárbara. Em termos de procedimentos metodológicos, foram realizados levantamentos bibliográficos, levantamentos documentais, trabalhos de campo tanto exploratórios quanto para efetivação de entrevistas semiestruturadas. Diante do examinado, percebeu-se a precariedade das ocupações visitadas, constatando carências em serviços de infraestrutura, que vão além da qualidade estrutural das moradias, mas também a segregação socioespacial, ocasionando um sentimento de descaso na população, fato que qualifica o objeto de estudo imerso a injustiças espaciais que conseqüentemente negam também o direito à cidade.

POLÍTICAS DE ALUGUEL SOCIAL: A CONCESSÃO DE AUXÍLIOS TEMPORÁRIOS AO ALUGUEL E REMOÇÕES FORÇADAS EM GRANDES CIDADES BRASILEIRAS

Luciana Alencar Ximenes, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ao longo das últimas décadas as grandes cidades brasileiras passaram por profundas transformações. Houve avanços importantes no reconhecimento dos territórios populares no plano das políticas públicas, especialmente com a produção de moradias interesse social e na urbanização de favelas. Entretanto, estes avanços não foram capazes de reverter a condição histórica do acesso restrito à moradia e deram-se em meio à intensificação dos processos de remoção forçadas. Como parte deste quadro, passaram a ser formuladas e implementadas políticas locais de concessão de auxílios financeiros destinados a gastos com aluguel, de forma provisória, para uma parcela significativa da população que sofreu com remoções promovidas pelo poder público. Este texto apresenta um panorama destas políticas, conhecidas como políticas de aluguel social, abordando casos exemplares em grandes cidades brasileiras e destacando as suas relações com as políticas habitacionais e intervenções do poder público nos territórios populares. É dedicada atenção especial aos processos que têm levado aos deslocamentos forçados das famílias encaminhadas a estas políticas, assim como os desdobramentos sobre a insegurança da posse e as condições de vida.

A JUSTIÇA ESPACIAL E O IPTU: UMA ANÁLISE ESPACIAL DO INSTRUMENTO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI/RJ

Gabriel Rodrigues da Silva, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Rubens Moreira Rodrigues de Carvalho, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Daniel de Mello Sanfelici, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

O presente artigo propõe analisar a justiça espacial no município de Niterói/RJ, tendo como base as informações constantes do IPTU, referentes aos anos-fiscais de 2015 a 2022, obtidas junto à Secretaria de Fazenda do município de Niterói-RJ. Os dados do IPTU, servirão de base para análises espaciais voltadas para a compreensão das diferenças socioespaciais presentes na cidade. Nosso objetivo é contribuir para o debate da justiça espacial a partir dos dados do IPTU, em especial aqueles ligados aos valores imobiliários. Como procedimento metodológico, o estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica, sobretudo em relação à justiça espacial. Em seguida, utilizamos a base de dados do IPTU para elaborar análises, adotando, para tanto, técnicas de geoprocessamento e análises espaciais baseadas no software QGIS. Por fim, buscamos correlacionar a base teórica com o estudo empírico, para embasar considerações e reflexões mais concretas sobre a temática. Desse modo, o estudo se torna relevante tanto pela análise e contribuição da leitura de Niterói, como pela utilização do instrumento do IPTU como métrica para análises espaciais relacionadas à valorização imobiliária e à (in)justiça espacial.

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO: OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA ESPÍRITO SANTO

Giovanilton André Carretta Ferreira, Universidade Vila Velha. Fabiana Lopes de Sales, Universidade Federal do Espírito Santo. Guilherme Falqueto do Rosario, Universidade Vila Velha. Thainá Lucas Oliveira Gomes, Universidade Vila Velha. Diogo Batista Chagas, Universidade Vila Velha.

O artigo busca dimensionar as possibilidades de financiamento do desenvolvimento urbano nos municípios brasileiros, bem como analisar se a participação social têm contribuído para ampliar a capacidade de investimentos das cidades brasileiras, por meio da aplicação dos instrumentos da Lei Federal nº 10.257/20021 – Estatuto da Cidade. Adota-se como área de estudo o município de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, no intuito de responder duas perguntas: Quanto o município de Vitória poderia ter arrecadado entre os anos de 2014 e 2016 com a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)? Como foi a atuação do Conselho Municipal do PDU (CMPDU) de Vitória, entre os anos de 2007 a 2017, em relação a regulamentação da OODC? A metodologia adotada, pode ser dividida em quatro momentos: o levantamento dos novos empreendimentos aprovados na cidade de Vitória entre 2014 e 2017; o levantamento do valor da terra, em 2019, dos bairros que apresentaram novos projetos aprovados na cidade sujeitos a cobrança da OODC; cálculo da estimativa de arrecadação com a OODC em Vitória e análise quantitativa das Atas das reuniões do CMPDU.

ORDEM URBANA, OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E A PROVISÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DA ÁREA INSULAR DO MUNICÍPIO DE SANTOS/SP

Marina Ferrari de Barros, Universidade Federal do ABC.

A partir do estudo da evolução do zoneamento e da produção residencial na área insular do Município de Santos no período compreendido entre 1968 e 2018 e 1998 e 2018 respectivamente, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar a construção de uma regularidade espacial que garante a maximização de lucros e as externalidades de vizinhança da produção residencial verticalizada ao mesmo tempo que retira o direito à moradia onde há concentração de empregos e oportunidades de promoção social. São utilizados como variáveis de análise a evolução da relação entre as permissões de habitação econômica e usos impactantes, a aplicação da outorga onerosa do direito de construir desde a sua regulamentação legal, a provisão habitacional efetivada em Zonas Especiais de Interesse Social e os empreendimentos residenciais verticalizados lançados no período sob o ponto de vista do potencial construtivo utilizado. Os conceitos de ordem urbana e externalidades de vizinhança de Abramo são fundamentos de análise, assim como sua interface com o modelo de urbanização e forma urbana propostos por Villaça.

PPP HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: MOBILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS E REMOÇÃO DE TERRITÓRIOS POPULARES

Amanda Silber Bleich, Pesquisadora de Iniciação Científica do LabCidade - FAUUSP.

A presente pesquisa objetivou investigar a Parceria Público-Privada (PPP) Habitacional Municipal “Casa da Família” como um dos instrumentos contemporâneos de mobilização das terras públicas na cidade de São Paulo, compreendendo a forma de incorporação deste ativo no edital da PPP e sua efetiva utilização no Lote 7, localizado no Jardim Julieta, Zona Norte de São Paulo. Em uma escala local, realizou uma leitura urbana e uma análise temporal das formas de ocupação, planos e políticas para o território popular onde incide o Lote 7 da PPP, na tentativa de compreender as características desse território que fizeram com que houvesse interesse, por parte do poder público, de transformá-lo através do modelo da PPP Habitacional. Buscou, ainda, tensionar as contradições deste modelo de política, investigando se a provisão de unidades habitacionais contemplará os moradores do território onde está inserido o Lote 7, principalmente aqueles que habitam a Favela do Violão, Aurora e Aaron Master e da Ocupação Viva Jardim Julieta.

TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES SOBRE A POTENCIALIDADE DE RECAPTURA DE MAIS-VALIAS URBANAS EM NATAL-RN

Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais - UFRN. Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva, Professor do Instituto de Políticas Públicas - UFRN.

Este artigo analisa a tributação imobiliária em Natal-RN a partir do IPTU e do ITBI, impostos reconhecidos pelo potencial de recaptura de mais-valias urbanas. O município analisado possui uma dinâmica imobiliária acentuada, mas ainda carece de um planejamento urbano que se conecte a tributação municipal e possibilite a distribuição mais igualitária dos bônus dessa arrecadação. Nesse sentido, é feita uma reflexão sobre a capacidade de captar recursos para o desenvolvimento urbano no contexto de uma agenda de inflexão ultraliberal no país, que repercute diretamente nas cidades, historicamente dependentes de recursos dos demais entes federativos para implementar infraestrutura urbana. Diante disso, analisa-se a legislação municipal desses dois impostos, as receitas provenientes de ambos e as despesas do município com desenvolvimento urbano e, por fim, a distribuição da arrecadação do IPTU e do ITBI nos bairros, distribuídos nas quatro regiões administrativas do município, bem como por tipologias distintas. A partir das análises dos dados questiona-se como esses impostos, aqui compreendidos enquanto instrumentos urbanísticos e tributários ainda podem ser utilizados em prol do financiamento das cidades, para a efetivação da função social da propriedade e, numa perspectiva ampliada, na garantia do direito à cidade à população.

BELO MONTE E A SEGREGAÇÃO PLANEJADA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS REASSENTAMENTOS URBANOS DE ALTAMIRA-PA

Darimar Soares, Universidade Federal do Pará. José Miranda Neto, Universidade Federal do Pará.

Este artigo analisa a segregação socioespacial a partir do projeto de reurbanização da cidade de Altamira-PA pela implantação da hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, que teve como principal consequência a remoção das comunidades que viviam em áreas de baixadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). Acredita-se que a segregação dos RUC se relacione com a estruturação urbana do tipo centro-periferia, que no decorrer da história vem afastando a população de áreas consideradas privilegiadas da cidade, processo que é estimulado tanto pelas políticas urbanas quanto pelo setor imobiliário, responsável por onerar os valores do solo urbano. Através de estudos de campos e entrevistas semiestruturadas, em três RUC de Altamira: Laranjeiras, Água Azul e Jatobá, apresenta-se os elementos que comprovam a segregação socioespacial planejada a que foi submetida uma parte da população altamirense, uma vez que foi conduzida pelos agentes que operam a execução do Projeto de Belo Monte.

DA REMOÇÃO E O CONTROLE À CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS HABITÁVEIS O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL SAN FRANCISCO

Maira Machado-Martins, DAU/PPGARq/PUC-Rio. Ramona Elizabeth Sánchez, DAU/PPGARq/PUC-Rio.

Neste artigo analisaremos as formas de apropriação do espaço em um conjunto habitacional localizado em Assunção, capital do Paraguai, construído para realocar a população que, tendo sofrido diversas tentativas de expulsão, terminou sendo removida compulsoriamente e definitivamente de uma área de habitação precária localizada no centro da cidade. Propomos uma leitura em perspectiva comparada com o contexto brasileiro, visando situar o caso paraguaio à luz de dois processos: i) de remoção das famílias e das narrativas construídas para forjar o estigma que justificam as práticas civilizatórias empregadas pelo poder público, tanto nas ações de extinção de favelas, quanto no modelo habitacional adotado para realocar sua população; ii) de apropriação dos moradores e sua relação com a forma construída e a sociabilidade nos espaços de moradia, entendendo como ocorre o processo de construção da habitabilidade nos dois conjuntos, surgindo assim o espaço criado. Para esta análise serão consideradas as trajetórias e experiências das famílias, as situações passadas antes de chegar ao lugar de moradia e o processo de adaptação e transformação nos conjuntos, entendendo que a habitabilidade, no caso da moradia, compreende tanto aspectos materiais – como salubridade, segurança e respeito a normas técnicas – quanto imateriais.

EM BUSCA DE NOVAS SOLUÇÕES PARA A GARANTIA DE SEGURANÇA DA POSSE NAS CIDADES: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO TERMO TERRITORIAL COLETIVO NO RIO DE JANEIRO

TARCYLA FIDALGO, IPPUR/UFRJ. Felipe Litsek, IPPUR/UFRJ. Monica Nunes, ComCat. Rebeca Landeiro, IPPUR/UFRJ.

A problemática da insegurança da posse nas cidades vem tomando um lugar central no campo do planejamento urbano e da política habitacional. Cada vez mais, torna-se evidente a necessidade de criar mecanismos que garantam a permanência de comunidades em seus espaços. Neste contexto, novos instrumentos que buscam cumprir esse papel ganham relevância no debate acadêmico, dentre eles o Termo Territorial Coletivo (TTC). Trata-se de um modelo de gestão territorial amplamente adotado no mundo que visa à desmercantilização da terra, garantia de moradia economicamente acessível e um desenvolvimento comunitário protagonizado pelos moradores. Desde 2018, há um projeto em curso no Rio de Janeiro que procura criar condições para a implementação do modelo: o Projeto TTC. O presente trabalho é fruto do aprendizado acumulado após quatro anos de existência deste projeto, que avançou significativamente no seu objetivo de trazer o Termo Territorial Coletivo para o Brasil. Adotando uma metodologia baseada na observação participante, a pesquisa apresenta a atuação do Projeto TTC a partir das suas três frentes de trabalho - mobilização, legislação e difusão - ao mesmo tempo em que são traçadas considerações sobre os métodos adotados e os desafios enfrentados no trabalho nos territórios.

EXPLORAÇÃO MINERAL E IMPACTOS NA HABITAÇÃO: O CASO BRASKEM, EM MACEIÓ

Cid Olival Feitosa, Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Augusto da Silva Romeiro, Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

A cidade de Maceió, no estado de Alagoas, Nordeste do Brasil, passou a conviver com um estranho fenômeno de subsidência do solo em alguns bairros, a partir de 2018. Após análises técnicas, constatou-se que a exploração mineral da sal-gema, realizada pela empresa Braskem, era a principal causadora do afundamento do solo. O presente artigo tem como objetivo realizar uma caracterização socioeconômica da região. A partir de uma análise exploratória, de caráter qualitativa, foram levantados os documentos oficiais, dados secundários sobre a população, área e as medidas de compensação adotadas pela Braskem. Ao final, constatou-se uma enorme heterogeneidade socioeconômica da população e das áreas atingidas, que as diferenciam na forma como lidaram e se adaptaram à nova realidade. A Braskem tem buscado mecanismos que tentam impor suas decisões, com acordos financeiros subavaliados, tanto no que diz respeito aos danos materiais quanto morais, favorecendo-se da fragilidade financeira da maioria dos ex-moradores.

ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS): DAS LUTAS POPULARES PELO ACESSO À TERRA URBANIZADA À VIABILIZAÇÃO DE GRANDES PROJETOS URBANOS EM SÃO PAULO

Isadora Borges, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) consistem em um dos instrumentos da política urbana previsto no Estatuto das Cidades, reconhecidas historicamente como uma reivindicação das lutas populares pelo acesso à terra e à cidade. Formuladas a quatro décadas, as ZEIS foram sendo definidas e aplicadas em diversos municípios brasileiros, sofrendo alterações substanciais nos últimos anos. Neste artigo, levanto a hipótese de um deslocamento radical entre a ideia inicial das ZEIS e seu uso e mobilização na atualidade. Isto é, argumento que da reivindicação e luta popular pelo acesso à terra e a justiça social, as ZEIS tem cada vez mais sido mobilizadas por agentes privados que se apropriam dos subsídios indiretos a ela inerentes, ancorados em sua legitimidade social, e pavimentam novas articulações público-privadas entre incorporadores e poder público, transformando as práticas do planejamento urbano. Analisando a trajetória do instrumento na cidade de São Paulo, a pesquisa busca compreender como as ZEIS foram sendo formatadas pela cidade ao longo do tempo e identificar como, na atualidade, foram criadas as condições para que as ZEIS possibilitem transformações radicais na produção do espaço, se aproximando cada vez mais dos chamados Grandes Projetos Urbanos (GPU). A metodologia adotada remonta a revisão teórico- bibliográfica, levantamento documental e análise exploratória através de três empreendimentos pesquisados.

ANÁLISE DA INSERÇÃO URBANA DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS NO BRASIL COM BASE EM INDICADORES NACIONAIS

Estevam Otero, Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Universidade de São Paulo. Giusepe Filocomo, Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Universidade de São Paulo. Marcos Kiyoto de Tani e Isoda, Universidade de São Paulo. Gabriel Zanlorenssi, Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

A presente sessão reúne um conjunto de exposições que exploram as interações entre universidades, assessorias técnicas e movimentos sociais a partir de experiências de construção coletiva em campo. Os convidados aportam os conhecimentos construídos a partir de experiências de coprodução, representando laboratórios, movimentos e assessorias técnicas. Busca-se, com a diversidade presente na composição da mesa, agregar as diferentes perspectivas de atuação em campos com características semelhantes, porém, com abordagens, metodologias e aproximações distintas, ainda que as ações se desenrolem de forma conjunta. Desse modo, procura-se avançar na construção do conhecimento por meio do intercâmbio que se desenvolve nos campos e a partir dos trabalhos aí realizados, articulando-se conhecimentos populares, militantes, técnicos e acadêmicos.

AVALIAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA EM CIDADES DE PORTE MÉDIO: O CASO DE MINDELO - CABO VERDE

Hernany Reis, Universidade de Brasília (PPG FAU/UnB). Maria Bezerra, Universidade de Brasília (PPG FAU/UnB).

O trabalho discute que a expansão urbana praticada nas cidades médias brasileiras tem levado a uma baixa mobilidade devido a fragmentação urbana e baixa densidade. Esse mesmo processo se repete em cidades do mesmo porte em países de urbanização desigual. É estudado a cidade de Mindelo em Cabo Verde utilizando o Procedimento de Avaliação Espacial para averiguar a mobilidade urbana. Como resultado se identificou um potencial de baixa mobilidade sustentável nas regiões sudeste e sul da cidade devido a aspectos da configuração urbana como a baixa densidade populacional, grandes vazios urbanos, falta de continuidade e conectividade no seu desenho urbano e por outro lado um sistema de transportes como pouca extensão e baixa acessibilidade ao público associado a baixa conexão das vias de pedestre e extensão e conectividade de ciclovias. Tudo isso em oposição a área central, norte e sudeste da cidade que possui ocupação mais consolidada da estrutura urbana e onde reside a população de maior renda.

ENTRE A POLÍTICA HABITACIONAL E O REAL ESTATE: ENDIVIDAMENTO, ESPOLIAÇÃO E CIRCUITO FINANCEIRO-IMOBILIÁRIO

Mariana Fix, FAUUSP. Luciana Royer, FAUUSP. Melissa Oliveira, FIEB.

Este texto analisa o financiamento habitacional no Brasil realizado no âmbito do SFH de 1995 a 2020 sob a ótica, do acesso ao crédito e da política habitacional, da inadimplência e da execução de garantia, e das transformações do circuito financeiro-imobiliário. A retrospectiva de arranjos que esse circuito assumiu no Brasil, a partir de 2003, contribuiu para identificar como a financeirização atingiu essa trajetória. O fenômeno está intrinsecamente relacionado à reorganização do setor a partir do novo arcabouço regulatório, de políticas de subsídio, de programas habitacionais e ampliação sustentada do volume de crédito imobiliários. A partir de pesquisas de dados primários, identificou-se indícios de que o modelo de política de crédito habitacional aumentou o endividamento das famílias tornando os mutuários sujeitos a duas espoliações: uma efetiva, para remunerar o crédito, e outra potencial e patrimonial, pela iminência do despejo. Os resultados da pesquisa sobre aumento da inadimplência e do número de execuções de garantias apontam para as contradições de uma política habitacional universalizante estruturada por meio do crédito com as características da demanda solvável e do déficit habitacional brasileiro, e observando-se o cenário macroeconômico de longo prazo do país.

ESTIMATIVA MUNICIPAL DO DÉFICIT HABITACIONAL: UTILIZAÇÃO DO CADÚNICO NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Flávia da Fonseca Feitosa, Recuperando dados. Aguarde alguns segundos e tente cortar ou copiar novamente.. Luis Felipe Bortolatto da Cunha, Universidade Federal do ABC. Roberta Guerra Rosembach, Prefeitura Municipal de Jacareí.

Este artigo apresenta uma nova abordagem metodológica para estimativa do déficit e inadequação habitacional baseada no uso de dados do CadÚnico integrados a levantamentos locais de assentamentos precários. A proposta introduz avanços na representação multidimensional e explicitamente territorial das necessidades habitacionais - em escala espacial detalhada, dentro e fora de assentamentos precários - e passível de atualização constante. Os resultados de um estudo piloto desenvolvido para o município de Jacareí (SP) são apresentados.

IMPACTOS DA AUSTRERIDADE FISCAL SOBRE A PROVISÃO HABITACIONAL E ACESSO À MORADIA NO BRASIL (2015-2021)

Carlos Alberto Penha Filho, Universidade São Judas Tadeu (USJT).

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir as políticas econômicas de austeridade fiscal no Brasil e suas consequências à provisão habitacional para as famílias de baixa renda. Especialmente em relação a Emenda Constitucional nº95/2016 também chamada de teto de gastos. Primeiramente apresenta-se a literatura crítica em relação aos cortes permanentes do orçamento público e a questão da acentuação da desigualdades sociais e de acesso a bens e serviços. Posteriormente o texto dedica-se a avaliar os dados para o período de 2015 e 2021 referentes as novas contratações no programa Minha Casa, Minha Vida e Casa Verde Amarela além dos do orçamento federal destinados à habitação. Conclui-se o artigo mostrando que a política de austeridade tem impactos desiguais sobre acesso à habitação no país, prejudicando sobretudo as famílias com rendimento entre 0 e 3 salários mínimos que dependem do orçamento público para garantir seu direito de morar.

O IDEÁRIO DA CASA PRÓPRIA E A POLÍTICA HABITACIONAL: UM ESTUDO NA ÁREA DE EXPANSÃO DE BELÉM

Monique Bentes Machado Sardo Leão, PPGAU/UFPA.

Este trabalho, tem por cerne discutir o ideário da casa própria, presente nos últimos quase 100 anos de história da habitação social no Brasil. A leitura será feita a partir de um estudo de Belém/PA, cidade amazônica, que apresenta questões urbanísticas e habitacionais que a protagonizam nos rankings negativos em qualidade de vida, como alta proporção de presença de assentamentos precários, deficiência em infraestrutura de saneamento e alto déficit habitacional. Foi realizada uma análise da atuação de programas habitacionais que promoveram financiamento da casa própria para a classe média e baixa, essa produção gerou transformações territoriais, induzindo o crescimento urbano de forma espalhada e dispersa, levando a formação de novos bairros e centralidades. Desta forma, como resultado busca-se possibilitar um melhor entendimento da correlação entre o ideário da casa própria e a forma de ocupação e expansão da cidade.

PENSAR POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS NO BRASIL: HABITAÇÃO E JUSTIÇA SOCIOESPACIAL

Renata Cristina Rizzon, FCT Unesp - Campus de Presidente Prudente.

Considerando a complexidade de idealização e implementação de políticas públicas voltadas para a habitação, o objetivo deste artigo é o de debater e demonstrar os contrastes entre as diferentes formas de habitar, apontando seus contrastes, sob três diferentes perspectivas – as Community Land Trusts (CLT), instituídas nos Estados Unidos, e as habitações populares no Brasil e no México, constituídas de parcerias público-privadas. Ao debater de forma crítica as diferentes formas de se residir nas cidades, elencamos seus limites e possibilidades, por meio de revisão bibliográfica de artigos que contribuíram para o debate do tema. Deste modo, ancorando-nos na noção de justiça socioespacial e do direito à cidade, elencamos, como principais resultados, metodologias e diretrizes para se pensar a construção da política urbana e regional no Brasil, a partir das escala do cotidiano, municipal e regional.

POLÍTICA HABITACIONAL, FORMA URBANA E TECIDO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE QUIXADÁ/CE

Davila de Melo Laurentino, Universidade Federal do Ceará / Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD). José Almir Farias Filho, Universidade Federal do Ceará / Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD).

Periferização, segregação e precariedade são processos conhecidos quando se trata de inserção de populações de baixa renda no espaço urbano. Em geral, as políticas habitacionais de interesse social se caracterizam pela ausência de articulação lógica com os planos urbanísticos, pois seus critérios de localização e construção atendem mais aos interesses econômicos do valor da terra do que aos condicionantes socioambientais. Todavia, o que sabemos sobre as repercussões dessa produção nos tecidos urbano e social de cidades não metropolitanas? Este artigo investiga essa questão a partir da hipótese de que todo conjunto habitacional é de algum modo incorporado ao longo do tempo ao patrimônio comum construído. A metodologia adotada faz uso do estudo de caso da cidade de Quixadá/Ce, com o suporte de pesquisa documental, imagens de satélite, levantamentos de campo e entrevistas. Os resultados da pesquisa apontam que cada conjunto habitacional traz um processo específico de diferenciação tipológica que também afeta o tecido social. Trata-se de uma lógica de integração parcial e incompleta à forma urbana existente, uma singularização lenta e contínua que depende tanto das interações sociais como do suporte da infraestrutura pública.

POLÍTICA HABITACIONAL, PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E FAVELIZAÇÃO NA TRAJETÓRIA DA COHAB-BAURU

Jefferson Goulart, PPPGARQ/UNESP.

Este trabalho apresenta resultados de pesquisas que tomam como objeto de estudo uma cidade de porte médio do interior (Bauru/SP), abordando a atuação de sua Companhia de Habitação Popular e o processo de favelização deste município, contexto que remete ao tema do direito à cidade a partir das correspondentes políticas habitacionais e dos padrões de produção do espaço urbano. Trata-se de estudo original, pois a literatura dedica-se preferencialmente aos estudos de grandes centros metropolitanos. A investigação compreendeu a catalogação quantitativa e a análise qualitativa da produção habitacional da COHAB-Bauru, tomando-se como hipótese que a provisão habitacional implica em produção do espaço urbano. Mesmo que políticas habitacionais sejam pautadas pelo enfrentamento do déficit quantitativo, também contribuem para a descontínua expansão da malha urbana e resultam em cidades espacial e socialmente fragmentadas. A urbanização acelerada a partir da segunda metade do séc. XX, associada ao aumento demográfico, marcou o surgimento das primeiras ocupações irregulares na cidade. Em que pese a expressiva provisão habitacional da Cohab-Bauru e do Programa Minha Casa Minha Vida no período recente, a favelização persistiu e aumentou no séc. XXI, constatação suficiente para evidenciar o caráter errático de políticas públicas de habitação restritas à produção de moradias.

PROVISÃO HABITACIONAL E VULNERABILIDADE: LIMITES DAS POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DE MORADIAS

Bárbara Caetano Damasceno, FAAC-UNESP. Jefferson Oliveira Goulart, FAAC-UNESP.

A presente pesquisa analisa a evolução dos indicadores socioeconômicos relacionados à pobreza e vulnerabilidade em conjuntos habitacionais de interesse social em cidades médias do interior paulista – Piracicaba e Limeira –, no período de 2000 a 2020, identificando o alcance e limites da política de produção de moradias no enfrentamento da questão da habitação nessas cidades. Apesar de o início do século XXI ter registrado importantes mudanças nas políticas urbanas e habitacionais no Brasil, criando expectativas de ruptura com o legado histórico das formas de intervenção estatal na área habitacional, as últimas duas décadas também foram marcadas pelo reposicionamento da questão habitacional nos termos do mercado imobiliário. No período recente, os índices referentes a essa problemática permaneceram relativamente estáveis, mesmo após a melhora dos indicadores socioeconômicos. Ademais, os espaços urbanos produzidos por meio das políticas habitacionais integram as áreas de maior concentração de pobreza e altos índices de vulnerabilidade, cujas causas não se limitam à sua inserção espacial, qualidade arquitetônica e à insegurança de posse e problemas de titularidade. Nesses termos, a pesquisa avalia a evolução dos indicadores de pobreza e vulnerabilidade, tendo como foco suas interfaces com os conjuntos habitacionais implantados no período em estudo.



ST 6 – CIDADE, HISTÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL

Comissão Científica Celma Chaves (PPGAU/UFPA)
Carolina Pescatori (PPGAU/UnB)
Maria Fernanda Derntl
(PPGAU/UnB)
George Dantas (PPGAU/UFRN)
Elisângela Chiquito (NPGAU/UFMG)
Junia Cambraia Montimer
(PPGAU/UFBA)

Ementa

A cidade, como lugar dos fatos históricos, recolhe em seus espaços realidades diversas que são frequentemente silenciadas na escrita da história urbana, exigindo uma necessária ampliação de seus escopos historiográficos. A sessão dedica-se à historiografia da cidade entendida como método e construção do conhecimento, e coloca-se como eixo de discussão que problematiza categorias e narrativas hegemônicas, buscando incluir outras práticas historiográficas em sua condição de construção e desconstrução de subalternidades, no campo da cultura e da sociedade. Instiga-se a apresentação de propostas que contemplem novas temáticas e agentes históricos na construção da história urbana, adotando estratégias metodológicas inovadoras, incluindo atores diversos, temporalidades, fontes documentais, trazendo à luz os tensionamentos das relações que se estabelecem no campo de constituição da cidade.

Palavras-chave

Historiografia e arqueologia. Cultura e sociedade. Construção de Subalternidade.

CORREGOS VIVOS: IMAGINACOES PARA UMA BACIA HIDROGRAFICA

Frederico Canuto, UFMG.

O presente artigo pretende apresentar as diversas significações que o termo RETOMADA tem a partir da luta e vida indígena no estado de Minas Gerais, Brasil. Com base em quatro narrativas produzidas no âmbito do programa de extensão Morar Indígena, pretende-se abordar as especificidades de cada modo de vida territorializado e mostrar como são exemplares de um necessário giro em direção a outros mundos. E por fim, o artigo se desdobra sobre tais retomadas a partir de seus desdobramentos em tempos de pandemia do Coronavírus, em 2020 e 2021.

A INFLUÊNCIA DAS PRAÇAS NO TRAÇADO URBANO E NOS PLANOS URBANÍSTICOS DA CIDADE DE MACAPÁ: PRAÇA VEIGA CABRAL E PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO

Marcelle Silva, CIAUD, Universidade de Lisboa. Paulo Almeida, CIAUD, Universidade de Lisboa.

Procura-se aqui demonstrar a relação das Praças Veiga Cabral e Barão do Rio Branco com a formação do seu traçado urbano e com os planos urbanísticos elaborados de 1960 à 2004 para Macapá. Inicia-se pela pesquisa bibliográfica acerca dos acontecimentos históricos até a fundação da cidade, do urbanismo português na Amazônia, dos planos urbanísticos e sobre as transformações que ocorreram nas duas praças até os dias de hoje, em seguida analisa-se a composição formal das praças e do primeiro projeto urbano da cidade e os projetos para as praças no contexto dos planos urbanísticos. Verificou-se que, as duas praças são os elementos geradores do traçado urbano da cidade, apresentando-se como ortogonal de sentido linear e perpendicular ao Rio Amazonas, sendo considerado pioneiro no urbanismo português no Brasil, pelas suas duplas praças e duplo eixo vertical, diferente da forma usual quadrada da malha e da praça única. Quanto aos planos, até o plano de 1977, as duas praças tiveram muita importância, sendo utilizadas como um norteador para planejamento e muitos projetos de praças e parques foram elaborados. No plano de 2004, não são feitas proposições para as duas praças que atualmente, perderam espaço para outras praças criadas mais recentemente.

ESPAÇO PÚBLICO COMO EXPRESSÃO SOCIAL: LARGO 13 DE MAIO EM SANTO AMARO, SÃO PAULO

Luciana Monzillo de Oliveira, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Maria Augusta Justi Pisani, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O artigo aborda a relação entre configuração do espaço público e sua apropriação pelo usuário, como espaço de expressão cultural, social e político. A questão que se apresenta é como as transformações ocorridas na configuração do espaço público impactam a vida social do cidadão. O objeto de estudo é o Largo 13 de Maio na região de Santo Amaro, zona sul de São Paulo. A escolha do local se deve a sua longa trajetória como espaço de memória, cultura e manifestação social. Trata-se de uma pesquisa historiográfica e descritiva baseada na coleta, análise e interpretação de dados secundários: jornais, periódicos e cartografias de bases digitais. O texto traça a narrativa das diferentes conformações de um subcentro em paralelo com as manifestações sociais, religiosas e políticas oriundas da apropriação dos usuários de um espaço público que guarda a memória e a identidade local. Após a transformação da área lateral da Catedral de Santo Amaro em estacionamento para utilização dos fiéis, a configuração do Largo 13 de Maio ficou restrita à estreita faixa limítrofe dos gradis de fechamento do espaço privatizado. Conseqüentemente a atual configuração reforçou sua vocação como local de comércio de ambulantes e restringiu seu papel de espaço público.

PRAÇA TIRADENTES, EM OURO PRETO/MG: A DIMENSÃO DO HISTORIOGRÁFICO E SIMBÓLICO NO COTIDIANO

Julia Beatriz de Souza Briet d Silva, Universidade Federal de Ouro Preto. Yuri Queiroz Abreu Torres, Universidade Federal de Ouro Preto. Fernanda Alves de Brito Bueno, Universidade Federal de Ouro Preto. Alice Viana de Araújo, Universidade Federal de Ouro Preto.

Os espaços públicos inseridos nos centros históricos são de grande importância simbólica e historiográfica, tendo como função acumular e perpetuar as relações humanas e culturais e como desafio incorporar as mudanças sociais e as demandas contemporâneas. A Praça Tiradentes, localizada no centro histórico do de Ouro Preto - MG, Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, é um exemplo singular desses espaços, cuja elevada importância historiográfica, simbólica e prática a conferem referência e atratividade em distintas escalas, sendo um espaço agregador não só para seus usuários, mas para a sociedade como um todo. Deste modo, o objetivo deste trabalho é analisar a construção morfológica e simbólica da praça, avaliando posteriormente as dinâmicas presentes em seu cotidiano, seus conflitos e potencialidades. Em seguida, embasado na teoria contemporânea da restauração, busca-se delinear um repertório teórico e prático que justifique e subsidie reflexões e diretrizes para futuras intervenções e propostas que visem a requalificação e atualização da praça.

CARTOGRAFIA DE CONFLITOS: TERRITÓRIOS, FRONTEIRAS E HIERARQUIAS EM DISPUTA NOS SERTÕES DO NORTE (SÉCULOS XVIII-XIX)

Esdras Arraes, Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA).

O objetivo desta comunicação é apresentar, em perspectiva histórica, a função dos conflitos e disputas espaciais na definição de fronteiras e territórios dos sertões do Norte. Privilegia-se o recorte temporal que vai de princípios do século XVIII ao início do XIX, embora alguns dos conflitos estudados perdurem na atualidade. Nota-se que o rearranjo territorial se alinha ao reordenamento hierárquico das povoações na rede urbana. O texto lança luz em três escalas de abordagem: a local (observando as disputas no âmbito de uma povoação em si), a do termo de uma vila ou freguesia e a macroescala, que celebra a configuração espacial de um bispado ou capitania. Emprega-se como metodologia o cruzamento de fontes primárias manuscritas e cartográficas a fim de analisar como os dispositivos retóricos de persuasão são objetificados no espaço e, sobretudo, para dar voz à memória das pessoas envolvidas nos processos.

CIDADE DE DEUS, ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE: UM PROJETO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO (APP) PARA O ESTADO DA GUANABARA

Aline Cristina Fortunato Cruvinel, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Este artigo apresenta a Cidade de Deus a partir de sua origem, isto é, como um dos conjuntos habitacionais do programa estadunidense Aliança para o Progresso (APP), com abrangência latino-americana, no contexto do chamado Estado da Guanabara, território que corresponde à atual cidade do Rio de Janeiro. Tem-se como objetivo trazer aspectos históricos e urbanos da criação e implementação de tal projeto, de modo a debater os reflexos deste na produção do espaço urbano no contexto do capitalismo dependente e na consolidação do imaginário de violência, que resultariam no livro Cidade de Deus (1997), de Paulo Lins, e no filme homônimo (2002), de Fernando Meirelles, a partir do qual o bairro passaria a ser conhecido internacionalmente. Para isso, são consultados documentos históricos, dentre os quais imagens, jornais e revistas das décadas de 1960 e 1970, além da bibliografia dedicada ao tema, consultada em bases como Scopus e Periódicos CAPES. Como resultado, percebe-se o processo de apagamento da história dos conjuntos financiados pela APP, bem como características de sua história e de sua urbanização que contribuíram para acentuar desigualdades socioespaciais na cidade do Rio de Janeiro.

CIDADE, LINGUAGEM E VIDA: AS HISTÓRIAS QUE OS CORPOS CONTAM SÃO HISTÓRIAS DE SERES DIVERSOS

Cinira d'Alva, UFBA.

O texto coloca em relação a cidade, o corpo, a arte e a história urbana. Na direção de uma ampliação dos modos de fazer história, entram em cena agentes tão diversos quanto uma cristaleira, uma casa em ruínas, um salão de arte e as memórias de alguns habitantes da cidade de Fortaleza, estes afetados por uma memória pessoal compartilhada nas redes sociais. Entram também em cena diferentes estratégias de escuta, registro e contação da história. Por fim uma hipótese é esboçada, a de que os signos do mundo, ao nos afetarem no corpo, podem, através do uso da linguagem, em momento oportuno, afetar outros corpos e interferir na constituição da cidade e, portanto, na sua história. De modo inverso, podem também interferir na forma como a história da cidade é contada, e, portanto, na sua constituição.

POR UM OUTRO TOUR DA EXPERIÊNCIA EM VASSOURAS- RJ

CAROLINA MARA TEIXEIRA, IPPUR/UFRJ.

Neste trabalho apresento uma descrição da formação e a história do movimento negro na região do Vale do Café, dando destaque a cidade de Vassouras, e trazendo, através das entrevistas realizadas, o posicionamento das lideranças negras localmente reconhecidas no município, visando destacar as perspectivas desses atores sobre o projeto Tour da Experiência que vem se desenvolvendo na localidade como uma nova ótica de fazer turismo local. Em seguida é analisado o turismo em Vassouras, ressaltando os tours e produtos desenvolvidos nos estabelecimentos chancelados pelo Tour da Experiência, como os divulgados através de um aplicativo para celulares, da mesma forma que os atrativos turísticos trabalhados nos panfletos distribuídos pela secretaria de turismo e pela sociedade civil, e que são considerados parte da memória da construção da cidade, embora não façam parte do projeto Tour da Experiência. O objetivo deste artigo é ressaltar as narrativas que não são contadas nos tours e que podem ser consideradas também como uma experiência histórica. Ao final, busca-se fazer um contraponto entre o contexto de atuação do projeto e a intervenção do MPF com o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta aplicado à fazenda Santa Eufrásia, em razão do produto certificado pelo Tour da Experiência.

A CIDADE E SUA IMAGEM: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E DE NITERÓI (RJ)

Gabriel Soares da Costa, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal Fluminense.

Este trabalho possui como objetivo discutir a relação entre a construção das “imagens da cidade” e a constituição do espaço urbano, por meio do estabelecimento de diálogos entre diferentes campos do conhecimento como Arquitetura, Urbanismo, Filosofia e História, utilizando como estudo de caso as cidades do Rio de Janeiro e Niterói (RJ). Desta maneira, busca-se entender como estas imagens se formam através de construções mentais produzidas mediante as transformações dos espaços urbanos, entendendo, assim, suas características, limitações e impactos no cotidiano das pessoas. Além de breve discussão acerca do conceito de imagem, debate-se sobre a atuação dos diversos agentes na formação das urbes, e seu impacto na criação e divulgação de um imaginário urbano, que por vezes generaliza e inviabiliza parcelas da população que estão à margem das estratégias de city marketing. Neste sentido, o artigo aborda os exemplos da construção de algumas imagens relevantes do Rio de Janeiro, como a “cidade maravilhosa” e a “cidade olímpica”, e sobre Niterói, a questão da importância do índio Arariboia e a formação da ideia da “cidade da qualidade de vida”, colocando-se como casos representativos de como as imagens são construções complexas, permeadas por aspectos materiais e imateriais.

EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA DO ENTORNO DO HOSPITAL DA ORDEM TERCEIRA EM BELÉM/PA

Julia Goes de Aguiar, FAU- Universidade Federal do Pará. Luiz Felipe Martins Gouvea, FAU/PPGAU- Universidade Federal do Pará. Cibelly Figueiredo, FAU/PPGAU- Universidade Federal do Pará.

Esse artigo busca entender as relações estabelecidas no entorno do Hospital da Ordem Terceira, hospital mais antigo situado no mesmo lugar, localizado no centro histórico de Belém, bem como a influência que o edifício provoca na região que está localizado, utilizando-se de aspectos da memória e da identidade cultural para entender sua importância no espaço em que está inserido, além de hipóteses para seu menor destaque em relação à arquitetura hospitalar na cidade. Foi utilizado o método de pesquisa etnográfico, estudo advindo da antropologia, a fim de conhecer e entender as ligações daquele local por meio de uma ótica na qual se está inserido no meio pesquisado. Além disso, também foi utilizado para a obtenção de dados questionários realizados virtualmente e entrevistas rápidas com pessoas de diversos cantos de Belém e região metropolitana. Por meio destes estudos foi evidenciado a relevância deste hospital para seu entorno mais próximo bem como a importância do método etnográfico para obtenção dessa conclusão.

CENTRALIDADE DA PERIFERIA E URBANIZAÇÃO NO TERCEIRO MUNDO NO PENSAMENTO POLÍTICO DE MILTON SANTOS (1964-1977)

Maurício Costa de Carvalho, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Este trabalho é parte de uma investigação do conceito de centralidade da periferia como contribuição fundamental do pensamento político do geógrafo e intelectual negro brasileiro Milton Santos. Temos como objetivos projetados: 1) mapear elementos de gênese, continuidades e descontinuidades deste conceito no pensamento político do autor em sua produção sobre urbanização no Terceiro Mundo entre 1964 e 1977, seu período de exílio; 2) compreender como, a partir deste conceito, pode-se interpretar o Brasil dentro da abordagem do autor sobre o processo de globalização. Partimos das seguintes hipóteses: a) a ideia de centralidade da periferia expressa o núcleo central da abordagem do autor sobre a globalização; b) os estudos de Milton Santos sobre urbanização do Terceiro Mundo realizados no exílio são alicerces fundamentais da ideia de centralidade da periferia; c) A teoria sobre a globalização de Milton Santos continha também uma interpretação original sobre o Brasil, construída a partir da centralidade da periferia. Parte fundamental deste nosso trabalho será mapear os principais interlocutores do autor nos apoiando em sua ampla produção e em uma rica e diversa gama de comentadores, bem como na análise documental de arquivos do fundo Milton Santos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

NOVAS INTERPRETAÇÕES PARA FONTES PRIMÁRIAS NOS ESTUDOS DA (TRANS)FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NO INTERIOR PAULISTA, NO SÉCULO XIX.

Rafael Augusto Silva Ferreira, Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé (UNIFEG). Renata Baesso Pereira, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Ana Beatris Fernandes Menegaldo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Os processos de ocupação territorial e (trans)formação das redes urbanas dos municípios de Caconde e Campinas, no decorrer do século XIX, são bastantes distintos. Relacionados à abertura do caminho dos Goiaes, ainda no setecentos, as duas localidades desenvolveram trajetórias singulares, distantes tanto geograficamente quanto em termos econômicos, populacionais e de estágios de urbanização. Através de séries documentais coevas, comuns a ambos, o presente artigo objetiva demonstrar o processo de ocupação territorial dos núcleos urbanos ao longo do século XIX, com especial atenção para as fontes primárias utilizadas e suas articulações na construção de novas questões. A metodologia se vale do entrecruzamento de fontes primárias e sua espacialização na modelagem de cartografias a fim de demonstrar o processo de construção do território e dos espaços urbanos. A partir do jogo de temporalidades e escalas geográficas, as fontes primárias lançam luz sobre a inserção regional de determinados agentes modeladores, membros de uma elite senhorial regional. Do trato com as fontes, emergem questões sobre a relação entre o espaço rural, periurbano e urbano, o papel das fazendas e dos bairros rurais na formação e transformação de novas povoações e a diversidade de atuações e investimentos de alguns desses agentes.

O URBANO COMO PRÁTICA DE PRESERVAÇÃO: FRAGMENTOS URBANOS COMO POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO CONCEITUAL

Danielle Cristina Dias de Santana, PROURB - UFRJ.

O artigo discute a prevalência do “urbano” enquanto objeto de preservação e aponta para outras possibilidades de leitura do território a partir da figura conceitual do fragmento patrimonializado para designar áreas cuja a homogeneidade não se apresenta como um valor em um contexto de paisagens fragmentadas de temporalidades distintas e sem uma lógica espacial total. Apesar da progressiva ampliação dos objetos de interesse para a preservação, passando do monumento para a paisagem em suas múltiplas escalas é necessário ampliar o arcabouço comum das práticas institucionais preservacionistas.

PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: OS SONS NOS JORNAIS COMO FONTE DE REGISTRO COTIDIANO DAS CIDADES

JULIANA SIMILI, Universidade Federal de Juiz de Fora. Fabiana Mendes Tavares Jacques, Universidade Federal de Juiz de Fora. Bruna de Paula Almeida, Universidade Federal de Juiz de Fora. Lauany Aparecida de Souza, Universidade Federal de Juiz de Fora. Júlio César de Sousa Vieira, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Este trabalho tem como tema uma abordagem histórica das cidades através de seus sons. Neste sentido, procura um entendimento outro dos acontecimentos urbanos cotidianos para além do registrado hegemônico e tradicionalmente em livros de história. Assim, este trabalho baseia-se primordialmente nos aspectos culturais do ambiente sonoro. Isto é, ainda que os sons possam ser mensurados quantitativamente e analisados por seu impacto e efeito a partir dos ruídos, há de se compreender que os sons também carregam em si camadas de cultura e expressão de uma sociedade e época. A metodologia adotada na pesquisa é a documental, com abordagem qualitativa, tendo como fontes primárias jornais de época “O Pharol”. O estudo de caso foi realizado na cidade de Juiz de Fora, tendo como recorte temporal o período de 1880 até 1890. Os sons coletados, foram categorizados e contextualizados, contribuindo para o entendimento histórico, cultural e social em um espaço/tempo, possibilitando a análise das transformações da paisagem sonora em meio às transformações urbanas.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TEMPORALIDADE E TEMPORALIZAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DO TEMPO E DO URBANO A PARTIR DO PENSAMENTO DE MILTON SANTOS E HENRI LEFEBVRE

Isabelle de Lima Almeida, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. José Clewton do Nascimento, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O presente artigo busca aproximar e confrontar as interpretações de Milton Santos e Henri Lefebvre acerca da questão da passagem do tempo no processo de urbanização e produção do espaço. Pretende-se, assim, apreender as contribuições de ambos os teóricos para a compreensão da tríade passado-presente-futuro. Em comum, Santos e Lefebvre partem das heranças e marcas do passado enquanto condicionantes do presente, indicando, ainda, perspectivas futuras de realização de uma sociedade transformada e renovada. As elaborações teóricas de ambos os pensadores se aproximam muitas vezes, permitindo uma compreensão múltipla do processo de urbanização. Santos elabora noções fundamentais para o entendimento do passado, enquanto Lefebvre aponta para a transformação social por meio da realização da sociedade urbana através dos conteúdos utópicos do direito à cidade. Ambos os autores apresentam perspectivas futuras de superação das contradições existentes na cidade do modo de produção capitalista.

ARIQUEMES (RO) E O ARQ. ANTONIO CARPINTERO: PROJETO E PROJETISTA DE UMA CIDADE NOVA EM FRANJAS DE COLONIZAÇÃO

Leonardo Nóbrega, Universidade de Brasília. Ricardo Trevisan, Universidade de Brasília.

O objetivo desse estudo é a construção de uma narrativa sobre a cidade nova de Ariquemes - RO, a atuação do arquiteto Antonio Carlos Carpintero e a intervenção antrópica na paisagem através da urbanização. Para isso, tem-se início com um resgate historiográfico das políticas e práticas governamentais que influenciaram diretamente na construção de cidades novas de colonização agrícola durante a década de 1970 em Rondônia. Em seguida, passa-se ao desenvolvimento da narrativa tomando como referência os atributos propostos por Ricardo Trevisan (2020) como inerentes à tipologia urbanística das cidades novas e tendo como principal fonte os relatos de Carpintero, coletados em uma entrevista realizada em 2022. Por fim, há uma discussão sobre a paisagem construída nesse núcleo urbano em que se tenta evidenciar a participação do profissional como essencial à construção visual e espacial da vida urbana.

ASPLAN: EXPANSÃO E FALÊNCIA DE UM ESCRITÓRIO DE ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO, NOS ANOS 1960, NO BRASIL

Maria Cristina Silva Leme, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo. Vitor Berge Sato, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo.

A criação da ASPLAN insere-se no contexto de valorização da atividade de planejamento em um período de ampliação da ação do Estado, consolidação do setor de obras públicas, expansão da atuação de empreiteiras e escritórios de projetos, associando dessa forma a atividade de planejamento às de projetos e obras. Com sede em São Paulo realizou, durante a década de 1960, estudos e planos de assessoria de planejamento para órgãos públicos e empresas privadas no território nacional e algumas propostas para o exterior. Fundada em 1963 pelos economistas Diogo Adolpho Nunes de Gaspar, Sebastião Advíncula da Cunha e pelo engenheiro Mário Laranjeira de Mendonça, o escritório atuou por menos de uma década e executou 154 projetos abrangendo o amplo espectro do planejamento do período: econômico, financeiro, administrativo, urbano e regional. Desde a sua criação contou com equipes de técnicos experientes em órgãos públicos e com fortes contatos políticos. Grandes projetos como o Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB) e o Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia Taquari-Antas, no final da década de 1960 definiram um crescimento significativo no volume de serviços prestados pela empresa a ponto de abrir filiais, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. A falência da empresa, em 1971, ainda não foi totalmente esclarecida. Foram aventadas explicações tanto sobre a capacidade de gestão da empresa, como também de ordem política, ressoando as contradições e rupturas desse período no Brasil.

FORDLÂNDIA, CIDADE FANTASMA?

Ana Luiza Silva Freire, UFBA. Igor Gonçalves Queiroz, UFBA.

Fundada em 1928 pela Ford Motor Company, Fordlândia (PA) possui uma história paradigmática acerca do sonho de progresso moderno, onde o ideal de futuro capitalista, imaginado em perfeita harmonia com a natureza, completaria-se e teria-se como produto uma sociedade finalizada, dividida em classes e pacificada, as quais viveriam aliadas em torno do trabalho. Este artigo busca fazer emergir histórias de levantes, revoltas e insubmissões que coexistem a esta História oficial de Fordlândia, especificamente durante as décadas de 1920 e 1930, a partir do método da montagem de imagens (documentos oficiais, discursos, filmes, fotografias e ilustrações). Tais histórias, quando colocadas à luz frente aos documentos – e ao próprio ato de registro e catalogação – produzidos pela Ford Company durante os anos de ocupação de Fordlândia, fazem (in)surgir a ação da natureza como sujeito protagonista em relação ao planejamento empresarial, urbano, norte-americano e voltado ao progresso científico da cidade, e indica-nos que a ação histórica acontece além das práticas e planejamento humanos. Este artigo configura-se, por fim, como um exercício para experimentar outras possibilidades de se pensar a própria escrita da história urbana, em que esta não é vista de modo homogêneo e cristalizado.

A CIDADE NA FRONTEIRA: HISTÓRIA DE CANAÃ DOS CARAJÁS

EDNALVA LIMA CARMO, UNIFESSPA.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a história de Canaã dos Carajás, dando ênfase ao contexto de surgimento da cidade a partir das políticas de assentamento do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT. Para isto, recorre-se aos dados históricos em literatura recente e clássica sobre a cidade e em banco de dados da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, os Relatórios da Empresa Vale, do IBGE, e FAPESPA. Por isso, faz-se necessário uma breve análise da dinâmica migratória, típica de cidades mineradoras, bem como um breve estudo sobre as mudanças no modo de vida e economia da cidade, que passa de uma economia agrícola para a economia mineral. Por isso pretendemos investigar como a mineração mudou a dinâmica e modernizou a produção do espaço urbano da cidade de Canaã dos Carajás-PA principalmente e sobretudo nas zonas centrais? Esta modernização só é possível por meio da abundância de recursos provenientes da CFEM, por conta da exploração mineral que dá no município desde 2004. Metodologicamente recorreremos a pesquisa bibliográfica e documental, documentos oficiais do município, bem como trabalho de campo.

AS CIDADES DA FAIXA DE FRONTEIRA PARANAENSE: GÊNESE E RESSIGNIFICAÇÃO ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

KAREN ALESSANDRA SOLEK SOARES, Universidade Estadual de Maringá. FABÍOLA CASTELO DE SOUZA CORDOVIŁ, Universidade Estadual de Maringá.

O artigo trata sobre a ocupação tardia ocorrida na Faixa de Fronteira Nacional (FFN), no oeste paranaense, até a década de 1950. Sob a ótica dos conceitos interescares, analisa-se como o processo de ocupação da faixa de fronteira se articula às políticas territoriais federal e estaduais, principalmente às de fomento à infraestrutura viária, considerando as suas relações com o espaço urbano e regional. O problema de reestruturação territorial da faixa de fronteira, no sentido da defesa nacional, leva à reinterpretação da sua ocupação, desde a concessão às obrageiras até as primeiras ações para institucionalização do planejamento estadual em meados da década de 1950, passando pela criação e encerramento do Território Federal do Iguazu (TFI) (1943-1946). As ações públicas de infraestrutura e de defesa do território foram cruciais para a formação dessas centralidades regionais, com grande potencial transformador do espaço urbano a partir de planos e políticas de estruturação do território. Essas ações acabaram por fomentar uma ressignificação e a reorganização hierárquica dos núcleos urbanos analisados, atuais municípios de Guaíra, Foz do Iguazu, Cascavel e Toledo, localizados na faixa de fronteira do oeste paranaense.

PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO: RESGATE HISTÓRICO

Raquel Pahim, Estudante de graduação UFSM/CS. Debora Gregoletto, Universidade Federal de Santa Maria - Campus Cachoeira do Sul. Anicoli Romanini, Universidade Federal de Santa Maria - Campus Cachoeira do Sul.

Este artigo tem como objetivo fazer um resgate histórico da praça José Bonifácio, localizada no município de Cachoeira do Sul/RS. Esse espaço, enquanto uma das primeiras praças da cidade, carrega uma relevância histórica muito grande e representa a identidade cultural do município. Seu traçado histórico mostra que o local possui uma trajetória de diversas dificuldades que trouxeram como uma das consequências a degradação e a falta de valorização dos monumentos históricos implantados nela. Assim, esse estudo também busca entender a percepção da população cachoeirense sobre a praça no que tange seu uso relacionado aos bens inseridos no espaço.

O LUGAR DA PRESERVAÇÃO DA NATUREZA E DA PAISAGEM NO SPHAN: ENTRE MITOS DE ORIGEM E DISSIDÊNCIAS TEMPORAIS

Rafael Teixeira Vidal, Doutorando no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

Investiga-se problemas teóricos e metodológicos acerca da história da prática de preservação da natureza e da paisagem no Brasil, empreitada oficialmente decretada pelo Estado brasileiro em 1937 pelo Serviço de preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual SPHAN. Na esteira da literatura crítica do patrimônio como uso e recurso político e expressão histórica da nação, buscou-se apontar problemas no discurso e nas práticas de preservação no que tange às diversas temporalidades envolvidas a um objeto patrimonializado, os entraves discursivos dos processos de patrimonialização e, sobretudo, os problemas da preservação de um objeto movente e vivo como a natureza e a paisagem. No acúmulo das diversas experiências e contribuições teóricometodológicas e contra uma essencialização dogmática de um bem patrimonial paisagístico e natural – como algo naturalmente dado à sociedade –, apontou-se para uma prática de preservação que evidencie os processos de construção cultural e social do patrimônio e evidencie a história dos diversos conceitos de patrimônio, natureza e paisagem dentro da instituição de salvaguarda.

O PAPEL DA PAISAGEM NO TOMBAMENTO ESTADUAL DA VILA DE PARANAPIACABA (SP)

Milena Meira da Silva, Universidade de Campinas (Unicamp). Instituto de Geociências (IG).
Maria Tereza Duarte Paes, Universidade de Campinas (Unicamp). Instituto de Geociências (IG).

Neste estudo se discute sobre a influência da leitura paisagística na atribuição de proteção a um patrimônio industrial ferroviário. Para isso, inicialmente, se propõe explanação sobre as principais discussões sobre paisagem na geografia, área que tradicionalmente a tomou como objeto, de modo a refletir acerca do tombamento atribuído à Vila de Paranapiacaba. Trata-se de um patrimônio ferroviário protegido pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), por meio do processo de tombamento nº. 22209/82, situado na região metropolitana de São Paulo, e em meio a Serra do Mar, patrimônio natural também protegido pelo Condephaat. Ao fim, verifica-se que a paisagem da Vila de Paranapiacaba é constantemente retomada como argumentação nas justificativas apresentadas pelo corpo técnico do órgão de preservação, mas, ainda assim, a proteção do bem foi direcionada à sua relevância histórica, mas não com a ênfase necessária a paisagem que o conforma. Acredita-se que ainda persista a insuficiência de instrumentos, abordagens e direcionamentos possíveis para a compreensão e proteção do patrimônio industrial a partir da leitura paisagística.

OS MARACANÃS: AS MASSAS E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO ESTÁDIO

Guilherme Erthal, PROURB - FAU - UFRJ.

Através de uma análise de base crítica e histórico-investigativa sobre a idealização, viabilização, projeto, construção, consolidação e reformas do complexo do Maracanã, o trabalho visará explorar de que maneira os processos que o moldaram ao longo do tempo se materializaram a partir de alternâncias de estruturas políticoideológicas e de conceitos e normas de projeto que acabam por agir sobre o equipamento urbano de maneira a alterar seu entendimento como bem de uso público. Se objetivará analisar a consolidação e reformas do estádio buscando-se uma conexão teórica entre sua complexidade estrutural e funcional, dada através da apropriação do estádio ao longo do tempo, e da relação massa-objeto, analisada a partir do conceito Benjaminiano de “aura”, ensaiando-se também a partir deste viés os possíveis desdobramentos dos processos narrados.

PATRIMÔNIO DAS PERIFERIAS: RESGATE DA HISTÓRIA E MEMÓRIA LOCAL EM MUSEUS E NA VISITAÇÃO DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

SERGIO MORAES REGO FAGERLANDE, PROURB FAU UFRJ.

O trabalho tem relação com uma pesquisa sobre o turismo em favelas do Rio de Janeiro, ao verificar a existência de visitação turística ligada à criação de museus territoriais. Surgiu então um questionamento sobre a musealização desses territórios, e da criação de museus como espaços ligados ao registro e valorização da identidade local, de sua história e memória. Trata-se de um processo de inclusão desses lugares e de seus moradores na cidade. Através do mapeamento são apresentados os museus territoriais ou em edifícios, e podemos observar esse processo em favelas espalhadas pela cidade, quase sempre ligadas à participação comunitária. Desse modo busca-se entender um processo de visibilização dessas periferias, representadas através de museus, e do papel deles tanto em relação à história local como atos de resistência, cultural e mesmo da luta pela permanência nos territórios.

CULTURA POPULAR E LUGAR: DIMENSÕES DE RESISTÊNCIA

Priscila Müller Lérias, UFRGS.

Este artigo apresenta a cultura popular e o lugar como suas dimensões de análise dentro do contexto urbano. Por meio da exploração interdisciplinar de autores e suas propostas teóricas similares, procura-se expor acepções em relação ao lugar e à cultura popular com o fim de identificar o caráter de resistência dessa cultura a agentes dominantes e apontar o lugar como o locus para que isso se dê como possibilidade.

SÃO LUÍS - MA: A (DES)CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADE PORTUÁRIA

Marcio Rodrigo da Silva Pereira, Universidade de São Paulo - USP. Grete Soares Pflueger, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Larissa Lopes da Mata Machado, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Este artigo busca discutir a construção e a desconstrução do conceito de cidade portuária em São Luís do Maranhão. Na pesquisa, utilizamos um referencial teórico para o entendimento da importância dos portos no contexto das cidades no mundo (BRAUDEL, 1995), e nas cidades coloniais e modernas (SANTOS, 2008; HARVEY, 2005), apontando o deslocamento dessa relação cidade-porto ao longo da história. Como objeto de estudo, temos o porto da cidade de São Luís capital do estado do Maranhão, cidade reconhecida pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. Nessa perspectiva, é de extrema importância resgatar o conceito histórico de São Luís como cidade portuária dentro do processo de expansão urbana do século XX. A metodologia desta pesquisa estabeleceu diálogo com duas vertentes: o materialismo histórico e a dialética, assim o estudo do porto ocorre em diferentes momentos através da cartografia histórica, imagens e documentos, desde a criação do porto colonial até o complexo portuário do Itaqui no século XX. Por fim, esperamos que essa discussão possa enfatizar a importância do porto de São Luís no contexto das grandes navegações contemporâneas, resgatando essa ideia, o valor e a importância histórica das relações entre porto e cidade

O PAPEL DAS MULHERES E SUAS REPRESENTAÇÕES: REVISTA BRASÍLIA 1957 A 1963

Maribel ALIAGA FUENTES, Universidade de Brasília. Byanca Sousa Bomtempo, Universidade de Brasília. Ana Elisa Carnaúba Rodrigues, Universidade de Brasília.

Esta pesquisa se debruçou sobre representações do feminino veiculadas na Revista Brasília, tanto nos textos como nas imagens por ela publicadas. Sabemos que a construção da capital é contada como um processo heróico, de valorosos e valentes candangos, porém, através da revista podemos entender como ocorreu o processo de invisibilização das mulheres no contexto de construção e consolidação da capital. Discutimos neste trabalho qual foi o papel da mulher no periódico em estudo, realizando um panorama geral das mulheres que estiveram presentes nos artigos e fotografias publicados nos anos de sua divulgação. Para delimitar o recorte temporal, selecionamos os números publicados no intervalo de 1957 a 1963 de modo a investigar como foi retratada a mulher e compreender o seu papel na capital federal do Brasil nos anos 60.

PODE O SUBALTERNIZADO OPINAR? O DESABAFO DE JOÃO DO VALE E ZÉ KÉTI NO ESPETÁCULO TEATRAL E MUSICAL OPINIÃO

John Max Santos Sales, UNITINS e IPPUR/UFRJ.

É comum o uso da expressão artística para demonstrar descontentamento. Em 1964, ano em que houve o golpe-civil militar no Brasil, vozes subalternizadas negociam com vozes da classe média-alta e com isso surge o espetáculo musical e teatral “Opinião”, trazendo à tona temas que desafiavam o regime vigente por meio de canções e declamações. Considerando a riqueza e densidade poética existente em desabafos tão comoventes, este trabalho tem por objetivo evidenciar os principais problemas socioeconômicos da camada desfavorecida brasileira por meio das narrativas dos cantores e compositores João do Vale e Zé Kéti, demonstrando como a classe artística subalternizada faz uso do teatro e da música como instrumento de contestação e denúncia. O contexto de um migrante nordestino e um morador de favela carioca se entrelaçam no desgosto, mas também na imponência de não sucumbir frente a realidade que os cercam.

PALIMPSESTO PORTO MARAVILHA: NARRATIVAS DIGITAIS E URBANAS COMO REPRESENTAÇÕES CULTURAIS

Mariana Frota Agum, UFRJ. Ana Paula Pereira de Campos Lettieri, UFRJ. Paolla Clayr de Arruda Silveira, UFRJ.

O presente estudo teve como objetivo representar as camadas visíveis e invisíveis que conformam a paisagem de um recorte geográfico localizado no Porto Maravilha (Rio de Janeiro/RJ), tomando como base os registros históricos e as narrativas, a fim de discutir os atravessamentos observados entre elas. No trecho em questão, sucederam-se significativas transformações ao longo do tempo, cujas marcas encontram-se sobrepostas na paisagem. Ademais, dada a sua importância histórica e centralidade em relação ao tecido urbano, caracteriza-se por uma expressiva diversidade de memórias, aspectos culturais, usos, apropriações e, também, contradições, expressando significados diversos. Visando compreender as representações culturais que se constituem sobre o local e representar suas diferentes camadas, foram estabelecidos três focos de investigação - no processo histórico de transformação da paisagem, nas narrativas digitais como elementos de percepção da paisagem e nos discursos urbanos através do picho e do graffiti. Para tanto, foram adotadas ferramentas digitais como o Google Maps, Earth e Street View, além do Instagram, para o levantamento de dados e narrativas que, após serem analisadas, foram convertidas em cartografias. Os resultados obtidos expõem as múltiplas interações entre as camadas analisadas e seus reflexos sobre como a paisagem é percebida e expressa nas narrativas digitais e urbanas.

A COMPANHIA CITY-SP E AS ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO PUBLICITÁRIA DE SEUS EMPREENDIMENTOS (1915 – 1977)

Ana Carolina Capelozza Mano, FECFAU-UNICAMP. Sidney Piochi Bernardini, FECFAU-UNICAMP.

A Companhia City, é uma empresa com mais de 110 anos de atuação no mercado incorporador e de produção de loteamentos, especialmente no estado de São Paulo. Iniciou suas atividades na cidade de São Paulo ainda na década de 1910. Este artigo tem por objetivo analisar, por meios das peças publicitárias de divulgação dos seus loteamentos, se houve uma mudança de postura na sua estratégia de marketing quando passou a atuar no interior do estado de São Paulo, no início da década de 1970. Ainda pouco explorados pela literatura, os empreendimentos tardios executados pela Cia. City demonstram uma mudança na abrangência territorial da sua atuação, buscando novos horizontes para além da realização de loteamentos na capital. Em termos metodológicos, buscou-se estabelecer um veio comparativo entre os dois períodos de atuação delimitados pela abrangência territorial, tomando como estudo de caso o loteamento City Ribeirão, implantado no município de Ribeirão Preto em 1977. A pesquisa demonstrou algumas mudanças na abordagem e nas estratégias, considerando maior sofisticação na forma de realizar sua divulgação, contando com parcerias locais com imobiliárias parceiras e na apresentação de informações mais detalhadas sobre os aspectos regulatórios e urbanísticos dos empreendimentos realizados

QUESTÕES AMBIENTAIS NO BRASIL IMPERIAL: ESTUDO DE CASO A PARTIR DO OLHAR DA ELITE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO RN

Adriana Carla de Azevedo Borba, UFPE.

Este artigo compreende fragmentos da tese intitulada “Da promessa à realidade: A Cidade Potiguar do Século XIX a partir do olhar da elite”. Tem como principal objetivo apreender a percepção da elite político-administrativa sobre a cidade potiguar ao longo do século XIX. Em outras palavras, esta pesquisa traz como questão central, balizadora da investigação, “de que forma a elite político-administrativa do RN percebia a cidade potiguar ao longo do século XIX, e como ela imaginava que a cidade deveria ser”, com ênfase para a percepção dos Presidentes de Província. Tal percepção se expressava principalmente nos Relatórios que os Presidentes, apresentavam no final de cada ano de mandato, primeiramente ao Conselho Geral da Província, e, a partir de 1834, à Assembleia Legislativa Provincial. Entrelaçando aspectos político-administrativos, socioeconômicos, e físico-espaciais, o estudo desta percepção envolve dois momentos distintos, que se articulam: um momento de apreensão da cidade; e um segundo momento, concomitante ou posterior ao primeiro, de intervenção na cidade. De natureza qualitativa e histórica, a investigação se fundamentou metodologicamente em pesquisas bibliográfica e documental, e de instrumentais como a análise do conteúdo e análise de discurso.

ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL EM FORTALEZA: A PRODUÇÃO HABITACIONAL DOS IAPS (1938-1966)

Isabelle de Lima Almeida, UFRN. José Clewton do Nascimento, UFRN.

O presente artigo busca aproximar e confrontar as interpretações de Milton Santos e Henri Lefebvre acerca da questão da passagem do tempo no processo de urbanização e produção do espaço. Pretende-se, assim, apreender as contribuições de ambos os teóricos para a compreensão da tríade passado-presente-futuro. Em comum, Santos e Lefebvre partem das heranças e marcas do passado enquanto condicionantes do presente, indicando, ainda, perspectivas futuras de realização de uma sociedade transformada e renovada. As elaborações teóricas de ambos os pensadores se aproximam muitas vezes, permitindo uma compreensão múltipla do processo de urbanização. Santos elabora noções fundamentais para o entendimento do passado, enquanto Lefebvre aponta para a transformação social por meio da realização da sociedade urbana através dos conteúdos utópicos do direito à cidade. Ambos os autores apresentam perspectivas futuras de superação das contradições existentes na cidade do modo de produção capitalista.

A URBANIZAÇÃO PERNAMBUCANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: AS REDES POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, JUDICIÁRIA E ECLESIAÍSTICA

TIAGO CARGNIN GONÇALVES, IFPE/UFPB.

Este trabalho analisa a urbanização pernambucana no final da primeira metade do século XIX. Apresenta-se um panorama das nucleações urbanas presentes em Pernambuco em 1849, suas principais funções e as relações hierárquicas estabelecidas entre elas. Foram utilizadas seis fontes documentais que indicam a existência de 13 comarcas, quatro cidades, 18 vilas, 56 freguesias e 80 povoações e lugarejos. Os núcleos são analisados conforme suas funções, que constituem três redes: político-administrativa, judiciária e eclesiástica. O período é marcado pela consolidação das áreas ocupadas desde o primeiro século de colonização portuguesa, com destaque para uma rede adensada de núcleos urbanos estruturada em torno da atividade açucareira na Zona da Mata e no litoral, e pela emergência de novas povoações ligadas às fazendas de gado e a antigos aldeamentos indígenas no Sertão e no Agreste. As três redes se sobrepunham territorialmente, tendo em vista que as vilas e cidades, na maioria dos casos, eram também cabeças de comarca, assim como abrigavam diversas freguesias. Destaca-se o caráter urbano dessas aglomerações que, por meio das atividades que desempenhavam, contribuíam para a acumulação de riquezas e a circulação de pessoas, mercadorias, ordens e capitais.

DO SERTÃO AO CELEIRO: INFLUÊNCIA DOS PLANOS REGIONAIS SOBRE O CERRADO DO CENTRO-OESTE NA FORMAÇÃO DA REDE URBANA (1930-1985)

Patrícia Silva Gomes, Universidade de Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

O trabalho busca reconstituir as principais decisões políticas macroeconômicas que resultaram na configuração da rede urbana do cerrado do Centro-Oeste, consubstanciadas nos planos regionais de integração realizados entre 1930 e 1985; bem como realizar o mapeamento georreferenciado, interpretando os principais fixos e fluxos responsáveis por configurar esta rede urbana por décadas. A rede forjada até 1965 resultou na ocupação dispersa de nucleações dinâmicas e no grande impulso dado pela construção de Brasília. A rede forjada até 1985 consolida o corredor de exportação grãos-carne ao longo da BR-163, complexifica e diversifica a produção agroindustrial e consolida uma rede urbana no eixo das duas metrópoles – Goiânia e Brasília. O cerrado do Centro-Oeste não apenas se tornou apanágio do desenvolvimentismo, como foi a frente para a ocupação da Amazônia.

DE LUGARES A CIDADES: A FORMAÇÃO DO URBANO NA ILHA DE MARAJÓ, PA, E AS TEMPORALIDADES

Sandra Maria Fonseca da Costa, Universidade do Vale do Paraíba. Gustavo Rodrigo Milaré Montoia, Universidade do Vale do Paraíba. Viviana Mendes Lima, Universidade do Vale do Paraíba. Monique Bruna Silva do Carmo, Universidade do Vale do Paraíba. Lucas dos Souza, Universidade do Vale do Paraíba.

Neste artigo, busca-se fazer uma análise-regressiva, olhando para a mesorregião da Ilha do Marajó, Pará, a partir do processo histórico de estruturação do território, entre os anos de 1780 e 1920, considerando a importância de compreendermos as dinâmicas que transformaram o espaço, quanto as suas permanências. A escolha da área de estudo se justifica pela necessidade de compreender a então ilha de Joannes (Marajó) que se apresentou como um importante espaço de produção de alimentos, entre os séculos XVII e XX, que abasteciam, principalmente, a cidade de Belém e que foram definidoras do processo de urbanização da região, e pela ereção de vários lugares à condição de vila. Para a elaboração do artigo, foram utilizados documentos históricos (Ensaio Corográfico Sobre a Província do Pará, Notícias Históricas de Joannes), dados estatísticos do censos (eclesiásticos ou governamentais), entre outras informações.

JARDIM AMÉRICA EM GOIÂNIA-GO: OCUPAÇÃO PARA ALÉM DAS ÁREAS DO ESTADO E EXPANSÃO A OESTE

SANDRA CATHARINNE PANTALEAO RESENDE, Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Universidade Estadual de Goiás.

A abordagem historiográfica de Goiânia visa compreender melhor o processo de ocupação territorial mediante a análise dos bairros cuja ocupação é datada entre as décadas de 1940 e 1950, atestando a intensa migração, comercialização das terras do Estado como meio de obtenção de recursos, além da conversão da terra em mais valia visto a pressão dos proprietários para que suas glebas fossem incorporadas ao perímetro urbano e, conseqüentemente, pudessem ser parceladas, permitindo, desse modo, a expansão do território goianiense. A partir dessas questões, a pesquisa caracteriza a forma urbana de Goiânia como resultante da somatória dos bairros e das áreas de ocupação irregular, conformando um mosaico urbanístico entremeado por áreas mais ou menos densas. Para o desenvolvimento da pesquisa, tem-se a proposição de uma periodização histórica em cinco momentos, com destaque à formação do Jardim América, localizado a oeste do núcleo original e importante subcentro da cidade, assim como observar seu papel na formulação de diretrizes de expansão urbana para a oeste nos anos 1960, além de ser um dos bairros mais populosos e possuir importantes eixos de estruturação urbana, que foram reforçados nas décadas seguintes conforme as legislações urbanísticas dos anos 1990 e 2000.

FORMAS DE VIDA COMO FORMAS DE CIDADE: ESTRATOS DE UMA HISTÓRIA

Tania Knapp da Silva, FAUUSP.

Embora a população de Parelheiros tenha diferentes origens socioculturais, como os Guarani, os descendentes de alemães e japoneses e os migrantes internos, todos têm como característica comum um modo de vida não urbano. Ali, portanto, diversas configurações de rural coexistiram. Apesar das pressões urbanas sobre a área, preponderaram usos e atividades reconhecidas como rurais. A última revisão do plano diretor estratégico de São Paulo de 2014 restituiu áreas rurais no município, extintas doze anos antes. O “retorno” do rural abala a noção do urbano como única forma de progresso: uma cidade pode prescindir de todas as formas de vida rurais? A pesquisa objetiva reconstruir o processo histórico da conformação de Parelheiros como espaço rural no contexto contraditório do processo de urbanização da cidade de São Paulo. Como hipótese considera-se que estes grupos não só se opõem ao modo de vida urbano, mas também nos apontam que outras formas de cidade sustentáveis e ecologicamente corretas são possíveis. A reconstrução objetiva contribuir para a reflexão sobre a importância do rural. Sobretudo, a análise dos conflitos, continuidades e mudanças nestas formas de vida rurais enseja uma nova perspectiva sobre a história da cidade desde o campo e aponta novos elementos dessa relação.

A CIDADE DO HOMEM NU - SALVADOR: CIDADE-LABORATÓRIO-ANTROPOFÁGICA-ERÓTICA

Leonardo Vieira, Universidade Federal da Bahia.

O presente artigo revisita o projeto "A cidade do homem nu" de Flavio de Carvalho para formular uma perspectiva crítica em relação aos cânones do urbanismo moderno. Apresentado como tese no IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, sediado no Rio de Janeiro em 1930, "A cidade do homem nu" é um projeto antropofágico para uma cidade-manifesto por uma liberdade urbana incondicional onde a ideia de um traçado projetado seria organizada pelo desejo do homem, pela erótica. São enfatizadas as leituras e referências antropofágicas de Flavio de Carvalho, bem como suas viagens para outros países americanos e europeus durante as décadas de 1920, 1930 e 1940. Retomar as provocações do arquiteto e a recepção do projeto por seus colegas americanos reunidos na cidade do Rio de Janeiro em 1930 é um exercício que possibilita tornar plural a noção de urbanismo e deslocar algumas apreensões desse campo disciplinar sobre as cidades contemporâneas. A passagem de Flavio de Carvalho pela cidade de Salvador, em 1934, torna-se estopim para esse jogo de temporalidades e permite uma nova apreensão sobre o centro dessa cidade, tornada, ela mesma, uma cidade-laboratório-antropofágica-erótica.

DO COMPLEXO FABRIL ÀS FORMAS DE MORAR NA VILA DAS PALMEIRAS, RIO LARGO/AL

Gustavo Henrique da Silva Cavalcante, FAU-UFAL. Adriana Guimarães Duarte, FAU-UFAL. Caroline Gonçalves dos Santos, FAU-UFAL.

Esse artigo visa dissertar a respeito do desenvolvimento da cidade fabril no Brasil, diante do recorte geográfico da cidade de Rio Largo/AL, com propósito de se entender o "modus vivendi" da sociedade durante o apogeu da Companhia Alagoana de Fiação e Tecido (CAFT). Busca ainda aprofundar reflexões a partir do estudo da casa do operário braçal, visto que essa era a tipologia predominante na paisagem urbana e devido a singeleza estética, muitas vezes é invisibilizada, inclusive, no entendimento sobre a sua representatividade enquanto patrimônio cultural a ser preservado. Através de visitas "in loco", levantamento arquitetônico e consultas a produções acadêmicas acerca do sítio estudado, pode-se compreender melhor o contexto urbano e o objeto de estudo. Ao fim, deseja-se tomar como conclusão como se deu a estruturação social em determinada época como forma de auxiliar estudos futuros e contribuir com a historiografia do urbanismo brasileiro.

CIDADES - TERRITÓRIOS AFRICANOS E AFRODIASPÓRICOS: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A COLONIALIDADE DO SABER

Murad Jorge Mussi Vaz, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ana Sophia Daufenbach Pryplotsky, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

São múltiplas as camadas de invisibilização que concernem às contribuições africanas e afrodiaspóricas na conformação das arquiteturas, territórios e cidades brasileiras. Esta assertiva constitui-se em crítica ao racismo estrutural, constituinte do cerne de nosso país, que se transversaliza e intersecciona em múltiplas dimensões, entre as quais aquelas concernentes às contribuições técnicas, espaciais e territoriais. Curitiba, é exemplar na construção de uma narrativa eurocentrada que oblitera a contribuição das populações negras. Destarte, apresentamos aqui discussões que buscam reconstruir as heranças e interfaces contemporâneas, tensionado, a partir das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias, as múltiplas lacunas quando tratamos de arquiteturas e cidades. Para tanto, apresentamos abordagens no ensino, como inserção de conteúdos e trocas interinstitucionais entre Brasil e Moçambique; na dimensão da pesquisa, através de revisão bibliográfica e contatos com grupos que trabalham na temática e na extensão, através de debates de textos sobre o campo. Indo além, o artigo apresenta uma breve análise da constituição urbana de Maputo-MOZ, a partir de um trabalho realizado entre IES de Moçambique e Brasil, desde 2018, ampliando olhares e perspectivas rumo a diálogos do Sul Global capazes de produzir as necessárias abordagens teóricas, metodológicas e epistemológicas para compreender nossas espacilizações e territorialidades.

COLONIALIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL DE UMA CIDADE MÉDIA: O CASO DE PASSO FUNDO/RS

Greice Barufaldi Rampanelli, UFRGS. Jéssica Neves Marçaneiro, UFRGS. Inês Martina Lersch, UFRGS. Daniela Marzola Fialho, UFRGS.

O intuito deste artigo é trazer à tona a problematização da preservação do patrimônio cultural material no contexto de uma cidade média da região norte do Rio Grande do Sul, Passo Fundo. Buscando uma visão decolonial, através de um Estudo de Caso, a pesquisa relaciona esta conceituação ao território e sua identidade, investigando as políticas públicas e as práticas patrimoniais locais. Sob o pressuposto de que as mesmas vêm sendo construídas com base nas relações de poder estabelecidas na Modernidade, isto é, eurocêtricas e étnico-raciais, propõe-se uma análise preliminar dos Planos Diretores e do Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Passo Fundo. Trata-se de uma pesquisa analítica, para a qual foram consultados dados bibliográficos para o embasamento teórico conceitual, e dados documentais para a investigação sobre o município em questão. A decisão de debruçar a análise sobre os Planos Diretores e o Inventário do Patrimônio Arquitetônico se deu por tratar-se de instrumentos previstos em lei com a finalidade de preservar o patrimônio cultural nacional e que, portanto, deveriam ser utilizados de forma a garantir a proteção das mais diversas manifestações culturais, o que não se reflete na prática no município em questão.

MOVIMENTOS DE INSURGÊNCIA AFRO-INDÍGENAS E A CONFORMAÇÃO DE COMUNIDADES URBANAS NO SERTÃO DA BAHIA

mika (Milena dos Santos Silva), UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca de trajetórias evolutivas e vivências urbanas em uma pequena comunidade de descendência afroindígena no Sertão da Bahia, em atravessamento aos encadeamentos históricos e sociais que pautaram a conformação e a habitabilidade desse espaço. Em perspectiva de analisar, em construto elaborado com as teorias tradicionais estabelecidas sobre o fazer urbano, o processo de ocupação e povoamento desse território sertanejo a partir de seu “patrimônio não-construído”: a hereditariedade das práticas mnemônicas, corporeidades e da tradição da oralidade no espaço praticado da cidade de Aramari e de seu distrito, o território quilombola de Olhos D’Água. A partir dos conflitos, tensões e importantes movimentos e práticas insurgentes que fundamentam esses lugares, construiu-se um panorama cronológico territorializado – em recorte temporal que data desde o século XVII até o século XX – discutido e reeditado a partir da colaboração dos moradores dessa comunidade, com horizonte de auxiliar na ampliação de um repertório com pautas e diretrizes urbanas que assumam um olhar descentralizado das grandes cidades e em prospecto de redescobrir outras possibilidades de habitar, ancoradas em configurações definidas pelas memórias e narrativas ancestrais.

POR UMA LEITURA HISTÓRICA DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM LONDRINA-PR

Elisa Roberta Zanon, Estudante de Pós-graduação.

Neste artigo apresenta-se uma proposta de leitura da cidade de Londrina-PR a partir da segregação socioespacial, tendo como base a identificação de ações que levaram a conformação e a transformação do seu espaço urbano. Os estudos teóricos pelo viés histórico auxiliaram na compreensão das indagações do momento atual e na distinção dos possíveis marcos do passado e como estes podem iluminar os questionamentos do presente. É importante mencionar que a segregação socioespacial antes de ocorrer no espaço, expressa condições de desigualdade social da população, reunindo por vezes na mesma localidade as exclusões de gênero, raça, classe, renda, procedência, etnia, entre outros. Utiliza-se a ideia de camadas históricas como parâmetro cronológico e para afirmar que a segregação advém de processos que se adensam com o passar do tempo.

QUILOMBOS URBANOS EM TERRITORIALIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO DA LIBERDADE, PRIMEIRO QUILOMBO URBANO DO MARANHÃO

Lorena Alves Lima Belo, Centro de Ensino Universitário UNDB. Marcio Rodrigo da Silva Pereira, Universidade de São Paulo - USP.

Este artigo tem como objetivo geral compreender a evolução socioespacial do bairro da Liberdade, São Luís-MA, utilizando a identidade do lugar como objeto determinante de sua territorialidade. A ocupação dos quilombos urbanos está vinculada geralmente em torno da realidade periférica dos espaços marginalizados e segregados. A exclusão dos quilombos urbanos no planejamento urbano, ainda é uma realidade nos dias atuais, e essas localidades estão sempre inseridos em locais com moradia precária e a ausência de infraestrutura. Nesse contexto, tem-se o bairro da Liberdade, que em 2019 recebeu o reconhecimento pela Fundação Palmares como primeiro quilombo urbano do Maranhão, tendo sua população majoritariamente negra, onde as heranças do modo de viver existente nos quilombos rurais influenciaram na forma de cooperação entre os moradores para a consolidação do bairro, manifestando ainda sua cultura durante a formação do território, caracterizando uma territorialidade negra no lugar. A pesquisa possui um caráter descritiva histórica e exploratória, com abordagem quali-quantitativa, priorizando a coleta de dados nas vivências dos moradores do bairro. Por fim, espera-se que essa pesquisa possa contribuir para estudos futuros sobre o tema, em realidades distintas e semelhantes, partindo de uma visão não eurocêntrica, inserindo no âmbito do planejamento urbano, peculiaridades dos quilombos urbanos.

"A FAVELA VENCEU"? OLHARES SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS FAVELAS

Miguel Bustamante F Nazareth, Universidade Federal Fluminense.

Neste artigo, pretendo explorar diferentes olhares sobre as favelas e refletir sobre as relações entre as definições da favela e suas implicações no entendimento do processo de consolidação. Considero que as formas de apropriar a favela como consolidada na cidade implicam em diferentes noções do processo de consolidação. Por exemplo, muitos autores reforçam a ideia de que a “favela venceu” (SILVA, 2002; ZALUAR&ALVITO, 2006; MARTINS&BRUM, 2021), posição que foca nas políticas e legislação que asseguram a permanência das favelas na cidade e, com isso, assume que as favelas estão consolidadas. No entanto, estes mesmos autores também ressaltam que a luta dos favelados pela garantia de direitos continua. Além disso, as conquistas relacionadas ao direito à permanência não foram suficientes para romper com o estereótipo da favela como um enclave na cidade. Costurando estas reflexões com outras propostas que imaginam a favela como um “espaço em busca de seu lugar” (SOUZA E SILVA, 2002), proponho explorar a favela como um produto da apropriação da cidade. Assim, podemos formular a seguinte questão: a favela pode estar consolidada no território da cidade, mas qual é o lugar que elas ocupam?

A CO-PRODUÇÃO DA HISTÓRIA URBANA E PERIFÉRICA EM BAIROS AMEAÇADOS DE REMOÇÃO, UM OLHAR COMPARADO ENTRE PLAISIR (FRANÇA) E BELO HORIZONTE (BRASIL)

Elise Havard dit Duclos, Lavue (Paris 8) / LabHab (FAUUSP). Philippe Urvoy, Lavue (Paris 8) / Cosmopolis (UFMG).

Enquanto os bairros populares estão a ser profundamente remodelados, ou parcialmente demolidos, no contexto de operações de renovação urbana, a valorização da sua história está a tornar-se uma parte institucionalizada do arsenal operacional destes projectos. Alguns autores questionam o significado de tais iniciativas associadas a intervenções urbanas que amputam estes bairros de parte do seu património sem consultar os habitantes. Em contraste com esta postura memorial de cima para baixo, observamos iniciativas de grupos de residentes que resgatam a história da sua vizinhança a fim de se oporem a estes projectos de demolição impostos. Estas iniciativas, com o apoio de grupos universitários, dão origem a uma co-produção da história local. Este artigo analisa duas experiências em bairros populares com perfis urbanos distintos: em Valibout (Plaisir - França) e em Vila das Antenas (Belo Horizonte - Brasil). Esta investigação colaborativa foi criada no contexto de mobilizações contra projectos de renovação urbana levados a cabo pelos municípios. A análise comparativa combina a observação dos participantes com entrevistas com os investigadores e habitantes envolvidos. Questionaremos os desafios metodológicos, epistemológicos e políticos destas experiências a fim de compreender os seus efeitos nas mobilizações dos habitantes, na produção de conhecimentos históricos mas também na fabricação da cidade.

CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO CEARÁ (1915, 1932): HISTÓRIAS APAGADAS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FORTALEZA

Laura Belik, University of California, Berkeley.

Este artigo traz à tona a quase desconhecida e escassamente documentada história dos Campos de Concentração do Ceará no início do século XX. Estes espaços temporários construídos em 1915 e 1932 abrigaram mais de 150.000 refugiados fugindo das secas do sertão Nordeste em busca de melhores condições em Fortaleza, a capital. Os campos foram oficialmente instituídos pelo governo como locais para ajuda humanitária, mas também refletiam a pressão das elites e autoridades locais quanto a organização e controle dos retirantes, se aproveitando de sua força de trabalho como mão-de-obra barata para obras públicas de infraestrutura. A construção dos campos foi, portanto, estabelecida como forma de atender as populações refugiadas carentes, ao mesmo tempo em que buscava investir em ideais mais amplos de modernização, progresso e desenvolvimento regional. Com o fim das secas, as instalações dos campos foram desmanteladas, e as histórias desses espaços e das pessoas que os vivenciaram foram, em sua maioria, perdidas e esquecidas. O apagamento e o não reconhecimento dos campos de concentração cearenses reflete a perpetuação de narrativas hegemônicas sobre a formação histórica de nossas cidades, muitas vezes silenciando as vozes e experiências daquelas populações subalternas que, verdadeiramente, foram as protagonistas na construção destes espaços.

ARTE DO LUGAR URBANO - CAMINHOS PARA UM OBJETO DE PESQUISA

Carolina Maria Soares Lima, Universidade Federal de Minas Gerais.

O presente texto se coloca como um exercício de recorte de objeto de pesquisa para uma pesquisa de doutoramento em curso no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa em questão objetiva promover avanços na leitura do lugar, tendo a arte como ferramenta para tal leitura. Compreendendo que a arte em si mesma é um objeto bastante amplo, como passo inicial da pesquisa, está sendo feito um recorte deste objeto. Assim, aqui, propõe-se o termo “Arte do lugar urbano”, que se refere às manifestações artísticas que se dão no espaço urbano, sobre o espaço urbano e desde o espaço urbano, capazes de promover, neste, fissuras. Estas manifestações, então, seriam o objeto de pesquisa capaz de avançar nas propostas de leitura do lugar.

CAPITAL EUROPEIA? A HISTÓRIA DO CARNAVAL CURITIBANO E REFLEXÕES PARA OS DIAS ATUAIS

Isabela Borghetti Miranda, Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território- UFABC.

Este artigo busca evidenciar a produção da imagem de Curitiba como uma Capital Europeia por meio das práticas de planejamento urbano e o reflexo dessas práticas no carnaval da cidade. As dinâmicas culturais foram enquadradas na organização espacial intrínseca às políticas públicas de concepção da identidade da “cidade-modelo”, instituída a partir da década de 1970. Esse fato, junto com um processo de invenção de tradições e do próprio passado, colocou o negro como não existente na sociedade curitibana. Dessa forma, o carnaval de Curitiba anualmente enfrenta dificuldades para acontecer, desde o século XIX. Entretanto, a partir de 1999 um movimento de retomada das ruas por blocos carnalescos pode ser observado, crescendo anualmente e atingindo números recordes em 2020. Dessa forma, se faz necessário refletir sobre o passado e o presente desta festa, que se constitui como instrumento para o exercício do direito à cidade.

ST 7 – [SOCIO] TECNOLOGIA PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Comissão Científica Juliano Ximenes Ponte
(PPGAU/UFPA)
Pedro Araújo Pietrafesa
(MDPT/PUC-Goiás)
Carolina Pinho (PPG-PGT/UFABC)
Liza Andrade (PPG-FAU/UNB)

Ementa

Considerando a interdependência entre tecnologia, condições socioeconômicas da vida e organização política na atualidade, a tecnologia gera condições de exclusão devido a queima da etapa de concepção e planejamento. Exercício de co-construção de cenário e consequências que envolveria alterações sucessivas do modelo tecnológico proposto. E adotar outro em seu lugar, que incorpore as variáveis omitidas ou eliminadas. As definições prévias no projeto tecnológico devem prever as formas de inclusão social das pessoas, grupos e classes sociais. A não inclusão se traduz na organização territorial, que se desenvolve em estreita vinculação com as dinâmicas do capital em suas diversas reconfigurações. O que pode ser constatado em grande parte das periferias das cidades brasileiras que são autoproduzidas, autourbanizadas e autoconstruídas mediante aos circuitos da economia popular. Como a inclusão desses saberes e táticas podem contribuir na construção de uma nova plataforma cognitiva e inovação tecnológica com um conhecimento coletivo e solidário que possibilite criar métodos, processos ou técnicas para o planejamento urbano e regional? Como a governança territorial pode alavancar a criação de respostas que incluam os agentes locais e suas redes sociotécnicas que gerem processos de decisão coletivos e participativos? Como a construção de novos circuitos de produção e consumo da economia local podem ser integrados ao planejamento urbano e regional? Como as plataformas digitais podem ser controladas por trabalhadores e pelas comunidades locais? Como os dados para o bem comum podem ser de posse das comunidades e não extraídas pelas grandes plataformas?

Palavras-chave

Processos participativos de levantamento, co-produção, tecnologias socialmente sensíveis, geotecnologias, big data, democracia e controle de informação em tempo real, proteção de dados.

A INFORMAÇÃO GEOESPACIAL E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RISCO: A CONTRIBUIÇÃO DO GEOMETRÓPOLES NAS ANÁLISES URBANO-AMBIENTAIS

Thêmis Amorim Aragão, Professora. Filipe Souza Correa, Professor. Juciano Martins Rodrigues, Pesquisador.

A percepção de risco e a identificação de estratégias para lidar com eventos climáticos extremos são socialmente construídas. Tendo em vista o aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos, o Observatório das Metrôpoles, rede de pesquisa que tem como foco as metrôpoles brasileiras, desenvolveu um visualizador de mapas online destinado à difusão de dados geoespaciais relacionados ao risco e à sustentabilidade ambiental urbana. Neste sentido, o presente artigo busca debater as contribuições deste tipo ferramenta para a construção social do risco e para o processo de formulação de políticas e ações que possam auxiliar no enfrentamento dos impactos ambientais dos fenômenos naturais nas áreas metropolitanas. Este artigo também destaca a ampla mobilização de pesquisadores para identificar variáveis-chave disponíveis e procedimentos de geoprocessamento adequados que possam ser aplicados à produção de informações relevantes para a formulação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas.

A INVISIBILIDADE DE CONFLITOS HIDROSSOCIAIS A PARTIR DA PROVISÃO DE ÁGUA POTÁVEL CANALIZADA: O CASO IRRESOLUTO DE ALTAMIRA, PARÁ

Ingrid Tatiany Ribeiro de Souza Mendes, Universidade Federal do Pará. Juliano Pamplona Ximenes Ponte, Universidade Federal do Pará.

Este artigo constitui parte da tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará. Diante de uma Amazônia majoritariamente urbanizada, o debate multissistêmico e intersetorial em tona da gestão das águas reposiciona a produção acadêmica crítica sobre fenômenos que não mais podem ser explicados de maneira funcionalista, técnica e gerencial. A presença de assimetrias a partir da provisão de água reafirma os impedimentos à democratização do espaço urbano em cidades médias amazônicas. Assim, objetivou-se nesta investigação discutir e demonstrar em que medida os conflitos socioambientais a partir do não acesso à água canalizada em escala local podem caracterizar disputa, insegurança e injustiça hídrica no ambiente construído. O artigo está estruturado em itens que abordam as dimensões teórica e empírica, com enfoque no caso do município de Altamira, região do Xingu, Estado do Pará. As etapas metodológicas foram revisão de literatura acadêmica, levantamentos de documentos oficiais, de relatórios institucionais e análises de dados do IBGE, IPEA, SNIS. O caso de Altamira permitiu refletir que a abundância hídrica não garante equidade distributiva e justiça hídrica à algumas coletividades, confirmando sua invisibilidade e agravando conflitos hidrossociais multiescalares que cooperam para sua irresolutividade.

CONTROLE E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA: UMA PROPOSTA DE SUBCOMITÊ DA BACIA DO RIO MAZOMBA PARTE DO COMITÊ DA BACIA DO RIO GUANDU

Rafaela Rosa Chaves Cardoso, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Patrick Maurice Maury, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Isabella Carvalho, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Lamounier Erthal Villela, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Edmir Amanajás Celestino, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A água constitui um dos recursos mais importantes nas comunidades para garantir a vida e a saúde, a produção e a adaptação à mudança climática, a conservação ambiental e a pesca artesanal. A água que infiltra e se armazena no solo e no subsolo, também nas plantas, retorna nas nascentes e os lençóis freáticos. A bacia hidrográfica que delimita o território do rio Mazomba localizado no município de Itaguaí, é conhecida pelas suas cachoeiras, mas o turismo é pouco estruturado. É também parte integrante da área de produção da “banana de Itaguaí”, em processo de certificação de origem. Apesar de ser localizada na área de amortecimento do Parque Estadual Cunhambebe, o meio ambiente é degradado de maneira contínua em consequência da ocupação desordenada, da erosão e dos problemas de saneamento e o despejo significativo de lixo, inclusive nas cachoeiras. A proposta deste artigo é de analisar o interesse de criar um subcomitê da Bacia do Rio Mazomba, parte do Comitê da Bacia do rio Guandu de grande importância para o abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro. A análise comporta primeiramente uma retrospectiva das atividades de extensão universitária da UFRRJ em apoio ao Colegiado territorial rural da Baía da Ilha Grande, particularmente na bacia do Mazomba e em outros territórios identitários de Itaguaí, em seguida a estrutura colegiada local envolvendo as relações do Instituto Mazomba, com a secretaria de agricultura e pesca de Itaguaí, o comitê do parque estadual Cunhambebe, parte integrantes do processo de certificação da banana de Itaguaí e, finalmente o esboço de um modelo integrado de gestão social da sub-bacia que possa garantir a disponibilidade de água, em quantidade e qualidade a partir de um conjunto de serviços ambientais remunerados na forma de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) na forma de Lei. Esses serviços deverão ser dimensionados de maneira a garantir o atendimento dos requisitos e da escala de produção necessários para a viabilidade da certificação, o ordenamento das atividades turísticas de base comunitária e a organização das atividades de abastecimento e saneamento dispersas na bacia. Isto na forma de um arranjo produtivo local-APL estabelecido na forma de um contrato de gestão com o CBH Guandu.

HORTAS URBANAS NA CIDADE DE MACAPÁ/AP: UMA ABORDAGEM GERAL

Anderson Steiller Rodrigues Cabral, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Fabrícia Kelly Cabral Moraes, Instituto Federal do Amapá - IFAP. José Alberto Tostes, UNIFAP. José Francisco de Carvalho Ferreira, UNIFAP.

Objetivou-se com este trabalho avaliar o processo da certificação orgânica para produção familiar urbana orgânica. Buscou-se o entendimento da realidade e das especificidades dos agricultores familiares urbanos e periurbanos em relação às características de produção e ao processo de obtenção da certificação orgânica. Houve na cidade de Macapá o um trabalho com diversos parceiros na obtenção através de OCS-Organização Comunitária Social de acompanhamento pelo MAPA para emissão de Certificado para comercialização de produção Orgânica e com isso ampliando a comercialização de produtos hortícolas diversos na cidade de Macapá e adjacentes.

TRANSIÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE EM DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS: CAMINHOS TEÓRICOS PARA A PESQUISA EMPÍRICA

Giovanna Pereira Rosseto, Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC. Luciana Travassos, Universidade Federal do ABC.

Os sistemas de água e, especialmente, o subsistema de drenagem e manejo de águas pluviais possuem um importante papel na transição climática urbana, quando contribuem com a transformação da infraestrutura das cidades em direção à sustentabilidade. No entanto, estes sistemas são caracterizados pela extrema estabilidade, com visões bloqueadas e trajetórias compartilhadas pelo regime dominante, que sustentam um paradigma de intervenção baseado em soluções tecnocráticas de hard engineering. Por isso, o presente trabalho procura, por meio do conceito de transição para a sustentabilidade, contribuir para o avanço no debate teórico que sirva de base para os estudos empíricos em drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

A IMPORTÂNCIA DO USUÁRIO NA CONSTRUÇÃO DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS LOCAIS

Débora Lima, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Hilda Carvalho, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Sônia Nogueira, Instituto Tecnológico de Bragança (IPB).

Os portais eletrônicos têm se apresentado como uma importante via de comunicação e de prestação de serviços para os órgãos da Administração Pública à nível global. Embora grande parte dos estudos foquem as esferas executivas, esta tecnologia também é amplamente empregada nos parlamentos, onde atuam como importante ferramenta de informação e participação. O objetivo deste paper foi verificar com que frequência as ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação, consideradas facilitadoras de uso pela literatura internacional, estão sendo implementadas nestes portais. Um formulário de observação, elaborado por meio de pesquisa bibliográfica e técnicas de análise de conteúdo foi o guia para a observação dos portais eletrônicos dos órgãos deliberativos locais das principais cidades brasileiras e portuguesas. Além de evidenciarem alguns pontos para melhoria de desempenho e satisfação do usuário final, os resultados apontam para uma importante falha nos instrumentos de acessibilidade nestes sítios eletrônicos em ambos os países, fator visto como potencializador da exclusão digital.

GOVERNANÇA DE CIDADES PELA CONEXÃO DAS REDES SOCIOTÉCNICAS DE SUAS INFRAESTRUTURAS URBANAS

ALEXANDER SILVA, PPGPUR/IPPUR/UFRJ.

Na conceituação miltoniana, redes sociotécnicas das infraestruturas estão ligadas a provisão das funções urbanas, articulando fixos e fluxos, conectados nos ambientes urbanos contemporâneas, formando teias virtuais e tecnologicamente especializadas; inserindo signos conceituais e conjurando dimensões espaciais estratificadas de um gradiente de codificação que confere resiliência às cidades envolvidas nas disputas pela destinação dos esforços capitalistas; agudizados pelo neoliberalismo, onde o diferencial competitivo assume contornos de vida e morte das cidades, demandando a desconstrução das caixas-pretas relacionadas ao imbricamento entre ciência, sociedade e tecnologia com a ação de diferentes actantes envolvidos na gestão de cidades que articulam a produção de espaços e territorialidades. Com metodologia fundada na geografia das transições sociotécnicas obteve-se como resultado a produção multidimensional de tipologias espaciais e topologia de redes, a partir da presença tecnológica no espaço no contexto objeto empirico focado no COR do Rio de Janeiro. Verificou-se que essa modelagem de governança está vinculada a irregular e desigual distribuição de poder relacionado a presença das infraestruturas, das tecnologias e esforços de resiliência, bem como pode favorecer processos relacionados a vigilância e capitalismo de dados, perpassando aspectos do campo do planejamento e da engenharia urbana na produção espacial.

PLANO DIRETOR 2030 DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: REGISTRO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO E DO PRODUTO

Jacira Saavedra Farias, UFRJ. Ana Clara Meirelles de Miranda, UFRJ. Mônica Infante de Oliveira de Souza, UFRJ.

Este artigo tem como objetivo registrar o processo de elaboração do Plano Diretor Físico-territorial 2030 da Universidade Federal do Rio de Janeiro e analisá-lo criticamente. A partir da metodologia estabelecida ao início do processo, buscou-se avaliar o que dela se efetivou e o que foi adaptado ao longo de sua formulação. Além disso, dentre as ações previstas na metodologia e implantadas, buscou-se compreender quais obtiveram êxito e quais não tiveram aderência.

RECURSOS DIDÁTICOS, METODOLOGIAS E EDUCAÇÃO URBANA: CAMINHOS PARA POTENCIALIZAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO URBANO

Esthefanny Emmanuely Priscylla de Araújo Bezerra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Danyel Estevam da Silva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A educação urbana e sua relação com a participação social em processos participativos é um tema emergente no contexto do planejamento urbano brasileiro. No entanto, Ermínia Maricato (2002) destaca que a desigualdade social afeta não apenas a forma de camadas populares ocuparem a cidade, mas também a maneira de entender – ou não – regras do ordenamento urbanístico. Destarte, tem-se a problemática: como as práticas de planejamento urbano se apropriam de recursos didáticos e metodologias de educação urbana, produzidas por atores envolvidos nos processos participativos, para contribuir na formação e engajamento da população. Sendo o objetivo geral promover a discussão a respeito das práticas de educação urbana aplicadas em processos participativos do planejamento urbano, buscando entender suas estratégias metodológicas e aplicações. Para tal, foi elaborado referencial teórico conceitual, bem como realizada coleta e análise dos materiais didáticos produzidos durante as oficinas, audiências públicas e outros espaços formativos propostos e utilizados ao longo do processo de revisão do Plano Diretor de Natal. Inferiu-se, portanto, que a educação urbana é uma importante prática para auxiliar processos participativos, contribuindo no entendimento da discussão, evidenciando não apenas a dinâmica de cada cidade, mas o papel de cada cidadão na construção e desenvolvimento dela.

DEMOCRACIAS E ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS: EXPERIÊNCIAS ENTRE BELO HORIZONTE (BRASIL) E CHENGDU (CHINA)

Natacha Rena, Professora Associada da Escola de Arquitetura da UFMG. Henrique Dias Porto, Mestrando em Arquitetura e Urbanismo no NPGAU/UFMG. Vitor Vieira Fonseca Boa Nova, Doutorando em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ. Marcelo Reis Maia, Professor Adjunto da Escola de Arquitetura da UFMG. Elias Marco Khalil Jabbour, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Este artigo é dedicado a analisar as experiências de Orçamento Participativo de Belo Horizonte, no Brasil, e de Chengdu, na China. Abordam-se as duas iniciativas buscando delinear um debate a respeito da interação entre democracia (ou democratização) e desenvolvimento, a partir da compreensão de que ambos os contextos exercitam formas de democracia alheias aos ditames da democracia liberal, dedicadas enfrentar os choques existentes entre estruturas sociais e políticas democráticas com um processo de desenvolvimento territorial e econômico. Nesse sentido, destacam-se os conceitos de “inversão de prioridades”, para o caso de Belo Horizonte, e “desenvolvimento equilibrado Urbano-Rural”, para Chengdu. As análises são realizadas a partir de revisão da bibliografia dedicada às duas experiências (bem como aos temas mais amplos que as envolvem), e levantamento de documentação técnica e indicadores. O objetivo das análises aqui propostas é suscitar um debate a respeito das potencialidades e fragilidades de ambas as experiências para a mediação entre democracia e desenvolvimento territorial, visando produzir insumos para a retomada e desenvolvimento de práticas democráticas e participativas no âmbito do planejamento urbano e regional, capazes de avançar em direção a concepções alternativas à díade democracia liberal - neoliberalismo econômico.

A[S] CIDADE[S] EM QUE HABITO: BH/MG PARA ALÉM DOS HORIZONTES INSTITUCIONAIS, PRÓPRIOS E PARTICULARES

Jessica de Castro Santana, UFMG.

O período da crise sanitária covid-19 fez com que as pessoas precisassem ter uma relação diferenciada com a cidade e a não presença cotidiana nela estimulou uma pesquisa pessoal que foi instigada pela valorização da escala do corpo e a construção de urbanidades na esfera da vizinhança/ bairro. A partir de uma análise teórica sobre a filosofia da prática como alternativa de subverter processos de invisibilidade social e segregação urbana, além de enaltecer urbanidades distintas e semelhantes em territórios diversos, busco as histórias não contadas, as práticas cotidianas e outras maneiras de apropriação e pertencimento de grupos sociais e indivíduos que não se inserem dentro do recorte territorial de eixo central ou aqueles que estão nessa região, mas produzem uma relação subversiva e distinta a imposta há mais de um século em Belo Horizonte/MG. Assim, esse artigo estimula a valorização do “conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido as nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso”, como diria Santos; colocando essas percepções como norte propositivo e participativo para melhorias urbanísticas.

ÍNDICE DE QUALIDADE URBANA DOS POLOS VAREJISTAS DE RUA: ANÁLISE DO CONCEITO-CHAVE CONECTIVIDADE EM SÃO PAULO

Iarissa Garcia Campagner, FAU. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Cecília Pissetta, Universidade de São Paulo. Cassia Regina Mariano de Donato, FAU. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Este artigo apresenta parte de pesquisa acadêmica que estuda os polos varejistas de rua na cidade de São Paulo. Vinculados aos espaços públicos constituem territórios inclusivos e democráticos, de interação social franca, acessíveis a um público diversificado de pessoas e perfis socioeconômicos. A pesquisa evidencia estes polos como lugares de resistência e resiliência às transformações ocorridas nas centralidades urbanas. A diversidade e rotatividade do comércio praticado, frequentemente de caráter popular, revela a complexidade do processo. Sob tal ótica a pesquisa realiza uma análise qualitativa experimental a partir de metodologia desenvolvida para a verificação da qualidade urbana dos polos de varejo de rua, utilizando-se de tecnologias da informação para a programação, sistematização, análise e espacialização de dados. Como um dos resultados foi elaborado o Índice de Qualidade Urbana dos Polos (IQUP) composto dos índices de Conectividade, Diversidade e Conforto, e suas decomposições. Neste artigo apresenta-se com maior propriedade o componente Conectividade, buscando compreender a conexão espacial, positiva ou negativa para a expansão do varejo de rua, entre o polo varejista e seu entorno, e entre os edifícios e a rua. Pretende-se contribuir assim para a formulação de políticas públicas urbanas de fomento ao varejo de rua e melhoria de espaços públicos.

FORMA URBANA E CRESCIMENTO: EXPLORANDO INDICADORES PARA O CASO DE PELOTAS, RS

Aline de Moura Ribeiro Xavier, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Clarice Maraschin, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O crescimento da urbanização contemporânea é marcado fortemente pela descontinuidade em relação às áreas mais consolidadas das cidades, remetendo a impactos na sustentabilidade urbana. Torna-se importante contar com metodologias que permitam medir e avaliar os impactos dos padrões de crescimento urbano sobre diferentes aspectos sócio-econômicos e ambientais. O presente artigo pretende contribuir neste tema enfocando as métricas de crescimento urbano e seu objetivo é explorar alguns indicadores de crescimento da forma urbana, tendo como estudo empírico a cidade de Pelotas, RS. Pretende-se responder à seguinte questão: como descrever e analisar o padrão de crescimento recente da urbanização em Pelotas? São aplicados dois tipos de indicadores: da forma geral do assentamento, comparando o crescimento da mancha urbana entre os anos de 2000 e 2015, e indicadores da configuração do sistema viário. Os indicadores selecionados permitiram identificar processos de crescimento disperso e também foi possível estabelecer relações com a hierarquia espacial presente na estrutura urbana. Tais evidências ainda são preliminares, no entanto mostram-se importantes na discussão sobre o crescimento futuro da cidade.

AVALIAÇÃO DA CAMINHABILIDADE NOS CAMPI DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (CEFET-RJ)

Filipe Simões Ribeiro, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Vanessa Pontes de Macedo, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Andréa Justino Ribeiro Mello, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

A implantação de universidades públicas, considerados Polos Geradores de Viagem (PGV), por vezes não corrobora com a necessidade de mobilizar toda uma infraestrutura de serviços e facilidades para a região que a recebe, incluindo àquela relativa às necessidades de deslocamento diário. Este artigo avaliou, através do aplicativo Walk Score, a caminhabilidade no entorno dos campi do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), dos bairros e das cidades onde os mesmos estão localizados. O resultado demonstrou que campi instalados em áreas centrais das cidades, ou próximos a elas, possuem melhor caminhabilidade, com melhor arruamento para deslocamento não motorizado e mais acesso a meios de transportes coletivos, bem como uma maior variedade de comércios e serviços no entorno, ao passo que os campi localizados distantes do centro e em locais espalhados possuem desempenho inferior no ranking de caminhabilidade, menor acesso a comércios variados e maior necessidade de deslocamentos motorizados.

MODELAGEM DA INFORMAÇÃO APLICADA À PAISAGEM: O USO DO LIM NO CASO DA BACIA DO MATA-FOME EM BELÉM DO PARÁ

Tainah Carvalho, Universidade Federal do Ceará. Newton Moura, Universidade Federal do Ceará. João Pedro Deodato Barreto, Universidade Federal do Ceará. Victor Silva da Costa, Universidade Federal do Ceará. Sâmyla Alves, Universidade Federal do Ceará.

O crescimento demográfico, que impulsionou o crescimento urbano nos séculos XX e XXI, aliado às mudanças climáticas impõe aos planejadores da paisagem urbana novos desafios, dentre estes o problema da drenagem urbana se torna assunto recorrente à medida que o espaço natural se modifica para atender aos anseios das cidades modernas. Estas modificam e substituem a dinâmica natural de escoamento por infraestruturas higienistas que muitas vezes só conseguem repassar a problemática adiante. É neste cenário que as infraestruturas verdes surgem como meio de resolução para o problemas da drenagem urbana, mimetizando os processos antes presentes no espaço e trazendo ganhos socioespaciais diversos. Nesse contexto, a modelagem da informação aliada às infraestruturas verdes surge como uma importante ferramenta para análise e intervenção na cidade, melhor orientando os planejadores urbanos, municiado-os de informações e experimentações previamente realizadas em ambiente computacional. Dessa forma o objetivo desse artigo é demonstrar as experimentações desenvolvidas a partir da modelagem da informação aplicada à paisagem na Bacia do Mata-Fome na cidade de Belém do Pará a fim de orientar uma modificação no contexto observado por meio da utilização de infraestruturas verdes com o viés das melhores práticas de manejo das águas urbanas.

A DATAFICAÇÃO DAS CIDADES NA ERA INFORMACIONAL: O PROCESSO DE GRILAGEM DIGITAL

Carolina Bracco Delgado de Aguilar, Aluna Doutorado - UFABC-PGT. Carolina Moutinho Duque de Pinho, Professora Doutora - UFABC-PGT.

As estruturas de poder se tornam mais sofisticadas e difíceis de se identificar na era das cidades informacionais, cada vez mais dependentes do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Tais estruturas são organizadas a partir de mecanismos de regulação dentro da ideologia neoliberal, reduzindo o papel do Estado a um consumidor de plataformas tecnológicas privadas, visto como incapaz de promover a cultura da inovação. Dessa maneira, o presente estudo analisa os aspectos regulação neoliberal do Estado, intrinsecamente relacionada ao capitalismo de vigilância, viabilizando a extração massiva de dados, que leva ao processo de dataficação das cidades, objeto de desejo das plataformas privadas. Dentro desse contexto é analisada a política de cidades inteligentes adotada no Brasil, trazendo como caso de estudo a solução tecnológica adotada pela Cidade de São Paulo para a emissão de alvarás.

A PLATAFORMA UBER E O MERCADO DE AUTOMÓVEIS NO BRASIL

Pedro Augusto Lopes Soyer, Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Juiz de Fora. Elaine Aparecida Fernandes, Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa.

O presente estudo teve como objetivo analisar o comportamento da demanda brasileira de automóveis a partir da entrada da plataforma Uber no mercado, considerando variáveis como IPCA – proxy para preço de automóveis novos; preços dos combustíveis; renda; índice de confiança da indústria (ICI), índice de confiança da economia (IAE), taxa de juros, política de redução do imposto sobre produto industrializado (IPI), Pandemia e a Plataforma Uber. O método utilizado foi o Binomial Negativo, pois o estudo abrange dados de contagem, positivos e discretos, com superdispersão. Os resultados obtidos sugerem que a taxa de emplacamento mensal é afetada negativamente pelo IPCA, taxa de juros, Pandemia e pelo preço do etanol; e positivamente pelo preço da gasolina, ICI, IAE, IPI e renda. Quanto à Plataforma Uber, concluiu-se que a sua presença na economia brasileira reduziu em 26,6% a taxa de incidência mensal de emplacamentos de carros. Nesse contexto, é importante que a indústria automobilística esteja apta a fazer transformações, até mesmo, de paradigmas.

APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O PLANEJAMENTO INSURGENTE: TRANSGRESSÃO E LUTA NA PEDRA DE XANGÔ - SALVADOR/BA

Flávio Carvalho Silva, IPPUR/UFRJ. Lalita Kraus, IPPUR/UFRJ. Maria Alice Pereira da Silva, PPGAU-UFBA.

Este texto busca utilizar os conceitos de apropriação social da tecnologia e planejamento insurgente para compreender como o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm desafiado, renovado e incrementado as táticas de resistência social urbana. Para apontar como tais tecnologias podem contribuir para ações contra-hegemônicas é feita uma aproximação com o caso do movimento em defesa da Pedra de Xangô, sítio natural sagrado afro-brasileiro, patrimônio cultural, ambiental e geológico da cidade de Salvador, Bahia, cuja paisagem se configura como símbolo de resistência étnico-racial. Neste artigo buscou-se caracterizar os rebatimentos tecnológicos na ação social do movimento da Pedra de Xangô. Através de uma pesquisa qualitativa, será aplicado um modelo de análise que considera tempo, ação e espaço como eixos fundamentais da transgressão insurgente e lugares fecundos de transformação por meio das tecnologias. Como resultados preliminares, o estudo possibilitou identificar evidências da influência do uso do perfil de Instagram da Pedra de Xangô, e de grupos de Whatsapp como meios de fortalecimento e renovação das táticas de planejamento insurgente.

A ADOÇÃO DE TICS EM FAVELAS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL – UM ESTUDO SOBRE A O MAPEAMENTO 4D DA ROCINHA

Antonio Couto Nunes, UFRJ.

Este trabalho objetiva analisar a condição de acesso ao direito à cidade para populações vulneráveis moradoras de favelas a partir de técnicas vinculadas às tecnologias da informação e comunicação (TICs), ou, pelo nome comercial, técnicas ligadas às cidade inteligente. Como método, apresenta uma abordagem qualitativa exploratória, através de um estudo de caso realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em uma ação desenvolvida pelo Instituto Pereira Passos (IPP) e pelo MIT Senseable City Lab, na Favela da Rocinha, entre os anos de 2020 e 2021. O estudo aborda condições em que se viabiliza a participação social de populações vulneráveis, estigmatizadas com ações do Estado que não as inclui no processo de gestão do território, sendo em processos analógicos ou em processos digitais e, supostamente, inovadores. Ao final são esboçadas considerações quanto aos conflitos encontrados na proposta, tais como a dificuldade de interlocução entre o poder público e a população interessada e as oportunidades de superação dessa condição quando a participação social e o direito à cidade são colocados como instrumentos a serviço do interesse coletivo.

ENQUADRAMENTOS, VULNERABILIDADE E AUTONOMIA NOS DISPOSITIVOS IMAGÉTICOS DE REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO

ANDRE SOARES, Universidade Federal de Minas Gerais.

Investigações práticas relacionadas ao temas da participação popular e da assessoria técnica apontam para os limites dos elementos de representação do espaço como empecilho para o diálogo entre arquitetos e planejadores com demais entes da sociedade. Em continuidade à essas discussões, o presente trabalho lança o olhar sobre o universo da produção de elementos de representação do espaço como dispositivos imagéticos. A decodificação de sua leitura, sob a perspectiva do conceito de enquadramento de Judith Butler (2015) é capaz de identificar a exclusão e invisibilização de grupos e indivíduos. O presente artigo se divide em três seções. Na primeira é introduzida a base teórica de enquadramento e sua relação com discussões e críticas sobre a atuação em arquitetura e urbanismo em contextos de vulnerabilidade. A segunda seção apresenta a aplicação metodológica da análise construção de enquadramentos dentro do objeto de análise: o concurso Archstorming 2020. Na última seção são apresentados apontamentos para a continuidade de discussões.

TECNOLOGIA SOCIAL E TECNOLOGIA CONVENCIONAL PELA PRESERVAÇÃO COMUNITÁRIA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO DO QUILOMBO MESQUITA – GO CONTRA O RACISMO AMBIENTAL

Liza Maria Souza de Andrade, FAU UnB. Mariane da Silva Paulino, FAU UnB. Walisson Braga da Costa, UnB - Instituto de Artes. Nina Beatriz de Araújo e Gallina, FAU UnB. Teresa Bernadete Medina Ferreira Ferreira, FAU UnB

Os quilombos no Brasil são agentes importantes da preservação ambiental e contribuem para o desenvolvimento sustentável dos territórios e preservação dos biomas em contraponto ao avanço do urbanismo neoliberal que contribui para a fragmentação territorial e o racismo ambiental que marginaliza os territórios de ocupação sociovulnerável, como é o caso do território do Quilombo Mesquita (Cidade Ocidental/GO) estudado neste trabalho. Através da tecnologia social, com mapeamento etnoambiental e reconhecimento de padrão de ocupação, e tecnologia convencional, com sensoriamento remoto para análise de bacias hidrográficas e índice NDVI, este trabalho busca mapear o uso e a ocupação do solo e a gestão territorial e dos recursos ambientais no território de 4292 hectares do Quilombo Mesquita delimitados pelo INCRA em 2011. Foram usados como base comparativa a porção territorial de ocupação remanescente quilombola dentro deste território e a porção territorial ocupada por não-quilombolas dentro deste território delimitado. Portanto, com este trabalho foi possível observar o alinhamento da comunidade quilombola do Mesquita dos princípios do Bem Viver e através das análises dos mapeamentos realizados nota-se o modo de vida quilombola alinhado com princípios de sustentabilidade ambiental que diverge do observado na ocupação não quilombola.



ST 8 – MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DO URBANO CONTEMPORÂNEO

Comissão Científica Silvio Figueiredo (PPDSTU-
NAEA/UFPA)
Livia Miranda (MDU/UFPE e
PPGRD/UEPB)
Orlando Júnior (IPPUR/UFRJ)

Ementa

A inflexão ultraliberal, a acentuação da mercantilização e do rentismo nos processos de urbanização capitalista e o avanço do conservadorismo–autoritário em muitos países, e particularmente no Brasil, têm restringido mais severamente as condições de acesso a recursos, serviços e oportunidades fundamentais à reprodução individual e social nas cidades. Formas de resistência de movimentos sociais populares com trajetórias longas e a emergência de novos sujeitos coletivos com pautas e práticas diversificadas de mobilização e de lutas representam contrapontos a esses processos e tentam oferecer alternativas às desigualdades estruturais históricas e a uma crise urbana multidimensional (sanitária, social, econômica etc.). Quais as possibilidades destes sujeitos construir processos de apropriação e produção socioespaciais desalienantes, justos e transformadores e de reinventarem as cidades e a vida urbana. Esta é a questão que inspira a sessão temática.

Palavras-chave

Demandas populares. Organização social. Movimentos sociais. Exclusão. Resistência.

PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR 2016/2026: O CASO DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO DO PARANÁ

Gilberto Grzeszeszyn, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR / PPPGP-Doutorado.

Este trabalho aborda o plano diretor em seu processo de produção, uma vez que se trata de pensar o desenvolvimento de um ambiente urbano ordenado e inclusivo a todos os habitantes da cidade. O objetivo do trabalho foi descrever e analisar o processo de atualização do plano diretor de um município no Paraná em relação à participação social. A metodologia utilizada foi de estudo de caso. A pesquisa documental transcorreu pela análise dos materiais de divulgação e informações constantes no sitio do CONCIDADE que diziam respeito às ações realizadas. Foram considerados documentos como atas, listas de presenças, fotografias, informações sobre divulgações e outras informadas no sitio do CONCIDADE. Os resultados demonstram que não houve divulgação em massa e que a participação foi incipiente. Fato que comprova este achado são as qualificações dos participantes. Outro aspecto denotado é a participação de grupos de interesses, como os empresários que tiveram sua representação aumentada consideravelmente na última audiência.

A MOBILIZAÇÃO JURÍDICA NA VIRTUALIZAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE NATAL/RN

Anna Elisa Alves Marques, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Cadmiel Mergulhão Onofre De Melo, Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte. Pedro Henrique Correia Do Nascimento De Oliveira, Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte.

O Plano Diretor (PD) é o principal instrumento legal que orienta a ocupação do solo urbano, devendo ser construído a partir de um amplo debate com a população local e revisado a cada 10 anos, como aponta o Estatuto da Cidade. O processo de revisão do PD de Natal/RN foi atravessado pela pandemia da COVID-19, desencadeando a decisão de virtualização dos debates, realizada pelo Núcleo Gestor responsável pela sistematização da discussão. Acontece que os Movimentos Sociais denunciaram violações à Participação Social no processo de revisão em virtude da sua virtualização, sendo acatado pelo Poder Judiciário, que determinou a anulação dos atos praticados no modo remoto. Este artigo visa compreender: como se processou a mobilização jurídica dos movimentos sociais no processo de virtualização da revisão do Plano Diretor de Natal para o alcance do cumprimento das formalidades do processo? Para tanto, utiliza-se o marco teórico da mobilização jurídica. Conclui-se que ocorreu: a) uma forte articulação entre os movimentos sociais, os grupos extensionistas universitários e o Ministério Público; b) o fortalecimento da mobilização com a criação de coletivo de movimentos sociais urbanos; c) a utilização da dimensão simbólica da mobilização jurídica, na busca por impactar o humor social sobre a revisão do plano diretor.

MOBILIZAÇÃO X IMOBILIZAÇÃO NO TERRITÓRIO: AS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PÓS SUBSIDÊNCIA DO SOLO EM MACEIÓ-AL

Gustavo Figueiredo Lima, FAU-UFAL. Inara Querino de Mendonça, FAU-UFAL. Júlia Amorim Bulhões, FAU-UFAL. Caroline Gonçalves dos Santos, FAU-UFAL.

Na cidade de Maceió, capital de Alagoas, mais de 57 mil moradores foram obrigados a desocupar seus imóveis em virtude de um desastre tecnológico em curso, a subsidência do solo decorrente das atividades de mineração da Braskem. Entre moradores diretamente atingidos pelo afundamento do solo e moradores diretamente impactados pelas consequências da desocupação que se articulam para denunciar as implicações sociais, urbanísticas e ambientais, destaca-se o protagonismo na resolução do conflito gerado, a própria Braskem. Assim, este artigo objetiva demonstrar os desafios das lutas sociais dos afetados que foram forçadamente deslocados de seu território e dos que estão sendo forçados a permanecer. Para tanto, revisão de literatura, análise de documentos e relatórios técnicos, bem como análise e sistematização de notícias veiculadas na mídia, entrevistas e mapas.

O AMBIENTALISMO VOLTA AS RUAS NO ANTROPOCENO: O CASO DA EXTINCTION REBELLION REINO UNIDO

Winnie Bruna de Souza Pereira, Professora Substituta do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.

Estamos vivendo no Antropoceno, período geológico e geohistórico nascido provavelmente nos anos 1950 em que a ação humana tem se tornado uma força geológica com poder suficiente para interagir e alterar todos os sistemas da Terra. Além disso, identificamos uma relação entre a ascensão da época e a emergência do chamado movimento ambiental moderno. E por isso, podemos considerar o Antropoceno como, também, uma época de Reflexividade. Assim, desde a década passada do século XXI, estaríamos vivenciando a terceira onda do movimento ambiental, com a ascensão de movimentos ambientais radicais baseados na ação direta. Um dos exemplos entre eles seria o coletivo britânico Extinction Rebellion (XR), conhecido por suas estratégias de desobediência civil em massa e ações diretas não-violentas. O objetivo deste artigo é demonstrar outra característica importante dessa terceira onda de ativismo ambiental, exemplificada pela XR, que é a retomada do espaço público como lugar de ativismo. Por meio de levantamento bibliográfico e de entrevistas feitas com ativistas em ações de rua na cidade de Londres, percebemos que o retorno às ruas é central para a própria identidade do movimento.

A LOCALIZAÇÃO NA CIDADE NA LUTA DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM SÃO PAULO, EM TEMPOS DE LULISMO (2003-2016): CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE AS PERSPECTIVAS DA REFORMA URBANA

Rafael Borges Pereira, FFLCH-USP.

O período do chamado lulismo traz avanços no campo da Reforma Urbana (RU), mas também coloca dilemas e contradições, decorrentes da estratégia implantada pelo PT de acesso e exercício do poder. Entre os agentes engajados historicamente no campo da RU em São Paulo, têm destaque os movimentos de moradia, segmento organizado de população pobre que experimenta em seu cotidiano com maior intensidade as contradições urbanas que este campo combate. A forma como eles respondem ao contexto também varia e questiona o alcance das conquistas obtidas. As Jornadas de Junho de 2013, por sua vez, rompem o frágil equilíbrio político sedimentado e inaugura um novo ciclo, marcado pelo declínio da hegemonia do PT lulista. Impulsiona novos agentes, como o MTST, a partir de outras práticas políticas e territoriais. Neste contexto, a ação de três importantes movimentos de moradia de São Paulo, a UMM, o MTST e a FLM, é examinada a partir do critério da localização urbana, aqui considerada como coração da RU, buscando assim relacionar estratégias políticas e territoriais. Este debate, por sua vez, traz elementos para uma reflexão maior acerca das perspectivas atuais da RU.

A TRANSIÇÃO DA LUTA PELA MORADIA PELA LUTA AMBIENTAL: O MEIO AMBIENTE COMO CAMINHO PARA MILITANTES EXISTIREM E RESISTIREM EM UMA ÁREA DE MILÍCIA

Priscila Coli Rocha, University of California Berkeley.

Esse artigo pretende ilustrar como o meio ambiente surgiu como pauta para militantes e ativistas lutarem pelo direito à cidade em uma área de milícia na Baixada Fluminense. A área em questão situa-se em uma planície de inundação que vem sendo aterrada de forma predatória por grupos milicianos desde os anos 90 com o objetivo gerar novas fronteiras de urbanização. Com efeito, os moradores sofrem com enchentes cada vez mais frequentes desafiando sua permanência no território. Em resposta aos problemas ambientais e a violência miliciana, militantes migraram de movimentos de luta por moradia para a defesa do meio ambiente entre o final do século 20 e início do 21. Seu escopo engloba a educação ambiental da população, fiscalização e denúncia. Essa atuação chama atenção pois, são raros os casos em que associativismos são permitidos em territórios dominados pela milícia. Esse trabalho procura mostrar que através da luta pela preservação do meio ambiente esses grupos encontram um meio de existir nesse contexto de “sociabilidade violenta” e resistir a produção do espaço pelas milícias sem confrontá-las diretamente. Esse artigo conta com entrevistas realizadas entre 2019 e 2022 com ambientalistas, agentes públicos, moradores, além de notas de audiências públicas realizadas em 2021 e revisão da literatura sobre associativismo e milícia.

EM DISPUTA PELO CENTRO: ATUAÇÃO E CONQUISTAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR MORADIA NA ÁREA CENTRAL DE NATAL

Amíria Bezerra Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Miró Aires de Almeida, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Juliana Silva Barros, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Emanuel Ramos Cavalcanti, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O artigo trata das Ocupações Urbanas enquanto estratégia de resistência e disputa pela cidade pelos Movimento Sociais de Luta por Moradia. No contexto Neoliberal de produção do espaço no Brasil, em cidades já marcadas por ampla desigualdade social e segregação socioespacial os movimentos sociais tem buscado nas áreas centrais alternativas de moradia para solucionar parte do déficit habitacional e resolver temporariamente (poucas se tornam moradias definitivas) a falta de um lugar para habitar em áreas infraestruturadas. A discussão apresentada neste artigo localiza-se em Natal, no Centro Histórico, em especial nos bairros da Ribeira e Rocas, que tem sido palco de disputa dos vazios urbanos para moradia e equipamentos de assistência social. Destacamos a atuação do MLB e do MNPR enquanto movimentos que tem questionado os vazios urbanos na área central de Natal frente ao déficit habitacional e a ausência de políticas públicas de moradia e assistência social nesse bairros infraestruturados. Dividido em três partes o artigo trata da atuação recente dos movimentos de luta por moradia, do esvaziamento de áreas centrais, em especial da Ribeira e Rocas em Natal e por fim das estratégias do MLB e MNPR em Natal para questionar por que o pobre não pode morar no centro.

EXPRESSIVIDADES DOS INVISÍVEIS: MORAR, TRABALHAR E VIVER NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

Beatriz Terra, IPPUR/UFRJ. Bruna Ribeiro, IPPUR/UFRJ. Tarcyla Fidalgo, Observatório das Metrôpoles.

O anúncio da cidade do Rio de Janeiro como sede dos megaeventos mundiais marca uma trajetória de transformações na qual uma nova concepção de planejamento se consolida como solução aos desafios postos à realização dos Jogos. Nesse cenário, forma-se um Comitê Popular - com a participação de diversas instituições e movimentos sociais - que evidencia o descumprimento dos direitos previstos aos mais pobres, trazendo à tona a opressão do poder público ao impor o projeto de elitização do centro com a consequente expulsão das classes populares que historicamente ocupam a região como local de moradia, trabalho, lazer, cultura e memória. O presente artigo, dentro deste contexto, trabalha (i) a dimensão da invisibilidade, que se traduz tanto na ausência de dados oficiais e/ou na consequente insuficiência de políticas públicas voltadas para esta realidade; e (ii) a violência e repressão do Estado com grupos sociais vulnerabilizados, sejam os moradores de ocupações, a população em situação de rua ou os trabalhadores ambulantes (que ainda assim, por décadas, resistem e disputam sua permanência no centro e os desejos por uma cidade mais inclusiva), procurando entender as inter-relações entre esses grupos.

ALINHAVOS URBANOS: CRIANDO E VIVENDO A PRAÇA DA VIZINHANÇA COM A “BATALHA DO MILHARAL”

Luana Marques Vieira, Universidade Federal do Amapá. Danielle Costa Guimarães, Universidade Federal do Amapá.

A ausência estatal no espaço público nas periferias da região norte do Brasil em alguns casos não tem sido empecilho para o uso espontâneo pela população. O presente trabalho traz um extrato de experiência participativa de projeto, com o relato, e reflexões decorrentes, a partir de uma experiência de urbanismo tático no bairro Brasil Novo, em Macapá-AP, que na ausência do equipamento urbano, a praça, um lote no bairro passou por uma “lugarização” espontânea por grupos de moradores, chamada de “praça da UPC”. A experiência envolveu vivências de perto e de dentro das atividades da “Batalha do Milharal”, coletivo que ocupa a “praça” de forma mais expressiva; metodologia participativa, tendo como protagonistas todos aqueles que constroem a praça, com destaque para o coletivo cultural, por seu interesse e participação ativa na pesquisa-ação e a realização da Ação de Extensão “Criar e Viver a Praça da Vizinhança” no local – que fez parte do Circuito Urbano 2019 da ONU-habitat, que tinham como objetivo elaborar um estudo preliminar. Dentre os resultados aqui apresentados destaca-se o aumento e diversificação do uso da “praça” e um panorama, traçado coletivamente, sobre a dinâmica e anseios em torno da “praça da UPC”.

NARRATIVAS DE UMA PRESENÇA: AS TERRITORIALIZAÇÕES DA RE-EXISTÊNCIA DOS CATADORES DE RESÍDUOS NO QUARTO DISTRITO

Maria Clara Schilling Sardi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O modo como a sociedade produz a própria existência nos levou à crise planetária atual. Relacionada a demais aspectos da crise, a questão dos resíduos sólidos urbanos e das pessoas que da catação sobrevivem ainda enfrenta a negligência do Estado e da sociedade. Em Porto Alegre, há presença significativa de catadores no Quarto Distrito, antiga zona industrial da cidade, que passa por um processo de transformação liderado pelo mercado imobiliário, que se apropria de conceitos como desenvolvimento e mobilidade, e provoca a remoção física e simbólica de comunidades. Mas a re-existência dessas pessoas que vivem à margem faz com que esse grupo social mantenha cotidianamente seus processos de territorialização, lutando, assim, pelo direito à cidade. Intenta-se discorrer, neste artigo, sobre caminhos para apreensão das narrativas dos catadores de resíduos do Quarto Distrito, que trazem saberes omitidos, que falam como este grupo social tensiona, através das táticas praticadas nos seus processos de territorialização cotidianos, o planejamento urbano neoliberal que produz a cidade-mercadoria. Para trabalhar a escuta das narrativas de memória da pessoa catadora, o trabalho intenta cartografar seus processos de territorialização, através do contato com a sua experiência urbana, sendo um modo de acompanhar processos e evidenciar ações e representações coletivas.

PROSTITUIÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE BELO HORIZONTE E A PROSTITUTA ENQUANTO SUJEITA POLÍTICA: DO HIGIENISMO DA MORALIDADE AOS MOVIMENTOS DE (R)EXISTÊNCIA

Rogério Lucas Gonçalves Passos, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre a ocupação dos espaços públicos de Belo Horizonte pelas prostitutas, dialogando sobre os impactos decorrentes das propostas de planejamento urbano sobre esse grupo e os movimentos de resistência existentes. Para isso, realizaremos uma contextualização histórica sobre a existência da prostituição na cidade, a qual estava presente desde sua inauguração. Abordaremos propostas de planejamento urbano relacionadas à Copa do Mundo, as quais tentaram expulsar essas mulheres dos espaços da cidade, resultando em movimentos de resistência muito próprios desse grupo. A partir do estudo, podemos perceber que os movimentos de resistência e de ocupação dos espaços públicos da cidade pelas prostitutas surgem como uma forma de resistir aos possíveis processos de higienização e gentrificação dos seus locais de trabalho, bem como pela disputa por modos de existir e de viver no espaço urbano.

VOZES PERIFÉRICAS: A EXPERIÊNCIA DO MTST EM SÃO GONÇALO - RJ

BRUNO JOSÉ DA CRUZ OLIVEIRA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO.

Neste artigo buscamos analisar as experiências de organização coletiva de moradores de periferia desencadeadas a partir da Ocupação Zumbi dos Palmares na cidade de São Gonçalo – RJ que ocorreu em novembro de 2014 organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Para tanto, realizamos uma pesquisa que lançou mão da observação participante e da etnografia para avaliarmos a influência que o movimento produziu sobre um grupo de moradores que, entre 2014 e 2021, engajaram-se na sua construção e compuseram a sua Coordenação Local. Empreendemos uma intensa pesquisa bibliográfica e documental a partir da qual contextualizamos o nosso objeto de pesquisa através de uma análise da formação histórica do território onde ele se desenvolveu. As suas particularidades territoriais foram compreendidas como expressões do processo de urbanização do Brasil no contexto da sua formação capitalista periférica e dependente. Com efeito, as considerações formuladas a respeito desta experiência de organização e luta têm o objetivo de contribuir com o debate sobre as estratégias de fomento à participação popular nas periferias urbanas brasileiras em geral.

A LUTA DAS MÃES: FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL COMUNITÁRIO NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA ESTATAL

Viviane Nascimento de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Este artigo busca refletir sobre a formação de capital social comunitário e as possibilidades de participação social das redes de mães e familiares de vítimas de violência do Estado, articuladas na cidade do Rio de Janeiro. A análise parte do levantamento teórico dos conceitos relacionados e da observação de eventos promovidos ou com a presença de integrantes das ditas redes. Os grupos, que se constituem a partir de eventos traumáticos, utilizam a dor compartilhada como instrumento de reivindicação por justiça, memória e reparação. A reflexão proposta com base na indagação sobre a capacidade de organização da sociedade civil para transformação social. E, além, se grupos historicamente marginalizados conseguem articulação eficaz na formulação de políticas públicas. Não há pretensão de trazer respostas definitivas, mas de difundir a análise das estratégias de atuação com base na literatura sobre o tema.

MOBILIZAÇÃO COLETIVA E DISPUTA TERRITORIAL: O TTC COMO INSTRUMENTO DE REAFIRMAÇÃO DA LUTA COLETIVA

Maria Carolina Maziviero, Docente UFPR. Tarcyla Fidalgo Ribeiro, pesquisadora UFRJ/ONG Comunidades Catalisadoras - ComCat. Julia Silveira, graduanda UFPR.

Neste trabalho consideramos as contribuições do Termo Territorial Coletivo (TTC) para a permanência das mobilizações e lutas organizadas pelo acesso à terra e à moradia, por meio de uma abordagem dupla. Primeiro, analisamos experiências de mobilização coletiva em territórios populares, que demonstram o potencial e as dificuldades para manter o acúmulo de poder político coletivo após a conquista da propriedade privada. A seguir, incluímos o potencial latente do TTC, que oferece experiências bem sucedidas de gestão coletiva da terra, desvinculada da construção. A premissa é que os assentamentos informais que já possuem organização social podem conseguir manter sua coesão mais facilmente a partir do compartilhamento da gestão da terra. Selecionamos 3 casos, com diferentes graus de organização social, para possíveis aplicações: i) o caso da Ocupação Anchieta, em Santos/SP, com resistência construída localmente; ii) a Ocupação Marielle Franco, em Curitiba/PR, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e; iii) as áreas regularizadas e com uso comum da terra do sistema faxinalense, em Pinhão/PR. Defendemos que o uso do TTC conjugado a processos de regularização fundiária de assentamentos informais participativos pode impactar positivamente na politização do território, questionando a lógica capitalista da propriedade privada.

CARTOGRAFIA TEMPORÁRIA DO NORDESTE NOVISSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁXIS COLETIVA

Manuela Cristina Rêgo de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais. João Paulo Araújo Souto, Universidade Federal de Minas Gerais.

Os novísimos movimentos sociais são ações ativistas, organizadas por grupos e coletivos urbanos, evidenciados nas redes e nas ruas e articulados a partir de pautas universais. Este artigo, que é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, tem como premissa compreender como esses movimentos, inseridos no contexto do Nordeste do Brasil a partir de 2008, contribuem para a construção de uma práxis coletiva e democrática. Acredita-se que eles possuem um dever revolucionário formado por sujeitos comuns capazes de produzir transformações e enfrentar, mesmo que na micropolítica do cotidiano, a produção de subjetividades neoliberais. Como processo empírico, busca-se aqui apresentar parte dos resultados teórico-metodológicos da disciplina e webinar Cultura e Lutas Urbanas no Nordeste realizado em junho de 2021 que teve por objetivo cartografar as lutas urbanas a partir de uma cartografia realizada junto pesquisadores/ativistas do tema. Para além da compreensão de tais manifestações na escala micro, cabe aqui situar o contexto no qual elas emergem: a cidade neoliberal. Diante disso, este texto se desdobra a partir da (i) contextualização do neoliberalismo enquanto razão e normatividade política- socioeconômica-social, (ii) da discussão sobre os novísimos movimentos sociais e da apresentação do (iii) método cartográfico e resultados parciais do webinar.

CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL AOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Ísis Detomi, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Este artigo retoma o histórico de lutas de mulheres que se valem do espaço urbano como pauta e palco, com um duplo objetivo. Em primeiro lugar, apontar os ganhos explicativos da noção de interseccionalidade, evitando a busca por prioridade divisiva entre as opressões estruturais – de raça, classe e gênero –, mas posturas inclusivas mais aglutinadoras; em segundo, destacar tópicos de lutas feministas ligadas ao cotidiano urbano, que se mantiveram mesmo numa conjuntura adversa. Para tanto, dividimos o trabalho em dois momentos. Num primeiro momento, justificamos a necessidade de um olhar interseccional para a produção do espaço urbano. No segundo, analisamos em que medida organizações de mulheres são "movimentos para dentro e para fora", estabelecem relações de cuidado, pertencimento, reforços recíprocos, reformulações subjetivas que as induzem a outras relações com a cidade.

PARTICIPAÇÃO: DA CONQUISTA SOCIAL À APROPRIAÇÃO ÀS AVESSAS

Elson Manoel Pereira, Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFSC.

O artigo propõe uma reflexão crítica dos últimos vinte anos da participação institucionalizada na política urbana brasileira. Após resgatar o processo histórico de sua implantação, dos avanços e limites do processo participativo, são apresentadas as condições para uma participação de qualidade a partir da avaliação da experiência de elaboração de alguns planos diretores em Santa Catarina. Também é apresentada a reação de certos coletivos frustrados diante de processos participativos que levaram ao questionamento dos códigos legais e mesmo a práticas chamadas insurgentes. Por fim, é mostrada uma mudança do caráter da organização dos agentes econômicos diante dos constrangimentos legais exigidos pela Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade em relação à elaboração e gestão de políticas urbanas, principalmente no que diz respeito à necessidade da participação da sociedade civil.

REPERTÓRIO DE PROTESTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN ENTRE 2013 E 2019

Lindijane de Souza Bento Almeida, UFRN. Raquel Maria da Costa Silveira, UFRN. Ana Vitória Araújo Fernandes, UFRN. Pedro Henrique Correia do Nascimento Oliveira, UFRN.

Desde a redemocratização, os atores sociais no Brasil têm adotado as mais variadas estratégias de participação política nos processos de tomada de decisão. Além disso, destacam-se os eventos de protestos como estratégia de evidenciar pautas públicas. O número de protestos passou a crescer, no Brasil, a partir de 2010, fazendo com que surja a necessidade de compreender o próprio repertório de protestos. A partir de tais elementos, o presente estudo objetiva estudar os protestos na RMN como expressão de suas desigualdades. Para além de uma pesquisa bibliográfica que embasa o marco teórico adotado nessa investigação, utilizamos a metodologia de Análise de Eventos de Protestos (AEP). Foram catalogados 426 eventos de protestos em todo Rio Grande do Norte do ano de 2013 a 2019, destes eventos, 364 ocorreram em pelo menos um município da Região Metropolitana de Natal, sendo possível captar suas principais características a partir do estudo realizado. O estudo responderá aos seguintes questionamentos: quais os enfoques e características dos eventos de protesto na RMN? Como tais eventos expressam as desigualdades inscritas neste recorte?

ESCALA DA INSURGÊNCIA, INSURGÊNCIA DA ESCALA: A CARTOGRAFIA DA AÇÃO DA FESTA LITERÁRIA DO COMPLEXO DO CHAPADÃO

Lara de Araújo Luzente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

Este artigo faz parte de uma investida de trazer para o campo teórico os processos relativos à ação social e enxergar seu potencial a partir da categoria Escala Geográfica. Para isso, o objetivo geral é Compreender a Escala como um importante instrumento de análise para entender a atuação do Coletivo COE. Para consolidar a realização do objetivo exposto, adota-se a pesquisa-ação com intuito de promover uma Cartografia da ação social da Festa Literária do Complexo do Chapadão. Dessa forma, compreende-se que a escala enquanto artifício analítico permite compreender as dinâmicas espaciais e a cartografia da ação enquanto escolha metodológica é uma ferramenta para movimentação social, trazendo para o campo teórico as insurgências dos homens lentos.

APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O PLANEJAMENTO INSURGENTE: TRANSGRESSÃO E LUTA NA PEDRA DE XANGÔ - SALVADOR/BA

Flávio Carvalho Silva, IPPUR/UFRJ. Lalita Kraus, IPPUR/UFRJ. Maria Alice Pereira da Silva, PPGAU-UFBA.

Este texto busca utilizar os conceitos de apropriação social da tecnologia e planejamento insurgente para compreender como o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm desafiado, renovado e incrementado as táticas de resistência social urbana. Para apontar como tais tecnologias podem contribuir para ações contra-hegemônicas é feita uma aproximação com o caso do movimento em defesa da Pedra de Xangô, sítio natural sagrado afro-brasileiro, patrimônio cultural, ambiental e geológico da cidade de Salvador, Bahia, cuja paisagem se configura como símbolo de resistência étnico-racial. Neste artigo buscou-se caracterizar os rebatimentos tecnológicos na ação social do movimento da Pedra de Xangô. Através de uma pesquisa qualitativa, será aplicado um modelo de análise que considera tempo, ação e espaço como eixos fundamentais da transgressão insurgente e lugares fecundos de transformação por meio das tecnologias. Como resultados preliminares, o estudo possibilitou identificar evidências da influência do uso do perfil de Instagram da Pedra de Xangô, e de grupos de Whatsapp como meios de fortalecimento e renovação das táticas de planejamento insurgente.

PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL E MUSEALIZAÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL NO RIO DE JANEIRO: REPERTÓRIOS DE AÇÃO NAS DISPUTAS PELA CIDADE

Taísa de Oliveira Amendola Sanches, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. Mariana Luscher Albinati, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ.

A governança da cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, foi marcada pela lógica neoliberal empreendedorista, que tem como uma de suas principais características as parcerias com o mercado e instituições privadas na produção e renovação do espaço urbano. Tal realidade é vivida e enfrentada de formas distintas pelos diversos grupos sociais da metrópole, que buscam preservar suas memórias e reivindicar sua permanência nos espaços vividos. Neste artigo, nos centramos em analisar práticas de comunalização do patrimônio cultural e de musealização social e territorial como repertórios de ação no processo de enfrentamento popular ao modelo de governança atual.

ALIMENTAÇÃO, CIDADE E TERRITÓRIO: ALTERNATIVAS E RESISTÊNCIAS NO ESPAÇO PERIURBANO DE BELÉM (PA) - O CASO DO GRUPO PARA CONSUMO AGROECOLÓGICO (GRUCA)

Letícia Vicente, Universidade Federal do Pará. Noel Gonzaga, Universidade Federal do Pará. Elis Almeida, Universidade Federal do Pará. Táris Ney Castelo Branco Barros Magalhães, Universidade Federal do Pará (UFPA) / Programa de Pós Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM).

O presente trabalho analisa a relação entre alimentação, território e cidade. Para tal utiliza-se como objeto de estudo o espaço periurbano de Belém (PA), metrópole amazônica que possui além dos espaços e práticas urbanas comuns a outras metrópoles, arranjos socioespaciais com manifestações tradicionais e campesinas. Toma-se como estudo de caso a atuação e vivência do Grupo para Consumo Agroecológico - GRUCA, grupo de consumo responsável que busca aproximar os produtores e consumidores, criando reflexões e práticas sobre uma cadeia de produção que favorece ambos. O trabalho estrutura-se primeiro em uma revisão de literatura sobre a relação entre cidades e alimentação. Em seguida, expõe-se um panorama sobre a constituição do espaço periurbano de Belém. Por último o GRUCA é apresentado pautando-se na experiência e relação dos próprios autores (coordenador do Grupo e consumidores) e também em três pesquisas de campo nas quais houve observação direta, levantamentos espaciais e fotográficos e entrevistas com produtores vinculados ao Grupo. As considerações finais apontam que o atual cenário de crise socioambiental revela a urgência de repensar e reformular tanto as cidades quanto os próprios sistemas alimentares, para que estes contemplem justiça territorial e socioambiental.

HISTÓRIAS CONTADAS: NARRATIVAS DAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA MORADIA NA CIDADE DE MACAPÁ-AP

Vanessa Michele do Nascimento Araújo de Souza, Universidade Federal do Amapá.

Esse artigo busca avançar na compreensão do campo da investigação dos movimentos sociais, aproveitando-se deste trabalho para proporcionar a voz como forma de resistência aos movimentos populares. Os movimentos sociais desempenham papel fundamental como espaços de inclusão dos cidadãos e para o desenvolvimento urbano. Justifica-se a realização deste trabalho na expectativa de publicizar as trajetórias de lideranças dos movimentos sociais que lutam pela moradia na cidade de Macapá. O debate aborda práticas diversas de lutas como forma de fortalecer suas ações e da busca pela garantia do direito à moradia em Macapá. Intenta-se também, difundir a importância dos movimentos sociais, os problemas que enfrentam para sua organização e formação; bem como ter os movimentos sociais como ferramentas que colaboram para a emancipação individual e coletiva no espaço urbano contemporâneo.

MOVIMENTOS URBANOS RECENTES: REPERTÓRIO DE AÇÃO E DESAFIOS À RECONSTRUÇÃO DO FUTURO

Paolo Colosso, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O artigo reconstitui marcos de movimentos sociais urbanos recentes com um duplo objetivo. O primeiro é evidenciar que, para compreendermos o direito à cidade na atualidade, é preciso visualizar em que medida o espaço urbano é não apenas pauta, mas também parte de um repertório de ação de movimentos sociais. Dito de outro modo, há uma geração de outros personagens em cena, que lêem conflitos sociais através do espaço e se valem das condições urbanas no cotidiano de suas lutas. O segundo objetivo é argumentar que, embora movimentos sociais urbanos tenham acumulado forças mesmo na conjuntura regressiva de 2016 a 2022, não há uma força política única que canalize propostas avançadas formuladas no seio de redes societárias do que ficou conhecida como Conferência Popular pelo Direito à Cidade. Nesse sentido, o desafio central do momento presente é como pensar estratégias de capilarização e fortalecimento de tais formulações desde a sociedade, mas com capacidade de incidência sobre os centros de decisão. Para tanto, a apresentação é dividida em três momentos: 1) repassamos marcos culturais de junho de 2013 a 2022, no intuito de mapear atores sociais e práticas que ganharam protagonismo num ciclo de mobilizações recentes; 2) analisamos mais detidamente o que consideramos como o repertório urbano de ação; 3) realizamos um balanço sobre os desafios para o contexto Brasil 2023.

O CANTEIRO AUTOGERIDO E A EXPERIÊNCIA COLETIVA - EMPREENDIMENTOS JOSÉ MARIA AMARAL E FLORESTAN FERNANDES

Renata Miron de Aguiar, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A lógica capitalista estrutura a construção das cidades, tendo como pressuposto a moradia concebida enquanto mercadoria. No contexto do programa Minha Casa Minha Vida-Entidades, observa-se a luta dos movimentos sociais que buscam se contrapor à lógica dominante, na disputa do fundo público e das políticas habitacionais na defesa de direitos por meio de processos emancipatórios, em especial na cidade de São Paulo. O objetivo do artigo é compreender, sob o preceito da autogestão na produção habitacional, a organização e as relações vivenciadas no canteiro autogerido. Através de um estudo qualitativo sobre as experiências dos empreendimentos habitacionais José Maria Amaral e Florestan Fernandes, realizou-se pesquisa documental e entrevistas com sujeitos - mutirantes, técnicos e lideranças - com diferentes competências, unidos pelo trabalho cooperado, resultando numa análise crítica quanto às potencialidades e limites dessa prática coletiva. Assim, é reconhecida a importância da conjuntura política nas relações interpessoais e burocráticas que mediam as relações nos canteiros autogeridos, para desenvolver estratégias de subversão às relações capitalistas pela classe trabalhadora no planejamento e construção das cidades.

QUANDO A PERIFERIA ENTRA EM CENA: MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO 2000-2018

Carina Serra Amancio, Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP.

O presente artigo se propõe a contribuir para a investigação das características dos movimentos sociais surgidos entre os anos 2000 – 2018 na região metropolitana de São Paulo. Em contexto de grande mudança econômica, social e política, nacional e internacional, os movimentos sociais ligados às pautas progressistas, inseridos na chamada “periferia” urbana, têm protagonizado parte das expressões mais contundentes desse novo ciclo social, político e urbano. Destacam-se os diversos levantes que ocuparam as ruas de todo o Brasil com reivindicações pelo direito à cidade. O estudo desses movimentos sociais surgidos a partir do século XXI foi desenvolvido tomando como referência o trabalho de Eder Sader (1970-1980). Buscou-se compreender as transformações nas condições de vida urbanas no período levantado e sua relação com as matrizes discursivas que buscam representá-las e orientar a ação política dos movimentos estudados. Em particular, foi analisado o conceito de periferia. Embora historicamente se encontre associado à carência de infraestrutura, no novo contexto, percebeu-se que passa a descrever a falência de um projeto desenvolvimentista e de integração nacional e a ser reivindicado enquanto “potência” pelos novos movimentos. A pesquisa se deu por meio de bibliografia e entrevistas, e revelou a centralidade da pauta urbana nas reivindicações atuais.



ST 9 – ATHIS E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PUR: RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Comissão Científica Karina Leitão (FAU/USP)
Jorge Bassani (PPGAU/FAUUSP)
Alessandro Filla Rosaneli (PPGeo e
PPU/UFPR)
Cristiane Mansur de Moraes Souza
(PPGDR-FURB)

Ementa

Em um país em que mais de 70% da população vive em áreas precarizadas e 90% tem dificuldade de obter auxílio técnico para a produção do espaço, qual o papel da pesquisa e da extensão na capacitação dos jovens profissionais? Em que medida a pesquisa e o projeto engajados, colaborativos, e voltados para a emancipação tem sido difundidos no campo dos estudos urbanos e regionais? Que formatos e protocolos de assistência e assessoria técnica poderão ser usados no fortalecimento da democracia, da inclusão social, da responsabilidade ambiental e na adequação sociotécnica, por ocasião da reciclagem e regeneração de espaços abandonados em lugares de moradia e convívio para a vida cotidiana? Nesta sessão espera-se receber artigos que ampliem o repertório de possibilidades de atuação profissional (no campo dos estudos urbanos e regionais) nas escalas local, urbana e regional, a partir de experiências brasileiras e de países que enfrentam desafios semelhantes.

Palavras-chave

Assistência Técnica, Pesquisa Ação, Assessoria.

A CABEÇA PENSA ONDE OS PÉS PISAM: APRENDIZADOS COM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ATHIS EM UMA OCUPAÇÃO DA ZONA SUL DA CIDADE DE SÃO PAULO

Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka, FAU USP. Victor Martinez Corrêa e Sá, FAU USP. Martim Ferraz Costa Furtado, FAU USP.

Este artigo apresenta a importância da extensão universitária relacionada a atividade de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) na formação em Arquitetura e Urbanismo a partir da experiência dos autores em um processo de autourbanização em ocupação no extremo sul do município de São Paulo - a ocupação Anchieta Grajaú. Pretende-se evidenciar o potencial de aprender não apenas sobre os territórios populares, mas com eles, apontando também para a centralidade da dimensão prática (aprender fazendo) na atuação profissional. Para isso, são apresentadas duas atuações da assessoria técnica em parceria com os moradores e universidade: o processo de autourbanização e a construção de 51 casas embrião. Sobre estes, são apontadas experiências de trocas de saberes, conflitos e formas de produção do espaço. Conclui-se evidenciando como estes aprendizados são importantes para a formação em arquitetura e urbanismo.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A LUTA PELA MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA TRADICIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PRAINHA E FIBRA

Eric de Souza Estevão, Universidade Federal de Sergipe. Lizandra Messias da Silva, Universidade Federal de Sergipe.

O presente relato de experiência apresenta uma vivência ocorrida durante uma tarde de visita técnica a duas comunidades tradicionais pesqueiras que estão localizadas à margem do Rio Sergipe, na cidade de Aracaju/SE. Para além estarem à margem desse grande rio, já bem próximo a sua foz, essas duas comunidades também se encontram à beira do colapso e do desaparecimento, devido às políticas urbanas da capital sergipana que, assim como em outros grandes centros urbanos, prioriza a especulação imobiliária e renega as tradições. Serão apresentadas histórias de existência, de luta e persistência para assegurar o direito ao território e também de resistência, recolhidas em diálogos para a compreensão do território e organização do GT Fibra pelo Trapiche - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe.

AMAZÔNIA DESCONHECIDA: SALA DE AULA SEM PAREDES EM COMUNIDADE RIBEIRINHA

Ana Klaudia Perdigão, Universidade Federal do Pará. Nivea Gabriela Albuquerque, Universidade Federal do Pará.

Apresenta-se um projeto de extensão, em curso no período 2022-2023, vinculado ao ITEC-UFPA, que envolve a formação de olhar conjunto da arquitetura e da engenharia para projeto e construção de espaço de saúde para comunidades ribeirinhas na orla da RMB, com a perspectiva associada na elaboração de diretrizes técnicas, legais e éticas em ATHIS. De um ponto de vista acadêmico, pesquisa, ensino e extensão se mostram indissociáveis à proposta político-pedagógica plural e aberta, ao serem capazes de incorporar novos formatos ao mundo do conhecimento. A atividade extensionista em comunidades ribeirinhas da Amazônia apresenta desafio precioso ao estabelecer diálogo franco entre saberes formais e informais e ambiente acadêmico, comprometendo-o com o respeito ao lugar amazônico e sua gente. Este projeto de extensão apresenta duas fases bem marcadas: uma já realizada, em que algumas ações puderam ser compartilhadas e discutidas na comunidade, para que, na segunda fase, sejam realizadas as soluções de projeto e execução de um espaço para prestação de serviços odontológicos e médicos. Espera-se que o produto a ser alcançado permita o enriquecimento da extensão como prática pedagógica na formação do arquiteto e urbanista por meio de um olhar técnico ampliado, envolvendo um pensamento projetual mais comprometido com o lugar.

ASSESSORIA E EXTENSÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NAS OCUPAÇÕES URBANAS DE BELO HORIZONTE

Tiago Castelo Branco Lourenço, Universidade Federal de Minas Gerais.

Neste artigo apresento reflexões a partir de experiências de assessoria técnica direta, atividades de extensão universitária e em disciplinas extensionistas em arquitetura e urbanismo junto aos grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva, Emanuel Guarani Kaiowá, Rosa Leão, Esperança, Vitória e Helena Greco — as últimas quatro conhecidas como Ocupações da Izidora. Discuto as referidas ocupações como movimentos sociais urbanos que ocorrem em Belo Horizonte e região desde o ano de 2008. Apresento brevemente reflexões sobre estratégias de registro técnico das atividades de assessoria e extensão universitária através da crônica narrativa.

ÁTICO: EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES E PARTICIPATIVAS DE UM ESCRITÓRIO MODELO EM SÃO PAULO

Driely de Oliveira Carvalho, Estudante de Graduação no Instituto Federal de São Paulo, Campus SPO. Ana Beatriz Fidelis Donato, Estudante de Graduação no Instituto Federal de São Paulo, Campus SPO. Talita Andrade Ferreira, Estudante de Graduação no Instituto Federal de São Paulo, Campus SPO. Maria Beatrice Giannoni Santucci, Estudante de Graduação no Instituto Federal de São Paulo, Campus SPO. Caroline Kaori Oshiro, Estudante de Graduação no Instituto Federal de São Paulo, Campus SPO.

O vertiginoso processo de urbanização, na segunda metade do século XX, tem como fruto a ratificação da desigualdade socioeconômica, assim como o acesso ao Direito à Cidade e à qualidade de vida. Nesse contexto, a ÁTICO, como projeto de extensão universitária do Instituto Federal de São Paulo, visa atuar como agente de transformação social, aplicando os conhecimentos adquiridos no meio acadêmico, através de atividades relacionadas à projetos de construção e proposição de melhorias para moradias precárias e espaço de convivência para a população de baixa renda. No presente artigo, são apresentadas as experiências e desenvolvimento dos projetos elaborados pelos autores — Nova Praça Kantuta; Vila Santo Antônio do Canindé; EMEF Estação Jaraguá; e Ocupações Esperança e Ribeirão Vermelho —, assim como a importância da atuação horizontal e multidisciplinar, afim de proporcionar maior participação da comunidade e intensificar a troca de saberes.

ASSESSORIA DE NÓS: UM TRABALHO DE MUITAS MÃOS

Juliana Hermsdorf, UFPE. Keylane Dias, UFBA. Victor Ferreira, UFBA.

Este artigo reflete sobre os processos e desdobramentos relacionados à nossa atuação como grupo de Assessoria Técnica junto à Ocupação Quilombo Guerreira Dandara desde o ano de 2021 até o momento presente. O Quilombo está vinculado ao Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) e fica localizado no bairro de Cassange em Salvador, Bahia. A experiência relatada neste artigo teve início através da extensão na pós-graduação da Universidade Federal da Bahia no curso de Especialização para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade (Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia) dentro do contexto da pandemia de Covid-19. Mais do que apresentar os resultados, nos interessa cruzar nossa atuação com temas particulares do próprio campo e compartilhar não só o processo de construção do trabalho, mas seus desdobramentos e perspectivas para atuação profissional a partir da nossa experiência.

ENTRE O MOVIMENTO SOCIAL E A UNIVERSIDADE: A CONSTRUÇÃO DE UMA ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR

Leticia Araújo Notini, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG).

Este artigo traz um relato da experiência de construção, dentro de um movimento social de luta por moradia em Minas Gerais, de uma assessoria técnica popular, coletivo composto majoritariamente por estudantes universitários que vinham se formando entre práticas extensionistas e militantes. A consolidação deste espaço surge como uma estratégia de organização do trabalho que vinha sendo desenvolvido por uma grande militância, principalmente da área da arquitetura e do urbanismo, e que vinha construindo um modo e um tempo mais cotidiano e alinhado aos processos dentro do movimento e dos territórios populares. Debruçar-se sobre as experiências junto a coletivos de assessoria técnica tem por objetivo investigar dinâmicas, estratégias e atravessamentos que revelem pistas para a crítica e para a prática. Este artigo vem corroborar com essa investigação de modo a criar costuras entre a assessoria técnica, o movimento, a universidade, as inquietações sobre a prática e a crítica ao modo hegemônico de produção arquitetônica.

QUINTAL NOS BAIRROS: A PRODUÇÃO COLABORATIVA DE LUGAR EM GOIÂNIA

Wagner de Souza Rezende, Universidade Federal de Goiás. Lucas Carilli Brito Ferreira, Universidade Federal de Goiás.

Este artigo é o relato de um processo de projeto colaborativo, desdobramento de uma parceria iniciada em 2020 entre moradores de bairros da periferia de Goiânia e a Universidade Federal de Goiás. Após alguns meses de diálogo entre os representantes dos bairros e alguns professores da UFG, a demanda do projeto de uma praça, por meio de uma assessoria técnica, foi apresentada ao Coletivo Experimental do Habitar Político. Também conhecido pela comunidade acadêmica como “Quintal”, esse coletivo é formado por alunos e professores com experiência nos diálogos sobre habitação de interesse social (HIS) em diversas comunidades da periferia de Goiânia. Essa iniciativa demonstra a união de forças dos moradores da região para enfrentamento à condição precária de habitabilidade que o bairro apresenta, que pode ser comprovada pela ausência de equipamentos urbanos nas áreas da saúde, segurança, educação e lazer. Partimos da premissa de que o projeto é um instrumento de transformação do território, que, mediado por processos de criação coletiva e colaboração técnica, demandam estratégias específicas para promover inovação social. Nesse sentido, a ação local “Quintal nos Bairros” foi mais que uma experiência colaborativa de projeto na periferia de Goiânia. Além da troca de saberes, práticas e experiências entre profissionais, estudantes e moradores dos bairros Orlando de Moraes e Antônio Carlos Pires, localizados na região Norte de Goiânia, promoveu a reflexão sobre a produção de comuns urbanos na forma de lugares compartilhados.

RESISTÊNCIA E PLANEJAMENTO POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA TÉCNICA NA OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA

Anderson Mateus Santos da Silva, Universidade Federal do Ceará. Vinicius Saraiva Barretto, Universidade Federal do Ceará.

A produção do espaço urbano e seu planejamento ocorre de diferentes maneiras através de agentes e relações diversas. Diante do atual cenário de crise habitacional em Fortaleza, surgiram nos últimos anos várias ocupações urbanas na cidade. O presente artigo surge da experiência de assessoria técnica incorporada nos Trabalhos Finais de Graduação de dois estudantes de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará junto a Ocupação Carlos Marighella. As famílias se fixaram em um terreno privado vazio no bairro Mondubim, na cidade de Fortaleza, apoiadas e organizadas pela Unidade Classista e pela Organização Popular (OPA), e assessoradas por um grupo de arquitetos da OSC Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade e do Coletivo Escalar, bem como de arquitetos independentes e estudantes de graduação. Dessa forma, o artigo busca discorrer sobre a prática de assessoria e as metodologias utilizadas durante os processos de planejamento, principalmente durante o ano de 2021, com a necessidade de avançar em um plano popular para a ocupação, que apresentasse soluções habitacionais e urbanísticas para as famílias e o terreno onde hoje se encontram, levando em consideração a participação dos moradores e de seus interesses e saberes.

ASSESSORIA TÉCNICA E A LÓGICA DA GAMBIARRA COMO PROCESSO DE CRIAÇÃO: PONTOS DE HIGIENIZAÇÃO EM COMUNIDADES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Thais Oliveira Ponte, Universidade de São Paulo. João Lucas Vieira Nogueira, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Em meio à pandemia de Corona Vírus, pessoas de comunidades em situação de vulnerabilidade não tinham acesso a água potável para lavar as mãos – medida sanitária mínima de prevenção à doença. Nesse contexto, surgiu a campanha emergencial Uma Mão Lava Outra, organizada e financiada pela Habitat para Humanidade Brasil e que arrecadou recursos financeiros destinados para a instalação de mais de 300 pias comunitárias em 13 estados brasileiros. No Nordeste a campanha foi mobilizada através do Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste que viabilizou por meio de suas assessorias técnicas componentes a construção de 58 pias comunitárias para lavagem de mãos em 18 localidades de diferentes cidades da região. Para que o projeto se concretizasse foi necessário um processo de criação baseado na lógica da gambiarra, entretecendo além de diferentes objetos e materiais em distintos contextos de uso, o conhecimento formal e o popular, através da parceria entre assessores técnicos e moradores locais na elaboração dos pontos de higienização. Aqui será relatada a experiência em Fortaleza, Ceará.

CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA REDUÇÃO DE DESCONFORMIDADES SOCIOAMBIENTAIS URBANAS

Antonio Cleison de Souza Costa, Universidade Federal do Pará. Miryam Silvana da Silva Ataíde dos Santos, Universidade Federal do Pará. Daniel Alvino Mesquita, Universidade Federal do Pará. Renato Martins das Neves, Universidade Federal do Pará.

O trabalho reflete sobre o uso da cartografia social e suas ressonâncias como ferramenta de auxílio à leitura e percepções comunitárias sobre a divisão político administrativa de bairros nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba no Estado Pará, no âmbito do Projeto de Assistência Técnica, denominado Meu Endereço Certo, que tem por objetivo contribuir para redução de desconformidades socioambientais urbanos. Desta forma, busca-se elementos que possam indicar situações que geram conflitos e/ou reforçam exclusão nas relações estado-sociedade. A elaboração da cartografia social a partir do conhecimento dos moradores indicaram sobreposições e inconsistências nos limites dos bairros, os quais permitiram orientá-los sobre os limites normativos a partir do emprego de soluções georreferenciadas, o que impulsionou a superar os desafios urbanos, ambientais e sociopolíticos na leitura espacial e acesso a serviços. A metodologia aplicada foi à pesquisa-ação ou participante, levantamento documental, pesquisa de campo e a cartografia como um meio fundamental de representação espacial. Os resultados apontam para a necessidade de inclusão do conhecimento dos agentes locais envolvidos na dinâmica de reconhecimento na cidade, da diversidade de interesses e dos processos decisórios que podem ter nas políticas locais rebatimentos nas políticas nacionais de ordenamento territorial.

DIREITO, ESPAÇO E POLÍTICA: A INCIDÊNCIA DA CARTOGRAFIA JURÍDICA NOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO

Júlia Ávila Franzoni, Labá – Direito, Espaço & Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Raquel Pires, Labá – Direito, Espaço & Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Gisele Figueiredo, Labá – Direito, Espaço & Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Maria Eduarda Lessa, Labá – Direito, Espaço & Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tendo como base o projeto “Cartografias jurídicas - mapeando conflitos fundiários urbanos no Rio de Janeiro”, do grupo de pesquisa e extensão Labá - direito, espaço e política, este trabalho tem por objetivo discutir a cartografia jurídica enquanto método de compreensão da dinâmica fundiária da cidade e seu papel fundamental no enfrentamento à tendência de “despacialização” do direito e seus desdobramentos na elaboração de táticas de defesa processual e também na construção de políticas públicas habitacionais. O artigo é desenvolvido em três diferentes escalas da atuação do projeto, ao que busca discutir a correlação e repercussão dos dados sobre conflitos fundiários em cada uma delas.

ENSAIOS E FORMAÇÃO DE ATO-AÇÃO: ENTRE A CEGUEIRA E A LUCIDEZ DA LUZ

Antonio Aparecido Fabiano Junior, professor Universidade Presbiteriana Mackenzie. Gabriela de Miranda Papi, estudante Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Este trabalho – relato da fase atual de um arco de atuação em projeto nos Campos Elíseos, São Paulo, iniciado em 2017, pelo escritório modelo XXXX, da FAU XXXX – tem como perspectiva a construção e o entendimento de metodologia de projeto, a partir de uma experiência que coloca em discussão hipóteses projetuais, urbanas e arquitetônicas, voltadas à habitação e à ocupação artística em edifício tombado. Associado a equipe transdisciplinar, e tendo por base processo de aproximação aos tempos de ocupação, modos de vida, usos e apropriações do espaço público, participações institucionais, violências do Estado, espoliações e expulsões urbanas inerentes aos processos de reestruturação socio-espacial atrelados ao capital e ações insurgentes, apresenta-se reflexões em cruzamentos entre o desafio do processo de ensino-aprendizado, que reconhece a Universidade como ferramenta de reflexão, debate crítico, form(ul)ação e proposição de alternativas, atreladas às lutas sociais que se comuniquem com a ação efetiva, por meio de elementos concretos para discutir o direito ao espaço e à cidade, como lugar de experiência a ser vivida e a busca por um outro e necessário sentido de mundo, como instrumento de comprometimento para a formulação de ambientes para a vida.

A GRAMÁTICA DAS CONTRADIÇÕES: ASSESSORIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO CONFLITOS URBANO E FUNDIÁRIO NA COMUNIDADE DA LINHA, RECIFE-PE

Izabella Galera, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/ Laboratório Espaço e Política – LEP. Luan Silva Melo, USP – Universidade de São Paulo/ Laboratório de Habitação – Labhab.

Esse artigo propõe um relato de experiência, lançando luz sobre os limites e possibilidades na utilização de instrumentos técnicos, comuns ao planejamento formal, nos processos de assessoria técnica para habitação de interesse social em contexto de conflitos urbanos. O intuito é investigar uma gramática de repertórios e contradições inerentes a estas práticas por meio da experiência em curso com o projeto de extensão “A Linha do trem e a Linha da vida: despejo, pandemia e o papel da assessoria técnica popular junto ao Conflito fundiário na Comunidade da Linha, em Recife, PE” desenvolvido pelo Laboratório Espaço e Política da Universidade Federal de Pernambuco, que junto de uma rede de assessorias técnicas, têm trabalhado no desenvolvimento de Planos Alternativos para a defesa da Comunidade da Linha, Zona Sul do Recife-PE. Embasado na tríade do planejamento conflitual, assessoria técnica para habitação de interesse social e a educação popular, este trabalho almeja contribuir com o repertório de grupos sócio-espaciais vulnerabilizados e profissionais engajados em conflitos fundiários em territórios populares.

A IMPLICAÇÃO DO PESQUISADOR E PERMANÊNCIA AO LONGO DO TEMPO NO CAMPO COMO PARTE DA ESTRATÉGIA DA PESQUISA-AÇÃO E POSTURA ÉTICA - CASO GAIVOTAS

Francisco de Assis Comarú, UFABC. Hulda Erna Wehmann, UFABC. Mariana Ohara Morita Abreu, UFABC. Paulo Ricardo Marinho Marques da Silva, UFABC.

Este trabalho apresenta, através da parceria desenvolvida entre a UFABC e a Comunidade Jardim Gaivotas em prol do direito à moradia e à cidade, reflexões sobre a pesquisa-ação enquanto estratégia de co-produção do território. A experiência é relatada desde as demandas iniciais, a postura adotada pelo grupo de pesquisa, ao detalhamento das ações desenvolvidas. Buscou-se delinear como se deram as relações e aprendizados no processo participativo, numa reflexão sobre a importância da longa permanência num mesmo território, das diferentes temporalidades e da troca de saberes entre universidade e comunidade como oportunidade para a construção de novos repertórios, linguagens e estratégias que conectem os diferentes atores importantes no processo de produção das cidades.

O FÓRUM DIREITO À CIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE POLÍTICAS E PROJETOS URBANOS POPULARES

Sarah de Andrade e Andrade, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Rodrigo Silva, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Érica Milena C. G. Leôncio, Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN. Amíria Bezerra Brasil, Professora do Departamento de Arquitetura da UFRN.

O relato de experiência desenvolvido, recupera as principais atividades desenvolvidas pelo Fórum Direito à Cidade enquanto projeto de extensão universitária, no ano de 2022. Dedicado à construção e consolidação de um espaço de articulação e debate técnico-popular sobre as questões urbanas e territoriais de Natal e sua Região Metropolitana, enfatizamos aqui, no entanto, as ações formativas que iluminam as possibilidades de tecer práticas alternativas de planejamento urbano. Enfocamos pontualmente os desdobramentos já evidentes do último processo de revisão do Plano Diretor, gerando conflitos ao redor da regularização fundiária de territórios populares na orla de Natal e nos debruçamos demoradamente sobre a construção e participação do Curso de Formação de Ativistas e da Conferência Popular pelo Direito à Cidade, atividades que nos permitiram experimentar a construção coletiva de novos saberes, novas práticas e novas teorias, gestadas a partir da troca de experiências entre a comunidade acadêmica e não acadêmica, convergindo para o entendimento da educação popular como estratégia de enfrentamento aos retrocessos e desmonte das políticas públicas populares, fruto do aprofundamento de um modelo de sociedade e de cidade excludentes, que perpetuam e aprofundam as perversas consequências do racismo, do capitalismo e do patriarcado.

O PAPEL DOS ESTUDANTES NA CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA

Hernán Espinoza Riera, Universidad Central del Ecuador / Universidade de São Paulo.

A extensão universitária é o meio pelo qual a universidade interage com a sociedade. Na América Latina, sua construção histórica apresenta características próprias que se misturam com a formação de: movimentos estudantis, universidades e do próprio Estado. Neste trabalho indagamos, especificamente, sobre o papel dos estudantes na construção histórica da extensão universitária latino-americana durante o século XX. A análise da formação dos movimentos estudantis e a construção da extensão universitária nos permite ter uma visão crítica na formação acadêmica dos nossos estudantes e apresenta novos desafios teórico-prático para nossa atuação nos territórios.

PESQUISA-AÇÃO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PRÁTICA E FORMAÇÃO EM ASSESSORIA TÉCNICA PELO DIREITO À MORADIA EM ÁREAS CENTRAIS

Nathália Conte Mendes Batista, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS-UFABC). Bárbara Caetano Damasceno, FAUUSP. Lara Isa Costa Ferreira, FAUUSP. Driely de Oliveira Carvalho, Instituto Federal de São Paulo, Campus SPO. Natália Bruciaferi Goncalves da Silva, FAUUSP.

Este artigo resulta de uma reflexão sobre a formação para assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, tomando como referência o trabalho desenvolvido pela Peabiru TCA (Trabalhos Comunitários e Ambientais) na assessoria a ocupações do centro desde 2020 e a relação deste trabalho com a universidade, através de projetos de pesquisa-ação, extensão e estágios curriculares. A assessoria técnica a ocupações de prédios em áreas centrais tem sido construído a muitas mãos, por inúmeros agentes fundamentais para a definição do arcabouço técnico-político, como é o caso dos principais protagonistas, os movimentos de moradia e as famílias assessoradas, mas também organizações de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, direito, engenharias, assistência social entre outras disciplinas, universidades, colaboradores individuais, e a até órgãos do poder público, como a defesa civil. O artigo apresenta uma análise descritiva dessa construção, a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Peabiru em colaboração com a universidade sob a perspectiva do processo formativo de assessoras(es) técnicas(os) nas ocupações em áreas centrais, mas buscando contextualizar esses trabalhos dentro da rede de articulações de assessoramento e apoio à luta pelo direito à moradia digna e acessível, em áreas centrais para famílias de baixa renda.

SINTEGRAÇÃO COMO INTERFACE NUMA DISCIPLINA EXTENSIONISTA

Ana Paula Baltazar, Escola de Arquitetura UFMG. José dos Santos Cabral Filho, Escola de Arquitetura UFMG.

Este artigo apresenta uma estrutura cibernética adotada em uma disciplina extensionista no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Experimentamos duas mudanças na abordagem usual da educação e prática no campo da arquitetura e urbanismo. Uma primeira é a mudança do ensino para a aprendizagem, desviando o foco do ensino pelo enquadramento e solução de problemas para o projeto do processo de projeto arquitetônico e urbano – o designing designing de John Chris Jones. A outra mudança diz respeito à superação dos processos participativos habituais — que acabam impondo a cultura dos profissionais nos grupos sócio-espaciais — e aponta para a construção de uma abordagem dialógica. Neste artigo discutimos a adaptação da estratégia dialógica da Sinteagração (metodologia proposta por Stafford Beer para ir além de disputas) para que estudantes e o Grupo de Teatro do Bação (Itabirito, MG) experimentassem um processo de trabalho aberto e problematizador. A construção coletiva permitiu que estudantes e comunidade se familiarizassem com a estratégia de abertura e também que o Grupo de Teatro considerasse a reforma de sua sede como uma questão rururbana ampla e complexa, entendendo a importância das atividades do teatro em relação ao distrito, para além do mero projeto de um edifício.

TERRA EM DISPUTA: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS NAS OCUPAÇÕES EM FORTALEZA

Renato Pequeno, PPGAUD - UFC. Vinicius Saraiva Barretto, PPGAUD - UFC.

Neste artigo apresentaremos os resultados de atividades realizadas por grupo de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coletivos de assessoria técnica, abordando o seu encadeamento e evidenciando os processos nos quais se inseriu, com destaque para a questão da terra e os conflitos fundiários a ela associados. Em sua primeira sessão, destacamos as ações voltadas para a democratização do acesso à terra urbanizada, a partir da luta pela implementação das Zeis como parte da formação de arena de debates sobre os problemas habitacionais em Fortaleza. Em seguida, trataremos de estudos urbanísticos sobre as denúncias de remoções na cidade em seus números e em sua distribuição espacial, pontuando a construção do Grupo de Trabalho Moradia, notadamente no enfrentamento de despejos forçados. Por fim, apontamos as recentes ações de coletivos de assessoria técnica atuantes em ocupações atreladas a disputas fundiárias. Realce especial para as atividades de diagnóstico e as proposições, bem como na participação em processos conflituosos recentes, revelando avanços e possibilidades de atuação profissional vinculados às práticas autogestionárias de produção social do habitat.

COLETIVO GINGA COM TAPIOCA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA EM DEFESA DO DIREITO À CIDADE

Maria Caroline Farkat Diógenes, Doutoranda do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Fernanda Maria da Mata Dias, Mestranda do Departamento de Políticas Públicas da UFRN. Higo Vinícius Araújo Cavalcanti, Graduando do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Luis Lucas Martins Peixoto, Graduando do Departamento de Direito da UFRN. Pedro Levi Lima Oliveira, UFRN.

O presente artigo conta a experiência de um núcleo de Assistência técnica de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o qual nasce pela articulação do Centro de Referência em Assistência Social da Redinha (CRAS) e junto com ele, para defesa do direito à cidade dos quiosqueiros da orla mediante ameaça de expulsão previsto no projeto de reurbanização da orla da desta praia. Este núcleo passou-se a ser denominado Coletivo Ginga com tapioca e tem como metodologia de atuação a participação mediante reuniões presenciais para construção coletiva de compreensão e defesa de direitos. Estruturalmente, o artigo se divide em seis partes. Primeiro a introdução, segundo a contextualização do problema, terceiro os marcos teóricos norteadores, quarto a inserção no Projeto Orla, quinto a atuação no processo do Ministério Público, sexto o relato das oficinas participativas, para tecermos as considerações finais. Para compreendermos Direito à Cidade utilizamos Nelson Saule Júnior (2016) e LEFEBVRE (2001). Quanto à inspiração do que é participação bebemos na fonte de Paulo Freire (XXXX). Com isso pudemos compreender, ao final, um pouco mais da complexidade do urbano relatada nas experiências trazidas na história dessa construção coletiva apresentada neste documento.

LABORATÓRIOS VIVOS COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO AS ARBOVIROSES NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Yuri Batista Oliveira Gomes, UEPB. Ângela Maria cavacanti Ramalho, UEPB. Cidoval Moraes de Sousa, UEPB. Karine Tavares de Fariás, UEPB.

Este resumo apresenta a experiência dos Laboratórios Vivos como estratégia de enfrentamento as arboviroses no semiárido paraibano, vinculado ao Projeto Zika da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que se propõe a promover saúde e qualidade de vida em municípios do semiárido paraibano a partir de ações inovadoras de educação para a cidadania ambiental para enfrentar a tríplice epidemia (Dengue, Zika e Chikungunya). O projeto envolve professores e alunos do ensino fundamental e profissionais da saúde, no desenvolvimento de processos de tecnologias apropriadas socialmente desenvolvidas com base no que se chama de Metodologia do Laboratório Vivo. O conceito de LVs se baseia na abordagem da co-criação entre educandos e educadores, integrando os processos de pesquisa e inovação. Os LVs são um espaço aberto ao público e têm como preocupação central gerar inovações sociais, como unidades demonstrativas denominados Laboratórios Vivos, como espaço para aulas práticas, mostras e exposições nas escolas e ambientes públicos, voltadas à conscientização, formação e capacitação de professores, estudantes, agricultores experimentadores, técnicos, gestores de unidades produtivas e organizações sociais do Semiárido paraibano. O Projeto Zika utiliza-se de vários instrumentos e estratégias: escutatórias, oficinas e seminários.

DA COEXISTÊNCIA SOCIOECOLÓGICA À CONVERGÊNCIAS ENTRE URBANIZAÇÃO E NATUREZA: COLABORAÇÕES EM REDE DE PESQUISA E EXTENSÃO

Heliana Faria Mettig Rocha, UFBA. Liza Andrade, UnB.

Introdução à problemática emergente que reconhece a coexistência das questões sociais e ambientais nos processos urbanos contemporâneos com vistas a possíveis caminhos de convergências socioecológicas. Revisão bibliográfica e aspectos teóricos norteadores. Aspectos metodológicos e breve histórico dos grupos envolvidos na rede colaborativa de ensino-pesquisa-extensão. Mapeamento da rede convergências socioecológicas em formação. Linha do tempo e trajetória dos sete encontros realizados entre 2020 e 2022. Análise dos conteúdos trabalhados nos encontros, aprendizados e desdobramentos. A conexão em rede colaborativa tem possibilitado reunir esforços como oportunidade de apresentar questões reais, persistentes e cotidianas, em busca de respostas que envolvem a criação de cidades e comunidades mais democráticas, justas e inclusivas, considerando revisitar as narrativas e reconhecendo o devido lugar das práticas comunitárias emergentes e práticas insurgentes como agentes de transformação socioespacial.

A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EM RIO BRANCO DO SUL – PR E A EXPERIÊNCIA DE ATHIS POR MEIO DO KIT MORADIA

Alessandro Lunelli, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. Aline Sanches, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo / Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul. Marcelle Borges Lemes da Silva, Observatório das Metrôpoles Núcleo Curitiba. Kelly Maria Christine Mengarda Vasco, Laboratório de Habitação e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná / Observatório das Metrôpoles Núcleo Curitiba.

O presente artigo tem o objetivo de avaliar a experiência de implementação, por iniciativa pública, da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) no município de Rio Branco do Sul, no Paraná. Parte-se do princípio que a ATHIS exerce um papel crucial na ruptura do paradigma do planejamento estratégico tradicional, em que predomina a concepção de políticas públicas focadas na eficácia e eficiência para minimização de gastos do Estado. Este trabalho, desse modo, analisa a conjuntura de produção e execução das políticas públicas no município, apresenta um contexto socioespacial que embasa a atuação voltada à Habitação de Interesse Social e detalha a concessão de um benefício habitacional chamado de “Kit Moradia” e sua correlação com a ATHIS em Rio Branco do Sul, por meio da concessão de 12 benefícios. Como resultado, verificou-se que a experiência enquanto projeto piloto é valiosa por ter permitido implementar e equacionar um serviço que não é expertise do poder público, além de normatizar a ATHIS. Em contrapartida, a sua implementação divergiu do caráter descentralizado de gestão e produção habitacional, tornando o Kit Moradia um “produto-fim”, executado sem a perspectiva de uma política ampla de HIS.

ANÁLISE CRÍTICA DE UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA TÉCNICA (EM EDITAL) COM MULHERES

Thaís Matos Moreno, Universidade Federal de Minas Gerais. Francisca Bruna Santiago Viana Cavalcante, Observatório das Metrópoles Núcleo Fortaleza - Universidade Federal do Ceará. Júlia Brito Mafaldo, Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade.

Partindo de uma perspectiva crítica da prática em arquitetura e urbanismo, este artigo se propõe a fazer um apanhado de nossa atuação como arquitetas dentro do Conjunto Palmeiras, bairro de periferia de Fortaleza-CE, em 2020. Analisado dois anos depois, este trabalho de produção de documentação para Regularização Fundiária foi financiado pelo CAU-CE em Edital de ATHIS e realizado num contexto de agravamento das desigualdades sociais na cidade, devido ao advento da pandemia de Covid-19. Ao longo do texto, apresentamos nossa atuação; discutimos os papéis dos atores envolvidos no processo e compreendemos se contribuimos para algum ganho de autonomia das mulheres envolvidas, com o apoio da revisão de literatura de ILLICH (2000); BALTAZAR & KAPP (2016), KAPP et al. (2012), dentre outros. Por fim, nossa atuação revelou-se como uma prática distante de nossas intenções iniciais, que idealizavam um processo com algum tipo de ganho de autonomia. Este trabalho não busca chegar num modelo de atuação de arquitetas em favelas, mas sim focar na análise do processo e nas contradições existentes. Acreditamos que escrever sobre essa experiência é uma oportunidade de refletir criticamente sobre a nossa atuação no sentido de contribuir para ampliar a perspectiva crítica de atuação da arquitetura.



ST 10 – CRISE SANITÁRIA E REESTRUTURAÇÃO URBANA

Comissão Científica José Julio Ferreira Lima
(PPGAU/UFPA)
Camilo Vladimir de Lima Amaral
(PPGPC/UFG)
José Almir Farias Filho
(PPGAU+D/UFC)

Ementa

A ocorrência da pandemia da COVID-19 representou uma alteração na vida em sociedade. As repercussões nas cidades, locais de trabalho e moradia são ainda objeto de especulações, quanto aos seus impactos intraurbanos. Nesse sentido, de observar o “novo normal” do contexto pós-pandemia, esta sessão busca entender: Em que medida haverá alterações nos espaços públicos? Como a estrutura de mobilidade e de permanência nos espaços públicos urbanos será alterada?

Palavras-chave

O espaço da vida e o espaço do trabalho Pós-Covid-19. Trabalho Remoto. Concepções de Equipamentos públicos. Novas atribuições dos Espaços Públicos.

EFFECTOS SOCIOECONÓMICOS DE LA PANDEMIA DEL NUEVO CORONAVIRUS. ESTUDIO DE CASOS MÚLTIPLES: SÃO PAULO (BRASIL), MEDELLÍN (COLOMBIA) Y HAIFA (ISRAEL)

João Alexandre Paschoalin Filho, UNINOVE. Daniela Belchior Brito, UNINOVE. John Frédy Lopéz-Pérez, Universidad De Medellín. Carolina Schmukler Birenbaum, Hebrew University.

A crise gerada pela pandemia do vírus COVID-19 atingiu as cidades de diversas formas, criando novos problemas e intensificando os já existentes, bem como incentivando e catalisando soluções para um planejamento urbano direcionado à qualidade de vida e à sustentabilidade. Neste contexto, este artigo traz a identificação dos principais efeitos socioeconômicos decorrentes da pandemia. Para tal, foi conduzida uma revisão bibliográfica e, por conseguinte, a elaboração de um roteiro de entrevista para analisar como os efeitos influenciaram o cotidiano dos cidadãos de São Paulo (Brasil), Medellín (Colômbia) e Haifa (Israel). O conteúdo das entrevistas foi analisado pelo software Iramuteq e discutido com base nos panoramas obtidos de cada cidade. Os resultados indicaram que as atividades econômicas predominantes em cada localidade podem influenciar na capacidade de resiliência. Assim sendo, torna-se relevante a diversificação destas atividades, além da adoção de medidas de contenção da pandemia adaptadas para cada contexto socioeconômico, considerando suas especificidades. Com isso, demonstra-se a necessidade de buscar soluções para proporcionar maior acessibilidade das populações menos favorecidas à melhor qualidade de vida e ao acesso a serviços públicos.

O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NAS CIDADES DE MAPUTO (MOÇAMBIQUE), ABUJA (NIGÉRIA) E PORTO (PORTUGAL) NA VISÃO DOS MUNÍCIPES

João Alexandre Paschoalin Filho, UNINOVE. Daniela Belchior Brito, UNINOVE. John Frédy Lopéz-Pérez, Universidad De Medellín. António José Guerner Dias, Universidade Do Porto.

A crise gerada pela pelo novo coronavírus atingiu as cidades de diversas formas, criando problemas e intensificando os já existentes. Neste contexto, esta pesquisa tem o objetivo de identificar os principais efeitos decorrentes da pandemia na visão da população. Para tal, foi elaborado um roteiro de entrevista composto por três eixos: a) socioeconômico, b) gestão pública e c) espaço urbano. As entrevistas foram conduzidas em três cidades: Porto (Portugal), Maputo (Moçambique) e Abuja (Nigéria). Os discursos foram analisados com auxílio do software Iramuteq, sendo discutidos com base nas especificidades de cada cidade. Os resultados evidenciaram que os entrevistados demonstraram mesmas preocupações. De uma forma geral, as ações tomadas pelos governos foram bem aceitas, no entanto os indivíduos ouvidos demonstraram preocupação com as consequências destas; principalmente em relação a situação econômica. Todos os entrevistados apontaram descontentamento com o transporte público devido a aglomeração excessiva e os riscos de propagação da doença. Outro aspecto de descontentamento apontado pelos entrevistados consistiu na alteração da forma de educação, que passou de presencial para online. Além da queda de qualidade percebida pelos indivíduos, a segregação digital, principalmente nas camadas mais carentes, dificultou o acesso de várias pessoas às atividades educacionais.

PAISAGEM HUMANIZADA: MODELOS DE REFERÊNCIA PARA GESTÃO DA CIDADE (PÓS-)PANDÊMICA

Victor Augusto Bosquilia Abade, PUCPR. Letícia Peret Antunes Hardt, PUCPR. Carlos Hardt, PUCPR. Bruno Azambuja dos Santos, PUCPR. Amanda Cerioni Belniaki, PUCPR.

Frente à problemática imposta por pandemias, o objetivo da pesquisa consiste em classificar modelos de referência, na esfera nacional e em âmbito internacional, aplicados à gestão da paisagem urbana durante e após esses eventos. Com caráter exploratório e feição quali-quantitativa, foi baseada em análise bibliométrica de artigos científicos, os quais, sistematizados em categorias teórico-classificadoras de óticas físico-territoriais, socioeconômicas, político-institucionais, jurídico-legais e técnico-tecnológicas, revelam que as estratégias de planos, projetos, ações e iniciativas similares, tanto formais quanto informais, ainda são insuficientes para a governança humanizada da urbe em contextos de crises sanitárias, confirmando a hipótese de que são normalmente voltadas à adaptação para remediação de situações adversas derivadas de fatores epidemiológicos e de suas medidas de restrição de circulação e de isolamento da sociedade. Os resultados também evidenciam a relevância do planejamento urbanístico na conjuntura dos textos analisados, concluindo-se pela pertinência do exame minucioso das práticas levantadas, a serem não apenas aplicadas, mas essencialmente aprimoradas para a humanização de cenários da cidade (pós-)pandêmica.

PANDEMIA E CIDADE: DESNUDANDO AS DESIGUALDADES DO "NOVO" NORMAL

Sonia Maria Taddei Ferraz, Universidade Federal Fluminense. Larissa Del Corno Leite, Universidade Federal Fluminense. Luiza Campiti Braga, Universidade Federal Fluminense.

A proposta neste texto é colocar em discussão o legado de regressão civilizatória que a pandemia nos deixou, com o agravamento profundo das desigualdades, matando quase 700 mil pessoas no Brasil. As matérias, fotos e manchetes jornalísticas nos mostram o desenho estarrecedor materializado pelas novas formas de esvaziar cidades e de morar e não morar, em mais de dois anos. Assim, as rajadas diárias de imagens e notícias, tornam o profundo empobrecimento contemporâneo como que amalgamado à pandemia. Em contraposição à multiplicação dos lucros empresariais e o enriquecimento de uma “casta” econômica, que transformou as mazelas da pandemia em negócios e em espaços de exacerbação do seu isolamento, as políticas de abandono em todas as áreas da sobrevivência multiplicaram os sem-teto e famintos, acentuando, de forma inédita, a desigualdade econômica e social, esgarçando e redesenhando os espaços urbanos regulados por uma ordem privada e pela consolidação de uma sociabilidade urbana excludente.

CRISE CRISE URBANA, COVID-19 E RELAÇÕES COM SUBPROJETOS DE CIDADE DIGITAL ESTRATÉGICA: REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL

Giovana Goretti Feijó de Almeida, CiTUR Leiria-Portugal e Pontifícia Universidade Católica do Paraná-Brasil. Denis Alcides Rezende, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

A pandemia Covid-19 desafia a sociedade e os cidadãos, em especial o Brasil, um dos epicentros da pandemia em 2020. O objetivo é analisar os planos e as ações dos governos em cidades brasileiras e suas relações com subprojetos de cidade digital estratégica no combate ao Covid-19, no ápice da pandemia. Busca-se compreender como os governos locais das Regiões Sul e Sudeste do Brasil enfrentaram o surto pandêmico. A metodologia da pesquisa enfatizou um estudo de casos múltiplos em 4 cidades: Rio de Janeiro e São Paulo (Região Sudeste), Curitiba e Porto Alegre (Região Sul). É uma pesquisa qualitativa com um protocolo de quatro variáveis ou subprojetos: estratégias da cidade, informações, serviços públicos e tecnologias em cidades. Os resultados evidenciaram a existência de crises de amplas proporções impulsionadas pelo Covid-19 que tem interferido nos planejamentos e nas gestões urbanas vigentes, gerando um impacto intraurbano. A conclusão reitera que as cidades possuem fragilidades em suas infraestruturas e ações para enfrentarem crises emergenciais, necessitando de políticas estratégicas e efetivas de planejamento.

CRISE PANDÊMICA E REAJUSTES ESPACIAIS: PERSPECTIVAS COMPARATIVAS ACERCA DA REFUNCIONALIZAÇÃO URBANA

Vicente Brêtas, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O artigo busca, partindo da mobilização da noção de ajuste espacial, enquadrar analiticamente processos contemporâneos de requalificação urbana propalados em resposta aos efeitos da crise pandêmica de 2020. Reconhecendo a grande variedade contemporânea de casos de projetos de refuncionalização residencial de centros de negócio em cidades ao redor do mundo, tomados aqui como instâncias específicas e particulares de um movimento de caráter amplo e abrangente, defende a adoção de uma perspectiva metodológica comparativo-relacional como caminho para a (i) realização de um balanço entre o particular e o geral em termos de dinâmicas e processos urbanos e (ii) identificação dos vínculos que conectam diferentes localidades no contexto da circulação internacional de modelos regulatórios.

MOBILIDADE NA CIDADE DE SÃO PAULO: LIÇÕES DAS TRANSFORMAÇÕES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Pedro Henrique Rezende Mendonça, Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade - LabCidade FAUUSP. Raquel , Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU USP). Aluizio Marino, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU USP). Tan Tjui Yeuw, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU USP).

As medidas adotadas para o transporte público da pandemia partiram de uma leitura simplificada da cidade, segundo a qual bastaria ajustar a rede existente para atender demandas radiais, diminuindo a frota e mantendo níveis de serviço pré-pandemia, buscando o equilíbrio econômico dos contratos. Essas medidas foram adotadas para responder a queda no número de passageiros, que acompanhou a migração de atividades para o regime remoto. Contudo, desde o início da pandemia, o que observamos não foi uma redução espacialmente homogênea das viagens. Na cidade de São Paulo, as maiores reduções ocorreram no chamado vetor centro-sudoeste, que tradicionalmente concentra a residência e espaços de trabalho e consumo dos setores de maior renda, diferentemente de alguns bairros periféricos. Com isso podemos afirmar que não apenas as medidas adotadas prejudicaram um grupo já vulnerável, como também uma leitura mais atenta das necessidades de transporte específicas do período pandêmico e do período de retomada das atividades é fundamental para repensar as políticas públicas de mobilidade urbana e a rede de transportes.

O MODELO HEGEMÔNICO DA PRODUÇÃO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO NO BRASIL: PANDEMIA E RENOVAÇÕES DO ESPECTRO NEOLIBERAL

Jéssica de Fátima Rossone Alves, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PPGPUR/IPPUR/UFRJ. Carla Hirt, Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ.

Este artigo realiza uma crítica acerca do transporte operado nas ferrovias brasileiras durante a pandemia de COVID-19. Parte de uma perspectiva histórico-estrutural, analisa o modelo hegemônico da produção de transporte ferroviário no Brasil, discute as consequências deste modelo nos territórios e apresenta as políticas priorizadas pelo Estado brasileiro na conjuntura pandêmica, as quais são fundamentais na garantia da ordem neoliberal, condicionando o planejamento territorial e a gestão da infraestrutura ferroviária. A partir desta leitura, sugere-se que o Brasil poderia ter encontrado nestas infraestruturas uma alternativa logística para o enfrentamento da pandemia, caso a opção política e a gestão das mesmas seguissem outras diretrizes.

DA POSTERGA À IMPLEMENTAÇÃO: APROXIMAÇÕES A RESPEITO DOS PLANMOBS NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E OS DESDOBRAMENTOS PANDÊMICOS

Daniela Wipieski Martins Padilha, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Dentre os desafios enfrentados pelas cidades está o de planejar a mobilidade urbana. Evidencia-se a existência de impasses que permeiam a questão da locomoção e a intensificação das problemáticas quando dispostas em escalas maiores, como é o caso das regiões metropolitanas. Entende-se a necessidade da busca do planejamento integrado e delineamento de políticas e soluções articuladas. Nesse contexto, regramentos legais têm sido instaurados, como o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, da Lei Nº 12.587 que instituiu, em 2012, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) e do Estatuto da MetrÓpole, aprovado em 2015. Diante dos desafios postos no que diz respeito à determinação legal de planejamento integrado nas RM's e de formulação de Planos Municipais de Mobilidade Urbana, este estudo pretende discorrer sobre a questão a partir do levantamento do estágio em que se encontra a elaboração desses planos na Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. Para tal, utiliza-se pesquisa quantitativa e qualitativa e elaboração do mapa de situação via o software QGIS. Como principais resultados destaca-se a contextualização do atual estágio dos PlanMobs em uma das regiões onde o andamento, em tese, deveria estar avançado, e a crítica a partir dos desdobramentos do cenário pandêmico.

OUTRAS CARTOGRAFIAS DA PANDEMIA: PRODUÇÃO DE MAPEAMENTOS COMUNITÁRIOS CONTRA A COVID-19

AluÍzio Marino, Pós Doutorando na FAU USP e Coordenador do LabCidade. Pedro Henrique Barbosa Muniz Lima, Doutorando na FAU USP e pesquisador do LabCidade. Luiza Pavanelli Mateo, Estudante de Arquitetura e Urbanismo na FAU USP e pesquisadora do LabCidade.

Durante a pandemia de COVID-19, coletivos e movimentos sociais, com apoio de universidades e grupos de pesquisa, têm produzido mapas para identificar, compreender, denunciar e enfrentar a pandemia e seus impactos nos territórios populares. Esses ativismos cartográficos são parte de um processo de alargamento do campo, produzido pela perspectiva da cartografia social, em que grupos e comunidades pobres e vulnerabilizadas mas organizadas, se apropriam e reconfiguram a cartografia de forma contra-hegemônica. Neste artigo, apresentamos alguns desses trabalhos, desenvolvidos no Brasil, e a sua diversidade de objetivos e temas, e refletimos sobre os processos e usos dessas cartografias no contexto atual. Os modos de ler e agir dessas outras cartografias tensionam as racionalidades da cartografia institucional, do planejamento urbano e das políticas públicas.

TECNOLOGIAS CARTOGRÁFICAS, ESCALAS, NARRATIVAS E POLÍTICAS: O CASO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM SÃO PAULO

Pedro Henrique Rezende Mendonça, Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Universidade de São Paulo. Raquel Rolnik, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Gisele Aparecida Sa Brito, Instituto de Referência Negra Peregum.

As medidas adotadas para o transporte público da pandemia partiram de uma leitura simplificada da cidade, segundo a qual bastaria ajustar a rede existente para atender demandas radiais, diminuindo a frota e mantendo níveis de serviço pré-pandemia, buscando o equilíbrio econômico dos contratos. Essas medidas foram adotadas para responder a queda no número de passageiros, que acompanhou a migração de atividades para o regime remoto. Contudo, desde o início da pandemia, o que observamos não foi uma redução espacialmente homogênea das viagens. Na cidade de São Paulo, as maiores reduções ocorreram no chamado vetor centro-sudoeste, que tradicionalmente concentra a residência e espaços de trabalho e consumo dos setores de maior renda, diferentemente de alguns bairros periféricos. Com isso podemos afirmar que não apenas as medidas adotadas prejudicaram um grupo já vulnerável, como também uma leitura mais atenta das necessidades de transporte específicas do período pandêmico e do período de retomada das atividades é fundamental para repensar as políticas públicas de mobilidade urbana e a rede de transportes.

CARTOGRAFIA DAS LUTAS URBANAS CIBERATIVISMO, ENSINO E APRENDIZAGEM DURANTE A PANDEMIA DA SARS-COV-2

Manuela Cristina Rêgo de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais. Carina Castro Pedro, Universidade Federal de Minas Gerais. João Paulo Araújo Souto, Universidade Federal de Minas Gerais.

Os novísimos movimentos sociais são ações ativistas, organizadas por grupos e coletivos urbanos, evidenciados nas redes e nas ruas e articulados a partir de pautas universais. Este artigo, que é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, tem como premissa compreender como esses movimentos, inseridos no contexto do Nordeste do Brasil a partir de 2008, contribuem para a construção de uma práxis coletiva e democrática. Acredita-se que eles possuem um devir revolucionário formado por sujeitos comuns capazes de produzir transformações e enfrentar, mesmo que na micropolítica do cotidiano, a produção de subjetividades neoliberais. Como processo empírico, busca-se aqui apresentar parte dos resultados teórico-metodológicos da disciplina e webinar Cultura e Lutas Urbanas no Nordeste realizado em junho de 2021 que teve por objetivo cartografar as lutas urbanas a partir de uma cartografia realizada junto pesquisadores/ativistas do tema. Para além da compreensão de tais manifestações na escala micro, cabe aqui situar o contexto no qual elas emergem: a cidade neoliberal. Diante disso, este texto se desdobra a partir da (i) contextualização do neoliberalismo enquanto razão e normatividade política- socioeconômica-social, (ii) da discussão sobre os novísimos movimentos sociais e da apresentação do (iii) método cartográfico e resultados parciais do webinar.

DINÂMICA IMOBILIÁRIA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA: PREÇOS, VENDAS, TELETRABALHO E ESPAÇOS VAZIOS

Ana Luiza Nabuco, Pesquisadora Associada à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris; e Auditora de Tributos da Secretaria Municipal da Fazenda, Prefeitura de Belo Horizonte. Gabriela Araujo Cangussu, Graduanda em Economia pela UFMG e atual Gerente do Conselho Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte.

Este artigo visa identificar as transformações na dinâmica imobiliária de Belo Horizonte, em relação aos preços e comercialização, com foco no período da pandemia de COVID-19. Utilizando dados do ITBI da capital mineira, para o período de 2009 a 2022, observou-se quais são as tendências para os imóveis comerciais, residenciais e territoriais. Os resultados apontam para um forte aumento nas vendas imobiliárias totais, nos 18 primeiros meses da pandemia, em particular de apartamentos, e não está claro se este movimento expansivo nas vendas se esgotou. A análise desagregada revela que os comportamentos são heterogêneos, dependendo do tipo de uso dados ao imóvel: alguns tipos de imóveis comerciais, em particular as salas, sofrem redução no volume de transações. Com relação aos preços imobiliários, enquanto em termos nominais eles tendem a permanecer constantes, durante a pandemia, em termos reais, caíram. No caso das salas, parece certo o impacto da pandemia nos preços: embora a tendência de queda exista desde 2014, a taxa de redução nos preços triplica após a pandemia. Nas considerações finais, em um cenário de COVID-19, o artigo aponta para a ausência de centralidade, no debate público, da reestruturação dos usos do estoque imobiliário, privado e público.



ST 11 – NOVAS INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS PARA A QUESTÃO URBANA E REGIONAL

Comissão Científica

Danilo Araújo Fernandes
(PPGPAM/UNIFESSPA)

Daniel de Mello Sanfelici (POSGEO/UFF)

João Tonucci (CEDEPLAR/UFMG)

Lucir Alves (PPGDRA/UNIOESTE)

Ementa

Nas últimas décadas, noções mais convencionais de desenvolvimento urbano e regional vem sendo repensadas à luz de novos paradigmas epistemológicos, tanto em termos interpretativos quanto propositivos. Particularmente, tanto o ideário neoliberal quanto o projeto desenvolvimentista, assentados sobre a oposição mercado e Estado, têm se mostrado incapazes de lidar uma série de questões contemporâneas. Assim, diante da crise da ideia moderna de progresso a qualquer custo, da emergência climática e da degradação ambiental, da ampliação das desigualdades e injustiças sócio-espaciais, do caráter cada vez mais excludente do capitalismo financeiro, das profundas transformações tecnológicas e na organização do trabalho, e do recrudescimento de formas autoritárias de extrativismo e despossessão, o campo do desenvolvimento urbano e regional tem sido colocado em xeque. Noções como pós-capitalismo, pós-desenvolvimento, recursos comuns, economia popular e solidária, decrescimento e circularidade, economia do cuidado, ecosocialismo, justiça ambiental, decolonialidade, autogestão territorial, dentre muitas outras, vem sendo crescentemente mobilizadas para dar conta das transições urbanas e regionais em curso e dos desafios do desenvolvimento territorial em suas múltiplas escalas. Estas abordagens emergentes tensionam os ideários neoliberais e desenvolvimentistas, e questionam alguns dos fundamentos canônicos da teoria do desenvolvimento, tais quais o economicismo e as dicotomias estanques que estruturam o pensamento e ação sobre o tema, como sociedade x natureza, campo x cidade, local x global, produção x reprodução, crescimento x igualdade etc. A proposta desta sessão temática é ampliar o entendimento crítico sobre como esse novos esquemas interpretativos podem contribuir para repensarmos e agirmos sobre a questão urbana e regional no Brasil, tendo em vista as grandes questões do século XXI. A sessão busca acolher também trabalhos que discutam experiências de práticas coletivas ou de políticas públicas transformadoras no campo do planejamento urbano e regional, no Brasil e América Latina, assim como apontar seus os limites e contradições.

Palavras-chave

Abordagens emergentes; Desenvolvimento urbano e regional; Crise e transição; Desenvolvimentismo; Neoliberalismo; Pós-desenvolvimento; Outras economias.

A GESTÃO MINERAL DO RISCO ANALISADA SOB A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL: AS ZONAS DE AUTO SALVAMENTO (ZAS) NO DISTRITO DE ANTÔNIO PEREIRA, EM OURO PRETO/MG

Gabriel de Melo Senna, Universidade Federal de Ouro Preto. Karine Gonçalves Carneiro, Universidade Federal de Ouro Preto. Tatiana Ribeiro de Souza, Universidade Federal de Ouro Preto.

O artigo busca compreender, sob o marco da governamentalidade neoliberal, estratégias voltadas a uma gestão privada de territórios, utilizadas pela indústria extrativa mineral. Como metodologia de pesquisa, é adotada a cartografia social, que se pauta no processo de imersão no campo de pesquisa, reconhecendo a indivisibilidade entre teoria e prática, pesquisa e vida, e a impossibilidade de se produzir ciência com neutralidade. Tratamos do caso de Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto/MG, que vem sofrendo danos e impactos de múltiplas dimensões, provenientes do processo de desativação da barragem Doutor, da Vale S.A. A barragem Doutor entrou em risco de rompimento em 2020. A partir disso, a Vale tem conduzido uma série de remoções emergenciais das pessoas atingidas, nas áreas que a empresa reconhece como dentro das “Zonas de Auto Salvamento” (ZAS): áreas à jusante das barragens, em que não há tempo hábil, em caso de rompimento, para qualquer intervenção externa emergencial. Nos interessa aqui, em especial, investigar o Plano de Ação de Emergência da Barragem de Doutor (PAEBM), e o estabelecimento das ZAS, como ferramentas estratégicas a serviço de interesses das próprias mineradoras. Para tanto, nos perguntamos: a quem salva a Zona de Auto Salvamento de Antônio Pereira?

A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO: IMPLICAÇÕES TRANSESCALARES ENTRE AUTONOMIA E INSTITUCIONALIDADE

Henrique Dias Porto, Mestrando no NPGAU/UFMG.

Este artigo é dedicado a analisar quatro concepções de planejamento (planejamento radical, planejamento insurgente, planejamento subversivo e planejamento conflitual) que privilegiam a autonomia em detrimento da institucionalidade. Analisam-se os conceitos em questão buscando identificar as concepções de política, Estado e geopolítica que embasam cada uma dessas propostas. Em seguida, demonstra-se a existência de um ciclo de movimentos autônomos atuantes no país (com foco para o caso de Belo Horizonte) referenciados nestas concepções de planejamento. Na sequência, busca-se identificar as implicações destes conceitos na teoria e prática do planejamento no Brasil a partir de uma leitura transescalar, ressaltando as possíveis fragilidades produzidas na política urbana no país por uma ênfase na autonomia. Por fim, propõe-se um exercício de superação dialética destas propostas de planejamento, a partir de uma reavaliação de cada uma das concepções a luz de suas próprias categorias, tendo em vista as implicações transescalares demonstradas anteriormente.

A QUESTÃO DOS VAZIOS URBANOS NO PLANEJAMENTO DE CURITIBA

Fernanda Pereira de Souza, UFPR.

Tanto o capítulo da política urbana na Constituição Federal de 1988 quanto sua regulamentação, através do Estatuto da Cidade, não foram suficientes para combater os vazios urbanos e garantir a função social do imóvel urbano. No debate da reforma urbana, o combate aos vazios é uma forma de promover a democratização do acesso à terra urbanizada e à cidade, porém essa perspectiva não é a única. Assim, um ponto importante a ser analisado é a compreensão por parte dos planejadores e gestores públicos sobre a questão do vazio urbano. Logo, o presente artigo volta-se para o planejamento de Curitiba para compreender como é tratada a questão do vazio urbano no planejamento e nas políticas urbanas visto que cidade é conhecida pelo seu planejamento urbano. Em alguns momentos o combate ao vazio urbano esteve presente em leis e planos, com variado destaque. Entretanto, esses instrumentos e leis ficaram muitas vezes restritos à formalidade da lei. Na análise do período de 1950 a 2019, o vazio urbano não se apresenta como uma questão de destaque no processo de planejamento da cidade, mesmo quando o tema estava em maior destaque, evidenciando uma falta de interesse por parte da prefeitura e gestores públicos.

HISTÓRIA E ATUALIDADE DO CONCEITO DE EIXO OU CORREDOR COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: A CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA NORMATIVO

Matheus Cavalcanti Bartholomeu, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Este artigo busca o objetivo de compreender a história e a atualidade do processo de instrumentalização do conceito de eixo ou corredor pelo planejamento territorial e a construção de um paradigma normativo baseado nessa forma espacial a orientar diversos projetos de planejamento em todo o mundo. Este conceito se torna chave interpretativa essencial de muitas experiências planificadoras nos dias de hoje, sob dois imperativos distintos, mas que se conjugam inseparavelmente: o imperativo da neoliberalização, que por trajetórias diversas procura impor a disciplina do mercado e da competitividade como regulação da sociedade; e o imperativo da fluidez, que busca, seletivamente no espaço, acelerar a circulação de tudo aquilo que o capital converte em mercadoria, a fim de garantir a livre-concorrência e, acima de tudo, a consolidação de um mercado global dominante.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA DO SOLO NO EQUADOR, CAMPO CEGO E OUTRAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Luis Andrés Cevallos Serrano, Universidad Central del Ecuador. Camila Cavalheiro Ribeiro da Silva, Universidade de São Paulo.

Nos últimos anos, a legislação equatoriana incorporou novos instrumentos de planejamento urbano que buscam dar um sentido prático à gestão funcional e jurídica do solo urbano. Esses conceitos, adscritos à ideia de “solo criado”, se revestem, no Equador, de uma formalidade técnica desconectada dos lugares onde foram produzidos originalmente, e cujo conteúdo é principalmente a organização do espaço urbano em fragmentos de propriedade privada da terra. A influência de organizações internacionais, a falta de inovação local e as condições políticas orientaram o trabalho dos urbanistas de Quito para o uso de instrumentos preconcebidos para a construção de planos que, apesar das contradições em sua trajetória em contextos como o brasileiro, ocupam vazios instrumentais em outros países. Aplicados pela urgência em enfrentar as contradições entre capital, terra e trabalho mediante um planejamento urbano “adequado”, esses instrumentos são apenas representações que dominaram o imaginário do urbanismo local, deixando pouco espaço para abordar particularidades locais da propriedade capitalista da terra; e reduzindo, sobretudo, a possibilidade de pensar em conceitos de planejamento baseados em formas coletivas de posse da terra reconhecidas pela Constituição Equatoriana.

A TERRA DOS CONDENADOS: UMA LEITURA DA SEGREGAÇÃO RACIAL NO RIO DE JANEIRO NA PREPARAÇÃO PARA OS MEGAEVENTOS

Jonathan Ferreira Almeida, IPPUR-UFRJ.

Este trabalho se insere no campo dos estudos urbanos para investigar as correlações entre as remoções totais ou parciais que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro ao longo da década de 2010, no decorrer da preparação urbana (e política) para os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas do Rio (2016), e a segregação racial como ferramenta política ao longo da história urbana do Rio de Janeiro. Esta investigação parte do contexto dos deslocamentos forçados impostos à população negra, ancorada numa compreensão teórica de Estado Moderno sistematicamente racista que incide sobre o território brasileiro. Esse trabalho parte de reflexões da pesquisa de mestrado do autor em fase de desenvolvimento.

BORDANDO O DESENVOLVIMENTO: IDENTIDADES REGIONAIS E DE GÊNERO EM QUESTÃO NO TERRITÓRIO DO SERIDÓ, SERTÃO POTIGUAR

Pedro Henrique Bezerra de Farias, Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, IPP/UFRN. Winifred Knox, Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, IPP/UFRN.

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre as possibilidades de resistências às imposições coloniais, capitalistas e extrativistas em territórios do Vale do Açu - RN, pautadas numa visão de desenvolvimento hegemônica, através do fortalecimento das identidades dos povos tradicionais e da ecologia de saberes como possibilidades contra hegemônicas. Possui natureza qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica sobre o Vale do Açu, desenvolvimento regional no Brasil, questão agrária e campesinato, além de pesquisa documental em fontes artístico-culturais sobre o campo estudado, bem como valeu-se de entrevistas com dois atores que acompanham as disputas pela terra na região nas últimas cinco décadas. Como resultados destaca-se o resgate das identidades de povos tradicionais, as lutas de ribeirinhos, camponeses e comunidade quilombola na defesa pela vida da “mãe da pobreza”, como é conhecida a Lagoa do Piató, no Vale do Açu, indicam uma outra forma de relação homem-natureza através de ações de resistência às mudanças climáticas e expansão da lógica extrativista, capitalista e colonizadora, que vem ameaçando esses povos e seus saberes. Essa discussão mostra-se como pertinente ao debate do campesinato, pois a intersecção dessas identidades, lutas, vivências e saberes, podem indicar caminhos para um desenvolvimento incluyente, numa perspectiva antissistêmica, decolonial e anticapitalista.

COMO ASSIM VOCÊS NÃO VEEM? AMPLIANDO O DEBATE SOBRE SEGREGAÇÃO URBANA

Aquiles Coelho Silva, IPPUR/UFRJ.

Como a segregação racial se legitima? Por que a segregação racial urbana, haja vista as consequências negativas e violências que a mesma implica, não causa um crise ética? As décadas de 1970 e 1980 são marcadas por uma importante virada teórica nos estudos urbanos paulistas que, em processo de reinvenção crítica, buscam uma aproximação entre a teoria e as particularidades de nossa estrutura urbana, profundamente desigual e marcada por heranças e continuidades coloniais. Tal aproximação, no entanto, não considera raça, ou racialidade, enquanto categorias significativa para se pensar a produção espacial urbana capitalista em São Paulo, ou no Brasil, como parte dos autores se propõe a fazer, de forma que a segregação racial, por exemplo, não é considerada “auto evidente” em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro ainda na entrada do século XXI, como aponta Edward Telles. Partido destas perguntas este artigo se apresenta enquanto um convite à continuidade da ampliação do arcabouço conceitual do campo dos estudos urbanos. Tendo como referencia a produção de Frantz Fanon e Denise Ferreira da Silva, proponho pensar a racialização de corpos e espaços enquanto importante ferramenta de produção espacial no Brasil, que legitima a violência destinada aos corpos e espaços não-brancos.

RELIGIÃO E ESPAÇO URBANO: INSTITUIÇÕES, TERRITÓRIOS E LUGARES DE FÉ A PARTIR DO BAIRRO CONCÓRDIA EM BELO HORIZONTE-MG

Daniel Medeiros de Freitas, Escola de Arquitetura UFMG.

O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa que investiga o modo como a religião afeta o comportamento das pessoas no espaço urbano. A discussão evita uma perspectiva materialista e funcional do papel das instituições religiosas dentro dos estudos urbanos, propondo uma abordagem centrada no conceito de lugar e sua relação com capitais epistemológicos mobilizados pela visão de mundo dos fiéis. Incorporando autores e conceitos localizados na interface entre análise urbana, geografia e estudos religiosos, o artigo parte de especificidades observadas no bairro Concórdia em Belo Horizonte para delinear uma proposta teórico-metodológica de compreensão da percepção e da ação dos fiéis no espaço urbano.

A QUESTÃO ALIMENTAR PARA ALÉM DA ECONOMIA FORMAL: O POTENCIAL DAS OUTRAS ECONOMIAS NA PROMOÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

Tomás Balbino, Cedeplar/UFMG. Bruno Siqueira, IGC/UFMG. Sibelle Diniz, Cedeplar/UFMG.

O presente trabalho se insere no contexto de crise do antropoceno, intensificado pelo capitalismo neoliberal, onde se tem o aumento da fome acompanhado pela estruturação de um sistema agroalimentar globalizado e repleto de contradições, além de um mercado de trabalho que não consegue mais absorver toda a mão de obra no setor formal. Desse modo, o objetivo do trabalho é analisar as contradições e as possibilidades nas relações que existem entre a questão alimentar, a perspectiva dos sistemas agroalimentares e a das outras economias, e discutir como arranjos institucionais e princípios econômicos presentes em formas de organização econômica diferentes da economia de mercado capitalista, apresentam atributos importantes para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Percebe-se que as fragilidades do sistema agroalimentar hegemônico impedem o acesso universal ao alimento de qualidade, enquanto é perceptível uma maior capacidade das outras economias, fundamentadas na noção da economia substantiva, em promover sistemas agroalimentares alternativos que sejam mais justos, saudáveis e sustentáveis

HETEROGENEIDADE TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO NO SÉCULO XXI

Rafael Costa, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC. Arilson Favareto, Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC e Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap.

O artigo tem por objetivo analisar a heterogeneidade territorial sob a ótica do desenvolvimento no Estado de São Paulo neste início de século XXI. O ponto de partida é a crítica às abordagens clássicas e recentes do desenvolvimento regional, com destaque para a ênfase dada, nestes estudos, à dimensão econômica. Para isso o artigo se apoia em um conjunto de autores e teorias do desenvolvimento que vêm chamando a atenção para a necessidade de se dar igual destaque as dimensões ambiental e da desigualdade. Esta crítica fundamenta a definição de um conjunto de variáveis multidimensionais aplicadas à análise dos municípios paulistas para o ano de 2010, a fim de classificá-los em relação ao seu desempenho em cada dimensão: social, econômica e ambiental, todas atravessadas pela desigualdade. Os resultados mostram que as melhores performances, que combinam bons desempenhos nessas múltiplas dimensões, não se encontram, nas áreas de localização privilegiada e elevados níveis de investimentos, estudadas com ênfase pela literatura sobre o desenvolvimento regional, mas sim em determinadas configurações interioranas, portadoras de outros atributos.

OUTRAS ECONOMIAS E A PERSPECTIVA DECOLONIAL: NOTAS PARA UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS DOIS CAMPOS

Nina Fraiha de Faria, Colmeia Solidária/ FACE/UFMG. Bruno Siqueira Fernandes, Colmeia Solidária/ IGC/UFMG. Lara Araujo Delgado, Colmeia Solidária/ FACE/UFMG. Sibelle Diniz, Colmeia Solidária/ FACE/UFMG.

O artigo tem como objetivo explorar uma aproximação entre as Outras Economias e a Teoria Decolonial, evidenciando suas convergências e como ambos os lados poderiam se beneficiar deste cruzamento epistêmico. Em comum aos dois campos vemos 1) o foco na desconstrução das dicotomias que constituem o paradigma moderno/capitalista/colonial e uma aposta no tensionamento dessas dicotomias como forma de visibilização da multiplicidade escondida pelos binarismos; 2) um retorno à dimensão do corpo e do território que re-localiza o conhecimento, situando-o numa dimensão corpo-geo-política e 3) a tentativa de constituir uma teoria latino-americana que destaque dinâmicas frequentemente invisibilizadas pelas teorias hegemônicas.

O RURAL METROPOLITANO: REFLEXÕES SOBRE A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CATEGORIA

Bruna de Souza Fernandes, Laboratório de Planejamento Territorial UFABC. Maria Lucia Ramos Bellenzani, Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território UFABC. Gabriel Machado Araujo, Bacharelado em Planejamento Territorial UFABC. Luciana Travassos, Universidade Federal do ABC.

O rural contemporâneo não se define mais pelo agrícola, nem pela oposição cidade-campo, manifestando-se de forma heterogênea nos diferentes territórios. Diante disso, apresentamos o debate sobre o rural metropolitano, a fim de refletir se ele pode ser considerado outra categoria analítica e, em caso positivo, o que a define e diferencia. A partir de um levantamento bibliográfico e de estudos em andamento na Macrometrópole Paulista, no âmbito do grupo de pesquisa “Ruralidades Metropolitanas” da Universidade Federal do ABC, buscamos responder se as especificidades deste território rural justificam a proposição de uma categoria, ou se a categoria existente de “rural” é suficiente para o explicar e, como consequência, gerar conhecimento para o planejamento territorial.

OS LIMITES E POSSIBILIDADES DO COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE CARAJÁS (PA)

Raimundo Nonato Nonato Santos da Silva, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Daniel Silva, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

As cooperativas de pequenos agricultores podem atuar como um importante instrumento para fomentar a promoção do desenvolvimento regional e viabilizar a permanência das pessoas nas suas propriedades com geração de renda e qualidade de vida. Contudo, essas práticas econômicas possuem alguns limites estruturais para alcançar os objetivos que se propõem. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a dinâmica organizacional e produtiva do cooperativismo na região de Carajás (PA), com base nos principais desafios econômicos e organizacionais enfrentados pela Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica (CUFA). Para isso, em um primeiro momento é apresentado alguns aspectos do debate sobre o campesinato e o papel do cooperativismo agrário. Em seguida, é utilizada uma abordagem qualitativa baseada no diálogo com os atores locais que permite sistematizar alguns dos principais limites e potencialidades dessas experiências econômicas no território estudado.

SIGNOS DISTINTIVOS TERRITORIAIS E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: BASE TEÓRICA E UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Valdir Roque Dallabrida, Universidade Federal do Paraná.

As experiências de Indicação Geográfica se destacam entre as diferentes formas de associativismo territorial, situando-se entre os principais exemplos de signos distintivos territoriais. Muito já se tem escrito sobre o tema, no entanto, poucas são as propostas de instrumental metodológico para avaliação dessas experiências, ou mesmo, sua prospecção. Parte-se do entendimento de que a prospecção ou avaliação de experiências de associativismo territorial, a exemplo da Indicação Geográfica, precisa centrar-se em questões relacionadas à dinâmica territorial e às condições socioeconômicas, históricas, culturais e ambientais do território. Retomando e aprofundando estudos anteriores, assume-se o desafio da reflexão, tendo como base aspectos da literatura, desde a abordagem teórica até as questões de ordem metodológica. Resgata estudos anteriores e avança na proposição de um instrumental metodológico, o qual pode ser utilizado no estudo de experiências de Indicação Geográfica. A abordagem neste texto dialoga com a perspectiva da autogestão territorial e os desafios do desenvolvimento territorial.

TERRITORIALIDADES DO SERTÃO DO CARIRI: A CIDADE DE NOVA OLINDA

Andreia de Oliveira Duavy, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Denise de Alcantara, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO.

Este artigo aborda a constituição da territorialidade sertaneja, tendo como recorte espacial o município de Nova Olinda, região do Cariri, no Ceará. Parte-se do pressuposto, com inspiração em Milton Santos e Rogério Haesbaert, de que o território é formado pelas relações indissociáveis estabelecidas entre humano e natureza. Ao atribuir-lhe significado, forma-se uma territorialidade, constitui-se um modo de vida e operam-se aspectos identitários e simbólicos. Em se tratando de sertão, esses aspectos estão ligados à imagética do flagelo e seca. Busca-se demonstrar que há outras concepções sobre o modo de vida sertanejo. O objetivo é, ao incorporar as subjetividades identificadas e, a coexistência entre as riquezas culturais e o desenvolvimento regional; possibilitar a formulação de políticas públicas condizentes; decolonializando a forma de atuar sobre os lugares. A metodologia inclui aprofundamento de conceitos sobre territórios, territorialidades, construções e narrativas simbólicas dos lugares; coleta de dados demográficos, contextualização, processo de evolução e inserção regional; análise espacial e tipo-morfológica; oficina de cartografia social; e entrevistas com habitantes. Conclui-se que para além do sertão veiculado como espaço geográfico hostil, há outros sertões diversos: o sertão vivido e experienciado, lugar de afeto, de relação com o divino e de cenário da vida de quem o habita.

AS PLATAFORMAS DIGITAIS E A FORMAÇÃO DE NOVOS MERCADOS DE LOCAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE A LUGGO

Samarane Barros, FCT UNESP. Bruna Corrêa, FCT UNESP.

O modo de produção flexível e o ideário neoliberal, além de reestruturações econômicas e espaciais, engendraram também um novo léxico. Desburocratização, digitalização, flexibilização etc são agora palavras imponentes na ordem socioespacial vigente e mediam relações em diversos âmbitos. Considerando a desburocratização dos aluguéis e do acesso à moradia a partir de plataformas digitais, este trabalho tem como objetivo analisar os papéis da LUGGO, startup do grupo econômico MRV, como uma plataforma do novo mercado de locação no Brasil e, principalmente, como vetor de reescalonamento e fortalecimento da MRV. Metodologicamente, nos apoiamos em literatura especializada, entrevista com agente bem-informado e análise dos indicadores operacionais da LUGGO para constatarmos que mesmo que novas formas de consumo da habitação revelem novos agentes, há ainda grande peso dos agentes tradicionais na dinâmica imobiliária brasileira.

O MERCADO INFORMAL DE TERRAS E A ECONOMIA POPULAR NA RMBH: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO

nina fraiha, Espaço do Conhecimento UFMG. Pedro Patrício, ONU Habitat.

O trabalho objetiva investigar a expansão do mercado informal de loteamentos nas margens da RMBH, bem como os possíveis pontos de encontro da economia popular neste mercado informal de terras. Para isso, realizou-se um estudo de caso do município de Nova União. Desde modo, o presente trabalho realiza uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de economia popular e mercado informal da terra urbana, dentro do contexto da urbanização periférica na América Latina. Em seguida, o trabalho contextualiza o processo de metropolização da RMBH e, mais especificamente, do vetor leste, no qual o município está contido. Também é apresentado o perfil sociodemográfico de Nova União, seus aspectos econômicos e históricos, para então mapearmos sua organização territorial. Por fim, é analisado o comportamento do mercado informal de solo do município, buscando identificar os tipos de loteamentos, os agentes envolvidos, de que formas essas transações imobiliárias ocorreram e a possível existência de uma economia popular derivada dessas transações. Observa-se que este mercado é um dos responsáveis pela expansão da malha urbana do município, e conseqüentemente, da difusão periférica da RMBH. A partir deste estudo, conclui-se também que economia popular prospera em ambientes rurais, mas ainda com uma lógica urbana, fruto da urbanização extensiva.

O PROGRAMA REVIVER CENTRO: REFUNCIONALIZAÇÃO E NOVAS DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

João Carlos Carvalhaes Monteiro, Universidade Federal Fluminense. Marcos de Lázaro d'Ávila Garcia, Universidade Federal Fluminense.

O objetivo do presente artigo é trazer reflexões críticas sobre o programa Reviver Centro em seu primeiro ano de existência, analisando o contexto de criação e os argumentos mobilizados pelo poder público municipal para angariar legitimidade à sua implementação, bem como discorrer sobre o instrumental urbanístico que garante a reconversão de imóveis e incentiva a produção de unidades residenciais. Ao final do texto, traz-se um panorama das realizações do programa e ponderações sobre os impactos socioespaciais dessa redinamização do mercado imobiliário residencial para a área central da cidade do Rio de Janeiro.

UM INVENTÁRIO DE EXPERIÊNCIAS URBANAS DE MORADIA EM PROPRIEDADE COLETIVA E AUTOGESTÃO NA AMÉRICA LATINA HOJE

Pedro Henrique Barbosa Muniz Lima, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

Quais são e onde estão os territórios de moradia deliberadamente produzidos e habitados em regimes de autogestão e propriedade coletiva na América Latina atualmente? Realizamos um inventário para identificar e compreender essas experiências, e neste artigo, apresentamos os resultados do mapeamento e as primeiras questões que surgiram a partir dele, já que é um trabalho em andamento. A moradia produzida e habitada em regimes de autogestão e propriedade coletiva tem sido considerada uma ferramenta importante de desmercantilização da habitação, e de acessibilidade e segurança de posse para famílias pobres, racializadas e vulnerabilizadas. E nossa hipótese é de que, mais além da produção habitacional, são espaços de constituição de uma diversidade de práticas de gestão coletiva e popular dos territórios. Entretanto, faltam trabalhos acadêmicos que analisem essas experiências na escala latino-americana e que compreendam a propriedade coletiva e a autogestão como conceitos interdependentes. Esperamos, com este trabalho, auxiliar na compreensão dessas experiências em curso e na ampliação dos repertórios para as lutas e projetos nos campos da habitação social e da política urbana, e provocar para a necessidade da discussão da propriedade enquanto elemento fundamental da crise habitacional no presente.

UMA NOVA DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM HAVANA? NOVAS REFLEXÕES A PARTIR DA ABERTURA DO MERCADO HABITACIONAL

Aline Miglioli, UNICAMP.

Este trabalho analisou a nova dinâmica socioespacial de Havana após a abertura do mercado de imóveis em 2011 argumentando-se que está em curso a conformação de uma terceira camada de desigualdade territorial, que resulta da possibilidade dos grupos sociais em maior vantagem econômica poderem acessar determinados territórios vantajosos. A partir de uma revisão bibliográfica sobre a desigualdade territorial em Cuba desde antes da Revolução e de um estudo de caso sobre o mercado de imóveis em Havana chegou-se a conclusão de que as transformações econômicas em curso em Cuba – a Atualização do Modelo – somadas à possibilidade de mobilidade pelo território conformam um padrão de organização socio-classista do território, a qual impõe um novo desafio aos objetivo revolucionário de erradicação das desigualdades.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CUIDADO E AS QUESTÕES URBANAS

Mariana Alves S. do Nascimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Priscila Fernandes Libonati, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Aline Vilarinho Brandão Lira, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Marília Aldegheri do Val, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Luiz Guilherme Rivera de Castro, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O cuidado é uma atividade cotidiana que faz parte da rotina de todo ser, humano e não-humano, que depende do cuidado de outro(s) para sobreviver e suprir necessidades. No entanto, pouco se discute sobre o cuidado e como ele se manifesta para além dos espaços, práticas, e campos do saber tradicionalmente vinculados a ele. Propomos então neste artigo discutir a noção de cuidado, a partir de uma abordagem ética feminista, e como ele pode ser entendido como um esquema interpretativo e propositivo para repensarmos e agirmos sobre as questões urbanas, frente os desafios e paradigmas que estão sendo construídos no século XXI. Com base em pesquisa que vem sendo atualmente desenvolvida, introduzimos o conceito e suas diferentes dimensões. Em seguida, apresentamos e discutimos dois exemplos de infraestruturas de cuidado na cidade de São Paulo (SP). Por fim, concluímos com a proposição da necessidade de colocar e desenvolver a perspectiva teórica e prática do cuidado como uma das estratégias para promover cidades mais solidárias, inclusivas, justas e cuidadosas.

ESTRUTURAÇÃO INFRA E INTRA-URBANA: UMA DEFINIÇÃO REVISADA (PARA O CASO DE SÃO PAULO)

Luciano Abbamonte da Silva, Pesquisador da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ana Paula Koury, Professora na Universidade São Judas Tadeu.

Este artigo discute o conceito de estruturação urbana e tem, como objetivo geral, delinear uma definição revisada desse conceito para o caso de São Paulo, considerando sua característica territorial trans-escalar – estadual, metropolitana e municipal. Para isso, adota como metodologia a revisão bibliográfica, composta pela análise de cinco textos geradores do conceito, os quais tratam diretamente do tema da estruturação urbana, em uma abordagem interdisciplinar e multi-perspectivista. A estes textos geradores foram articulados outros, complementares, buscando alargar o campo de discussão, com destaque para a interpretação histórico-estrutural do território brasileiro, bem como para uma organização ecológica da qual a estruturação urbana é parte constituinte. Como resultado – já apontado no título – foram definidos dois níveis de estruturação urbana – designando o conjunto de elementos formais que configuram tal estruturação – infra-urbana – quanto imateriais, no sentido de informativos – intra-urbana – informações essas que evidenciam as contradições socioambientais do território. Assim, uma contribuição deste trabalho é fornecer um aporte teórico para futuras pesquisas empíricas que venham realizar análises territoriais que busquem vincular aspectos físicos do território com informações socioeconômicas. E o momento se faz oportuno, dada a recente realização do XIII Recenseamento Geral do Brasil – Censo 2022.

NOVAS MORFOLOGIAS DO ESPAÇO METROPOLITANO DE CURITIBA A PARTIR DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA - PR

Eduardo de Souza Ransolim, UFPR. Madianita Nunes da Silva, UFPR.

Este artigo analisa as novas morfologias nos espaços em transformação rural-urbano oriundos de processos socioespaciais presentes em municípios metropolitanos pouco integrados com o polo, mas que sentem os efeitos da metropolização. Para tanto, toma como referência as centralidades insulares localizadas no Município de Mandirituba- PR. O trabalho reflete ainda a respeito da expansão da ocupação urbana em espaços metropolitanos definidos como rurais, das alternativas para ordenamento territorial existentes no arcabouço jurídico brasileiro, e questiona acerca das possibilidades de redefinição dos conceitos e práticas de planejamento. Para embasar a análise, inicia-se com uma revisão de literatura a respeito do processo de metropolização, da dispersão urbana e da formação e organização da Região Metropolitana de Curitiba, onde situa-se o município estudado. Pretende-se criticar a errônea simplificação do que se denomina como "área rural" em espaços metropolitanos, demonstrando a complexidade socioespacial existente, por meio das tipologias das centralidades insulares identificadas na Zona Rural do Município de Mandirituba. Por fim, analisam-se as características dos tipos identificados, concluindo que os paradigmas adotados atualmente não são capazes de representar a realidade das áreas rurais em espaços metropolitanos, e apresentam-se questionamentos e desafios para transformar a dicotomia urbano-rural e as formas de atuação nesses espaços.

URBANO CONTEMPORÂNEO E ESTRUTURA CENTRO-PERIFERIA: OS SHOPPING CENTERS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Marlon Lima da Silva, PPGEO/UFPA. Jovenildo Cardoso Rodrigues, PPGEO/UFPA.

O fenômeno urbano contemporâneo tem desafiado os estudos que procuram estabelecer generalizações sobre a estruturação espacial, a partir de modelos do tipo centro-periferia. A proliferação recente de shopping centers, em direção às "periferias", representa um indicador importante, capaz de suscitar esse debate. Assim, o artigo analisa a lógica de estruturação espacial do setor de shopping center no Brasil, em diferentes escalas, refletindo, especificamente, sobre a sua expansão para a Amazônia brasileira. Para tanto, levanta duas questões: no Brasil, o modelo centro-periferia, clássico, ainda é capaz de explicar a distribuição espacial dos shopping centers, considerando as regiões e a hierarquia das cidades em que estão localizados? Como essa distribuição espacial se processa na Amazônia brasileira, a partir da hierarquia e do espaço intraurbano de suas cidades? Nesse sentido, mapeia os dados do setor, com base nas informações da Associação Brasileira de Shopping Centers e do estudo REGIC/IBGE/2018. Na escala intraurbana, estabelece três perfis locais, de acordo com os usos presentes nos entornos dos shopping centers. Conclui mostrando que o modelo centro-periferia não perdeu a validade explicativa. Porém, precisa ser aprimorado para abarcar a complexidade da estruturação espacial contemporânea, dialogando em diferentes escalas e formações socioespaciais.

INDÍGENAS SUBSUMIDOS?

Wesley Cantelmo, CEDEPLAR/UFMG.

Esse artigo busca apresentar uma interpretação teórica a respeito do processo de reprodução social indígena no Brasil em contraste com as relações capitalistas da sociedade envolvente. Para tanto resgata-se a noção de subsunção elaborada por Marx como fio condutor de analítico do processo histórico que envolve os povos indígenas do Brasil, bem como das interpretações até agora elaboradas nas ciências sociais. Por fim, propõe-se a noção de subsunção manchada, inspirado na noção aymara ch'ixi, apresentada nos trabalhos de Silvia Cusicanqui, como orientadora da análises da história de choque entre as formas sociais indígenas e o avanço capitalista sobre seus territórios.

AS ECONOMIAS PELA PERSPECTIVA DOS MEIOS DE VIDA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA ECONOMIA PARA AS CRISES DO PRESENTE

Tomás Balbino, Cedeplar - UFMG.

O presente trabalho se insere no contexto de crise do antropoceno, intensificado pelo capitalismo neoliberal, onde se tem o aumento da fome acompanhado pela estruturação de um sistema agroalimentar globalizado e repleto de contradições, além de um mercado de trabalho que não consegue mais absorver toda a mão de obra no setor formal. Desse modo, o objetivo do trabalho é analisar as contradições e as possibilidades nas relações que existem entre a questão alimentar, a perspectiva dos sistemas agroalimentares e a das outras economias, e discutir como arranjos institucionais e princípios econômicos presentes em formas de organização econômica diferentes da economia de mercado capitalista, apresentam atributos importantes para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Percebe-se que as fragilidades do sistema agroalimentar hegemônico impedem o acesso universal ao alimento de qualidade, enquanto é perceptível uma maior capacidade das outras economias, fundamentadas na noção da economia substantiva, em promover sistemas agroalimentares alternativos que sejam mais justos, saudáveis e sustentáveis.

A GESTÃO COMUNITÁRIA DA TERRA COMO RESISTÊNCIA AO AVANÇO DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO

Utanaan Reis Barbosa Filho, IPPUR/UFRJ. Felipe Litsek, IPPUR/UFRJ.

Apesar da complexidade e formas amplas de exploração econômica, as evidências recentes sugerem que as milícias, por sua alta mutabilidade, estejam se reconfigurando, ingressando cada vez mais no cenário urbano-imobiliário, numa tônica de expansão muito mais sofisticada do que foi desvendado durante a CPI das milícias em 2008. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo central refletir os paralelos entre gestão comunitária da terra e milícias. E desse objetivo, desdobram-se dois intuitos: primeiro, através de notícias da mídia, relatórios e bibliografias especializadas analisar a fisionomia de atuação das milícias no mercado urbano-imobiliário, em especial a apropriação e gestão de residências em áreas populares e em condomínios do Minha Casa Minha Vida; e segundo, a partir da constatação que a ação das milícias sobre a cidade e no controle dos territórios populares têm forte impacto sobre as possibilidades de exercício da cidadania, do direito à moradia e sobre o direito à cidade, refletir acerca de uma potencial alternativa que dificulte e/ou rivalize o domínio miliciano do espaço, qual seja, o fortalecimento do controle comunitário sobre o território. Dessa forma, são apresentados alguns modelos e práticas que aprofundam a organização coletiva na gestão da terra e da moradia à nível local, como o cooperativismo habitacional, autogestão e o Termo Territorial Coletivo. Por fim, são traçados apontamentos sobre os potenciais e limitações dessas formas organizativas diante da dimensão urbano-imobiliária da atuação da milícia.

DA PRODUÇÃO À MODULAÇÃO DO ESPAÇO: A QUESTÃO URBANA E REGIONAL NO CONTEXTO DA CIBERNÉTICA E CRISE CLIMÁTICA

Thais de Bhanthumchinda Portela, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Gabriel Luiz Santos Braga, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Fernando Antônio de Barros Nascimento, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFBA).

O contexto contemporâneo passa por mudanças sociais, tecnológicas e ambientais correlacionadas à crise climática global e às transformações dos meios de produção pelas tecnologias cibernéticas. A produção do espaço, teorizada na década de 1970 por Henri Lefebvre, demonstra a centralidade do espaço na expansão do capitalismo ocidental na medida em que o espaço, antes percebido como fato da “natureza” ou da “cultura”, passa a ser percebido como produto. Neste processo histórico, o espaço, como o tempo, são passíveis de serem apropriados e produzidos enquanto “mercadoria”, infinitamente reproduzível e disponível para troca. O produtivismo capitalista leva à degradação ambiental e as disputas políticas ambientais e as movimentações sociais reorganizam o capitalismo que usa os saberes inter-multi-transdisciplinares e os objetos técnicos cibernéticos para expandir o espaço, agora cibernético, que passa a ser modulado como “mercadoria” infinitamente reproduzível e disponível para troca. Ao mesmo tempo, o espaço ocorre da aceleração exponencial da degradação ambiental dos espaços tangíveis. O artigo busca implicar essas relações, refletindo sobre ações necessárias dentro do campo do urbanismo e do planejamento urbano para lidar com esta nova questão urbana.

TEORIA GERAL DOS CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU E A SUA APLICAÇÃO AOS ESTUDOS REGIONAIS

Larissa Zanela Mendes, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI. Airton Adelar Mueller, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI.

A Teoria Geral dos Campos de Pierre Bourdieu aborda sobre a diversidade dos elementos que constroem a sociedade, que vai desde as percepções sobre as relações de poder entre os sujeitos, até o estudo dos fenômenos que ocorrem dentro de um contexto histórico. Apesar de Bourdieu não estudar especificamente o contexto regional, há uma ligação entre esses assuntos quanto aos processos de desenvolvimento das regiões e suas assimetrias. Sabendo da ausência de material científico correlacionando tais temas, buscamos expor nesse artigo questões acerca da Teoria Geral dos Campos além da mobilidade social e a espacial por meio de uma discussão teórica, para que a mesma possa ser utilizada futuramente no âmbito dos estudos regionais em pesquisas empíricas.

COLONIALIDADE PERSISTENTE NOS TERRITÓRIOS MINERADORES: O ESPAÇO URBANO E REGIONAL EM CONGONHAS/MG

Adriana Gomes do Nascimento, UFSJ. Isabela Freitas Cioni, UFSJ.

Este artigo articula discussões históricas e contemporâneas vinculando relações territoriais e econômicas a partir de leituras sobre o extrativismo dos ciclos de ouro e ferro na região da cidade histórica de Congonhas/MG. Este município integra atualmente o denominado Quadrilátero Aquífero-Ferífero, localizado na porção central do estado de Minas Gerais. A partir de estudos cartográficos de diferentes temporalidades, de revisão bibliográfica e narrativas decoloniais latinoamericanas busca-se com este trabalho contribuir com reflexões críticas a respeito da colonialidade persistente nos territórios mineradores. A contribuição deste estudo está também relacionada com discussões sobre o espaço urbano e regional no entorno imediato de Congonhas, influenciado pela mineração extrativa e pela siderurgia praticada em larga escala por gestões empresariais privadas e multinacionais.

PALMAS: ABORDAGENS ACERCA DO URBANISMO SUSTENTÁVEL

José Ademilson dos Santos Junior, Centro Universitário Católica do Tocantins. Ana Carla de Lira Bottura, Centro Universitário Católica do Tocantins.

O presente artigo tem como objetivo geral apresentar uma leitura da cidade de Palmas, capital do Tocantins, sobre a perspectiva do urbanismo sustentável. Parte, desta forma, de um estudo que envolve parâmetros de sustentabilidade urbana no contexto dessa cidade, analisando aspectos históricos e presentes e de como ambos se interconectam no processo histórico de concepção e funcionalidade da mesma. Usa como base metodológica a abordagem exploratória, por meio de pesquisas bibliográficas, documentais, levantamentos de campo e registros fotográficos. Os resultados deste trabalho aparecem por meio de discussão crítica a respeito de parâmetros de sustentabilidade em Palmas, tendo como base imagens que evidenciam esses aspectos. Conclui-se que muitos dos problemas identificados são resultantes do projeto inicial que concebeu o desenho da cidade e as previsões de uso do solo, todavia, também são fortemente condicionados pelo espectro das políticas públicas aplicadas, isto é, por leis e demais ações tomadas pelo poder público ao longo dos anos.

PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO INFANTIL NO PROGRAMA CIDADE AMIGA DAS CRIANÇAS DA UNICEF

Pedro Matheus Bianchi, UFSJ/PGDPLAT. Gustavo Melo-Silva, UFSJ/PGDPLAT/DECAC. Renan Pereira Almeida, UFSJ/PGDPLAT/DCECO.

O presente artigo tem como objetivo buscar convergências entre o planejamento urbano, suas críticas e as ações de incentivo a participação infantil no programa Cidade Amiga das Crianças da UNICEF. A pesquisa desenvolvida se caracteriza como qualitativa por meio da realização de um estudo bibliográfico e pesquisa documental. Por meio dos estudos da infância, nota-se que a interface entre criança, cidade e planejamento se torna cada vez mais importante. A criança em sua infância, como resultado histórico e socialmente construído, foi moldada como um ser sem competências para a participação social e este processo favorece a sua invisibilização nos espaços urbanos e cria uma dicotomia entre o direito de proteção e o direito de participação. Desta forma, este trabalho tem por objetivo contribuir para o reconhecimento da criança como um ator social, sujeito de direitos e com voz que se tornam necessárias para um processo de transformação substantiva da estrutura social. A partir das análises dos documentos do programa, percebe-se que houve um avanço nos termos de proteção a infância, aumento dos índices de saúde, segurança e educação. Entretanto, os resultados indicam falta de uma práxis concreta de aplicação e monitoramento a nível local da participação de crianças e adolescentes.

UM DEVIR COMUM DESDE UMA ÉTICA DO CUIDADO: REFLEXÕES PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Leticia Costa de Oliveira Santos, UFABC - Univerisdade Federal do ABC. Hugo Kamiya Tsutsui, UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso.

As sucessivas crises sociais e ambientais indicam um padrão de catástrofes a partir do modelo neoliberal. É por meio de uma norma de conduta que o capitalismo estabelece suas racionalidades e moldam nossa forma de ser e estar no mundo, espelhado no modelo do homem branco, empreendedor, fisicamente apto e supostamente capaz de dominar a natureza. Contrapomos a essa norma a partir da proposta de uma ética do cuidado pautada por um fazer-comum, que reconhece a interdependência entre humanos e não-humanos, e posiciona as práticas do cuidado no centro, enquanto atividade fundamental à reprodução da vida. Por meio da revisão da literatura da Ecologia Política acerca dos debates de comuns, híbridos e cuidado, este artigo tem por objetivo refletir sobre um planejamento territorial pautado pela ética do cuidado, capaz de lidar coletivamente com as diversas emergências socioambientais. O planejamento deve buscar ser não-essencialista e não-hierárquico; incorporar escalas espaciais e temporais do local e do cotidiano; e reconhecer as diversas agências que co-produzem o território, bem como as estruturas que impõem desigualdade nos ônus e bônus das dinâmicas socioambientais. Isto nos provoca a repensar a forma de participação e os instrumentos do planejamento, entendendo-os como meio e produto de pressões sociais.

ZONEAMENTO COMO DOGMA URBANO. DEPENDÊNCIAS DO FETICHISMO TECNOCRÁTICO

Fernanda Badia Tscha, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Paulo Nascimento Neto, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

No campo da gestão urbana, o zoneamento figura como um dos instrumentos hegemônicos para o ordenamento territorial urbano. As discussões sobre o tema parecem se polarizar entre uma vertente voltada à dimensão instrumental de seus parâmetros e outra, centrada em um debate societal amplo que extrapola o zoneamento em si e o mobiliza como parte dos elementos de suporte a discussão. O artigo, pois, delimita o universo intermediário que permeia tais polos, contribuindo para reflexões sobre o zoneamento desde sua dimensão ontológica. Demonstra-se que as vertentes possuem limites porosos e fluidos, mas que permitem delimitar linhas até então não distinguidas. Após mais de um século de ampla adoção ao redor do globo, este artigo atualiza o debate sobre o Zoneamento Urbano, aponta para frentes nas quais o tema parece esquecido e outras nas quais, em certa medida, parece estar esgotado, convidando ao reposicionamento do debate no campo da gestão urbana.

ST 12 – GÊNERO, ETNIA E DIVERSIDADE NO CAMPO E NA CIDADE

Comissão Científica Gabriela Leandro Pereira
(PPGAU/UFBA)
Grazielle Betina Brandt
(PPGDR/UNISC)
Paula Santoro (FAU/USP)

Ementa

Neste início de século houve um recrudescimento do conservadorismo, em oposição a um processo de conquistas para o reposicionamento de pautas de grupos oprimidos e subalternizados, como a cidade faz parte de tudo isto? Quais aspectos das políticas urbanas favorecem a exclusão e quais fortalecem o protagonismo feminino, o combate à LGBTfobia? Como o debate sobre transições urbano rurais se articulam à sobreposição de formas de exclusão? Como o debate sobre interseccionalidade tem sido incorporado ao planejamento urbano e regional? O quanto as pautas feministas, étnicas, de gênero poderão ser melhor compreendidas se a periferia puder formular sua própria agenda?

Palavras-chave

Formas de Exclusão. LGBTfobia. Protagonismo feminino e cuidado. Interseccionalidade.

IMAGINANDO INVERSÕES, PELO DIREITO À CIDADE

Rossana Brandão Tavares, EAU/UFF e PPGAU/UFF.

O objetivo deste texto é apresentar compreensões sobre como a experiência de pesquisa e extensão com mulheres de ocupações na área portuária do Rio de Janeiro, concebida a partir das pautas feministas, têm permitido argumentar sobre a necessidade de reposicionar o debate da reprodução social na agenda urbana. Por isso, a ideia de inversões com intuito de pensar a problemática urbana a partir do cotidiano das mulheres, reposicionando a centralidade da vida produtiva como estratégia teórico conceitual para o campo do planejamento urbano. Diante da precariedade e de trajetórias particulares de gestão da moradia por mulheres, temos analisado como a própria ideia de despejo tem sido ressignificada no processo de investigação em curso.

METODOLOGIAS INTERESCALARES NO DEBATE DO REFÚGIO NA CIDADE

Natália da Cunha Cidade, Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Viviane Penso Magalhães, Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Este trabalho tem como objetivo apresentar, a partir de proposições metodológicas, a discussão de refugiados em contextos urbanos, suas condições de vida, moradia e de acesso à direitos. O estudo traz a fusão de duas pesquisas aprofundadas em pessoas em situação de refúgio, vítimas de deslocamento forçado que tiveram suas vidas atravessadas por situações de violência, como conflitos internos, internacionais ou regionais, perseguições em decorrência de regimes políticos repressivos, entre outras violações de direitos humanos. As pesquisas e metodologias, desenvolvidas no âmbito dos campos do urbanismo e da educação, buscam apresentar “novas démarches” (Lefébvre), caminhos de abordagem desta temática na discussão da garantia de direitos. Constatam como uma abordagem interdisciplinar e interescalar, indo da escala global à local, é central para as respostas tanto na esfera das políticas intersetoriais quanto do engajamento das instituições e sociedade civil frente ao tema. Como o planejamento urbano se depara e aborda a questão do refugiado vivendo na cidade? E como a educação se insere na garantia de direitos e estratégias de sobrevivência no espaço urbano para estas pessoas?

A CONTRIBUIÇÃO DA ECOLOGIA POLÍTICA FEMINISTA PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL: O DEBATE DA INSEGURANÇA HÍDRICA E GÊNERO

Veridiana Emília Godoy, Universidade Federal do ABC. Vanessa Lucena Empinotti, Universidade Federal do ABC.

Os dados oficiais sobre abastecimento de água privilegiam a porcentagem de cobertura de rede ou a população atendida, não adentrando na escala domiciliar, na vida cotidiana e nos impactos no corpo dos moradores de assentamentos precários que sofrem insegurança hídrica. Assim, é necessário abordar os processos de produção do espaço urbano e colocar em pauta as relações sociais de poder, como as relações de gênero. Para essa análise crítica do planejamento territorial com foco na insegurança hídrica domiciliar, a perspectiva da Ecologia Política Feminista torna-se um terreno fértil de debate, pois parte da crítica ao pensamento dualista e hierárquico moderno; traz a dimensão de gênero para as questões socioambientais, demandando novas epistemologias e metodologias de pesquisa e ação; cruza o planejamento territorial com objetivos, estratégias e práticas feministas, abordando a crise ecológica a partir dos estudos críticos do desenvolvimento e de escalas menos visíveis, da casa e do corpo; bem como possibilita pensar em propostas alternativas de mundo. Portanto, o objetivo desse artigo é apresentar a Ecologia Política Feminista e sua contribuição para uma análise crítica do planejamento territorial, usando como caso a discussão da insegurança hídrica domiciliar vivenciada nos assentamentos precários urbanos.

IMIGRAÇÃO, POLÍTICAS E ISLAMOFOBIA DE GÊNERO NO TERRITÓRIO EUROPEU

Grazielle Betina Brandt, Universidade de Santa Cruz do Sul. Bruno Mendelski de Souza, Universidade de Santa Cruz do Sul. Mariana Dalalana Corbellini, Universidade de Santa Cruz do Sul.

A acomodação democrática dos muçulmanos na Europa, têm sido um grande desafio para as nações europeias, em virtude das diferenças culturais, rivalidades históricas e estereotipação dos islâmicos. Dito isso, o presente trabalho tem como objetivo principal investigar a islamofobia na Europa e seu caráter de gênero, através da análise das políticas públicas dos países do continente acerca do véu islâmico. Metodologicamente, emprega-se a revisão bibliográfica, bem como a análise documental das decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos e Tribunal de Justiça da União Europeia, além da Comissão de Direitos Humanos da ONU, sobre o contencioso do véu islâmico. Como resultados, observa-se a crescente exclusão da visibilidade do Islã no território europeu, vista como antagônica à identidade secular-Cristã europeia. Esse processo é materializado pela progressiva restrição ao uso do véu islâmico por meio de legislações nacionais (referendadas pelas cortes europeias). Assim, constata-se o caráter de gênero da islamofobia em território europeu e o conseqüente enfraquecimento do Estado de direito no continente.

MOBILIDADE E VIVÊNCIA DE MULHERES NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: UM ESTUDO DE CASO POR MEIO DE PERCURSOS URBANOS ACOMPANHADOS

Júlia Russi Zanon, FCT - Unesp. Daiane Regina Lopes Sentoma, FCT - Unesp.

Este trabalho busca compreender a mobilidade da mulher sobre a cidade, e como esta está intrinsecamente ligada à sua experimentação e vivência sobre o urbano. Para tal, serão considerados os conflitos na produção do espaço e particularmente da cidade média em que o estudo foi realizado, Presidente Prudente/SP. Entende-se que a mobilidade sem recorte de preocupações ligadas ao gênero somente contribui para manutenção de uma lógica espacial hegemônica e fragmentária. E, dentro disso, compreende-se ainda a importância de enfatizar a perspectiva de gênero, considerando suas interseccionalidades, pois as diversas formas de dominação e opressão, seja de classe, raça, e tantas outras, interferem de forma particular na vida de cada mulher. Os procedimentos metodológicos são realizados por meio de percursos urbanos, os quais são qualitativos, e neste, diferentes mulheres são acompanhadas em seus trajetos, depreendendo seus comentários e experiências cotidianas. Posteriormente tais percursos são analisados e discutidos com base em um conceito de barreiras de acessibilidade, bem como compreendidos ou não dentro de iniciativas públicas e/ou independentes.

MOBILIDADE URBANA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: ESTUDO COMPARATIVO DOS TRAJETOS DIÁRIOS DE HOMENS E MULHERES COM ALTO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E ESCOLARIDADE EM CURITIBA

Agnes Silva de Araujo, Pós-Graduação em Gestão Urbana PPGTU-PUCPR. Phamela Alves, Pós-Graduação em Gestão Urbana PPGTU-PUCPR. Eloísa Parteka, Pós-Graduação em Gestão Urbana PPGTU-PUCPR. Rafael Bosa, UniRitter. Geisa Tamara Bugs, Pós-Graduação em Gestão Urbana PPGTU-PUCPR.

As cidades são a expressão das relações sociais. Numa sociedade pautada pela estrutura patriarcal, tanto sua forma quanto o uso dos seus espaços revelam relações hierárquicas de poder e acesso a ela. A forma como se dá a apropriação do espaço urbano, de forma desigual pelas diversas identidades de gênero, e que priva muitas mulheres do conteúdo social da cidade, tem como um dos elementos chaves a mobilidade urbana. A fim de verificar se os padrões de deslocamento cotidiano são similares dentro de um mesmo grupo social, analisamos comparativamente os padrões de viagens de homens e mulheres com alta escolaridade e alto nível socioeconômico na cidade de Curitiba. Foram utilizadas informações geográficas voluntárias coletadas através do uso de aplicativos de celular com rastreamento de GPS (Global Positioning System), de dez participantes, que exercem atividades profissionais equivalentes, numa amostra distribuída proporcionalmente entre homens e mulheres. Os resultados revelam diferenças nos padrões de mobilidade e corroboram com as teorias feministas sobre o acúmulo de atividades profissionais e de responsabilidades de reprodução da vida doméstica, que independe da camada social. Os resultados também refutam uma possível convergência nos padrões de mobilidade por gênero conforme o aumento no nível socioeconômico e educacional.

MULHER EM CARGOS PÚBLICOS NA BAIXADA FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS PARA ROMPER O TETO DE VIDRO

Kamilla da Silva Duarte, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Andrea Justino Ribeiro Mello, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. José André Villas Boas Mello, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar o Poder Executivo e suas Secretarias e o Poder Legislativo nos municípios da Baixada Fluminense nos governos iniciados em 2021 e com vigência até 2024 e verificar a representatividade feminina nesses governos. O levantamento permitiu, por meio de uma pesquisa quantitativa, analisar e avaliar a composição dos cargos eletivos e de confiança nos municípios da Baixada Fluminense a fim de comparar com a composição do quadriênio anterior para verificar as evoluções e regressões identificadas, assim como a defasagem na ocupação em cargos mais representativos. Os resultados permitiram identificar que para as mulheres conseguirem ocuparem espaços designados como “masculinos”, ainda depende de muitas situações adversas, importante ressaltar os desafios e os obstáculos. É possível concluir que a colocação das mulheres em cargos políticos representativos ainda é reduzida e inferior à ocupação masculina. E, apesar do pequeno acréscimo ocorrido entre os quadriênios, a presença das mulheres nos governos ainda está ocorrendo de forma gradativa e lenta.

POLÍTICAS DE ABORDAGEM TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS NA VIDA DE MULHERES: O CASO DO COMITÊ DONA ZIZI NO TERRITÓRIO DO MATO GRANDE - RN

JEAM CLAUDE DE SOUZA GOMES, UFRN - Programa de Pós - Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. WINIFRED KNÖX, INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - UFRN.

O presente artigo tem por objetivo apresentar os impactos das políticas de abordagem territorial na vida de 10 mulheres integrantes do comitê do Zizi da região do Mato Grande no estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa foi realizada de forma virtual em decorrência da pandemia da COVID-19 entre os anos de 2020 e 2021, sendo um recorte da dissertação de mestrado do Programa de Pós- Graduação em Estudos Urbanos e Regionais/UFRN. Para a seleção das entrevistadas foi utilizado o método conhecido no Brasil por bola de neve, que consiste em criar uma rede de confidentes, na qual cada entrevistado indica pessoas. Concluiu-se que a atuação da câmara de mulheres foi importante para as lideranças femininas e para trazer ao debate no colegiado os assuntos de interesse das mulheres, inclusive fazer com que a participação e deliberação feminina acontecesse nos projetos ligados à questão econômica, pautando o viés de gênero. Ressalta-se ainda a grande importância para a autonomia, emancipação política e empoderamento das lideranças para as agricultoras do Mato Grande/RN, através de políticas de abordagem territorial, como as analisadas a partir dos anos de 2005 até 2020.

SE ESSA RUA FOSSE NOSSA: DIRETRIZES DE PROJETO A PARTIR DE NARRATIVAS FEMININAS PARA A RUA EXPEDICIONÁRIO BRASILEIRO EM ARAPIRACA-AL

THATYANE PEREIRA MELO DA SILVA, universidade federal de alagoas. Alice de Almeida Barros, universidade federal de alagoas.

A reflexão sobre as limitações que mulheres enfrentam para usufruir os espaços da cidade impulsionou a elaboração do trabalho. É urgente nas cidades, especificamente em Arapiraca, haver melhorias à permanência e circulação saudável e segura para mulheres. Historicamente, de Pandora à Eva, a figura feminina no mundo ocidental não possuía o direito de experimentar a cidade como qualquer cidadão comum, sendo colocada num lugar de subserviência, medo e culpa. Coube aos homens o papel de imaginarem como as cidades deveriam ser e, então, projetá-las a partir de sua óptica e necessidades. A pesquisa procurou dar visibilidade ao pensamento de mulheres que transformaram o modo de pensar cidades, dentre elas estão Zaida Muxí Martinez, Diana Helene Ramos e Leslie Kern. Foram feitas análises de projetos que adotaram o urbanismo com perspectiva de gênero nos contextos internacional e nacional, a fim de aproveitá-los como parâmetro para identificar as potencialidades de cada um, considerando o contexto urbano e as devidas diferenças de realidade. Foram feitas pesquisas exploratórias e entrevistas on-line e presenciais com as mulheres usuárias da rua, compreendendo suas vivências e experiências com relação ao espaço urbano. Por fim, foram elaboradas diretrizes de projeto para a Rua Expedicionário Brasileiro.

PELE NEGRA, MEDO BRANCO: SOBRE INTERDIÇÕES E O NÃO-SER METROPOLITANO

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O artigo reúne processos que envolvem a experiência do espaço urbano a partir da vida negra. Partimos de uma lógica que compreende a metrópole do período atual por meio de um emaranhado de instrumentos que inviabilizam e interdita a experiência vivida de negros e negras, lógica perversa que se desenvolveu por meio de processos-projetos de longa duração alinhados à paranoia branca. O método proposto esteve apoiado no diálogo com a inspiração foucaultiana da interdição do discurso, presente no espaço interdito de Joseli Silva, além da inserção do “esquema corporal” fanoniano aos trâmites da longa duração, com pronúncia aos oitocentos e a influência dos ventos de liberdade soprados do Haiti na conformação deste grande aparato de interdição. A partir dessa associação, concluímos que os atuais códigos metropolitanos, forjados pela materialização do medo branco na forma do controle, transformam não só a relação corpo-espaço pela negação de sua presença, mas também da sua realização enquanto ser.

PROCESSOS DE DESPOSSESSÃO NO TERRITÓRIO NEGRO DO SAMBA: O VAI-VAI DO BIXIGA

Felipe dos Santos Neres, FAU USP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

O presente artigo objetiva-se a analisar um território negro na metrópole de São Paulo. Planeja compreender de que maneira as manifestações culturais advindas da diáspora, se revelam nos saberes, práticas, culturas e modos de vida comunitária no Grêmio Recreativo, Cultural e Social Escola de Samba Vai-Vai – núcleo de sociabilidade negra, de múltiplas expressões afro-diaspóricas no tempo/espaço. Partindo dessa constatação, esse trabalho faz um panorama sobre a formação e os processos de despossessão experimentados pelo Vai-Vai no território do Bixiga.

PROCESSOS DE RACIALIZAÇÃO URBANA EM BELO HORIZONTE

Cynthia Bráulio, Universidade Federal de Minas Gerais.

O artigo, inserido no debate sobre a materialização do racismo no espaço urbano, analisa as relações racializadas em distintas escalas geográficas e como elas incidem sobre a política urbana de Belo Horizonte. Para tal, parte de pesquisas que tratam da criação da cidade para contextualizar a formação do bairro Concórdia e, em um segundo momento, os dispositivos legais acionados pelos agentes responsáveis pelas políticas públicas da cidade. Em seguida, apresenta questões relacionadas a conversas realizadas com moradores do Concórdia a fim de identificar percepções relacionadas aos efeitos dessa política urbana. Os resultados parciais confirmam o processo de invisibilização da questão racial no planejamento urbano com implicações diretas sobre a conformação espacial e no cotidiano.

RACISMO E PERIFERIA: UM ESTUDO DE CASO DO DISTRITO PERIFÉRICO DO GRAJAÚ

Sillas Coelho, Instituto de Economia UNICAMP.

Embora a periferia de São Paulo seja majoritariamente negra, a relação entre os temas racismo e periferia representa um desafio aos pesquisadores, porque uma das características do racismo no Brasil foi a informalidade. Diferentemente de países nos quais havia leis explícitas para a discriminação racial, no Brasil vigorou o mito da democracia racial. Dessa maneira, a relação entre os temas tem sido estabelecida através da articulação de antecedentes históricos que permitem compreender a conformação do racismo na ordem vigente, e da apreensão de mediações, como a segmentação do mercado de trabalho e as migrações internas. Neste trabalho, buscamos explorar a aproximação dos temas utilizando um estudo de caso específico: o distrito periférico do Grajaú.

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA DA ZONA LESTE: NEXOS ENTRE PERIFERIZAÇÃO E AS RELAÇÕES RACIAIS NO TERRITÓRIO PAULISTANO

Luiz Felipe dos Anjos, Universidade Federal do ABC (UFABC).

O presente artigo tem o propósito de estudar as dinâmicas do circuito inferior da economia urbana a partir da teoria miltoniana de economia espacial e as expressões espaciais das relações raciais na Zona Leste de São Paulo, buscando contribuir para a compreensão dos usos do território marcados pela periferização paulistana com base uma perspectiva descolonial.

JOVENS CAMPONESAS: EXPRESSÕES DA COLONIALIDADE PATRIARCAL

Marilis Dambroski, UTFPR. Ary Gustavo da Silva Cesar, UTFPR. Joana do Amaral Antoniak, UTFPR. Josiane Carine Wedig, UTFPR. Marlize Rubin-Oliveira, UTFPR.

Ao chegar à América Latina, os colonizadores europeus, foram estabelecendo seus propósitos e deixando sua marca, com as suas várias hierarquias globais que se envolvem e coexistem simultaneamente no espaço e no tempo. Desse modo, o modelo patriarcal se alastrou na mesma época em que o colonialismo, e deixou raízes históricas, sociais e culturais que podem ser vistas na contemporaneidade e são definidas como colonialidade do poder. Relacionando com o tema das jovens agricultoras camponesas, em que o contexto tende a ser marcado pela invisibilidade e centralidade da figura do homem, infere-se que a questão do poder, expresso pela estrutura patriarcal, presente desde o início da colonização dos europeus no Brasil, pode aqui ser entendida como expressões de colonialidade do poder e de gênero. A colonização expropriou o trabalho feminino, afastando-as dos afazeres, ocorrendo expropriação de território, de corpos, resistências e hierarquia dicotômica entre homens e mulheres, e muitas vezes marcando a constituição do ser mulher, de maneira submissa e silenciada, ocupando posições secundárias. Assim, à luz de teorias decoloniais se buscará, compreensão da colonialidade de gênero e aspectos patriarcais com o objetivo de tecer algumas discussões e reflexões acerca de jovens camponesas, inseridas num contexto de dominação masculina.

ESPAÇO URBANO, REDES DE SOCIABILIDADE E POLÍTICAS DE SAÚDE LGBTI+: UM PANORAMA A PARTIR DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE – PNS 2019

Rafael Chaves Vasconcelos Barreto, ENCE/IBGE. Angelita Alves de Carvalho, ENCE/IBGE.

Ao observarmos o espaço geográfico, inúmeras são as manifestações sociais e interferências que a população realiza nesse espaço. Pensando na diversidade de povos, culturas e identidades, é possível verificar que tal diversidade se manifestará também de modo territorial, por meio das formações de territorialidades e espaços de sociabilidade. Nesse sentido apresentamos como sujeitos dessa sessão grupos que sofrem com as, ainda presentes, hierarquias de gênero e sexualidades. Desse modo teremos como público alvo mulheres e pessoas LGBTI+ entendendo que o padrão dominante cisheteronormativo masculino, por vezes, resulta em subalternização dos demais sujeitos. Como consequência disso temos, por exemplo, a invisibilidade das minorias sexuais nas bases de dados populacionais, visto que nas pesquisas de âmbito nacional no Brasil não havia, até o lançamento da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, a inclusão de variáveis como orientação sexual e identidade de gênero que permitam analisar de forma pormenorizada essa parcela da população. Com base no exposto e tendo como alvo os sujeitos apresentados, teremos como objetivo nessa sessão livre abordar a invisibilidade de pessoas LGBTI+ nas bases de dados populacionais e analisar ainda dados que expõem fragilidades de mulheres no espaço urbano. Como objetivos relacionados a esse, verificaremos através das exposições alguns pontos que consideramos fundamentais para a compreensão dessa luta por igualdade e visibilidade que por vezes se expõe de forma clara e conflituosa no espaço geográfico.

DISPUTA DE LUGAR: NARRATIVAS E FICÇÕES PARA A ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Stéfany Dos Santos Silva, Instituto de Planejamento Urbano e Regional - UFRJ.

A região central da cidade do Rio de Janeiro, em especial a zona portuária, é desde o início de sua ocupação marcada pela presença negra. Ao longo de quase dois séculos esses corpos negros tem grafado esse espaço com suas estratégias de vida, suas práticas culturais e resistência aos diversos processos de expulsão. No contexto recente de transformações urbanas impulsionadas pelo Projeto Porto Maravilha (2010-2022) esse lugar se transforma em palco de uma disputa pela sua significação: de um lado os atores locais que reivindicam a memória da Pequena África, do outro o poder público e o capital imobiliário que iniciam um projeto de renovação urbana batizado Porto Maravilha. Diante desse cenário de tensão entre esses dois atores levantamos alguns questionamentos: Qual é o papel dos arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos nessa disputa? Como as imagens produzidas por esses profissionais contribuem para a difusão de imaginários e imaginações espaciais? Assim, o objetivo deste breve texto é investigar, a partir do recorte espacial do Cais do Valongo e do seu entorno, as diferentes narrativas mobilizadas no processo de significação da zona portuária, tendo como metodologia a análise representações gráficas para compreender qual imagem de futuro tem sido sonhada para esse lugar.

PARA PENSAR O ESPAÇO DESDE A INTERSECCIONALIDADE: DA METÁFORA ESPACIAL AO ESPAÇO COMO PRÁTICA

Natália Alves da Silva, IPPUR-UFRJ.

Ao longo das últimas duas décadas, presenciamos um crescente interesse acadêmico pelo feminismo negro e pelo conceito de interseccionalidade, criado e operacionalizado por feministas negras a partir de fortes lutas sociais. No contexto brasileiro, a acolhida ao conceito de interseccionalidade tem contribuído para uma maior inserção da questão racial nos estudos feministas e para uma subsequente complexificação do seu campo de interesses. Com o objetivo de contribuir com essa discussão, neste artigo examino alguns aspectos analíticos resultantes dos entrecruzamentos interseccionais ganharam destaque no debate público e nas produções acadêmicas especialmente por feministas negras. Na primeira parte do artigo, discuto o conceito de interseccionalidade, sua proximidade e distanciamento em relação às políticas de identidade que adquiriram certa centralidade na luta política a partir dos anos 1990. Na segunda parte, busco trazer apontamentos sobre a interseccionalidade como ferramenta analítica para o debate sobre o espaço. Destaco a necessidade de ruptura com os binarismos e perspectivas de identidades estáticas com o objetivo de dialogar com as práticas espaciais situadas.

GEOGRAFIAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL: TRABALHO REPRODUTIVO E PRAGMÁTICA VITALISTA NA PÉRIFERIA DE SÃO PAULO

Elisa Favaro Verdi, Universidade de São Paulo; Instituto Federal de São Paulo.

O presente artigo analisa um conjunto de estratégias de reprodução da vida subsumidas à lógica da economia popular a partir da ação de dois coletivos de mulheres organizados na Zona Leste de São Paulo. O primeiro coletivo, que atua em União de Vila Nova, no distrito de São Miguel Paulista, é um grupo de nove mulheres que praticam agricultura urbana em um terreno cedido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) após o processo de urbanização do bairro. O segundo coletivo, composto por quatro mulheres, atua no Jardim Helian, no distrito de Itaquera, em uma cozinha coletiva na igreja da comunidade, onde as mulheres produzem marmitas para doação. Ambos os coletivos definem seu trabalho como ações sociais. Neste artigo, argumentamos que as ações desses grupos revelam o protagonismo de mulheres na sua auto-organização, tendo como objetivo melhorar as próprias condições de reprodução da vida.

COOPERATIVISMO, MULHERES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RELAÇÕES POSSÍVEIS?

DANIELA FONSECA DA SILVA, UFRGS. ANELISE GRACIELE RAMBO, UFRGS.

Este trabalho traz reflexões em torno de três temáticas que emergem com força em momentos de crises político-econômicas. Trata-se do cooperativismo, gênero e desenvolvimento regional. O cooperativismo, embora esteja presente na história moderna desde 1844, quando da criação da Rochdale Society of Equitable Pioneers, na Inglaterra, comumente é retomado nas crises. Recentemente, observa-se uma (re)emergência das questões de gênero. Iniciativas da Organização das Nações Unidas podem ser citadas, como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e a ONU Mulheres, em 2010. A discussão de gênero, aos poucos, ganha espaço no cooperativismo. Em 2019, o Comitê de Igualdade de Gênero da Aliança Cooperativa Internacional promoveu um seminário destacando ações das mulheres baseadas na doutrina cooperativista. Ademais, Amartya Sen (2010) afirma que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Portanto, objetiva-se discorrer sobre o papel do cooperativismo para a remoção de privações de liberdade das mulheres e a consequente contribuição para a promoção de processos de desenvolvimento regional.

CUIDAR É VERBO COLETIVO: A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DE REPRODUÇÃO COLETIVO DESEMPENHADO COTIDIANAMENTE PELAS MULHERES DAS OCUPAÇÕES DA IZIDORA

Izabella Sathler Rodrigues Lourenço, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Clarissa Vaz Rodrigues Gomes, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tiago Castelo Branco Lourenço, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Thiffani Martineli, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Este artigo se ocupa de evidenciar a relevância da contribuição do trabalho de reprodução coletivo desempenhado cotidianamente pelas moradoras e lideranças femininas das Ocupações da Izidora na luta pelo direito à cidade e à moradia, assim como para a autoprodução e autogestão do território. Serão expostas também a invisibilização e negligência desses trabalhos e ausência de marcadores como gênero e raça nos processos de planejamento urbano e no desenvolvimento e implementação de políticas públicas habitacionais. As observações aqui apresentadas são fruto de um longo trabalho coletivo de assessoria técnica direta que ocorre desde 2013 a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) através do Escritório de Integração (EI), Grupo de Produção do Espaço Urbano (PEU) e do curso de pós-graduação Planejamento Ambiental Urbano e Produção Social do Espaço (PAUPSE), associados a outros grupos e coletivos. O processo de desenvolvimento se sustenta com base na teoria feminista marxista e na economia feminista e se utiliza da entrevista narrativa e pesquisa-ação como metodologias de trabalho.

TERRITÓRIO E FEMINISMOS NA AMÉRICA LATINA


Marina Rago Moreira, PGT/UFABC.

Esse artigo é parte do processo de uma pesquisa de mestrado que visa entender como os feminismos socioambientais na América Latina mobilizam a noção de território, que conceitos ou categorias estão associadas ao território nessas visões, e como esse pensamento emergente pode contribuir para os desafios e lacunas do campo do planejamento territorial. Os feminismos socioambientais e descoloniais na América Latina trazem novas vertentes de pensamento e ação. Enfocamos no presente texto a noção de território corpo-terra, que emerge dos feminismos comunitários da Guatemala (CABNAL, 2010) e é amplificada por diversos movimentos feministas e acadêmicas-ativistas na região. O conceito aproxima o território à tessitura da vida, implicando em uma forma de pensamento divergente da racionalidade moderna que entende o território como unidade administrativa e valorativa. Esse diálogo entre diferentes entendimentos e relações com o território é uma proposta a refletirmos como o planejamento aborda o gênero e interseccionalidades e como pode contribuir para superar o patriarcado, que faz perpetuar desigualdades e violências, bem como produz conflitos socioambientais. O levantamento bibliográfico – focados nos termos território, feminismo e corpo-território –, destaca a produção recente dos campos de pesquisa e ação das ecologias políticas feministas latino-americanas (EPFLAs) e dos ecofeminismo do Sul.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: A REALIDADE INTERSECCIONAL DOS TERRITÓRIOS CARIOCAS (2018-2020)

Joice de Souza Soares, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE).

O presente trabalho se destina a analisar a dinâmica territorial da violência contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro, entre 2018 e 2020. Para tanto, utiliza-se o número de vítimas de lesão corporal dolosa, homicídio doloso e feminicídio – crimes atrelados à dimensão da violência física, conforme previsto na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Os dados analisados foram fornecidos, mediante requerimento, pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP). A perspectiva interseccional é fundamental para compreender as diferenças entre os números apresentados em diferentes territórios da cidade. O exame dos dados demonstra que há territórios na cidade em que as vítimas de violência física aparecem em maior número – o quadro se repete para os três anos analisados. Postula-se que as múltiplas opressões que acometem as mulheres nesses territórios precisam ser consideradas para a formulação de políticas públicas efetivamente capazes de atendê-las.



ST 13 - IDENTIDADE E TERRITÓRIOS: ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA

Comissão Científica Renata de Godoy (PPGAU/UFPA)
Daniel Medeiros de Freitas (NPGAU/UFMG)
Clarissa Freitas (PPGAU+D/UFC)
Gisela Cunha Leonelli (PPG-ATC/Unicamp)

Ementa

Há décadas o crescimento urbano e a reestruturação do espaço rural disputam territórios de comunidades tradicionais, povos originários e populações periurbanas, como identificar e denunciar os registros desses conflitos que tais processo engendram? Como evitar que eles sejam assumidos como custos inevitáveis do processo de urbanização "normais"? E como reorientar a política pública e a intervenção nestes territórios de modo a respeitar cosmovisões e identidades diversas? Como serão as cidades e como serão os estudos urbanos quando o capitalismo for posicionado como uma cosmovisão dentre tantas outras? Que relatos podem ser apresentados para ampliar a compreensão da conexão entre quintais, religiosidade e biodiversidade? A sessão busca trabalhos que tenham como objetivo identificar aspectos dos saberes tradicionais capazes de contribuir para novos modelos (paradigmas) do processo de urbanização responsivos às ameaças da crise climática ampliando a capacidade de adaptação e resiliência dos assentamentos humanos.

Palavras-chave

A luta e resistência de Territórios Indígenas e quilombolas. Quintais produtivos e salvaguarda de biodiversidade. Identidade alimentar. Indígenas em contexto urbano. Espaços de cultura e religiosidade africana nas cidades. Populações tradicionais e povos originários em contexto periurbano no Brasil.

O PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO E A LUTA ANTIRRACISTA NA PEQUENA ÁFRICA: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA NAS DISPUTAS DE TERRITÓRIO

Lisyanne Pereira Ribeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O trabalho tem por objetivo analisar os desdobramentos do empresariamento/empreendedorismo urbano nas políticas públicas de fomento à cultura na zona portuária do Rio de Janeiro, face ao processo de branqueamento do território desencadeado, dentre outras formas, por diferentes intervenções urbanas ao longo da história e, mais recentemente, ao projeto Porto Maravilha. Destacam-se as recentes disputas territoriais ligadas à preservação da Pequena África, envolvendo movimentos sociais e grupos culturais ligados às territorialidades negras na Pequena África na luta pelo acesso às políticas culturais na região, e as iniciativas culturais rentáveis e parcerias público privadas. Pode-se verificar que promoção de ações culturais na lógica da cidade empresa, para a venda dos atributos da zona portuária.

VESTÍGIOS DO RURAL EM UMA NATAL URBANA: POSSIBILIDADES PARA A AGRICULTURA NO ENTORNO DA AVENIDA MOEMA TINOCO

Camila Medeiros, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN). Ruth Ataíde, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN.

O município de Natal é considerado completamente urbano desde o Plano Diretor de 1994. Contudo, práticas socioespaciais de alguns territórios demonstram a existência de espaços residuais com características rurais. Um deles é o representado pelo entorno da avenida Moema Tinoco, localizada na Região Administrativa Norte de Natal. Neste território, a agricultura é uma atividade marcante, voltada ao cultivo de hortaliças em pequenos sítios. Porém, este tipo de produção se encontra ameaçado pelo processo de urbanização, que tende a se intensificar, especialmente, a partir da duplicação da avenida Moema Tinoco, ainda em andamento, a qual resultou – e ainda poderá resultar – em ações de desapropriações dos terrenos produtivos. Entendendo que projetos dessa natureza tendem a modificar as características socioespaciais do lugar onde se instalam, questiona-se se a agricultura poderá resistir a tais transformações. O artigo expõe uma discussão sobre as possibilidades de permanência da agricultura no entorno da referida avenida, especialmente a partir do discurso dos agricultores, utilizando-se do método da palavra do habitante, desenvolvido em Raymond (1966) e Haumont (1966). Como resultados, conclui-se que a agricultura praticada nas bordas do município de Natal ainda pode se perpetuar, contudo, necessita de mais apoio do poder público para tal.

Priscila Izar, University of the Witwatersrand. Fredrick Mejah Elias Mbuya, African Leadership University.

Os mercados de rua abertos (mercados urbanos) são uma característica por excelência das cidades costeiras da África Oriental. Esses locais representam, ao mesmo tempo, centros de comércio e negócios, fontes de empregos iniciais para mão de obra pouco qualificada e locais onde uma série de relações e estruturas sociais, econômicas e espaciais formais e informais são formadas e transformadas. No entanto, a pesquisa raramente se concentrou nos mercados de rua urbanos como uma forma de entender a produção urbana cotidiana e a transformação nas cidades da África Oriental. Este artigo aborda essa lacuna por meio de uma análise comparativa da evolução de dois mercados urbanos e seus territórios vizinhos na cidade de rápido crescimento de Dar es Salaam. O artigo explora as interconexões entre os dois mercados e os bairros adjacentes a eles, e as relações entre desenvolvimento e transformação dos mercados, dos bairros e do território mais amplo. Com base em métodos etnográficos e de pesquisa-ação, o artigo combina dados de pesquisa de entrevistas informais e análise de arquivo com o conhecimento de campo das comunidades suaíli nas quais os mercados estão inseridos, adquiridos ao longo de anos de turismo social e atividades de preservação do patrimônio pelo co-autor na área.

USOS DO TERRITÓRIO E MODERNIZAÇÕES: A PESCA ARTESANAL EM RAPOSA-MA

Milena Boaes dos Santos, Universidade Estadual do Maranhão. Cristiano Nunes Alves, Universidade Estadual do Maranhão. Felipe Desiderio Pereira, Universidade estadual do Maranhão. Clara Beatriz Silva Durans, Universidade Estadual do Maranhão.

O presente artigo versa sobre as modernizações e a pesca artesanal em Raposa, município localizado na Ilha do Maranhão. Intentamos compreender a partir deste estudo as implicações dos processos de modernizações territoriais e seus impactos nos modos de vida tradicionais. Como recorte empírico partiremos de um projeto em andamento da empresa Petrobras de realizar explorações de recursos não-renováveis, a partir da perfuração dos blocos BM-BAR-3 e BM-BAR-5, na Bacia Sedimentar Marítima de Barreirinhas, a aproximadamente 150 Km de distância da costa maranhense, a ser realizado pela multinacional BP. Como metodologia, realizamos análise do relatório de impactos ambientais, trabalhos de campo e levantamentos de dados bibliográficos. A partir da interpretação dos dados chegamos às considerações que a mobilização da área poderá gerar inúmeros conflitos, principalmente pela disputa de usos envolvendo a escala de análise e por se tratar de um município cuja a dinâmica econômica é majoritariamente baseada na atividade pesqueira.

POVOS ORIGINÁRIOS EM CONTEXTO URBANO: PAISAGEM EM DEVIR

Juliana Lang Pádua, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Daniele Caron, Faculdade de Arquitetura / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Esta escrita busca articular a ideia de paisagem como habitar dos povos originários em contexto urbano. Para tanto, organiza-se o trabalho em três atos; o primeiro busca articular distintos conceitos de paisagem a partir de suas dimensões políticas, pedagógicas e discursivas; analisar a paisagem contemporânea como expressão do capital financeirizado, e também a criação de paisagens possíveis nas brechas do sistema colonialista e patriarcal. O segundo ato produz um mapeamento de teses e dissertações para abarcar uma revisão sistemática de literatura no campo da arquitetura e do planejamento urbano a partir de trabalhos disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O terceiro ato busca fazer emergir uma problemática de pesquisa sobre a qual trabalhar em uma investigação doutoral, relacionando aspectos da paisagem aos mapeios de pesquisas, visando produzir um trabalho que se comprometa com o apoio às lutas dos povos originários. Um pouco do que se apreende na investigação é a necessidade de compreender as paisagens originárias urbanas enquanto paisagens em processo, em devir, nas cidades da contemporaneidade, nas quais a valorização da ancestralidade é um fator chave para produzir o futuro de Abya Yala.

DOS MAPAS AO TERRITÓRIO: ARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Jorge Bassani, FAUUSP. Carolina Mesquita Clasen, FAUUSP. Heloisa Bento Ribeiro, FAUUSP. Leticia Santos Borém, FAUUSP. Mariana Ribeiro Pardo, FAUUSP.

Este artigo apresenta narrativas, reflexões e desdobramentos de uma experiência de trabalho construída a partir da interação entre múltiplos agentes e temporalidades, no sentido de ultrapassar os formatos previstos e institucionalizados para o trabalho da universidade na relação com comunidades externas a ela. Narra a passagem de um projeto de Extensão Universitária, nos formatos previamente definidos, para um trabalho extenso em tempo e espaço, de longo período e com ampliação dos laços entre a Universidade e o território com sua gente. Inicialmente, o texto apresenta as atividades extensionistas do projeto "Mapografias de São Paulo", criado pelo Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (FAUUSP), dedicado às questões e práticas acerca dos estudos urbanos e as formas de representação territorial. A partir das experiências extensionistas e em parceria com o Laboratório de Ensino e Material Didático (FFLCH-USP) e com a comunidade do Bororé, surgiu o projeto Núcleo de Arte Educação Ambiental do Bororé (NAEA), com a proposta de formação continuada em escolas públicas, ampliando as expectativas de extensão universitária. Neste artigo apresentamos a realização do projeto-piloto do NAEA na Ilha do Bororé. Ao final propomos o debate sobre este tipo de trabalho e a relação com os estudantes locais e com a escola.

SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS: RESISTÊNCIAS NA VIDA COTIDIANA

Jheyciele Naira dos Santos, PPGPAM/UNIFESSPA. Sergio Moreno Redon, PPGPAM/UNIFESSPA.

Compreender a saúde enquanto um elemento é de suma importância para a existência das pessoas e é um desafio complexo e cada vez mais necessário, já que quando falamos em saúde não nos referimos unicamente a ausência de doenças, mas a uma série de elementos que impactam diretamente a estrutura de um a determinada sociedade. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa será descrever as relações entre território e a saúde das mulheres negras, tendo como recorte territorial o Núcleo São Félix da cidade de Marabá PA, a fim de atestar tais relações. O artigo materializa o início de uma pesquisa que a partir de entrevistas tenta identificar as diversas lutas diárias das mulheres negras na Amazônia urbana, sua percepção da importância de quais elementos do território incidem na sua saúde e quais não percebem. Os resultados preliminares mostram que as relações entre território e saúde impactam diretamente a vida cotidiana das mulheres negras.

PARAÍBA CALON, CIGANO “SIM SINHÔ”: INVESTIGANDO A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA (PB) DURANTE QUARENTA ANOS DE SEDENTARIZAÇÃO

Vitória Raíssa Ferreira Mangueira, Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Tamms Maria da Conceição Moraes Campos, Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Considerados como uma das minorias mais discriminadas no mundo, este trabalho investiga as questões espaciais e territoriais referentes à comunidade de ciganos da etnia Calon, popularmente conhecida como “Rancho dos Ciganos”, no município de Sousa, no estado da Paraíba. O objetivo principal é identificar como ocorreu as dinâmicas da produção do espaço nesse local no período de pós-nomadismo, este que iniciou ainda no século XX e se estende até os dias atuais. Durante quarenta anos, diversas problemáticas se desenvolveram na comunidade, perpassando desde o anticiganismo e seus efeitos, como a segregação socioespacial, até pelo processo de regularização fundiária versus pressão imobiliária que enfrentam. Nesse sentido, será apontada a necessidade de trazer à tona a luta pelo direito à cidade da comunidade, encarando os desafios de um local em constante disputa, seja por território, por habitação e até por identidade.

REDES PLURIDOMICILIARES DE SUPORTE SOCIAL EM CACOAL (RONDÔNIA, BRASIL)

Tiago Augusto da Cunha, Universidade Federal de Viçosa. Dorys Mirella Bohn Daniel, Universidade Federal de Viçosa.

Os conceitos de família e domicílio transformam-se e influenciam-se constantemente ao longo do tempo e do espaço. Mais recentemente, está em jogo uma relação inversamente proporcional entre ambos. De um lado, o aumento do número de domicílios. De outro, a diminuição do número de seus integrantes. É relativamente comum, pesquisas domiciliares circunscreverem o núcleo familiar aos limites físicos da residência. Recortá-lo, porém, trata-se apenas de uma estratégia analítica, já que a empiria demonstra que diferentes domicílios com núcleos aparentados ou não mantêm estreita relação entre si. Compõem, portanto, uma espécie de rede de ajudas, suportes e auxílios, materiais e imateriais. Desse modo, a presente pesquisa tem como intuito versar sobre o que aqui denominamos redes pluridomiciliares e suas características. Fomos a campo mapeá-los, aplicando a abordagem de redes sociais em dois setores censitários na cidade de Cacoal, localizada no estado de Rondônia. Selecionamo-os, sobretudo, segundo a variável renda. Os dados sugerem que o tamanho, o formato e o conteúdo das Redes Pluridomiciliares de Suporte Social (RPSS) são fortemente influenciados por ela e, assim, manifestam-se espacialmente segundo predisposições locacionais, é dizer, de acordo com quesitos de proximidade físico-geográfica.

DAS MULHERES DE LUTA AO PLANO POPULAR PARA O FUTURO MELHOR

Camila Savioli Silveira, IPPUR/UFRJ.

O presente artigo apresenta, por meio do relato da luta da construção do Plano Popular para o Futuro Melhor, comunidade localizada no Jardim Peri, Zona Norte de São Paulo, a reflexão crítica acerca do fomento à Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social e a adoção, por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, da parceria público-privada como política pública de habitação em Zona Especial de Interesse Social.

A CASA-TERREIRO DO QUILOMBO RIBEIRÃO DO MUTUCA: ENTRE A POTENCIALIDADE DOS SABERES ANCESTRAIS E OS LIMITES DA POLÍTICA HABITACIONAL

Elizabeth Othon de Souza, NAPPLAC – FAUUSP.

O artigo aborda a complexidade que envolve a relação entre o modo de vida quilombola e o planejamento territorial a fim de melhor subsidiar a construção de políticas públicas que atendam esta população e contemple sua territorialidade. O trabalho se aproxima do território do Quilombo Ribeirão do Mutuca, em Mato Grosso, onde foram construídas 150 casas subsidiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O percurso se dará por uma breve retomada do processo histórico do território do Mutuca, situando-o a conjuntura nacional; na sequência vai à escala da casa-terreiro em três momentos: (i) a casa da memória, (ii) a casa do PNHR e (iii) a casa da mistura. Entende-se que a política habitacional sinaliza uma ação do Estado de reconhecimento ao território e qualifica a habitabilidade imediata, ao mesmo tempo que modifica os modos de construir. Além disso, por se tratar de uma política setorial e desarticulada das demais, as condições de insegurança na posse e permanência persistem. Conclui-se que há a necessidade de fortalecer instrumentos que atuem em diferentes escalas e articulem políticas públicas com o objetivo de viabilizar as condições materiais para que a potencialidade contida nos saberes ancestrais de produção do habitat quilombola se consolide.

CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIA POPULAR EM ZEIS: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE DO MARUIM-NATAL/RN, NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Cicero Wildemberg Matias Gomes, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

O presente artigo versa sobre conflitos territoriais urbanos em assentamentos de origem informal e resistência popular frente às Práticas Coloniais. O tema é desenvolvido a partir da experiência da comunidade do Maruim, diante da atuação de agentes de interesse econômico pró-mercado ao longo do processo de ressentamento dessa comunidade tradicional para o residencial São Pedro, em 2016. Historicamente, as pressões do mercado imobiliário sobre as AEIS configuram um cenário de disputa territorial que revela ações de diversos agentes envolvidos (moradores, universidades, ONGS, igrejas, movimentos ambientalistas, etc.) nos processos de regulação do uso e ocupação do solo. O último processo de revisão do Plano Diretor de Natal/RN (2021-2022) revelou, também, que as AEIS continuaram sendo alvo de conflitos na pauta de discussão entre os diversos agentes. Este artigo objetiva refletir sobre possíveis reproduções de práticas coloniais e práticas de resistência popular, considerando a experiência da comunidade do Maruim, na Zona Leste de Natal. Os pressupostos teóricos que orientam a análise são fundamentados na literatura sobre os fundamentos da desigualdade nas cidades brasileiras, resistência popular em áreas periféricas e relações de poder à luz do pensamento decolonial.

DAS EXPULSÕES ÀS RESISTÊNCIAS: OS REASSENTAMENTOS COLETIVOS E TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO EM MARIANA/MG

Flora Passos, Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP.
Monique Marques, Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP.

O rompimento da barragem de rejeitos de minério denominado Fundão, ocorrido no município de Mariana (MG), em cinco de novembro de 2015, sob responsabilidade das mineradoras Samarco, Vale e BHP, resultou em graves impactos socioambientais e, desde então, a população atingida luta por uma reparação justa e integral dos danos. Sob este contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar aspectos relacionados aos reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, onde a Fundação Renova e mineradoras rés vem impondo a construção de espaços sob a égide neoliberal, bem como, abordar o processo de invisibilização dos territórios atingidos, onde, apesar do controle das empresas, são recriados espaços de resistência. A investigação precedente incluiu como etapas metodológicas: pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica; coleta de depoimentos de pessoas atingidas a partir de entrevistas semiestruturadas e de matérias jornalísticas; além de experiência empírica junto às comunidades atingidas. Pretende-se contribuir no debate crítico sobre o contexto de contínua violação de direitos engendrado pelas mineradoras rés, dentre os quais, o direito à retomada dos modos e projetos de vida da população atingida.

IMPACTOS DA POLÍTICA URBANA MUNICIPAL NA (RE)PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL RACIAL EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

Thamara Francisconi Vieira Pereira, IPPUR.

Este trabalho investiga como o poder público municipal, através do planejamento urbano, aborda a questão das relações raciais, no que tange ao tratamento dispensado às comunidades remanescentes de quilombo, no município de Armação dos Búzios, e como essa abordagem impacta na configuração espacial e nos usos que diferentes grupos fazem da cidade. A análise se concentra na produção legislativa de política urbana entre os anos de 2006 e 2019, tendo como marco inicial a aprovação do plano diretor. O estudo revela que ainda existem muitos desafios para a construção de um planejamento urbano que incorpore os direitos dos remanescentes quilombolas, e que a política urbana deve ser encarada como mais um campo de disputa na luta racial pelo território.

"A LUTA NÃO PODE PARAR, PORQUE AS EMPRESAS, ELAS NÃO PARAM": ESTRATÉGIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES JAMBUCA E BATISTA, EM BACABEIRA, MARANHÃO

Lohanne Caroline Correia Domingues, Universidade Estadual do Maranhão. Carlos Frederico Lago Burnett, Universidade Estadual do Maranhão.

Este artigo revela as estratégias de luta e resistência das pequenas comunidades de Jambuca e Batista, região de Campo de Perizes, no Município de Bacabeira, Maranhão, frente à dinâmica de avanço de empreendimentos capitalistas em seus territórios, ameaçando tradicionalidades expressas em relações socioespaciais e na reprodução material da vida. As lutas sociais, nesse contexto, são reações à dominação de ordem hegemônica que tende, todo tempo, se reafirmar em nível global, impactando diretamente povos e comunidades tradicionais que encontram no ato de resistir a possibilidade de continuarem a existir. Partindo do referencial teórico e conceitual de produção social do espaço de Niel Smith e David Harvey, identidades rurais e territorialidades de Paul Little e Antonio Diegues, processos de resistência de James Scott, Manuel Castells, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, o artigo apoia-se em estudos sobre a dinâmica da disputa territorial resultante de um modelo de desenvolvimento regional para o Maranhão, bem como as distintas concepções de mundo e de futuro, onde o Estado tem papel decisivo no desfecho final. Com base em atividades de campo junto às comunidades estudadas, constata-se que a essência da luta de resistência está na militância e organização interna dos moradores de Jambuca e Batista.

A LENTE COLONIAL DA URBANIZAÇÃO E AS RESISTÊNCIAS DAS ESPACIALIDADES AMAZÔNICAS

Taynara Gomes, PPGAU - UFPA. Ana Claudia Cardoso, Universidade Federal Do Pará.

O acelerado processo de urbanização e a constante reprodução do modo de vida urbano-industrial direcionou a sociedade para atual conjuntura de crise. Crise climática, mas também crise urbana, crise econômica e crise social. No entanto, nesse mesmo contexto existem e resistem outros cenários. Cenários que reproduzem valores e práticas não hegemônicas e que apontam e revelam que existe alternativa possível para a sociedade atravessar essa atual conjuntura. Diante dessas práticas, que foram encontradas em pesquisas de campo no contexto amazônico, surgiu a necessidade de uma busca teórica que dialogasse com essas realidades, relacionasse com a crise global e apresentasse possíveis contribuições para o campo da arquitetura e urbanismo. Este artigo apresenta e problematiza aspectos do processo da urbanização destacando que a tentativa histórica de universalização da forma urbana tem sido possível graças à invisibilização e inferiorização de modos de vida, práticas e formas de ocupar e se relacionar com o território que diferem do padrão hegemônico. Nesta abordagem o contexto amazônico emerge como um lugar de saberes e espacialidades milenares, que por séculos foram apagados pela colonialidade imposta externa e internamente, mas que ainda resistem e se apresentam como alternativas mais responsivas, resilientes, inclusivas e diversas se comparadas à lógica predatória da urbanização ocidental vigente.

A PERIODIZAÇÃO DAS ETAPAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL FRENTE AOS IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO EM PEQUENAS CIDADES QUE RECEBEM IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS

Miguel Artur Avila Carranza, USP. Gabrielle Astier de V. W. Okretic, Faculdade Luciano Feijão.

O presente artigo busca pontuar a temporalidade dos licenciamentos ambientais sobre os impactos da imigração de trabalhadores em cidades pequenas com até 20.000 habitantes que recebem grandes investimentos minerários, apoiado pelas hipóteses: do desordenamento urbano das cidades; crescimento descontrolado; a especulação imobiliária em aluguéis; a bolha habitacional momentânea, a sublocação, novas construções, novos loteamentos e a apropriação do território pelas empresas, começando pelos resultados da implantação de mineradoras em Riacho dos Machados, Conceição do Mato Dentro e Serra do Salitre no Estado de Minas Gerais, em seus respectivos processos nos últimos anos. Um ditame muito importante nesses processos minerários é a temporalidade imposta pelos licenciamentos e mostrando como essa alta no aporte populacional momentâneo afeta o parque habitacional e o perímetro urbano. Assim, o artigo busca enxergar se as empresas se aproveitam da desestruturação dos governos municipais afim de redimirem os condicionantes impostos, os quais, muitas vezes, foram firmados longe da população local, descolados daquelas realidades e, amiúde, de modos inexecutáveis, tornando os ações pró forma.

A POLÍTICA DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO COMO ALTERNATIVA PARA A PROMOÇÃO DA GOVERNAÇÃO FUNDIÁRIA: UM ESTUDO A PARTIR DO ACRE/BRASIL


Elyson Ferreira de Souza, UFAC. Graziela Gomes Bezerra, Unicamp.

Este trabalho tem como objetivo analisar importância da política de Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE, enquanto estratégia de gestão fundiária. Ainda mais se tratando de território brasileiro que possui grande extensão. O que torna essencial a formulação de políticas que previnam e combatam a degradação ambiental.

GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E RESISTÊNCIA FRENTE AO AVANÇO DA SOJA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SACO DAS ALMAS, MARANHÃO.

Sophia Moura Nogueira, UEMA. Laylson Madeira Campos, UEMA, Carlos Frederico Lago Burnett, UEMA.

Formado por sete comunidades localizadas nos municípios de Brejo e Buriti, Maranhão, o Território Quilombola de Saco das Almas tem área aproximada de 23.000 hectares e, desde o início do século XX, tem sofrido ocupações, primeiro de fazendeiros, atualmente do agronegócio, que ameaçam suas condições tradicionais de vida. Matas e cursos d'água, dos quais dependem as famílias para produção e extrativismo, sofrem com desmatamento e uso sistemático de agrotóxicos que prejudicam os recursos naturais com efeitos sobre plantações, rebanhos de pequenos animais e áreas de pesca. Fruto de projeto de pesquisa e extensão desenvolvido pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão voltado para o fortalecimento de redes de defesa territorial, este trabalho analisa os procedimentos comunitários de gestão das reservas de uso comum do Território que têm permitido o atendimento das necessidades familiares e assegurado a preservação secular das matas nativas do Cerrado, razões da resistência coletiva frente à expansão desenfreada do agronegócio monocultor que ameaça suas condições de bem viver.



ST 14 – CONVERSÕES DE USO DA TERRA, CONFLITOS FUNDIÁRIOS E SOCIOAMBIENTAIS

Comissão Científica

Evaldo Gomes

(PPGPAM/UNIFESSPA)

Paulo Nascimento Neto

(PPGTU/PUC-PR)

Simaia do Socorro Mercês

(PPGDSTU-NAEA/UFPA)

Ementa

O Brasil acelerou a urbanização assumindo a indústria como referência produtiva, e permitiu que na cidade e no campo os interesses da produção industrial, a propriedade privada da terra, e a associação do poder político ao poder econômico orientassem a concepção de instrumentos de gestão, em que medida estes posicionamentos atenderam a população brasileira, as populações das diferentes regiões, ou as populações de municípios não metropolitanos? Qual a abrangência da questão fundiária no país? Qual a ética subjacente aos processos de privatização de terras ou bens públicos? Quantos conflitos poderiam ser mediados pelo reconhecimento da cidade como bem comum? Qual o significado do Patrimônio Público para a sociedade do século XXI?

Palavras-chave

A questão fundiária no campo e na cidade. Bens comuns. Patrimônio Público. Regularização Fundiária. Conflitos e interesses ligados à sobreposições de instrumentos jurídicos.

“A GENTE É GENTE”: ACESSO À JUSTIÇA NO CONFLITO POR MORADIA NA COMUNIDADE DO JACÓ (NATAL/RN)

Marcello Uchoa Wanderley, PPEUR/UFRN. Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo- PPGAU / UFRN e Programa de pós-graduação em Estudos Urbanos e REGIONAIS- PPEUR.

O artigo trata do tema do acesso à justiça no âmbito dos conflitos fundiários.

Toma como referência o caso da ameaça de despejo vivenciado desde 2018 pela comunidade do Jacó, no bairro das Rocas em Natal/RN, no qual se destaca a ação da Defensoria Pública e Ministério Público do Rio Grande do Norte em parceria com o Núcleo Urbano do Projeto Motyrum de Educação Popular em Direitos Humanos (DARQ/PROEX/UFRN). Porém, considerando que a compreensão do acesso à justiça não se restringe à condição dos serviços judiciários, uma vez que se verificam outros fatores intervenientes no processo, o artigo busca refletir sobre as estratégias e ações de sujeitos de direitos verificados no conflito de remoção forçada da comunidade do Jacó, tendo como referência o direito espacializado e o direito autoconstruído para análise dos espaços jurídicos revelados pela concepção alargada de acesso à justiça. As análises e reflexões apresentadas estão fundamentadas em dados de pesquisa de dissertação de mestrado e do referido projeto de extensão. Como conclusão, discute experiências de acesso à justiça por meio da luta social, considerando a reflexão das estratégias e ações de sujeitos de direitos no conflito de remoção forçada da comunidade do Jacó.

MATERIALIZAÇÃO DA NECROPOLÍTICA NOS CONFLITOS DO CAMPO

Helio Alves Lima, UFNT. Thelma Borges Pontes, UFNT. Adimilson Renato da Silva, IFTO.

Os conflitos no campo no Brasil remontam à época da colônia e se estendem até a atualidade em função de políticas de estado que ratificam a concentração fundiária e a exclusão dos mais pobres do acesso à terra. Assim objetiva-se mostrar o perfil dos conflitos e os assassinatos ocorridos no campo, e, demonstrar como desdobram-se num aparato necropolítico tecido ao longo da história do Brasil. Para tanto fez-se uma revisão teórico-histórico dos usos da terra no Brasil e utilizou-se dos dados secundários da Comissão Pastoral da Terra entre 1985-2021. Conclui-se que existem conflitos e assassinatos ao longo de todo período, bem como concentrações em populações historicamente vulneráveis como camponeses, indígenas, trabalhadores rurais; ainda que, a região norte se configura como a mais violenta, provavelmente em função das riquezas agro-minerais da Amazônia e do avanço do agronegócio, indicando uma necropolítica de estado que se perpetua independente do perfil político de quem governa.

PARCELAMENTO CLANDESTINO DO SOLO NA ÁREA RURAL DE PIRACICABA/SP: CONFLITOS E CONFLUÊNCIAS ENTRE URBANO E RURAL

Marina Rossetto, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Estevam Otero, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

O parcelamento clandestino do solo rural é realidade presente em municípios brasileiros de diversos portes e contextos regionais. O presente texto analisa o caso de Piracicaba/SP, município do interior paulista que apresenta 159 loteamentos assim caracterizados. Metodologicamente, a investigação espacializa os parcelamentos identificados e objeto de ações do Ministério Público Estadual. Com isso, busca-se traçar o perfil dessa clandestinidade, procurando identificar as lógicas territoriais dessa produção irregular do solo para fins urbanos. Para tanto, a investigação parte das dinâmicas de uso e ocupação da área rural do município, vinculadas a atividades agropecuárias, identificando as culturas presentes no território e sua articulação com o moderno agronegócio. Com isso, procura-se verificar de que maneira o parcelamento do solo clandestino responde a pressões que se originam de demandas urbanas ou, por outro lado, origina-se de características intrínsecas à zona rural.

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E O USO DAS TERRAS NO TOCANTINS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Nilton Marques de Oliveira, Universidade Federal do Tocantins - UFT. Erisvaldo Alves, Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Este artigo analisa a organização espacial e o uso das terras no estado do Tocantins, entre 2006 e 2017, a partir da análise regional. Foram utilizados indicadores de localização e especialização tendo como variável a área em hectares ocupadas nos diferentes usos, conforme o Censo Agropecuário. Os resultados apontam que a organização espacial do uso das terras no estado na parte Leste tem-se desenvolvido integração natureza e populações locais. Na parte Oeste apresenta expansão do agronegócio (pecuária). A cultura da soja tem despontado como produto de base exportadora do Tocantins, e apresenta crescimento constante nas áreas plantada e colhida. Os outros comparativos, incluindo os próximos censos agropecuários, poderão traçar a tendência definitiva do uso das terras. Até porque, a análise regional demonstrou uma tendência à redistribuição e reestruturação que não está consolidada.

COPRODUÇÃO SOCIAL DA CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: O CASO DO PROJETO ATHIS NA CHÁCARA DO CATUMBI NO RIO DE JANEIRO

Geisa Bordenave, Universidade de São Paulo. Rafael Soares Gonçalves, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho busca analisar o caso do projeto ATHIS na Chácara do Catumbi, na cidade do Rio de Janeiro sob a perspectiva de coprodução social da cidade. Trata-se de um caso de reconhecimento de usucapião especial urbana coletiva parcialmente concluído no ano de 2019. São apresentadas reflexões a partir de pesquisa que buscou analisar o processo a partir dos diferentes atores envolvidos – equipe de arquitetos e equipe social, Pastoral de Favelas e moradores, com ênfase no processo participativo construído e atuação da Universidade. A metodologia proposta é qualitativa, e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as equipes envolvidas e moradores.

NOTAS SOBRE A PROPRIEDADE COLETIVA DA TERRA NO BRASIL

Kaya Lazarini, FAU/USP.

O objetivo deste artigo é debater o tema da propriedade da terra, com enfoque nas formas coletivas de propriedade. Por meio de pesquisas bibliográficas e análise de dados e legislações em fontes primárias, problematizaremos a hegemonia da propriedade privada e sua relação com o planejamento, especificamente a partir do contexto de implementação e consolidação da propriedade da terra no Brasil. Para isso, analisaremos os marcos normativos incidentes sobre a terra, constatando que, desde a Lei de Terras de 1850, a legislação fundiária favoreceu a apropriação privada da terra pública. Em seguida, buscaremos refletir sobre a propriedade coletiva em sua pluralidade de formas, traçando possíveis relações com o conceito de comum, e descrever algumas formas pelas quais Povos e Comunidades Tradicionais exercem e relacionam-se com o território. Por fim, delinearemos um panorama atual da situação fundiária de um dos povos tradicionais, os quilombos, que praticam a relação com o território enquanto forma coletiva de propriedade.

OS CONFLITOS NA GESTÃO PÚBLICA DA “TERRA VIRTUAL”: O POTENCIAL CONSTRUTIVO ADICIONAL É BEM PÚBLICO TRANSFERÍVEL AO PATRIMÔNIO PRIVADO?

Thaís Fernanda Lopes, Governo do Estado de São Paulo.

O objetivo deste artigo é problematizar os conflitos sobre a destinação do potencial construtivo adicional em operações urbanas consorciadas. O estudo parte das questões emergidas da Operação Urbana Faria Lima como objeto de investigação. A questão que norteia este artigo é entender como se dá a transferência do potencial construtivo adicional aos agentes privados, tendo em vista os embates entre as teorias que sustentaram a formulação do conceito de solo criado. Dessa forma, a discussão está orientada pelas teorias jurídicas que discutem a separação ou não entre o direito de propriedade e o direito de construir e os seus reflexos na estruturação do instrumento da política urbana. Os resultados do presente estudo apontam que há divergências nas decisões do poder público quanto à forma de autorização do direito de construir acima do coeficiente básico definido pela lei municipal, problema central que justifica a presente análise por representar impactos diretos na gestão da “terra virtual”, termo utilizado para designar o conceito de solo criado. Diante das análises, nossas conclusões estão embasadas numa recuperação histórica do seu conceito que aponta para a ideia de incorporação do potencial construtivo adicional ao patrimônio privado por meio da alienação.

POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL: CONJUNTURAS CRÍTICAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Milena Weber de Araujo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Fernanda Badia Tschá, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

O presente trabalho visa contribuir com a aplicação de abordagens institucionais em estudos urbanos, com vistas a estudar a dimensão instrumental das políticas de regularização fundiária no Brasil. Desse modo, o foco da pesquisa se encontra no debate de “o que é” regularizar e não na discussão sobre “como” ou “porquê” regularizar. Parte-se do pressuposto de que o estudo das instituições é relevante para entender os processos de mudança social e de desenvolvimento, como a produção espacial da cidade. O estudo utiliza a abordagem do neoinstitucionalismo histórico para avaliar se as políticas de regularização fundiária se consolidaram como uma instituição, a partir de uma análise dos marcos legislativos históricos e dinâmicas fundiárias e urbanas ao longo da história do país. Como resultado, o que se observa é que as políticas de regularização fundiária se comportam como instituições. A estrutura normativa fundiária perpetuou a segregação socioespacial desde o período do Brasil Colonial, agravada também pela falta de controle registral fundiário, criando um cenário precário de informalidade.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE OCUPAÇÕES EM VÁRZEAS AMAZÔNICAS: CONTRADIÇÕES E ENTRELACAMENTOS EM CONTEXTOS URBANOS E RURAIS

Ana Carolina Tavares, UFPA. José Júlio Lima, UFPA. Luly Fischer, UFPA.

Esse artigo explora como o tratamento dado a ocupações em várzeas amazônicas se diferencia em contexto rural e urbano, compreendendo que, enquanto em áreas rurais se dispõe de instrumentos consolidados para regularização fundiária de ocupações ribeirinhas, em áreas urbanas ainda predominam projetos que envolvem a remoção desses povos. Parte-se de uma análise acerca de formações de cidades na Amazônia, as quais apresentam relações profundas com a natureza, mas há décadas vem recebendo projetos de desenvolvimento que ameaçam as relações socioambientais que sustentam em grande parte a economia local e a existência de povos tradicionais. As alterações ocorridas no território demandam a formulação de instrumentos que garantam direitos territoriais especiais para os povos tradicionais, com destaque para a “posse agroecológica”, que possibilita a regularização fundiária em várzeas rurais. Nas cidades, porém, há uma carência de instrumentos que permitam a permanência de comunidades ribeirinhas em várzeas, o que fica evidente no caso de Belém (PA), onde as intervenções nesses espaços resultam em deslocamentos massivos das populações. Propõe-se, por fim, um olhar diferente para as ocupações em várzeas, analisando de que forma as disposições da Lei 13.465/2017 podem se adaptar para a formulação de projetos de regularização fundiária em várzeas urbanas na Amazônia.

A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A GARANTIA DO DIREITO À MORADIA: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO RIO GRANDE DO NORTE

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha, Docente - Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Raquel Maria da Costa Silveira, Docente - Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Ana Mônica Medeiros Ferreira, Docente - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. Gisele Maria da Silva Araújo Leite, Juíza Federal - Justiça Federal - Seção Judiciária do RN. Allyne Dayse Macedo de Moura.

O artigo discute a mediação como meio adequado para a solução de conflitos fundiários, demonstrando a ampliação de estratégias a partir de uma perspectiva dialógica de interação entre atores públicos e privados. Os resultados apresentados estão referenciados em projetos de pesquisa e de extensão que envolvem, além da Universidade, atores do Sistema de Justiça. Foram apresentados dados relativos a dois estudos de caso, sendo um “conflito socioambiental em comunidade litorânea” e um “conflito fundiário em comunidade rural”. Os dados advêm de visitas técnicas, levantamentos de dados e oficinas realizadas nos territórios envolvidos nos conflitos em questão. Como conclusão, destacam-se desdobramentos das estratégias de mediação adotadas nos dois casos específicos, observando-se limites e potencialidades geradas na busca pelo aprofundamento da garantia de direitos em processos de conflitos fundiários judicializados.

DO IMOBILIÁRIO URBANO AO MERCADO DE TERRAS AGRÍCOLAS: O FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RIZA TERRAX

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento, PPGH-FFLCH-USP. Bruno Rezende Spadotto, PPGH-FFLCH-USP. Samuel Frederico, Instituto de Geociências e Ciências Exatas (Câmpus de Rio Claro).

O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação do fundo Riza Terrax no território brasileiro. Trata-se do primeiro Fundo de Investimentos Imobiliário (FII) brasileiro listado na bolsa de valores dedicado a investir em terras agrícolas. Para a elaboração deste artigo, além da revisão bibliográfica, foram sistematizados uma série de dados secundários a partir de relatórios institucionais, revistas e jornais especializados a respeito da dinâmica de atuação do fundo imobiliário. Em 2020, diante de um contexto de mínimas históricas de baixa taxa de juros (Selic) no país, a gestora Riza Asset criou o seu fundo imobiliário Riza Terrax visando alcançar retornos de longo prazo por meio de contratos de arrendamento de terras agrícolas. Com o capital adquirido na Bolsa de Valores, em menos de 02 anos de existência, a Riza Terrax comprou 14 propriedades agrícolas situadas em áreas de fronteira agrícola moderna e firmou contratos de arrendamento com prazo médio de 11 anos. A chegada dos fundos imobiliários no promissor mercado fundiário brasileiro coincide com o atual processo de apropriação em escala global, iniciado há pouco mais de 10 anos, do qual, vem resultando na disparada do preço das terras agrícolas.

ESTRUTURA DE PREÇOS DA TERRA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MACAÉ-RJ

Oseias Teixeira da Silva, Instituto Federal Fluminense - IFF.

A compreensão das intrincadas relações entre estrutura fundiária, produção imobiliária e preço da terra são chaves fundamentais para a análise da produção do espaço urbano em sociedades capitalistas. Esta é uma tarefa hercúlea o que explica o fato de grande parte dos trabalhos ou focarem na produção imobiliária ou na estrutura fundiária mas raramente na relação entre os dois. O objetivo do trabalho é justamente avançar na compreensão da relação entre produção imobiliária capitalista, estrutura fundiária e preço da terra. Com este objetivo discutimos inicialmente a produção imobiliária capitalista e a figura do promotor imobiliário e contrapomos a estrutura fundiária e a figura do proprietário fundiário. A partir de um estudo empírico realizado na cidade de Macaé, localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, buscamos avançar na compreensão teórica dessa relação ao mostrar como o preço da terra se estrutura de forma diferenciada de acordo com os padrões de expansão urbana da cidade em zonas, sendo que cada zona, como resultado de uma forma distinta de produção do espaço pretérita e presente possui preços da terra muito diferenciados que condicionam a produção imobiliária atual.

RESERVAS FUNDIÁRIAS E DINÂMICA IMOBILIÁRIA NO EIXO SUDOESTE DE UBERABA-MG

Richard Rodrigues Santos, Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Marcos Antônio Silvestre Gomes, Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Matheus Cunha Sestito, Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Uma questão presente no eixo sudoeste da cidade de Uberaba-MG baseia-se nos aspectos de produção do espaço urbano considerando as ações de agentes sociais específicos e sua materialização espacial em determinadas localidades. A partir de pesquisas bibliográficas, levantamentos de dados, observações de campo e mapeamentos da área urbana, apresenta-se uma análise da atuação do Estado, dos proprietários fundiários e dos incorporadores imobiliários na produção e valorização desigual do espaço urbano. Os resultados do trabalho apontam a intensificação das ações desses agentes com o advento da economia do agronegócio. No recorte histórico de 2000 a 2022 houve uma intensa valorização do eixo Sudoeste de Uberaba, destacando-se um acelerado processo de verticalização e implantação de lojas especializadas, serviços médicos, entre outros, o que tem contribuído para um aumento significativo no preço do solo urbano, e culminando em processos especulativos do setor imobiliário que ampliam suas reservas fundiárias, comprometendo a função social da cidade. Conclusivamente, aponta-se para a necessidade de uma maior fiscalização do poder público, através da instrumentalização por leis e projetos, que visem combater as mencionadas discrepâncias nos processos de uso, ocupação e apropriação do solo urbano.

CENAS DA PERIFERIA – INCURSÕES ETNOGRÁFICAS E REGISTROS DE CAMPO

Cibele Saliba Rizek, Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos - Universidade de São Paulo (IAU USP). Ana Luiza Vieira Gonçalves, PGT - Universidade Federal do ABC. Laura Adami Nogueira, Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos - Universidade de São Paulo (IAU USP).

Esta proposição procura discutir as transformações recentes que perpassam as relações trabalho e o urbano, trazendo resultados de pesquisas fomentadas por diversas instituições: USP, FAPESP, FAPEMIG, CNPq, Ministério Público do Trabalho e Agence Nationale de la Recherche (ANR). A partir das atividades de motoristas Uber, motoboys e cicloentregadores, destacam-se: as relações entre empresas de plataforma e espaços urbanos; as relações dessas mesmas empresas com as administrações municipais; as relações entre o trabalho plataformizado e as conformações e transformações da viração como modo de inserção produtiva e como gramática de sobrevivência dos bairros e periferias, sobretudo das metrópoles. Do ponto de vista teórico, essa mesa deverá mobilizar noções como a de zonas cinzentas e figuras emergentes, assim como as dimensões urbanas do trabalho plataformizado, em suas múltiplas decorrências. Do ponto de vista metodológico, será explorada a multiescalaridade, desenhando o cruzamento de uma abordagem das desigualdades tal como se inscrevem na vida urbana a partir de incursões etnográficas e elaboração de cartografias que permitam espacializar os fluxos de trabalho bem como os fluxos trabalho/moradia.